



AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA



VOLUME 15 | NÚMERO 1 | ABRIL 2023

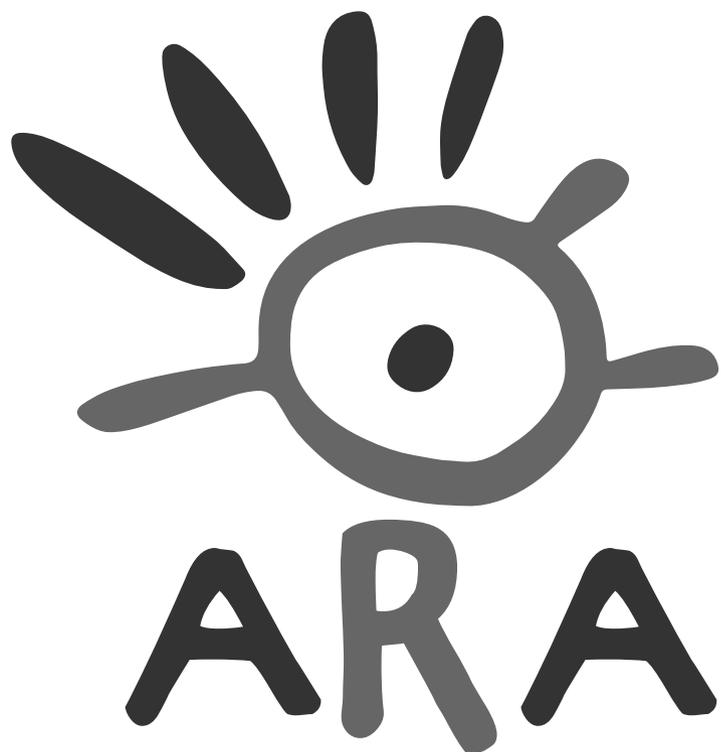
Publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), da Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA (ARA) é um periódico científico internacional, voltado a promover o debate, a construção do conhecimento e a veiculação de resultados de pesquisas científicas nos quatro campos da antropologia. ARA pretende ser um fórum de debates para integrar cientistas que atuam nos diversos países, de forma a romper as barreiras nacionais que têm mantido suas produções científicas isoladas e dificultado o diálogo com outros pesquisadores. Incentiva-se a publicação de artigos de cunho transdisciplinar e resultados de pesquisas que envolvam equipes interinstitucionais e transnacionais. São aceitos artigos em português, inglês, espanhol e francês. A revista publica artigos originais inéditos, relatórios de pesquisa, notícias de pesquisas em andamento, resenhas, traduções, resumos de teses e ensaios fotográficos. Com periodicidade semestral, publicada em março e setembro.

Para envio de originais e acesso às normas de publicação, acesse o site <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>

Published by the Graduate Program in Anthropology (PPGA), Federal University of Pará, Belém, Brazil. AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA (ARA) is an international journal committed to encouraging the debate, construction of knowledge, and sharing of results of scientific research in the four fields of anthropology. ARA is designed to be a forum for discussions that bring together scientists who work in various countries in order to diminish the national barriers that have tended to isolate our scientific work and hobble the free exchange of data and experience. Articles in Portuguese, English, Spanish and French are accepted. The journal publishes original articles, research reports, current research news, reviews, translations, thesis summaries, and photographic essays. Periodicity twice a year, published in march and september.

For articles submission and editorial norms go to: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>





AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA

VOLUME 15 | NÚMERO 1 | PÁGINA 1 - 346 | ABRIL 2023 | ISSN 1984-6215

ARA - AMAZÔNICA: REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Editoras | *Editors*

- Daiana Travassos Alves, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Júlia Otero dos Santos, Universidade Federal do Pará, Brasil

Editores Assistentes | *Assistant Editor*

- Maurício Borba Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Michelly Silva Machado, Universidade Federal do Pará, Brasil

Editores Tradutores | *Translator Editor*

- Diana Trujillo, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Maurício Borba Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil

Editor de comunicação e divulgação | *Communication and Outreach Editor*

- Karlene Bianca de Oliveira

Editores de Seção | *Section Editors*

- Beatriz de Almeida Matos, Universidade Federal do Pará, Brasil
- César Ernesto Abadía-Barrero, University of Connecticut, Estados Unidos
- Edna Ferreira Alencar, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Eliane Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Hilton P. da Silva, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Katiane Silva, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Pedro José Tótora da Glória, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Flávio Bezerra Barros, Universidade Federal do Pará, Brasil

Conselho Editorial | *Editorial Board*

- Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Anna Curtenius Roosevelt, University of Illinois, Estados Unidos
- Antonio Carlos de Souza Lima, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

- Carlos Coimbra, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
- Cristóbal Gnecco, Universidad del Cauca, Índia
- Diogo Menezes Costa, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Eduardo Viveiros de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Eglé Barone Visigalli, Université des Antilles et de la Guyane, França
- Érica Quinaglia Silva, Universidade de Brasília, Brasil
- Fabíola Andrea Silva, Universidade de São Paulo, Brasil
- Gaspar Morcote-Ríos, Universidad Nacional de Colombia, Colômbia
- Gustavo Politis, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Argentina
- Jane Felipe Beltrão, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Klaus Peter Kristian Hilbert, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
- Maria Luíza Garnelo Pereira, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
- Michael Heckenberger, University of Florida, Estados Unidos
- Rafael Gassón, Universidad de los Andes, Colômbia
- Robert Carneiro, Columbia University, Estados Unidos
- Roque de Barros Laraia, Universidade de Brasília, Brasil
- Rosa Elizabeth Acevedo Marín, Universidade Federal do Pará, Brasil
- Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, Fundação Oswaldo Cruz, Brasil
- Walter Alves Neves, Universidade de São Paulo, Brasil

Capa desta edição | *Cover image*

Foto: RCCaleffi/UFRR

Diagramação | *Typesetting*

Beto Conceição

EDITORIAL

A Amazônica: Revista de Antropologia (ARA) é um periódico científico internacional, voltado para promover o debate, a construção do conhecimento e a veiculação de resultados de pesquisas científicas atinentes aos quatro campos da Antropologia – sociocultural, arqueológico, biológico e linguístico.

A revista possui cinco seções: artigos originais, traduções, resumos de teses e dissertações, resenhas de livros e ensaios fotográficos. Em cada uma delas aceitamos trabalhos originais em português, inglês, espanhol e francês.

A ARA é semestral, mas podemos receber edições especiais durante o ano, incluindo dossiês. Todos os artigos são revisados por pares, na forma de revisão cega. Qualquer pesquisador/a interessado/a em partilhar sua pesquisa com o público acadêmico não só da Amazônia pode submeter artigos. Todos os artigos devem ser submetidos pelo site da revista, hospedado no portal de periódicos da UFPA, no endereço: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>.

A revista possui 28 edições desde que foi lançada em 2009. Atualmente, a revista encontra-se no volume 15, número 1, de 2023. Segundo a última avaliação da Capes, a ARA encontra-se com Qualis A2. Além do Qualis da Capes, também estamos trabalhando ativamente para a indexação mais condizente em outros indexadores como o Scielo. A revista tem como editoras-chefes Daiana Travassos Alves e Júlia Otero dos Santos, pro-

fessoras da Universidade Federal do Pará. Esta edição contou com Michelly Silva Machado e Maurício Borba Filho, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, como editores-assistentes. Maurício Borba Filho é também editor-tradutor (inglês). Diana Trujillo é editora-tradutora (espanhol) e Karlene Bianca de Oliveira é editora de comunicação e divulgação, ambas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, compondo a equipe editorial.

Ademais, os seguintes professores da Universidade Federal do Pará atuam como editores de seção: Beatriz de Almeida Matos, Edna Alencar, Hilton Pereira da Silva, Katiane Silva e Pedro José Tótor da Glória, editores de artigos; Eliane Costa, editora de resumos de dissertações e teses e de resenhas de livros ou teses; Flávio Bezerra Barros, editor de ensaios fotográficos.

Do corpo editorial fazem parte, ainda, Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, professora da Universidade Federal do Pará; Anna Curtenius Roosevelt, professora da University of Illinois; Antonio Carlos de Souza Lima, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Carlos Coimbra, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz; Cristóbal Gnecco, professor da Universidad del Cauca; Diogo Menezes Costa, professor da Universidade Federal do Pará; Eduardo Viveiros de Castro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro;

Eglé Barone Visigalli, professora da Université des Antilles et de la Guyane; Érica Quinaglia Silva, professora da Universidade de Brasília; Fabíola Andrea Silva, professora da Universidade de São Paulo; Gaspar Morcote-Ríos, professor da Universidad Nacional de Colombia; Gustavo Politis, professor da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires; Jane Felipe Beltrão, professora da Universidade Federal do Pará; Klaus Peter Kristian Hilbert, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Maria Luíza Garnelo Pereira, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz; Michael Heckenberger, professor da University of Florida; Rafael Gassón, professor da Universidad de los Andes; Roque de Barros Laraia, professor da Universidade de Brasília; Rosa Elizabeth Acevedo Marín, professora da Universidade Federal do Pará; Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz; e Walter Alves Neves, professor

da Universidade de São Paulo. As editoras-chefes agradecem a disponibilidade e a dedicação de toda a equipe da revista.

Este número apresenta o dossiê “Regularização fundiária, trajetórias de ocupação e territorialidades na Amazônia”, organizado por Manuela Souza Siqueira Cordeiro, Bernard José Pereira Alves e Marisa Barbosa Araújo. O dossiê traz a apresentação e mais sete artigos. Este número conta também com cinco artigos originais, dois ensaios fotográficos e uma resenha, os quais a ARA recebe em fluxo contínuo. É com prazer que compartilhamos com leitoras e leitoras brasileiras/os e internacionais este novo número da ARA. Desejamos a todas/os ótimas leituras e reflexões!

Daiana Travassos Alves
Júlia Otero dos Santos
Editoras-chefes

EDITORIAL

ARA is an international scientific journal aimed to promote debate, construction of knowledge and dissemination of scientific research results related to the four fields of Anthropology - socio-cultural, archaeological, biological and linguistic. The journal has five sections: original articles, translations, theses and dissertations summaries, book reviews and photo essays. In each of them, we accept original pieces in Portuguese, English, Spanish and French.

ARA is semi-annual, but we can receive special editions during the year, including dossiers. All articles are peer-reviewed in the form of a blind review. Any researcher interested in sharing his/her research with the academic public from Amazonica can submit articles. All articles must be submitted via the journal's website, hosted in the UFPA journals portal at <http://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica>.

The journal has had 28 issues since its release in 2009. Currently, the journal is in volume 15, number 1 of 2023. According to the last evaluation of Capes, ARA has a Qualis B1. In addition to Qualis Capes, we are actively working on the most appropriate indexing in other indexes, such as Scielo.

The journal's responsible editors are Daiana Travassos Alves and Julia Otero dos Santos, professors at the Federal University of Pará. The assistant editors are Michelly Silva Machado and Maurício Borba Filho, associated with the Anthropology Graduate Program at

the Federal University of Pará. Maurício Borba Filho is also a translator editor (English). Diana Trujillo is a translator editor (Spanish), and Karlene Bianca de Oliveira is a communication and dissemination editor; both are associated with the Anthropology Graduate Program at the Federal University of Pará.

In addition, the following professors at the Federal University of Pará act as section editors: Beatriz de Almeida Matos, Edna Alencar, Hilton Pereira da Silva, Katiane Silva and Pedro José Tótora da Glória, articles editors; Eliane Costa, editor of theses and dissertations summaries and book reviews; and Flávio Bezerra Barros, editor of photographic essays.

The editorial board also includes Ândrea Kely Campos Ribeiro dos Santos, professor at the Federal University of Pará; Anna Curtenius Roosevelt, professor at the University of Illinois; Antonio Carlos de Souza Lima, professor at the Federal University of Rio de Janeiro; Carlos Coimbra, researcher at the Oswaldo Cruz Foundation; Cristóbal Gnecco, professor at the University of Cauca; Diogo Menezes Costa, professor at the Federal University of Pará; Eduardo Viveiros de Castro, professor at the Federal University of Rio de Janeiro; Eglé Barone Visigalli, professor at the Université des Antilles et de la Guyane; Érica Quinaglia Silva, professor at the University of Brasília; Fabíola Andrea Silva, professor at the University of São Paulo;

Gaspar Morcote-Ríos, professor at the National University of Colombia; Gustavo Politis, professor at the National University of the Center of the Province of Buenos Aires; Jane Felipe Beltrão, professor at the Federal University of Pará; Klaus Peter Kristian Hilbert, professor at the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul; Maria Luíza Garnelo Pereira, researcher at the Oswaldo Cruz Foundation; Michael Heckenberger, professor at the University of Florida; Rafael Gassón, professor at the University of the Andes; Robert Carneiro, professor at the Columbia University; Roque de Barros Laraia, professor at the University of Brasília; Rosa Elizabeth Acevedo Marín, professor at the Federal University of Pará; Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, researcher at the Oswaldo Cruz Foundation; and Walter Alves Neves, professor at the University of São Paulo.

The responsible editors appreciate the availability and dedication of the entire journal staff.

This issue features the dossier “Land regularization, occupation trajectories and territorialities in the Amazon”, organized by Manuela Souza Siqueira Cordeiro, Bernard José Pereira Alves, and Marisa Barbosa Araújo. The dossier brings together seven articles in addition to the presentation. This issue includes five separate articles, two photo essays and a book review, which ARA receives in a continuous flow and a translation. We are pleased to share this new ARA number with Brazilian and international readers. We wish you all the best reading!

Daiana Travassos Alves
Julia Otero dos Santos
Responsible editors

SUMÁRIO

DOSSIÊ

Regularização fundiária, trajetórias de ocupação e territorialidades na Amazônia Manuela Souza Siqueira Cordeiro, Bernard José Pereira Alves e Marisa Barbosa Araújo	11
Ocupação e estratégias de permanência terra no assentamento Jatapu, Roraima Marisa Barbosa Araujo e Arancha Micaelle dos Santos Pereira	23
“Esse governo é de vocês”. Do Terra Legal ao Titula Brasil: análise de uma década de políticas de regularização contra o caos fundiário amazônico Thereza Cristina Cardoso Menezes	48
Trajetoórias e (des) ocupação: migrações, conflitos e expansão da fronteira agropecuária no Sul do Amazonas Mariana Vieira Galuch e Auriedia Marques da Costa	72
Políticas de segurança alimentar e agroecologia na Amazônia: olhares e narrativas roraimenses em disputa Igor Calazans Duarte de Menezes e Bernard José Pereira Alves	96
Movimentos indígenas na Amazônia boliviana: a busca pela Loma Santa, as organizações indígenas e a primeira marcha pelo território e dignidade Renata Albuquerque	120
Memórias, lutas e identidades das mulheres ‘filhas de Barcarena’ Leonardo de Souza Silva e Vânia Maria Torres Costa	146
Entre diálogos e conflitos: o processo de regularização fundiária do Território Quilombola Alto Trombetas II Raiana Siqueira Mendes e Luciana Gonçalves de Carvalho	172
ARTIGOS ORIGINAIS	
Peixes pescados e esculpidos: zoomorfos e haliêutica nos sambaquis do Sul do Brasil Filipi Gomes de Pompeu, Gustavo Peretti Wagner e Lucas Antônio da Silva	198
Replicando uma urna marajoara: iconografia, saberes e afeto Marcelle Rolim de Souza Lima Silva	232
Questões do campo religioso de Soure, Ilha de Marajó, durante as eleições de 2000 Marcos Silva da Silveira	258
Imagens, imaginários e espírito de época em canções sobre o Círio de Nazaré na Amazônia Enderson Oliveira e Relivaldo Pinho	283

Transformación de las estrategias económicas de los guaraníes en Misiones (Argentina)	
Yamila Irupé Nuñez	300

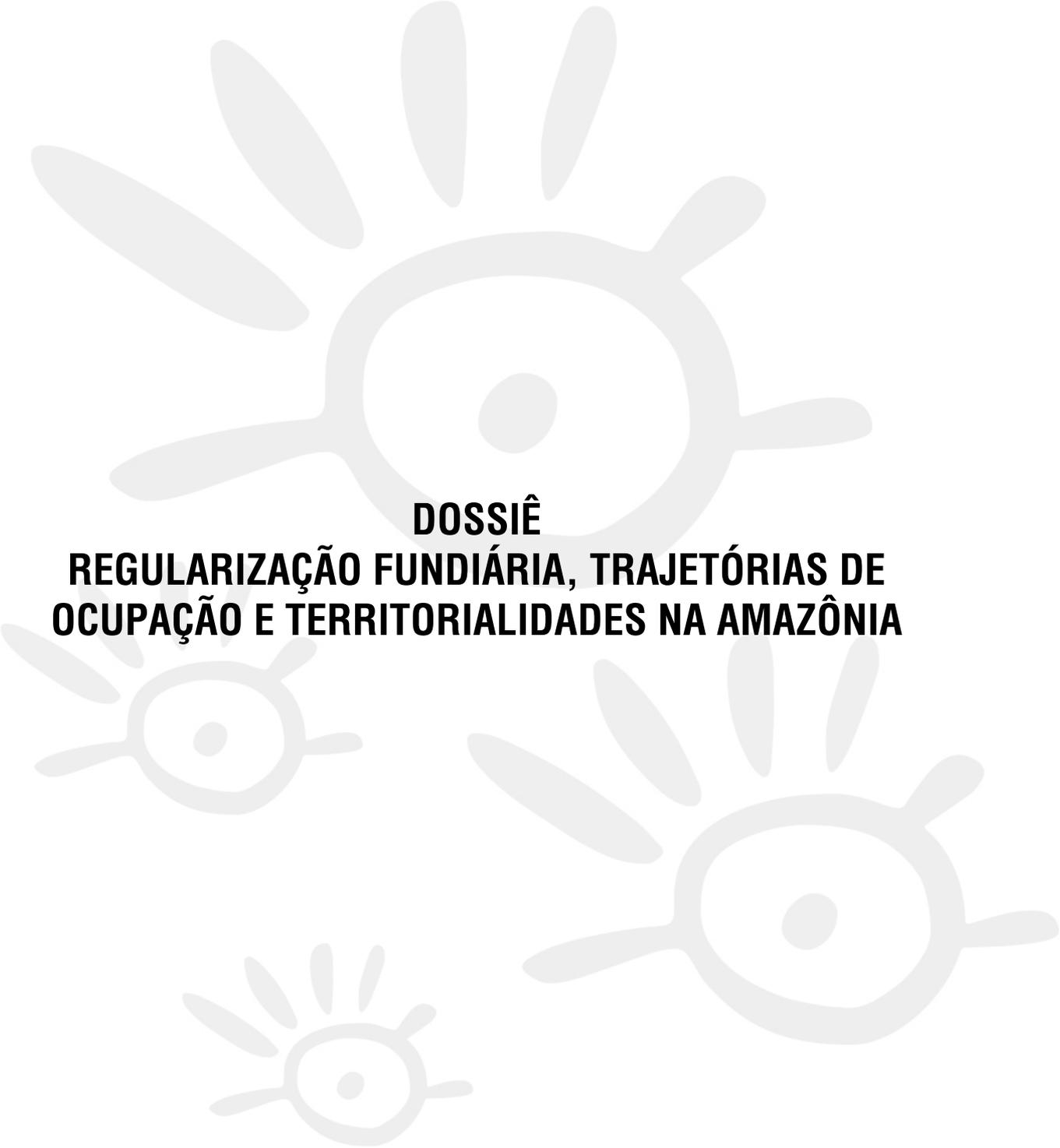
RESENHA

Acre, um olhar para as narrativas das ausências	
Miguel de Nazaré Brito Picanço	317

ENSAIOS FOTOGRÁFICOS

Onde a argila encontra o homem	
Samuel Antonio Silva do Rosario e Carlos Aldemir Farias da Silva	324

Nos caminhos da pesquisa em trilhas da Floresta Nacional do Tapajós, Amazônia, Brasil	
Sebastião Rodrigues da Silva Junior e Thiago Almeida Vieira	332

The background features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot inside, surrounded by several elongated, teardrop-shaped rays. The icons are arranged with one large sun at the top center, one medium sun at the bottom left, one medium sun at the bottom right, and one small sun at the bottom center.

DOSSIÊ
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, TRAJETÓRIAS DE
OCUPAÇÃO E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, TRAJETÓRIAS DE OCUPAÇÃO E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

Instituto de Antropologia - Universidade Federal de Roraima

Bernard José Pereira Alves

Instituto Federal de Roraima

Marisa Barbosa Araújo

Instituto de Antropologia - Universidade Federal de Roraima

submissão: 12.05.2022 aprovação: 24.10.2022

Ainda que existam outros diálogos possíveis entre os textos deste dossiê e que eles não se limitam a tratar da situação da regularização fundiária em diferentes contextos amazônicos, propusemos uma divisão dos artigos que o compõe. Iniciamos com migração, territorialidades e ocupação de territórios e seguiremos com regularização fundiária, movimentos e lutas e, por fim, segurança alimentar.

A proposta do dossiê surgiu a partir do projeto “Regularização fundiária, trajetórias de ocupação e territorialidades em Roraima” contemplado pelo Edital MCTI/CNPQ 01/2016 - Universal. O principal objetivo do projeto foi compreender de que maneira a incerteza fundiária que caracteriza o estado de Roraima possui influência nas trajetórias e dinâmicas da família levando em conta os usos e domínios da terra e as suas reivindicações específicas às instituições federais e estaduais responsáveis pelo processo. Assim, busca-se expandir o diálogo acerca de territorialidades, trajetórias de ocupação e regularização fundiária que se encontrou no trabalho de campo em Roraima para outras regiões da Amazônia.

O conceito de territorialidade acionado a partir das trajetórias de ocupação nos remete aos laços identitários estabelecidos com a terra na Amazônia, seja de agricultores familiares ou povos indígenas. Para o projeto, trata-se de uma noção profícua para compreender tanto o processo de migração quanto os efeitos da ocupação dos povos e grupos que vivem na Amazônia. A renovação antropológica relacionada ao concei-

to de territorialidade é considerar a “conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos” (Little 2002: 3). Ao definir o conceito, o autor explicita essa integração: “Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de se ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território' ou *homeland*”(Little 2002: 3).

Para tanto, é necessário criar mecanismos etnográficos que possam abordar as diversas territorialidades, levando em conta a cosmografia dos grupos estudados, isto é, saberes e identidades coletivamente criados. O contexto de expansão da fronteira agrícola vivido de forma distinta em diferentes estados da Amazônia provoca uma dinâmica de defesa do território comum, o que poderá ser um elemento agregador de um determinado grupo social. Um elemento essencial para os territórios é o vínculo social por meio da memória coletiva com o espaço físico, que se distinguem de noções como raça e etnicidade. Importante notar que analisar academicamente territorialidades é relevante não somente teoricamente, mas também como ferramenta política de reivindicação de territórios.

Alguns dos desafios atuais para pensar territórios na Amazônia Legal (e também internacionalmente) é a presença massiva do capital transnacional por meio do *agribusiness* e sua cadeia produtiva de valor que atua no sentido de forjar as condições de uma nova territorialidade per-

meando as fronteiras agrícolas. A exequibilidade da legislação que garante os territórios indígenas, áreas remanescentes de quilombos, áreas de preservação permanente, áreas de pequenos produtores, sejam elas provenientes ou não de um assentamento rural, são constantemente ameaçadas pelo avanço territorial, físico ou simbólico das fronteiras do *agribusiness*.

Dessa maneira, permanece a questão: como trabalhar um território? Ou ainda: como trabalhar em um determinado território amazônico que é atravessado e, muitas vezes, até sobreposto por diferentes regimes legais de organização? Tais como os casos de sobreposição de terras indígenas e de assentamentos rurais que se arrastam por mais de quatro décadas (Cordeiro 2021), as disputas territoriais travadas entre as políticas de Estado e grupos indígenas (Silva 2022), os desdobramentos de mobilizações contemporâneas produtos de processos históricos, movimentos ordenados ou não por políticas de Estado e os conflitos daí decorrentes (Lacerda 2014). Portanto, pensar territorialidade é também conectar os distintos usos fundiários das terras por diferentes grupos.

O projeto de pesquisa que norteou este dossiê forneceu subsídio para pensar em diferentes Amazônia, pois áreas distintas lidam de formas diferentes com a questão da regularização fundiária, por exemplo. Se em Roraima tem-se um processo ainda em curso de transferências das terras da União para o Estado, tal como no Amapá, uma vez que ambos os estados foram criados

a partir da Constituição Federal de 1988; no caso do Amazonas e no Pará há um processo fraudulento de falsificação da cadeia dominial, isto é, forja-se a sucessão dos proprietários efetivos de uma determinada área pela ação de grileiros.

As instituições que conduzem o processo de regularização fundiária são o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no caso de áreas da União e de assentamentos rurais, bem como os Institutos Estaduais de Terra, no caso de terras pertencentes aos estados. No caso de Roraima, somente em 2001 foi promulgada a Lei Federal 10.304 como instrumento de repasse das terras da União ao estado. No entanto, essa legislação não previu os procedimentos para a execução dessa transferência, o que foi posteriormente regulamentado por um decreto presidencial. Eles foram definidos somente em 2009, estabelecendo algumas condicionantes: terras que não seriam incluídas no repasse (projetos de assentamento, unidades de conservação), exigência de georreferenciamento, preservação e uso ambientalmente sustentável (Cordeiro & Alves 2009). Nota-se, portanto, que se trata de um processo ainda em curso nesse estado e no Amapá, causando instabilidade jurídica, revelando um “processo de territorialização ainda em curso, passível de ser cooptado pelos interesses empresariais locais e nacionais” (Cordeiro & Alves 2009: 6).

A questão fundiária, seja na Amazônia ou no Brasil, atravessa as estratégias de migração e ocupação de territórios, levando em conta as

políticas de organização territorial, bem como a expansão da fronteira agrícola. Ela é orientada por movimentações no cenário político nacional, desde o processo chamado de colonização interna da Amazônia até as recentes adversidades fundiárias advindas do governo de ultradireita.

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Ouro Preto, criado em 1970, foi a primeira experiência de colonização dirigida a ser promovida no território de Rondônia, conhecida como uma das mais importantes regiões dessa política. A área do PIC de Ouro Preto foi responsável pelo assentamento de mais de 5 mil famílias até dezembro de 1982. Originalmente, o projeto foi implementado para assentar 500 famílias em lotes de 100 a 200 hectares, com duas áreas destinadas à reserva florestal, sendo posteriormente ampliada devido ao intenso “fluxo migratório”. Os objetivos dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) eram “legitimar”, “disciplinar” e “organizar” a situação fundiária da região, ao passo que os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD) tinham como meta promover o assentamento de trabalhadores sem-terra nos projetos de colonização implantados ao longo da década de 1970 (Lopes 1983). Os PAD faziam parte da iniciativa do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa e Redistribuição de Terras (PROTERRA). De um total de mais de 100 mil famílias assentadas na Amazônia, à época dessa política governamental, o estado de Rondônia abarcava 56.702 famílias, isto é, mais da metade do contingente assentado, principalmente durante a década de 1970. Essas famílias

eram provenientes do Centro-Sul do Brasil e também da região Nordeste, tratavam-se de pequenos agricultores que já não possuíam terras para as gerações posteriores e também trabalhadores rurais que nem sequer possuíam terras. Principalmente em relação aos trabalhadores nordestinos foi uma política que tinha como objetivo oficioso desarticular movimentos de luta por terra, tais como as Ligas Camponesas.

Em Roraima, o processo de chegada das famílias ocorre principalmente no final da década de 1970, sendo realizado de forma distinta daquele que foi conduzido em Rondônia. Conforme salienta Santos (2013: 56): “A conquista da terra veio acompanhada de frustrações e conflitos, e a reivindicação e luta por políticas voltadas à permanência na terra, e para alcançar isto era necessário um movimento organizado, capaz de representar estes anseios”. O processo de colonização no estado ocorreu na porção Sul, na qual predomina a vegetação tropical densa, assim como em Rondônia. Com a abertura da BR-210, ainda em 1972, na região Sudoeste do estado, o deslocamento das famílias tornou-se mais recorrente. Além disso, tal como salientado por Araújo (2017), também havia a possibilidade de trabalho nos garimpos e grandes empreendimentos econômicos. Se Rondônia é considerada o “pivô da colonização”, ao analisarmos Roraima temos o que é chamado de “colonização tardia” (Barros 2009: 89), além do investimento no primeiro estado ter atravessado toda a via federal BR-364, ao passo que em Roraima se concentrou na região Sul do estado. O processo de colonização em Roraima foi desordenado, resul-

tando em diferentes áreas para as famílias recém-chegadas, ao passo que em Rondônia o processo ocorreu de forma mais organizada, inclusive com o estabelecimento de um posto do Incra no interior, na cidade de Ariquemes.

Um dos programas mais relevantes em relação à regularização fundiária é o Terra Legal. O Programa Terra Legal, instituído pela Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, e junto com o Novo Código Florestal de 2012 são importantes marcos jurídicos para a Amazônia. O primeiro, ligado ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visava promover a regularização fundiária por meio de dois principais objetivos: a simplificação do rito de titulação e prioridade aos pequenos produtores e comunidades locais. No entanto, essa movimentação não foi suficiente para conter os esforços de expansão (legal ou ilegal) das atividades madeireiras, de mineração e agrícolas na região, impedindo o devido rito legal de titulação. Já Novo Código Florestal instituiu a denominada “disposição transitória”, para quem desmatou antes de 22 de julho de 2008 em Áreas de Proteção Permanente e Reserva Legal, ou seja, uma anistia para o desmatamento nesse período desde que o proprietário se enquadre no Plano de Regularização Ambiental (PRA)¹ do seu estado, o que colabora para o avanço da destruição da floresta e invasão das *commodities*.

Comentar sobre os processos de migração e ocupação na Amazônia é revisitar a dinâmica da colonização acima apresentada e que ainda produz

efeitos na realidade social dos pequenos e até mesmo os grandes produtores rurais, populações indígenas e garimpeiros. Dessa maneira, o primeiro eixo de divisão dos artigos para a composição desse dossiê é “estratégias de migração e de ocupação”.

Para além da denominação utilizada, seja esta êmica, mas principalmente analítica, a ação de migrar ou se deslocar é constantemente revisitada na Antropologia. Desde a análise pormenorizada de Moacir Palmeira e Afrânio Garcia (1977), percebe-se que confinar o termo migração em uma ação autoexplicativa não favorece a análise etnográfica. É preciso analisar os processos e sentidos da migração, isto porque em muitos contextos etnográficos, inclusive os que serão abordados neste dossiê, tem em comum que as noções, significados e práticas de mobilidade e movimento constituem e são centrais para a produção de sentido dos grupos pesquisados (Souza & Guedes 2021). Migrar (ou deslocar-se) possui propósito, atores, agência e direcionamento, inclusive nos casos aqui acionados em relação à Amazônia. Tal como salientam Carneiro e Dainese (2015):

esses deslocamentos não podem ser pensados ou medidos tendo por referência um espaço já dado de antemão, o que surge para análise são circuitos específicos cujos traçados definem não apenas extensões geográficas como também movimentos intensivos. (Carneiro & Dainese 2015: 90)

É nessa confluência de propósitos, direção e intensidade de movimentos que se constituem as configurações atuais e conflitos, seja por ações

¹O Programa de Regularização Ambiental (PRA) compreende um conjunto de ações e iniciativas que devem ser desenvolvidas por proprietários/possuidores de imóveis rurais para a adequação e promoção da regularização ambiental de seus imóveis. Fonte: <https://www.projetasustentavel.com/praprograma-de-regularizacao-ambiental>.

ilegais (mineração, entrada em terras indígenas, venda de lotes de assentamentos rurais) ou o avanço da fronteira do agronegócio.

Dessa maneira, Marisa Barbosa Araújo e Arancha Micaelle trazem à tona o caso do Projeto de Assentamento Jatapu, localizado no município de Caroebe, em Roraima, para analisar as dinâmicas e estratégias de ocupação que foram realizadas por seus moradores. Em “Ocupação e estratégias de permanência na terra no assentamento Jatapu, Roraima”, elas salientam a dinâmica específica da colonização no estado que ocorreu de maneira “espontânea”, uma vez que o Incra regularizou posteriormente os lotes ocupados – o que significava abrir a terra e iniciar o cultivo, sendo que a maioria das famílias se deslocou para a região no final da década de 1970, organizando-se em mutirões por meio de redes familiares e de amizade para driblar a falta de infraestrutura local. Destaca-se além do cultivo agrícola, a atividade da extração da castanha bem como a caça que mobilizam uma “forma particular de gestão e uso do espaço e dos recursos naturais”, já que não se pode colher os produtos agrícolas dos vizinhos, mas pode-se entrar no lote de outro para caçar ou coletar castanhas. O impasse da regularização fundiária em Roraima é abordado a partir da Vicinal 15, apontando rumores que podem favorecer a instabilidade da permanência.

Ainda acerca de frentes migratórias, Maria Vieira Galuch e Auriedia Marques da Costa concentram-se na fronteira Sul do estado de Ama-

zonas, de maneira a visualizar a migração para a região, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão da fronteira agropecuária. Para o artigo “Trajetórias e (des)ocupação: Migrações, conflitos e expansão da fronteira agropecuária no sul do Amazonas”, as autoras analisam o Projeto de Assentamento Rio Juma, criado durante a ditadura militar, localizado no município de Apuí, bem como Lábrea, área que foi ocupada ainda no início do século XX por trabalhadores que foram atraídos pelo ciclo da borracha. Em Apuí, o processo de ocupação iniciou com a abertura da BR-230 criada por meio do Programa de Integração Nacional (PIN). Porém em 1982, com a criação do Projeto de Assentamento Dirigido Rio Juma tem-se a ocupação da área de forma mais efetiva.

Ambos os municípios estão localizados em uma área de conflito agrário também proporcionado pela insegurança fundiária no estado. Ao levar em conta a forma como o Estado controla as pessoas, no caso os migrantes, principalmente por meio dos territórios, as autoras compreendem a dinâmica de migração e ocupação na região. Em seu texto, elas afirmam que as práticas de expropriação que ocorrem na Amazônia brasileira, sobretudo a partir da ação estatal, muitas vezes, negligencia os mecanismos de fiscalização. Dessa maneira, ainda que se tratem de processos migratórios distintos, a regularização fundiária aparece como entrave nos dois municípios. Isso porque os próprios agentes estatais e privados atuam no sentido de estimular o avanço da fronteira agropecuária de forma arbitrária.

O artigo “Memória, lutas e identidades das mulheres ‘filhas de Barcarena’”, de autoria de Leonardo de Souza Silva e Vânia Maria Torres Costa, tem o objetivo de compreender os múltiplos processos de territorialização e (des)territorialização com a mediação do Estado brasileiro e as narrativas de mulheres que convivem com o impacto de megaprojetos de mineração, ainda durante o período de intervenção da ditadura militar na década de 1980. A concepção mobilizada pelos autores no que tange a território é assim definida: “O território é o espaço no qual as pessoas se articulam, agem e se sentem pertencidas, importando as suas subjetividades, comportamentos e sentimentos”, sendo acionada em congruência com a produção de identidades. A utilização de narrativas como procedimento metodológico permite perceber o fio condutor que tem como o momento de corte a implementação de uma empresa mineadora, referindo-se, portanto, a um momento anterior, à instalação, e os principais efeitos da empresa na vida dessas mulheres. Os autores notam uma identidade territorial e social em cada uma das entrevistadas que orienta a permanência dessas mulheres no território.

O artigo “Entre diálogos e conflitos: o processo de regularização fundiária do Território Quilombola Alto Trombetas II”, de autoria de Raiana Siqueira, analisa as “mesas de diálogo” que foram realizadas para encaminhar alternativas ao direito territorial no caso da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto

Trombetas II (ACRQAT) e o direito difuso ao meio ambiente, neste caso, especificamente, aplicado a duas Unidades de Conservação federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), localizadas no estado do Pará. A necessidade da instauração dessas reuniões promoveu o “diálogo” entre agentes estatais e representantes da associação quilombola. Dessa feita, a autora problematiza o uso dessa categoria, em que consiste e de que forma é acionado entre esses atores sociais. O “diálogo” é visto como uma forma de acelerar os demorados processos judiciais, buscando solucionar situações conflituosas, como no caso o uso da área demarcada como unidade de conservação para caça, pesca e extração comumente realizada pelos quilombolas. No entanto, apresenta-se mais como uma ação institucional que não confere harmonia ao imbróglio.

Em uma perspectiva mais ampla sobre os vieses do processo de regularização fundiária no Brasil, Thereza Christina Menezes apresenta o artigo: “Esse governo é de vocês. Do Terra Legal ao Titula Brasil: análise de uma década de políticas de regularização contra o caos fundiário amazônico”. Trata-se de uma reconstituição histórica, enfatizando transformações normativas e procedimentos administrativos desde a instituição da Amazônia Legal, passando pelos projetos de colonização na região em 1970 e 1980, o recadastramento das terras nas décadas subseqüente, mas, sobretudo a partir das mudanças introduzidas pelo início do go-

verno Lula em 2002, culminando com a sanção do Programa Terra Legal. A autora afirma que o objetivo é visualizar como as modificações fundiárias foram capazes de alterar os cenários locais. Thereza Menezes aponta ainda na introdução que “a redefinição dos marcos legais para a Amazônia está fortemente vinculado à narrativa da necessidade urgente de um aparato normativo que permitam vencer com celeridade o caos fundiário e a insegurança territorial”. O material analisado são os dados levantados pela pesquisa etnográfica que conduziu ao longo dos anos no Sul do Amazonas, combinado com dados públicos. Outro marco legal importante para o seu trabalho é o Novo Código Florestal de 2012, que flexibilizou a responsabilidade pelo desmatamento. O aumento das queimadas e desmatamento na Amazônia ocorreu sobretudo a partir de 2017, durante os governos Temer e Bolsonaro. Essa ação deprecia o preço das terras, sendo uma espécie de subsídio para os especuladores dessa área. Portanto, trata-se de uma orientação governamental que tem favorecido formas de domínio privado de terras públicas, flexibilização nas leis ambientais e a criação de um cenário conflitivo na Amazônia.

Saindo do território nacional, mas ainda permanecendo na Amazônia, apresenta-se o texto “Movimentos indígenas na Amazônia boliviana: a busca pela Loma Santa, as organizações indígenas e a primeira marcha pelo território e dignidade”, de Renata Albuquerque. A autora pretende oferecer um panorama da diversidade e comple-

xidade da reconstituição histórica da atuação política das populações indígenas que convivem na região do Isiboro-Sécure, na Bolívia, por meio de dados historiográficos e jornalísticos. A autora argumenta que o fato do movimento de busca pela Loma Santa ser um movimento milenarista e profético não o isenta de uma importância política em seus deslocamentos. Ademais, a luta política indígena boliviana não se encerra com o Estado Plurinacional, ao contrário, parece ter sido impulsionada por esse evento. Trata-se de uma relevante contribuição, pois pode-se ter acesso a um texto em português acerca de temáticas que frequentemente aparecem apenas em textos em espanhol ou inglês. Desse modo, expande a literatura disponível e permite olhares cruzados para diferentes contextos que alcancem além dos limites nacionais.

Por fim, em “Políticas de segurança alimentar e Agroecologia na Amazônia: olhares e narrativas roraimenses em disputa”, Igor Calazans e Bernard José Pereira Alves analisam as políticas atuais do Estado em relação ao tema, debruçando sobre um principal problema: quais seriam as percepções de Segurança Alimentar e Nutricional e Agroecologia dos interlocutores na arena decisória local, tais como ativistas agroecológicos, professores universitários, servidores de diversas secretarias de Estado e conselheiros. Na análise das falas dos interlocutores, fica evidente a hegemonia dos discursos a favor do agronegócio da região e ainda mais do princípio de que a pequena produção deve estar inserida dentro da

lógica da produção agroexportadora. Os ordenamentos legais nacionais são utilizados de maneira facultativa pela política local, favorecendo a insegurança ambiental, já somadas à instabilidade da regularização fundiária acima mencionada, bem como o decorrente desequilíbrio ambiental. Não se percebe uma atuação conjunta do Estado, já que ele se afasta das orientações técnico-científicas e de vários diagnósticos produzidos seja pela Academia ou por ativistas.

Analisar situações etnográficas tão pertinentes à Amazônia em um momento político nacional que começa a se apresentar favorável aos povos da floresta é um desafio acadêmico constante e uma responsabilidade desafiadora. Nós, organizadores, esperamos que tenham uma excelente leitura e deixamos o convite para a troca acerca das diversas Amazônias que vivencia(re)mos em nosso país e quiçá na América Latina!

REFERÊNCIAS

Araújo, Marisa Barbosa. 2017. Regularização fundiária e territorialidades: o caso do Projeto de Assentamento Jatapu – Roraima, in *Anais do 41º Encontro Nacional da ANPOCS*.

Barros, Nilson Cortez Crócia. 2009. Memória Oral e Escrita, frentes florestais e a construção do trabalho geográfico. *Revista de Geografia* 26 (2).

Carneiro, Ana, Dainese, Grazielle. 2015. Notas sobre diferenças e diferenciações etnográficas do movimento. *Ruris* 9(1): 143-166.

Cordeiro, Manuela Souza Siqueira. 2021. Discursividades em disputa: O caso de sobreposição na TI Uru-EuWau-Wau em Rondônia, in *Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira*. Organizado por Beltrão, Jane Felipe, Lacerda, Paula, pp. 173-190. Brasília: Edições ABA.

Cordeiro, Manuela Souza Siqueira, Alves, Bernard José P. 2019. Sociodiversidade, lutas e direitos. A regularização fundiária em Roraima. *Beira do Rio* 5 (34): 1 - 6.

Lacerda, Paula. 2014. *Mobilização social na Amazônia: a 'luta' por justiça e por educação*. Rio de Janeiro: E-Papers.

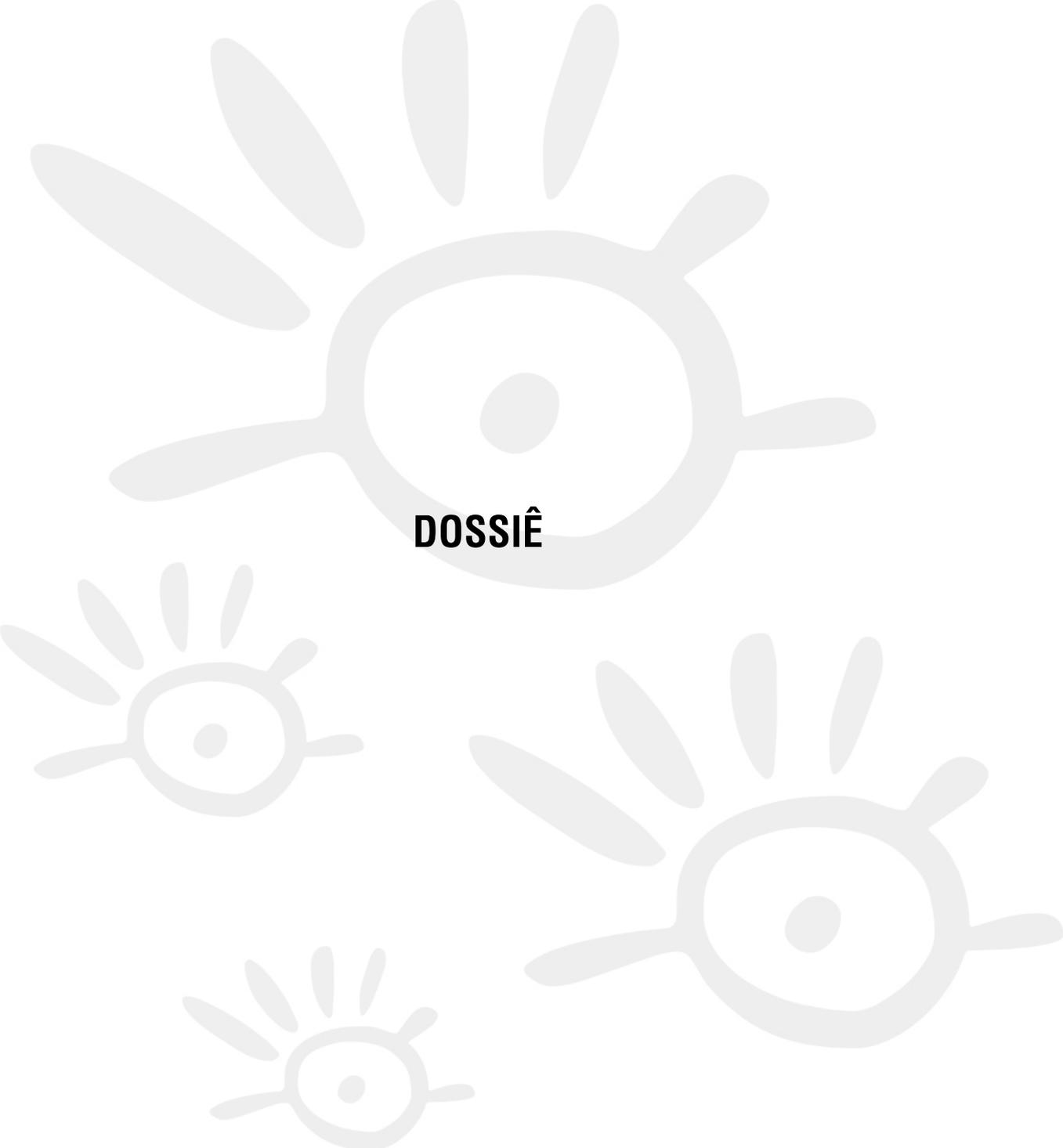
Little, Paul. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia* 322.

Palmeira, Moacir. 1977. A invenção da migração, in *Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste (Relatório de Pesquisa)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ (mimeografado).

Santos, Maria José. 2010. Em busca da terra: migração, organização e resistência na política de colonização no Sudeste de Roraima (1970 – 1990). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Souza, Candice Vidal, Guedes, André Duman (Orgs). 2021. *Antropologia das mobilidades*. Brasília: ABA Publicações.

Silva, Katiane. 2022. Relações de poder e disputas territoriais: algumas reflexões sobre políticas de estado e povos indígenas no Baixo Amazonas-Territorial disputes and power relations: some reflections on state policies and indigenous peoples in the Lower Amazon. *Anuário Antropológico* 47: 44-65.

The page features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot in the middle, surrounded by several curved rays of varying lengths. The largest sun is at the top center, with a smaller one to its left, another to its right, and the smallest one at the bottom left.

DOSSIÊ

OCUPAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA NO ASSENTAMENTO JATAPU, RORAIMA¹

Marisa Barbosa Araujo

Instituto de Antropologia - Universidade Federal de Roraima

Aranha Micaelle dos Santos Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Roraima

submissão: 12.05.2022 aprovação: 24.10.2022

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

RESUMO

O presente trabalho aborda estratégias de permanência na terra e de reprodução social do modo de vida de famílias de agricultores na Amazônia brasileira. A partir da experiência da ocupação da Vicinal 15, do Assentamento Jatapu, na região Sudeste de Roraima, buscamos compreender como práticas de ocupação e uso do território configuram as vidas de pessoas. Na mesma medida, evidenciamos como modos de ocupação e uso da floresta configuram territorialidades e produzem relações e sentidos sociais. Este artigo é fruto de uma pesquisa etnográfica sensível às relações entre territorialidades, parentesco, à conformação de grupos com projetos comuns de existência e coexistência e ao modo como arranjos imersos em modos específicos de sociabilidade, de ocupação e uso da terra, orientam os sentidos na vida das pessoas do espaço rural no Norte amazônico.

Palavras-chave: Ocupação de terra, permanência na terra, Roraima.

LAND OCCUPATION AND PERMANENCE STRATEGIES IN THE JATAPU SETTLEMENT, RORAIMA

ABSTRACT

This paper addresses the strategies for remaining on the land and social reproduction of the way of life of farming families in the Brazilian Amazon, focusing on the occupation process of Vicinal 15 and Travessão, of the Jatapu Settlement, in the southeastern region of Roraima. Based on the trajectory of some residents - arrivals, departures, permanence and ordinary circulation of everyday life, we seek to understand how practices of occupation and use of territory shape peoples' lives. The local context is framed by uncertainty about land title regularization and highlights the pioneering and leading role of families regarding access to land, in addition to solidarity networks aimed at maintaining or expanding work areas, implemented to ensure family reproduction.

Keywords: Land occupation, land permanence, Roraima.

ESTRATEGIAS DE OCUPACIÓN Y PERMANENCIA DE LA TIERRA EN EL ASENTAMIENTO DE JATAPU, RORAIMA

RESUMEN

El presente trabajo aborda las estrategias de permanencia en la tierra y de reproducción social del modo de vida de las familias campesinas en la Amazonia brasileña, centrándose en el proceso de ocupación de Vicinal 15 y Travessão do Assentamento Jatapu, en la región sureste de Roraima. A partir de la trayectoria de algunos residentes -llegadas, salidas, permanencia y circulación ordinaria de la vida cotidiana- buscamos entender cómo las prácticas de ocupación y uso del territorio configuran la vida de las personas. El contexto local está enmarcado por la incertidumbre sobre la regularización de los títulos de propiedad de la tierra y se destaca el espíritu pionero y el protagonismo de las familias con respecto al acceso a la tierra, además de las redes de solidaridad destinadas al mantenimiento o la ampliación de las áreas de trabajo, implementadas para asegurar la reproducción familiar.

Palabras clave: Ocupación de tierras, permanencia en la tierra, Roraima.

1. INTRODUÇÃO

Uma das particularidades do meio rural do estado de Roraima é a possibilidade de haver terras ainda a serem abertas, isto é, que estão sob a tutela seja da União ou do Estado passíveis de serem ocupadas por famílias que tornam o espaço da floresta agricultável. Esse é o caso da porção territorial adjacente à Vicinal 15, localmente conhecida como Travessão², ocupada por um grupo de famílias que a partir de 2014 passa a demandar à Superintendência Regional em Roraima do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA) a titulação dessas terras.

A Vicinal 15 faz parte do Assentamento Jatapu, criado pelo Incra em 1983 e encontra-se a cerca de 5 km da vila de Entre Rios, pertencente ao município de Caroebe. A localidade fica a uma distância aproximada de 300 quilômetros da capital do estado de Roraima. Os moradores, em sua maioria, autodefinem-se como agricultores e dedicam-se ao trabalho agrícola. No entanto, é importante destacar que a atividade agrícola não é a única empreendida por essas famílias. Para além da criação de pequenos animais e da coleta de castanha há também a caça e embora não sejam atividades percebidas como definidoras de

identidades locais, elas revelam a diversidade de engajamentos dessas pessoas com o território e os recursos naturais. A região destaca-se pela produção de banana, que é cultivada também pelos moradores da Vicinal 15 e do Travessão, além de outros cultivos que vêm se destacando nos últimos anos, sobretudo hortaliças e frutíferas juntamente com a criação de pequenos animais, o processamento da farinha de mandioca e o extrativismo da castanha, fontes de renda para as famílias locais.

Algumas das famílias que ocuparam essas terras em meados das décadas de 1970 e 1980, no contexto das políticas de implementação dos assentamentos rurais na Amazônia, permanecem morando e produzindo na área. A oferta de terras não atendeu à demanda da segunda e terceira gerações e impulsionou a abertura e ocupação do Travessão, porção de terra localizada fora dos limites do assentamento.

A pesquisa cujos dados são apresentados neste artigo teve início em 2017 e buscou compreender o processo de chegada dos moradores e ocupação do lugar, a conformação da territorialidade local, informada pela multiplicidade de usos e significações dos diferentes espaços, e a reverberação da situação fundiária do cenário de Roraima na vida das famílias residentes na Vicinal 15 e no Travessão³. Acompanhamos as famílias desta região por

²Travessão é um termo local que designa um modelo de abertura espontânea que conecta uma vicinal a outra. Ou seja, uma espécie de ramificação transversal aberta pelos moradores da Vicinal. No entanto, o Travessão da Vicinal 15 não a interliga com outra vicinal, configurando-se somente como uma extensão.

³O projeto de pesquisa “Regularização fundiária, trajetórias de ocupação e territorialidades em Roraima”, contemplado pelo Edital Universal 2016 do CNPq, foi coordenado pela primeira autora deste artigo e contou com a participação da segunda autora como bolsista de Iniciação Científica. Teve início em 2017 e foi finalizado em 2022.

meio de frequentes viagens de campo, com diferentes tempos de permanência.

Centramo-nos, para esta análise, na escala local, com o foco no território específico da Vicinal 15 e do Travessão e nas trajetórias⁴ de moradores (chegadas, saídas e permanências e a circulação ordinária do cotidiano: de gente, de informações e rumores). A circulação de pessoas e de informações são lidas aqui como parte da rede de solidariedade e de ajuda local e como possibilidade de estabelecimento e solidificação de vínculos. Desse modo, o lugar é entrecortado por relações entre pessoas e entes que o conforma e o constitui, pressupondo também uma dimensão temporal, incorporando processos e mudanças. Nesse sentido, buscamos apoio na proposta metodológica de Vincent (1987), de compreensão do universo local enquanto “fluxo organizado”.

Pelos relatos de alguns dos moradores pioneiros do lugar, buscamos revelar formas de acesso a terra e estratégias⁵ ligadas a grupos de parentesco e afinidade visando à manutenção ou ampliação de áreas de trabalho implementadas para assegurar a reprodução familiar. Buscamos também enfatizar a capacidade de agência⁶ dessas famílias, ou seja, práticas interessadas de pessoas reais (Ortner 2007) no sentido de formular e rea-

lizar projetos revelando, sob suas circunstâncias, formulação de estratégias e resistência possíveis no quadro da multiplicidade de relações em que estão engendradas.

2. COLONIZAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE DE RORAIMA

Roraima reproduz em grande parte o processo de colonização do restante da Amazônia. Especialmente a partir do golpe militar de 1964, a região passa a ser alvo de políticas do governo federal para ampliação de sua ocupação, com a abertura de novas áreas, distribuindo terras públicas em territórios supostamente considerados ainda não habitados. Aliados à política agrária, havia também programas de desenvolvimento para a Amazônia que, articulados, permitiram, na década de 1970, a elaboração da estratégia geopolítica do governo militar combinando programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia (Kohlhepp 2002).

Até meados daquela década, entretanto, o então Território de Roraima permaneceu esparsamente povoado e economicamente isolado, de acordo com o discurso oficial do governo federal, que operava com formas de clas-

⁴ Usamos aqui a categoria trajetória como uma série de posições sucessivas de um mesmo agente em um espaço do devir, sujeito a transformações, sentido dado por Bourdieu (1996), buscando entender os contextos que dão sentido às histórias de vida e aos movimentos.

⁵ A noção de estratégia aqui empregada está remetida às escolhas ao sentido dado por Bourdieu (2004), que incorpora a ideia de intenção, de pessoas culturalmente constituídas no mundo e com habilidade de iniciar e realizar projetos.

⁶ O conceito de agência é empregado com base nas proposições de Ortner (2007). A autora distingue dois tipos de agência, reconhecendo a articulação e a inter-relação entre ambos: a agência de poder, que envolve tanto a dominação quanto a resistência; e a agência de projetos, orientada pelo desejo de ir além das próprias estruturas de vida.

sificação exógenas às populações que de fato habitavam a região⁷. O entrave maior à ocupação promovida pelos processos de colonização era a exclusividade do rio Branco como via de acesso.

O Programa para a Integração Nacional (PIN), em curso na primeira metade da década de 1970, viabilizou a construção de rodovias de longa distância, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho-Manaus. De acordo com Kohlhepp (2002: 38), “...tais estradas serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento” (Kohlhepp 2002:38).

Desse modo, no âmbito do PIN, o processo de abertura das rodovias BR-174 e BR-210 foi, em grande medida, responsável pela ampliação do fluxo de famílias que se deslocaram para o Território de Roraima⁸. A rodovia BR-174, cuja construção teve início em 1970 e foi concluída

em 1977, foi projetada para atravessar a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira do Amazonas, estabelecendo o elo terrestre entre Boa Vista e Manaus⁹. A rodovia BR-210, a Perimetral Norte, abriu o flanco Sudeste de Roraima, permitindo que essa região fosse também ocupada pela população que chegava¹⁰.

A rodovia BR-210 começou a ser construída em 1972, no trecho em que hoje se encontra a Vila Novo Paraíso, no sentido Leste. Em três anos foram abertos 83 quilômetros construídos pela empresa Paranapanema, atravessando regiões inteiras de mata virgem, sem interligar nenhum grande núcleo populacional no interior do território. Em 1975, a rodovia Perimetral Norte já alcançara o local onde hoje se encontra o núcleo do município de Caroebe. Famílias vindas de outros estados e regiões começaram a chegar à área, se aventurando em caminhões e ônibus pelas estradas recém-abertas, em busca da terra, em novos espaços produtivos (Barros 1995, Santos 2010).

⁷Sobre a história de Roraima e processo de ocupação anterior à década de 1970, ver Farage (1991), Vieira (2007), Farage e Santilli (1992) e Barros (1995).

⁸É importante destacar que o processo de construção das rodovias federais exerceu um impacto negativo nas populações indígenas de Roraima. Entre os anos de 1973 e 1974, durante a construção do trecho da Perimetral Norte, que incide sobre a Terra Indígena Yanomami, estima-se a morte de aproximadamente 22% da população indígena local.

⁹Importante ressaltar que o processo de construção da BR-174 atingiu negativamente a população Waimiri-Atroari e envolveu uma longa história de conflitos (Baines 1996). O relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), no volume 2, denuncia todas as violações de direitos humanos que os grupos Yanomami e Waimiri-Atroari sofreram durante a construção das BR no estado de Roraima. Também é relevante apontar que embora concluída, a rodovia não foi pavimentada de imediato, causando dificuldades no tráfego de acordo com a sazonalidade. Há relatos de que durante as chuvas, o trajeto a ser percorrido de Manaus-Boa Vista chegava a demorar, em média, de 30 dias a três meses (Monteiro & Laroque 2018).

¹⁰O traçado planejado para a rodovia Perimetral Norte passava pelos estados do Amazonas, do Pará, do Amapá e de Roraima. A proposta era cortar toda a Amazônia brasileira, desde o Amapá até a fronteira colombiana no estado do Amazonas. Até hoje, somente um trecho em Roraima (com pouco mais de 400 quilômetros) e outro no Amapá (com cerca de 100 quilômetros) foram construídos.

A partir da segunda metade da década de 1970, o Território de Roraima configurava-se como uma ‘última oportunidade’ de ter terra. A população, que em 1970 se aproximava de 41.000, chegou, em 1980, a 79.159 pessoas (Diniz & Santos 2005).

A política governamental de acesso a terra em Roraima apresentava menos exigências quanto ao perfil dos solicitantes em relação a outros estados da Amazônia, como aponta Cordeiro (2021). Além disso, a descoberta de jazidas de ouro e diamante na porção Norte do território, em meados dos anos 1980 também contribuiu para chegada de um grande número de pessoas à região. Entre os anos de 1987 e 1991, estima-se que cerca de 4.000 pessoas estavam diretas ou indiretamente envolvidas com a atividade do garimpo em Roraima (Diniz 2008).

Assim, é relevante apontar que o deslocamento de milhares de pessoas para região foi motivado pela perspectiva do acesso a terra nos polígonos de colonização, mas também pela busca da fortuna nos garimpos e pela possibilidade de trabalhos na construção das estradas. A repercussão dos rumores sobre a construção da BR-210, a ‘fofoca’ do garimpo, e as notícias sobre a distribuição de terras foram difundidas através das relações de sociabilidade entre parentes, amigos e conhecidos, gerando o sentimento de tentar a vida na região Norte (Silva Neto 2014).

3. ABERTURA E OCUPAÇÃO DAS TERRAS

Barros (2009) salienta que a fronteira de ocupação em Roraima pode ser considerada tardia, quando comparada a outros investimentos federais na Amazônia, como no Acre e Rondônia, cujo fomento ocorreu no início da década de 1970. Acrescido a isso, há o fato de que a gestão da abertura das terras foi realizada de forma pouco sistemática, realizada por famílias que chegavam, independente da ação governamental. O Incra iniciou sua atuação na região somente em 1979, com a criação do Projeto de Assentamento Anauá, às margens da rodovia BR-174.

O deslocamento das famílias para essa região ocorreu principalmente na segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980, conforme mencionado anteriormente. Nesse sentido, Silveira e Gatti (1988) salientam que o processo de povoamento na localidade ocorre antes do assentamento oficial. Essa colonização “espontânea”, nas palavras dos autores, “se efetiva pela penetração dos migrantes nas picadas, abertas por eles mesmos” (Silveira & Gatti 1988: 52)¹¹.

Relatos do processo de abertura das terras revelam esse modo específico de ocupação, o sr. João Pereira, morador da região, chegado à década de 1970, e que se tornou importante liderança local, em entrevista concedida a Santos (2010), conta que:

Durante os anos de 1970, e 1974, a gente tinha que se virar pra dar terra pros que chegavam. Eu tirava aquele cipó de titica, media cinquenta metros dele usava como fita métrica pra medir os lotes que eram de 100ha e fazíamos então um

¹¹Picadas são caminhos na floresta feitos somente com o auxílio do facão.

sorteio, colocando os nomes das pessoas num saco, eles tiravam um papel com um número dentro de um saquinho, era na sorte, cada um tirava o número que por sua vez era o próprio número do lote onde iria ficar. Eu dizia: “olha a esquerda é par e a direita é ímpar”, dessa forma nunca teve briga. A minha própria sogra é que digitava numa velha máquina de datilografar o documento de posse, que eu mesmo assinava. Inclusive fui preso quando o INCRA chegou e levado pela Polícia Federal por estar doando terra da União. Levaram-me daqui pra lá preso... Mas eu entrei dez quilômetros de mata abrindo uma vicinal, pois não existia vicinal, os colonos chegavam, ficavam aqui, não tinham nada, queriam trabalhar na minha terra, nos vizinhos; eu disse “não, não precisa, aqui nós estamos no meio de muita terra graças a Deus”. Nós iríamos esperar por quem? Chegavam três ônibus por dia, assentei quarenta famílias. (Santos 2010:43).

Cabe ressaltar algumas especificidades do processo de ocupação: em primeiro lugar a anterioridade da ocupação em relação à presença e regularização do Incra, ou seja, as famílias que primeiro chegavam, abriam picadas na floresta e se estabeleciam e à medida que outras chegavam, iam também abrindo os lotes¹². O processo de abrir um lote se inicia com a marcação dos limites através de picadas, visando à ocupação efetiva e a transformação do espaço da floresta em terra agricultável. Abrir o lote e realizar algum cultivo legitima a posse e quem abre passa a ser o dono. Conforme afirmou seu Vicente: “Quando eu abro eu abro já plantando, nem que seja um pouco. Porque diz a estória do Incra,

o terreno tem a fotografia do dono. Se o cabra não fizer a fotografia, ele não é dono”. A ideia de ‘fotografia do dono’ pode ser pensada como uma forma de impressão de um caráter pessoal, ou seja, o suor derramado sobre a terra demarca moral e materialmente o estatuto de dono daquele que trabalhou.

Em segundo lugar, no que pese os poucos registros sobre a população que chegava à região durante o final dos anos 1970 e início dos 1980, Silveira e Gatti (1988) destacam o fato de que a proporção entre homens e mulheres era equilibrada, indicando que o deslocamento para a região foi predominantemente realizado pelo grupo familiar. Os autores observaram também que a primeira etapa do deslocamento familiar era realizada pelo chefe de família, ou por outros membros masculinos da família, buscando o reconhecimento das condições locais para a permanência e manutenção do grupo doméstico (Silveira & Gatti 1988)¹³.

Em meados da década de 1980, por meio do Projeto Calha Norte, ações buscavam criar as condições para a permanência populacional na fronteira agrícola mediante melhoria de serviços ao longo da rodovia Perimetral Norte. Durante os primeiros anos da década funcionou, nas imediações da então Vila de Caroebe, um posto do Exército. Com maquinário pesado e apropriado, os militares abriam estradas e vicinais na região.

¹²Conforme Santos (2010), Barros (2009), Silveira e Gatti (1988), Mourão (2011), Tourneau e Bursztyn (2010).

¹³Silveira e Gatti (1988) realizaram um trabalho primoroso e de grande relevância para a compreensão do processo de ocupação da porção Sudeste de Roraima durante a década de 1980. Realizaram pesquisa etnográfica entre os anos de 1983 e 1986 e tiveram acesso a fontes documentais do Centro de Recepção e Triagem de Migrantes e documentos do Incra, como os Cadastros de Identificação de Candidatos a Parceleiros.

Se Roraima guarda como peculiaridade o fato de ser a ‘última fronteira’, os dramas do estabelecimento e permanência na área não destoam de muitos outros encontrados no restante da região amazônica. A falta de infraestrutura e serviços, que dentre outras coisas impedia o escoamento da produção dos recém-chegados mostrava que a possibilidade de ter terra não esgotava os problemas para as famílias.

A despeito das dificuldades, ao longo dos anos subsequentes surgem ao longo da rodovia Perimetral Norte núcleos populacionais, que foram sendo, aos poucos, dotados de infraestrutura urbana e serviços. Funcionavam como a base física de órgãos governamentais para controle da circulação da força de trabalho, do excedente de produção e de eventuais conflitos (Silveira & Gatti 1988) e concentravam pequenos comércios nos quais era possível comprar ferragens, alimentos, tecidos, medicamentos e combustíveis. Tais vilarejos também serviram de polos de atração para a população recém-chegada e deram origem aos atuais municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe¹⁴.

O município de Caroebe fica a aproximadamente 280 quilômetros da capital Boa Vista e abriga o Assentamento Jatapu, implantado pelo Incra em 1983, sendo especificamente voltado à vila de Entre Rios¹⁵.

A criação do assentamento Jatapu está intrinsecamente ligada à abertura da rodovia BR-210, ocupando porção territorial da sua margem esquerda. De acordo com Silveira e Gatti (1988), na ocasião do início do projeto não houve implantação de infraestrutura, a não ser a abertura de vicinais (Silveira & Gatti 1988).

As famílias recém-chegadas, muitas vezes destituídas de bens materiais, contavam umas com as outras para sobrevivência e adaptação na floresta. A constituição de redes de relações que permitiam a realização, em sistema de mutirão, da abertura do lote e de atividades do processo agrícola foi, e ainda é, importante prática entre os agricultores locais, conforme relato de Dona Raimunda Oliveira sobre os desafios do deslocamento para Roraima e permanência na região de Entre Rios¹⁶:

Nós morávamos em Imperatriz, no Maranhão e um vizinho nosso veio conhecer aqui primeiro, Roraima, pra ver se dava dele morar. Aí ele voltou lá para buscar a família e disse: “quero tanto que vocês vão pra Roraima, lá é bom, é lugar novo, lugar bom!”. Aí meu irmão veio aqui pro Caroebe pra conhecer. Não tinha nem Caroebe nesse tempo, não existia comércio, só tinha os lotes mesmo. Na Vila de Entre Rios tinha só mesmo os lotes. Não tinha nem vicinal. Meu irmão passou um ano e voltou e ele disse: “lá é bom e eu vim buscar vocês”. Daí nós arrumamos e

¹⁴São João da Baliza e São Luiz do Anauá foram criados em 1982 e contam com uma população estimada de 7.740 habitantes e 7.600 habitantes, respectivamente (IBGE 2017), já Caroebe, criado em 1997, conta com aproximadamente 9.500 habitantes (IBGE 2017). As distâncias entre as sedes municipais variam entre 25 e 30 quilômetros e se localizam ao longo da rodovia BR-210, sentido Leste, entre o km 500 da rodovia BR-174 e o rio Jatapu, na porção Sudeste de Roraima. O rio Jatapu é o limite Noroeste da Terra Indígena Wai Wai Trombetas-Mapuera.

¹⁵O assentamento tem uma área de 164.212 ha e capacidade para 2.184 famílias. Em 1988 havia 450 famílias assentadas pelo Incra. Atualmente são 1.878 famílias assentadas (Incra 2017).

¹⁶Dona Raimunda de Oliveira, conhecida como Mundoca é esposa do sr. Antônio Carlos Pereira Alves, o sr. Pututa. Chegaram nas imediações de Entre Rios, em 1981. Fazem parte de outra parentela que ocupa a Vicinal 15.

viemos. Viemos com os cinco meninos. Quando nós chegamos aqui foi um sufoco! Os meninos choravam procurando alguma coisa pra comer e não tinha. Lá tinha tudo, né? Verdura aqui não tinha ainda... Nós fomos plantar muda de banana, goiaba, laranja pra poder ter frutas, essas coisas que dá mais ligeiro, né? Aí que nós fomos nos situar pra poder começar. Era bom pra trabalhar, mas era difícil! Chegamos e ficamos na BR. Entramos na Vicinal 15 depois. Minha irmã veio mais cedo aqui pra dentro, quando tiraram a Vicinal ela já entrou (D. Raimunda, comunicação pessoal, set. 2018).

Se mesmo no início da década de 1970 muitas famílias estavam se deslocando principalmente para o Sul do estado e, de acordo com Santos (2010), fazendo a marcação da terra de forma espontânea, sem a presença do Incra, delimitando as áreas com cipó-titica, essa maneira de atuação continua sendo reproduzida nas décadas seguintes. Isto é, uma área de terra é atribuída a cada família, organizada pelos próprios grupos que ocupam as terras, cabendo, posteriormente, ao Incra ou mesmo ao Iteraima, o papel de regularização delas. Essa informação é confirmada não somente pelas famílias que fizeram parte do estudo de Santos (2010), mas também pelos técnicos do Incra que a autora teve a oportunidade de entrevistar, bem como por interlocutores da pesquisa de Silva (2017) e de Pereira (2017). Esses autores abordaram o processo de ocupação e a permanência na terra de moradores em dois outros assentamentos

em Roraima: assentamentos Taboca e Cujubim, respectivamente. Assim, o cenário de hoje revela transformações e recoloca a questão da ocupação e acesso a terra.

Com cerca de 10 quilômetros de extensão, a Vicinal 15 foi aberta pelos próprios moradores antes mesmo da criação do Assentamento Jatapu, conforme relatado por seu Vicente. Atualmente, encontramos ao longo da Vicinal, cerca de 17 unidades familiares interligadas por laço de parentesco, vizinhança e compadrio.

Vicente Alves da Costa¹⁷ chegou na localidade em meados da década de 1970 e conta que a abertura do seu lote, no local onde hoje é a Vicinal 15, foi possível por conta da rede de relações que os poucos moradores mantinham entre si.

Naquele tempo eu mexia com garimpo e morava na boca (da Vicinal). Eu trabalhava com garimpo e tinha feito um dinheirinho. Tinham dois caras que tinham chegado de Brasília, aperreados e perguntaram: “rapaz, não tem um servicinho pra mim aí?” E eu falei: “vai fazer dois alqueires lá...Broca e derruba”. Aí a roça queimou bonito. Aí tinha uma mulher aí que falou: se tivesse estrada, eu ia plantar esse arroz de metade com você. E quando o cabra tá com uma pontinha de dinheiro ele vai, né? E ela *aperreada*, querendo trabalhar... Ela tinha um lote na BR, mas estava sem roça lá. Eu disse: “pode plantar a roça, vocês plantam a roça e quando vocês colherem a roça, a estrada tá feita aí”. Só tinha uma *picadinha* velha aí... Daí eu falei: quando você colher essa roça aí, se quiser vir de *jerico*¹⁸, você vem, ao menos até aqui”. Aí no dia que eles

¹⁷ Vicente Alves Costa, o seu Vicente é o patriarca de uma extensa parentela. Com sua primeira esposa, D. Maria, teve seis filhos e criou dois enteados. Com Graça, sua segunda esposa, teve mais seis filhos. Com exceção de duas filhas do primeiro casamento, que moram em Boa Vista, seus filhos e netos estão residindo na Vicinal 15 e no Travessão.

¹⁸ Jerico é um veículo local usado para transporte de grãos, madeira e outros produtos agrícolas. É feito na região reaproveitando peças de outros veículos e utilizando um motor estacionário.

entraram com arroz, eu fui lá no 500 e comprei 800 litros de óleo, e o cara lá no 500, um tal de Antônio Magro me “deu a máquina”. Eu mesmo operava. Aí meti o trator aí e trouxe até na roça dela. Com isso aí, endoidou o pessoal atacando aqui... E eu fui devolver o trator. Daí invadiram a Vicinal, mas peão não aguenta, não. É difícil! Abria a aberturinha e não se acostumava. Aí eu falei pro pessoal que ficava: vocês seguram o lote de vocês e nós abre no manualzão mesmo! Arranjamos motosserra. Daquele tempo, dos antigos, só tem eu aqui. (Seu Vicente, comunicação pessoal, set. 2019).

Nas margens do Estado (Das & Poole 2004) emergem outras formas de organização e gestão do território recém-ocupado. Conforme Das e Poole (2004), as margens não são simplesmente espaços onde o Estado não penetrou. Ao contrário, as margens “são locais nos quais o Estado é continuamente formado nos recessos, nas reentrâncias e nos intervalos da vida cotidiana” (Das & Poole 2004:23). Esses locais, continuam as autoras, “não são meramente territoriais: eles também são, e talvez mais fundamentalmente, lugares de práticas” (Das & Poole 2004:23).

Assim, a forma específica de abertura e ocupação da floresta, caracterizada pelo pioneirismo, pelo protagonismo das famílias e pela associação de famílias para garantir a viabilidade do projeto de permanência na terra perdura até os dias de hoje e conforma a territorialidade local, ou seja, “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (Little 2002:3).

O modo específico de abertura, ocupação e uso da floresta e seus espaços para a permanência das famílias e para a realização de projetos de vida caracterizados pela agricultura familiar tradicional amazônica configuram a especificidade deste modo de vida (Noda & Noda 2003).

4. SEU VICENTE E A ABERTURA DO TRAVESSÃO

Seu Vicente é maranhense e chegou em Roraima em meados da década de 1970, depois de passagem pelo garimpo Serra-sem-calça, em Rondônia. Acumulou histórias, causos e aventuras nos seus 68 anos de idade. Circulou muito por conta do trabalho nos garimpos: foi andarilho, nas palavras dele mesmo. Sua trajetória de vida permitiu que presenciasse o fluxo migratório e a ocupação do lugar: as pessoas chegavam e abriam picadas na floresta e tiravam os lotes para suas famílias e outras recém-chegadas.

Chegou na região de Caroebe para trabalhar especificamente na empresa Paranapanema S.A., responsável pela construção da rodovia Perimetral Norte e conta:

“Daqui do Entre Rios eu sou pioneiro. Deixei Caroebe prá traz. Só chamava Caroebe o rio. Não era cidade não. Lá era um depósito de cimento da Paranapanema e ficava um homem, o Coquita, vigiando... Aí eu pulei de lá e vim morar aqui. Aqui no Entre Rios não existia ninguém morando não. Só era a estrada aberta.” (Seu Vicente, comunicação pessoal, março de 2017).

Possui vasto conhecimento do ofício de mateiro¹⁹ e por causa de tal ofício ficou famoso por ser o “homem que conhecia toda localidade”.

Com a descontinuidade das aberturas das estradas, Vicente passou a desenvolver outras atividades, trabalhando como mariscador²⁰, isto é, na atividade de caçador e comerciante de pele de onças e gato-do-mato, vendendo ou trocando o couro por itens de consumo: leite, produtos de higiene e limpeza.

Nessa rotina, ele contou que andava em torno de 3 a 4 dias para adquirir os mantimentos, que transportava nas costas, com seu jamaxim, um cesto trançado com folhas de babaçu e cipó. Ia para os garimpos e ficava até seis meses; quando voltava plantava a roça, comprava mercadoria e “caía no mundo” novamente. Depois, como ele próprio conta, “largou da garimpagem” e foi “mexer com agricultura”²¹.

Batistella e Brondizio (2001) apontam que a trajetória de abertura e ocupação de lotes segue movimentos ligados aos estágios de estabelecimento, de expansão e da consolidação da unidade rural. Para esses autores, a magnitude desses pulsos está atrelada à localização e condição do

lote, ao tempo de ocupação, à estrutura e composição da unidade doméstica e, por fim, ao acesso a políticas de crédito agrícola. Acrescida a esses fatores há também a especificidade da forma de uso da terra e recursos naturais, desse modo, ao longo dos anos, seu Vicente passou a abrir picadas, fossem elas trilhas de caça, caminhos para a extração de castanhas e mesmo novas aberturas na floresta para cultivo, estratégia que legitima novas ocupações.

Juntamente com o cultivo agrícola, seu Vicente sempre desempenhou as atividades de extração de castanha. A coleta da castanha ainda é praticada, e é uma atividade sazonal. A safra acontece entre os meses de março a setembro, período em que os frutos – conhecidos como ouriços – caem no chão, debaixo da copa das árvores. As castanheiras são espécies nativas da floresta e há regiões com maior incidência da espécie: os castanhais. Na região de Entre Rios, a coleta da castanha é uma atividade masculina. Assim, aquele que sai para quebrar castanha, abre uma picada na mata e passa por diversas castanheiras, amontoando os ouriços para posterior quebra e retirada das

¹⁹ O mateiro é um exímio conhecedor da floresta, e nas palavras do próprio seu Vicente, “mateiro é quem trabalha na linha de frente, é uma classe de gente que tem o conhecimento da mata para saber as rotas e necessário para as empresas abridoras de estrada”.

²⁰ Mariscador é como eram chamados os caçadores de onça e gato-do-mato, e que comercializavam as peles desses animais, atividade muito praticada por membros das primeiras famílias que chegaram na localidade. Célio, enteado de seu Vicente, contou que “quando os igarapés secavam, esses animais procuravam os igarapés, eu acredito que para pegar algum marisco, né? Algum peixe, algum tipo de animal que ficava ali pela água, naquelas poças d’água. E aí eles faziam as arapucas, as armadilhas e conseguiam capturar esses gatos, né? Por isso chamava mariscador, né? Porque pegavam os felinos que mariscavam esses pequenos peixes e roedores e outras coisas que ficavam na beira d’água...”.

²¹ As pesquisas de campo e a experiência das autoras em Roraima apontam para o fato de que o deslocamento lote-garimpo é constitutivo do seu cenário rural. Poucos trabalhos abordam esta dinâmica no estado, com destaque para a dissertação de Marina Sousa Lima (2018).

sementes. As sacas de sementes são transportadas, carregadas pela floresta para serem vendidas. É interessante notar que tal qual a atividade da caça, a atividade da coleta da castanha não é exercida dentro dos limites de um único lote. Um corpo de conhecimentos e regras específicas orientam a extração da castanha e a caça, e dizem respeito a uma forma particular de gestão e uso do espaço e dos recursos naturais²². As atividades de caça e coleta subvertem a lógica de codificação familiar do espaço agrícola, ou seja, de lotes de terra agricultável que são explorados pelo trabalho familiar. A caça e a coleta da castanha têm uma outra forma de uso do território, atravessando fronteiras e domínios. Tais atividades revelam também uma outra gramática moral, que não se organiza a partir da lógica do trabalho, do suor e da luta da família na roça. Não se pode adentrar uma roça para colher os produtos dos vizinhos, mas é possível adentrar em lotes vizinhos para a coleta de castanhas em castanhais nativos ou para perseguir um animal.

Assim vemos que a especificidade da forma do uso da terra por famílias de pequenos agricultores em áreas de floresta amazônica envolve a distribuição espacial de diversos componentes e

atividades que, articulados, compõem o sistema de produção local: o roçado, onde são cultivadas as espécies de ciclo anual; a capoeira, que são as terras em repouso; o quintal ou terreiro no qual estão cultivadas as frutíferas e hortaliças; a área da mata onde são realizadas as atividades extrativistas, como a caça, pesca e extração de alimentos, fibras e remédios (Noda & Noda 2003)²³. Há ainda entre os moradores da Vicinal 15 e do Travessão, a prática da criação de animais de pequeno porte e recentemente a criação de pequenos rebanhos de gado bovino também adotada por alguns dos moradores, sendo realizada em pastos abertos próximos às casas.

O uso de estratégias de reprodução social que visam garantir a permanência na terra, o problema da fragmentação da terra ao longo do tempo e o controle desse processo são questões recorrentes que levam à adoção de diferentes dinâmicas da agricultura familiar²⁴. Moura (1978) cita a combinação de outras estratégias: o uso da terra apenas como espaço de morada para os filhos, a saída das filhas para as terras dos sogros, a migração de outros filhos para a cidade, e mesmo a compra ou ocupação de novas terras com vistas à não fragmentação da terra e a garantia da reprodução familiar.

²² Para mais detalhes sobre sistemas de uso comum dos recursos naturais conferir: Araújo (2014), Barbosa e Marin (2010) e Diegues e Moreira (2001).

²³ A lógica de organização do espaço de produção, baseada na agricultura de corte e queima, para além das suas origens indígenas, é encontrada também entre populações quilombolas e camponeses nordestinos, tais como os interlocutores deste trabalho. É também objeto de muitos estudos, como os de Woortmann (1982), Ludivine et al. (2020), Adams e Murieta (2008) e Cardoso (2008, 2009).

²⁴ Estratégias sucessórias para a reprodução social de famílias rurais vêm sendo objeto de diversos estudos. Para citar alguns: Brumer e Anjos (2008), Woortmann (1995), Carneiro (1996), Godoi (1999), Almeida (1986), Woortmann (1990) e Garcia Jr. (1989).

Em face dos entraves na regularização fundiária na área da Vicinal 15, pensar em uma vertente geracional de produção familiar torna-se problemático. Essa condição, aliada à disponibilidade de terras a serem abertas, impulsiona o deslocamento para outras áreas, tal qual o Travessão da Vicinal 15, atualmente ocupado, entre outros, por filhos dos primeiros ocupantes do assentamento Jatapu.

A porção territorial onde foi aberta o Travessão é adjacente à área da Vicinal 15, porém fica fora dos limites do assentamento, em uma área da União. Seu Vicente conta que era a sua picada de caçada: “há muitos anos passo por lá”. Há cerca de 10 anos “tirou uns lotes” pensando nos filhos, já que três deles estavam morando em Boa Vista. Desse modo, situamos a estória da abertura do Travessão como uma estratégia de reprodução social e espacial do modo de vida e do sistema de produção local: uma área de uso e cultivo familiar, aberta pelo seu Vicente e ocupada inicialmente por sua parentela²⁵.

“Só era eu mesmo que plantava lá dentro, tinha o Celino, esses meninos, tinha terreno lá dentro, mas não moravam. E sempre abria, fazia um pedacinho, fazia outro. Lá tinha de tudo. [...]. Em seis meses apareceu o Zeca, foi e derrubou ali um pedaço, depois de quase um ano, apareceu o “Cútia”, depois a Sabá e a Vilmara. Dei um pedaço de terra para Vilmara. No Zeca ainda

tem a pedra da marcação. Aí vieram todos os filhos, e decidi ficar por aqui.” (Seu Vicente, comunicação pessoal, set. 2019).

A adoção dessa estratégia para a sucessão geracional na terra permite perceber uma das diferentes formas pelas quais famílias de agricultores neste contexto social específico reproduzem-se socialmente e dão continuidade às suas atividades, garantindo a permanência na terra. Ainda que os filhos de seu Vicente tivessem optado por deslocamentos²⁶, circulando por outros espaços e localidades, ele garantiu-lhes a possibilidade do retorno, como relata uma de suas filhas, Vilmara:

“Eu só consegui aqui, por causa do pai que segurou essas terras. Morei em Rorainópolis, morei em Boa Vista, voltei pra cá, fui pra lá de novo. E ele segurou. Quando eu disse que voltaria, ele me deu, agora que não vou sair daqui. Já morei em muitos cantos. Eu nasci e me criei aqui, bem dizer. A vida da cidade é muito complicada: morei 10 anos em Rorainópolis, voltei pra cá, passei um tempo aqui, voltei pra Boa Vista, onde passei 10 anos e decidi voltar pro meu lugar. Fui porque os meninos eram pequenos e tentei dar uma vida melhor, porque assim, pra pessoa trabalhar sozinha e sustentar um monte de menino é difícil. Minha opção era ir pra cidade, criei todos e agora eles vão trabalhar pra mim. O que podemos oferecer aos filhos é o estudo. Eu não tinha nenhum domingo de folga, eu não tinha nada, só trabalhando para os outros. Lá em Boa Vista, não consegui nenhuma casa pra morar, apenas um terreno.” (Vilmara, comunicação pessoal, set. 2018).

²⁵ Usamos aqui a definição de Almeida (1986:12), que compreende parentela como “coalizões políticas de grupos domésticos (famílias) ligados por parentesco, isto é, por laços de consanguinidade (que são bilateralmente reconhecidos)”.

²⁶ A análise da migração e dos deslocamentos como constitutivos das dinâmicas e estratégias de reprodução social camponesa, sejam eles sazonais ou permanentes, é objeto de estudo na literatura nacional e internacional: Garcia Jr. (1989), Menezes (2009) e Scott (2009). Para a literatura acerca de movimentos e a gramática moral subjacente, conferir Comerford (2014).

O ano do início da abertura da picada é impreciso, porém a marcação dos lotes de modo mais sistemático ocorre a partir de 2010 e a organização espacial foi pensada estrategicamente para que os seus filhos pudessem ficar perto uns dos outros, ou seja, a estratégia foi garantir a permanência da parentela no Travessão. Conforme relata Lena, nora de seu Vicente:

“Seu Vicente já tinha algumas produções, porém não escoava... só plantava para alimentação da família. Não era dele, trabalhar como ele trabalha agora, agora ele trabalha... agora ele tem bananal, roça e aquilo. Eu acho que ele fazia isso pra segurar os lotes, pra dizer que plantava e que tinha dono. Agora sim, ele tem seu lote e seu bananal bonito. Igual a todo mundo que tem seu lote. Ele trabalhava só pra dizer que era seu, estava marcando território. Quando chegamos aqui não tinha estrada, era assim, pegamos a foice e abrimos o caminho, mato de um lado e outro. Nosso transporte era uma égua, não era carro nem moto, aqui só entrava uma égua, a lama batia nos joelhos.” (Lena, comunicação pessoal, set. 2019).

Na ocasião da ocupação, com a abundância de terras, seu Vicente conta que “surgiu a fofoca da terra e foi entrando gente e reabrindo”. Moradores da Vicinal 15 e de outras vicinais chegaram para “tirar lotes” na área, com o consentimento de seu Vicente. Afinal, como ele afirma, “é se unindo que se consegue as coisas”. Assim, motivados também pela disponibilidade de terra e pela qualidade dos solos da região, agricultores tiraram lotes e iniciaram o cultivo de roças de banana. Juntos, utilizando motosserras e em sis-

tema de mutirão, converteram a picada original em um carreador²⁷, e, posteriormente em um travessão, que permite o trânsito de motos, caminhões e caminhonetes, de acordo com o regime de chuvas da região²⁸. Alguns dos desafios dos primeiros anos de ocupação da região se recolocam. A dificuldade da abertura da via de acesso para a locomoção e transporte de produção é o maior deles. Desse modo, redes de ajuda e solidariedade – que vão além daquelas de parentesco, abarcando também relações de amizade, são acionadas e moradores locais continuam a se articular para solucionar problemas imediatos de forma coletiva. Nesse sentido, movidos pela péssima situação do Travessão após o período das chuvas mais intensas, os agricultores se mobilizaram para pagar combustível e as diárias para operadores de máquinas para que dois tratores abrissem o Travessão.

Cerca de 24 famílias ocupam os lotes do Travessão. Segundo seu Vicente, “o pessoal pegava terra grande e depois foi vendendo”. Assim, alguns dos atuais donos residem nos lotes dentro do Travessão; outros moram na Vicinal 15 ou em outra vicinal nas proximidades e utilizam a área para o cultivo da banana, mandioca e para outras atividades extrativistas. A péssima condição de trafegabilidade durante o período de chuvas aliada à ausência da rede de energia elétrica são os maiores impeditivos à fixação de residência no Travessão.

²⁷A diferença entre carreador e travessão diz respeito à trafegabilidade e condições da estrada.

²⁸O clima de Roraima caracteriza-se pelo inverno chuvoso, que ocorre entre os meses de abril a setembro, e pelo verão seco, que ocorre entre os meses de outubro a março.

5. O IMPASSE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Problemas relacionados à regularização fundiária são o principal entrave para o uso da terra e a efetiva atribuição de direitos na Amazônia Legal. Tal situação tem implicações diretas no desenvolvimento econômico, no aumento da taxa de desmatamento, no crescimento do número de conflitos e expropriações, nas decisões de agricultores acerca das formas de uso da terra e nas estratégias de sucessão²⁹.

Os estados do Amapá e de Roraima possuem ainda uma situação peculiar: foram criados a partir da Constituição Federal de 1988 por transformação dos respectivos territórios federais. Isso significa que para implementar qualquer programa de regularização fundiária é necessário primeiramente transferir ao domínio desses estados as terras pertencentes à União.

Em Roraima, o processo de transferência das terras da União ao domínio do Estado não ocorreu de forma automática. De acordo com Souza (2015), somente em 2001 foi promulgada a Lei n. 10.304 atendendo a esse objetivo. No entanto, a regulamentação desta lei, publicada pelo Decreto 6.754 só ocorreu em 2009. Tal decreto trouxe uma série de condicionantes, requerendo análises e investigações acerca da situação jurídica institucional do estado de Roraima, que permanece sem ingerência sobre considerável parte das terras dentro do seu limite geográfico (Arantes 2009).

Assim, a visibilidade de tensões pela terra tem

emergido mais recentemente especialmente a partir da reconfiguração das responsabilidades do poder público local diante do repasse de mais de 6 milhões de hectares, anteriormente de responsabilidade da União, para o controle do governo estadual. Diante da iminência do repasse das terras, todo um complexo esquema de reordenamento da questão fundiária no estado se estabeleceu. Nesse processo, a indefinição sobre os limites dessas áreas e a discussão sobre qual ente federativo é de fato responsável por sua administração e titulação criam um ambiente de indefinição que vem imobilizando uma série de ações ordinárias referentes ao uso dessas terras pelas populações rurais.

Fruto dessa indefinição, até o momento, nenhum dos 67 assentamentos criados pelo Incra é emancipado – desde os projetos de colonização em suas diferentes modalidades, até mesmo os projetos de assentamentos, isto é, todas essas áreas ainda estão sob a tutela do Incra, mesmo que tenham sido criadas há mais de 30 anos.

Assim, eis um pequeno quadro que o imbróglgio da questão fundiária em Roraima acabou por desenhar: famílias que ocuparam os lotes do assentamento Jatapu no final da década de 1970 e meados da década de 1980, e desde daquela época permanecem morando e produzindo na área, ainda que não possam legalmente alienar ou tampouco dividir a terra entre os filhos, pois o assentamento ainda não foi emancipado (momento a partir do qual é permitido o registro da propriedade em cartório).

Ainda que exitosos na atividade agrícola,

²⁹ Ver Alston et al. (2012), Araújo et al. (2018), Benatti (2009), Wood et al. (2001) e Menezes (2015).

essas novas gerações de agricultores familiares permanecem enfrentando os mesmos dilemas³⁰ das primeiras levas de agricultores, uma vez que a imobilidade dos órgãos responsáveis pela regularização fundiária no estado de Roraima – fortemente impactada pela discussão sobre o repasse de terras da União ao Estado – acaba por promover os mesmos obstáculos para o gerenciamento produtivo e familiar para aqueles envolvidos com a agricultura de base familiar no estado.

Os moradores da Vicinal 15 possuem, em sua maioria, o Contrato de Concessão de Uso (CCU). No entanto, ainda não foi finalizado o processo de georreferenciamento dos lotes, prerrogativa para a emissão dos títulos definitivos, regularização fundiária e emancipação do assentamento.

A situação da regularização do Travessão aparenta ser mais complexa, visto que sua localização extrapola os limites do assentamento e incide em terras que ainda necessitam ser discriminadas e repassadas ao estado de Roraima. Tal condição coloca os agricultores locais em um cenário de instabilidade e insegurança em relação à permanência na terra.

6. RUMORES, SOCIABILIDADE E PERTENCIMENTO

Foote-Whyte (1943) escreveu que as interações sociais dos pesquisadores com os interlocutores dependem das relações interpessoais desenvolvidas:

um simples café ou a ajuda em pequenas tarefas cotidianas nos proporcionou conversas valiosas com nossos interlocutores, moradores da Vicinal 15 e Travessão. Foram nessas situações que escutamos diversos rumores que circulavam entre a rede de sociabilidade de seu Vicente. A maioria dos rumores era sobre as brechas causadas pela incerteza do processo de regularização fundiária.

A circulação de rumores na Vicinal 15 e Travessão é merecedora de uma análise mais profunda e detalhada, que não será realizada neste artigo. Ao abordar os rumores nesta sessão, intencionamos iluminar o aspecto da comunicação cotidiana que cumprem os rumores, cuja difusão acontece pela circulação e interação entre moradores da Vicinal e Travessão, conformando também estratégias de permanência na terra. Rumores espalham e circulam por meio de uma dinâmica própria baseada em critérios de hierarquia e legitimidade (Piaia 2018). Tais informações emergem e circulam no contexto da insegurança e incerteza em relação à titulação da terra do Travessão e povoam conversas relacionadas à perspectiva de projetos para um futuro mais imediato.

Anos atrás circularam rumores de que Zé do Galdino, um fazendeiro da região e conhecido grileiro de terras, estava fazendo abertura nas terras que fazem fundo com os lotes do Travessão. Ninguém sabia ao certo como eram essas aberturas e tampouco a intenção do grileiro. No

³⁰ A dificuldade para o escoamento da produção dada a péssima trafegabilidade das vicinais, a incerteza da documentação da terra, a falta de acesso aos programas de créditos, a inexistência de assistência técnica rural, a ausência de serviços públicos, como escola e posto de saúde e até mesmo energia elétrica no Travessão e Vicinal 15, são alguns dos entraves que se atualizam, embora em outros contextos.

entanto, em adição ao clima de tensão e de insegurança gerado, moradores passaram a se visitar fazendo circular também notícias da movimentação nas áreas de floresta mais remotas, trazidas por quem havia realizado uma caçada ou uma incursão para alguma coleta³¹.

Há um razoável trânsito de moradores que circulam entre lotes vizinhos, quer sejam do Travessão ou da Vicinal 15. As famílias possuem pelo menos uma motocicleta e há um fluxo cotidiano de idas e vindas para a Vila de Entre Rios, para a compra de mantimentos ou outros serviços. Nesses movimentos, fazem paradas em casas vizinhas, e com isso, circulam notícias, produtos, rumores, fofocas.

Não por acaso, os filhos de Vicente que estavam residindo em Boa Vista e já com desejo de regressar para a Vicinal, concretizaram o retorno. Zeca e Cutia – como são conhecidos – e suas respectivas famílias passaram a ocupar os seus lotes de dentro do Travessão, construindo moradias e iniciando o plantio de bananas.

Seu Vicente aponta que cultivava na localidade, indicando a posse e garantindo a terra para seus filhos:

“Eu fiz a abertura prá lá e tinha o Zé do Galdino e ele fez umas áreas de terra aí dentro. Ele mandou uns empregados abrir e passou das minhas aberturas. Ele desconfiou, porque quando os caras foram cortar picada, trouxeram milho verde, trouxeram feijão verde, abóbora...Lá de dentro. Eu já tinha plantado.” (Vicente, comunicação pessoal, set. 2019).

Firth (1956) argumentou que os antropólogos são afetados em suas etnografias pelos rumores. Ao detalhar a vida social dos ‘nativos’ da Ilha Tikopia notou que o rumor se caracteriza pela disseminação de relatos não verificados, de precisão duvidosa e estão principalmente entrelaçados aos assuntos sociais. Desse modo, os rumores não têm papel meramente negativo no cotidiano e não são invenções. Ao contrário, corroboram com o funcionamento social e são modos de conhecer o mundo e de exercer alguma forma de controle sobre acontecimentos que se desenrolam nele. Assim, a difusão dos rumores não diz respeito à ação de indivíduos de forma isolada, mas apontam para a participação em processos mais amplos de constituição de redes e pertencimentos.

Gluckman (1963) sugere que os rumores são processos da manutenção e perpetuação de um grupo social, desse modo, podem funcionar no sentido da manutenção da moral e valores coletivos, além de facilitar o controle e regular as disputas internas e aspirações individuais dentro do grupo. Em suas análises sobre rumores, ele constatou que o pertencimento a um grupo social também pode ser revelado a partir da adesão e partilha de fofocas e rumores entre seus membros. Rumores, fofocas e boatos possuem funções: transmitem, como também incorporam, regras rigidamente controladas.

³¹ Notamos que caça e coleta, extrapolando o espaço dos lotes familiares, são uma forma de uso do território e de conhecimento do mundo, dos seus habitantes e do que se passa entre eles. Caçar e coletar não é reivindicar apenas com os pés o direito de usar o território para determinados fins, mas também com a mente e com os sentidos.

Os rumores, desse modo, refletem consistências ordinárias da vida e corroboram para o funcionamento social. Rumores circulam, acompanhando a dinâmica de movimentos que as pessoas fazem pelas casas de familiares, parentes e vizinhos, pelas matas, pelas estradas, pelo mundo. Nesse fluxo, movimentam-se não apenas pessoas, mas também informações sobre elas mesmas e sobre o estado do mundo e das relações entre os seus entes.

A área de impacto da Usina Hidrelétrica Jatapu faz limite com a porção territorial do Travessão. Seu Vicente, graças a seu conhecimento de mateiro, “foi convidado a participar da pesquisa da construção da barragem” empreendida pelo governo estadual no início da década de 1990. Ele conta que “ajudou” a delimitar as áreas definindo a área de impacto da hidrelétrica, que ocupa um perímetro de 3 quilômetros a partir da represa. O morador relata que, na ocasião, questionou os responsáveis da empresa sobre a possibilidade de futuras limitações territoriais aos moradores da Vicinal 15, demonstrando que a preocupação com a garantia da permanência na terra é algo que o acompanha, tanto quanto aos outros moradores da Vicinal. Ele foi informado que não haveria nenhum problema, visto que os lotes não incidem nos limites da área de influência da Usina Hidrelétrica de Jatapu, atualmente administrada pela Companhia Energética de Roraima (CERR).

Circularam rumores acerca da intenção do governo do estado de Roraima em desapropriar as terras na região do Travessão e da Vicinal 15 para o aumento da área da barragem da Usina

Hidrelétrica e a interpretação de Manoel, genro de Vicente, acerca dos mecanismos que articulam a política local são muito reveladoras:

“Eles inventam história só para amedrontar as pessoas, porque é só mentira, esse negócio de invasão, ali só é papo. Até porque esse negócio da história da barragem ali que já foi no tempo do Otomar, né!? Ele deixou tudo feitinho já, ninguém vai invadir mais, porque já está tudo no documento. Daí como vão aumentar as terras? Eles mentem, porque são caras que querem ganhar votos. [...] Primeiro, eles fazem muito pra confundir as pessoas, hoje uma reunião aqui, aí hoje eles têm uma explicação, entendeu? Na próxima reunião, a explicação já é de outro órgão, esse que eles falaram hoje, já não fala mais, já é de outro. Todas as pessoas ficam neutras, sem entender o que está acontecendo, mas isso é só meio de política, porque política tem papo demais. Vamos ver se essa história que rolou, aqui! Se não fizermos isso *daqui* a Federal vai chegar e expulsar todo mundo. Onde já se viu isso, em um lugar desse aqui, que tem mais de 10 anos, que tá apropriado, a Federal chegar e expulsar todo mundo? Não é assim, não é bem assim, as coisas não são assim. Política é política, temos que entender que política só ganha eleição com mentira, enganando as pessoas. [...] A gente tendo uma terra documentada é tudo legalizado, nós vamos no banco, fazemos empréstimos e projetos de dez mil, cinquenta mil. Já pensou dez moradores *daqui*, legalizados? Todos fazem um empréstimo no banco de quarenta mil, cada qual tira dez mil, e vamos ajeitar a estrada? A estrada seria um tapete. Por que hoje existe essa dificuldade de nos ajudar? Porque eles sabem, conhecem, se a gente tá com documentos em mãos, a gente tá livre deles.” (Manoel, comunicação pessoal, set. 2018).

Menezes (2020) aponta que rumores circulam também em cenários de instabilidade e precariedade nas relações interinstitucionais e políticas estatais. São diferentes formas de resistência às

grandes narrativas, reexistindo nas pequenas interações e nas comunicações cotidianas que revelam a capacidade de lidar com as situações de conflito e incertezas.

Recentemente, buscando a regularização fundiária de seus lotes, alguns dos moradores do Travessão pagaram cerca de R\$ 3.000 a uma empresa de serviços de georreferenciamento. A empresa parcelou o valor, o que permitiu a contratação do serviço. A intenção foi a de elaborar um mapeamento do Travessão, objetivando adiantar as funções que seriam do Estado, como parte do protocolo para a regularização fundiária. Se a incerteza do título da terra refletia na suspensão do ritmo da vida, paralisando projetos de melhorias nos lotes do Travessão em razão da insegurança em relação à permanência na terra, a realização do georreferenciamento aparenta reverter de alguma forma este quadro. Passamos a observar investimentos diversos: construção de casas de alvenaria substituindo as moradias de madeira serrada, aquisição de placas solares e eletrodomésticos, indicando a possibilidade de um novo cenário. Observamos também uma postura assertiva e consciente em relação à permanência na terra, representada pela fala de Vilmara, filha de seu Vicente:

“Não deixo e nem vou deixar, só se chegar na hora, e dizer que tenho que sair, se não vou continuar trabalhando e produzindo. Não vou largar nada, por causa de uma conversa. E se tiver, vamos lutar e correr atrás do nosso direito. Se até as de fora, não tem nenhuma definição, e olha que são antigas as terras do pai da BR-210. Eu não vou deixar de trabalhar e se vierem vou correr atrás dos meus

direitos. Nunca vou vender aqui, por incerteza, é aquele ditado, né!? Terra, não se vende, se compra. Vender é fácil, pra você conseguir outro é muito difícil. Querem nos assustar, para os fazendeiros tomarem de conta, já querem invadir a fundiária. Isso é só politicagem, é por causa do minério. Até agora não tem nada definido. Só política.” (Vilmara, comunicação pessoal, set. 2019).

Notamos que vulnerabilidades percebidas pelos moradores não anulam os projetos de permanência, mas os intensificam e reelaboram, tal qual aponta Menezes (2020).

Desse modo, moradores do Travessão incorporam novas formas de resistir, investindo em benfeitorias nos lotes, e tomam tais decisões dentro de um campo de possibilidade que lhes é oferecido, o que nos remete novamente às proposições de Ortner (2007).

Enredadas em teias de relações que compõem seu mundo social, suas ações são produtos de negociações interativas e envolvem projetos vinculados às motivações e escolhas, estratégias, contextos sociais específicos, redes de relações disponíveis, expectativas e significados atribuídos a terra e à permanência no lugar, revelando a interrelação dinâmica do mundo social e práticas de pessoas reais (Ortner 2007).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender como práticas de ocupação e uso do território configuram as vidas de pessoas e como também produzem relações e sentidos sociais orientados para a permanência na terra.

O cenário local é emoldurado pelo processo de repasse das terras da União para o estado de Roraima, que complexifica a possibilidade de regularização fundiária e a efetiva propriedade da terra.

Assistimos na Vicinal 15 e no Travessão processos de reprodução social de modos de vida e territorialidades orientados por formas particulares de abertura e ocupação e distribuição de terras em áreas de floresta. O pioneirismo e protagonismo dos moradores, revelados pela trajetória de seu Vicente, aparecem como carac-

terísticas centrais deste processo, fruto também do processo histórico de ocupação e colonização. A construção de estratégias entre os moradores para garantir a viabilidade do projeto de permanência na terra revela a agência de sujeitos para lidar com contingências colocadas pela incerteza da regularização fundiária no complexo quadro de repasse das terras da União. Em meio a circulação de rumores, ensejam incertezas e tensões, que são atenuados por formas de reelaboração engendradas em ações cotidianas.

8. REFERÊNCIAS

Adams, Cristina, Murrieta, Rui Sérgio. 2008. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas* 3(2): 153-174. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000200003>

Almeida, Mauro William Barbosa. 1986. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1(1): 66-93.

Alston, Lee, Harris, Edwyna, e Mueller, Bernardo. 2012. The Development of Property Rights on Frontiers: Endowments, Norms and Politics. *Journal of Economic History* 72(3): 741-770. <https://doi.org/10.1017/S0022050712000356>

Alves, Maria Tereza Ribeiro. 2020. Modelos de assentamentos como propulsores do desmatamento na Amazônia. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Brasília.

Araujo, Claudio et al. 2009. Property rights and deforestation in the Brazilian Amazon. *Ecological Economics* 68(8-9): 2461-2468. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.12.015>

Araujo, Marisa Barbosa. 2014. *Questões do uso comum: transformações das lógicas de apropriação de territórios e recursos naturais*. Boa Vista: EDUFRR.

Arantes, Emerson Clayton. 2009. Regularização fundiária e direito de propriedade na Amazônia Legal: um estudo de caso do Estado de Roraima (1988-2008). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre.

Baines, Stephen G. 1996. A resistência Waimiri-Atroari frente ao indigenismo de resistência. *Série Antropologia* 211.

Barbosa, Maria Betanha, Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. 2010. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no vale do Rio Capim – PA. *Novos Cadernos NAEA* 13(1): 27-45. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v13i1.337>

Barbosa, Reinaldo Imbrozio. 1993. Ocupação humana em Roraima II – uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 9 (2): 177-197.

Barros, Nilson Cortez Crócia. 2010. Memória oral e escrita, frentes florestais e a construção do trabalho geográfico. *Revista de Geografia* 26 (2): 61-72.

Batistella, Mateus; Brondizio, Eduardo. 2001. Uma estratégia integrada de análise e monitoramento de assentamentos rurais na Amazônia. *Anais GIS Brasil 2001*: 1-9.

Benatti, José Heder et al. 2009. Questão fundiária e sucessão da terra na fronteira Oeste da Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* 11(2): 85-112. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i2.273>

Bourdieu, Pierre. 2004. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, Pierre. 1996. A ilusão biográfica, in *Usos e abusos da história oral*. Organizado por Ferreira, Marieta, Amado, Janaina, pp.183-191. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Cardoso, Thiago Mota. 2008. Etnoecologia, construção da diversidade agrícola e manejo da dinâmica espaço-temporal dos roçados indígenas no rio Cuieiras, baixo rio Negro, Amazonas. Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Manaus.

Cardoso, Thiago Mota. 2009. Manejo da agrobiodiversidade na agricultura indígena de corte e queima do baixo rio Negro, Amazonas, Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia* 4(2): 2180-2183.

Comerford, John. 2014. Vigiando e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia* 57(2): 107-142. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.89110>

Cordeiro, Manuela. 2021. Quadrados burros”, “espinhas de peixe” e outros caminhos no meio rural amazônico, in *Antropologia das mobilidades*. Organizado por Vidal, Candice, Souza, André Dumans G., pp. 330-348. Brasília: ABA Publicações.

Diegues, Antônio Carlos, Moreira, André. 2001. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB.

Diniz, Alexandre M. A. 2008. Fluxos migratórios e formação da rede urbana em Roraima. *Geografia* 33 (2): 269-387.

Firth, Raymond. 1956. Rumor in a primitive society. *The Journal of Abnormal and Social Psychology* 53(1): 122-132. <https://doi.org/10.1037/h0044891>

Foote-Whyte, William. 1975. Treinando a observação participante, in *Desvendando Máscaras Sociais*. Organizado por Guimarães, Alba Zaluar, pp. 77-86. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Garcia Jr., Afrânio. 1989. *O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB/CNPq.

Gluckman, Max. 1963. Papers in honor of Melville J. Herskovits: Gossip and scandal. *Current Anthropology* 4(3): 307-316.

Godoi, Emília Pietrafesa. 1999. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Centro de Memória Unicamp.

Heredia, Beatriz Maria. 1979. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos*. 2017. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

Kohlhepp, Gerd. 2002. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados* 16 (45): 37-61. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>

Lima, Marina Sousa. 2018. De picadas, lotes, cutiões e precisão: sociabilidade e modos de habitar no Projeto de Assentamento Ajarani, RR. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Campinas.

Ludivine, Eloy et al. 2020. Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade. *Confins - Revista Franco Brasileira de Geografia* 45. <https://doi.org/10.4000/confins.28182>

Menezes, Marilda Aparecida. 2009. Migrações: uma experiência histórica do campesinato no Nordeste, in *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*. Organizado por Godoi, Emilia Pietrafesa, Menezes, Marilda Aparecida, e Acevedo, Rosa Maria, pp. 269-287. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Menezes, Palloma. 2020. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. *Sociabilidades Urbanas* 4(12): 21-42.

Menezes, Thereza Cristina Cardoso. 2015. A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia. *Estudos Sociedade e Agricultura* 23(1):110-130.

Monteiro, Elisângela, Laroque, Luís. 2018. A abertura da rodovia BR-174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o estado de Roraima. *Revista Presença Geográfica* 5(2): 71-78. <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v5i2>

Nóbrega, José Aderivaldo, Menezes, Marilda Aparecida. 2012. É do caulim pro roçado: o trabalho agrícola e a extração mineral no Seridó paraibano. *Revista da ABET* 11(2): 76-92.

Noda, Sandra do Nascimento et al. 1997. O trabalho nos sistemas de produção de agricultura familiar na várzea do estado do Amazonas, in *Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido*. Organizado por Noda, Sandra N. et al., pp. 241-280. Manaus: INPA.

Noda, Hiroshi; Noda, Sandra do Nascimento. 2003. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. *Interações* 4(6): 55-66.

Ortner, Sherry. 2007. Poder e projetos: reflexões sobre a agência, in *Conferências diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Organizado por Grossi, Miriam et al., pp. 45-80. Blumenau: Nova Letra.

Ortner, Sherry. 2007 b. Uma atualização da teoria da prática, in *Conferências diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Organizado por Grossi, Miriam et al., pp. 19-44. Blumenau: Nova Letra.

Parry Scott, Russell. 2009. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”, in *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*. Organizado por Godoi, Emilia Pietrafesa, Menezes, Marilda Aparecida, e Acevedo, Rosa Maria, pp. 245-268. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Piaia, Victor Rabello. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. *Teoria e Cultura* 13(2): 22-39.

Santos, Maria José dos. 2010. Em busca da terra: migração, organização e resistência na política de colonização no Sudeste de Roraima. (1970-1990). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus.

Silva Neto, Manoel Aires. 2014. Em busca da “terra prometida”: cotidiano e memória de trabalhadores rurais do projeto Jatapu (1970-2014). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus.

Silveira, Isolda Maciel, Gatti, Marcelo. 1988. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. *Boletim Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia* 4(1): 43-64.

Souza, Daurileia Vieira Gonzaga. 2015. Transferência de terras da união ao estado de Roraima: enfoque institucionalista do direito de propriedade e sua influência no desenvolvimento regional, in *VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Unisc.

Vincent, Joan. 1987. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes, in *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Organizado por Feldman-Bianco, Bela, pp. 375-402. São Paulo: Global/Universitária.

Le Tourneau, François-Michel; Bursztyn, Marcel. 2010. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade* 13 (1): 11-130. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100008>

Wood, Charles, Walker, Robert, e Toni, Fabiano. 2001. Os efeitos da posse de título da terra sobre o

uso do solo e investimentos entre pequenos agricultores na Amazônia brasileira. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* 18(2): 95-111. <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2001.v18.8844>

Woortmann, Ellen. 1995. *Parentes, herdeiros e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb.

Woortmann, Ellen. 1982. O sítio camponês. *Anuário Antropológico* 6(1): 164-203.

Woortmann, Klaas. 1990. *Com parente não se “neguceia”*: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro.

Woortmann, Klaas. 1990. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População* 7 (1): 35-53.

“ESSE GOVERNO É DE VOCÊS”. DO TERRA LEGAL AO TITULA BRASIL: ANÁLISE DE UMA DÉCADA DE POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO CONTRA O CAOS FUNDIÁRIO AMAZÔNICO

Thereza Cristina Cardoso Menezes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

submissão: 20.04.2022 aprovação: 02.08.2022

RESUMO

O artigo propõe uma reconstituição no tempo das políticas de regularização fundiária no Brasil enfatizando o conjunto de importantes transformações normativas e procedimentos administrativos observados na última década. Descrevendo o intenso esforço para a promoção da regularização fundiária, caracterizado pela convergência dos mais variados interesses, atores e matizes ideológicos para acelerar a destinação do vasto estoque de terras públicas amazônicas. Aponta-se que o ambiente favorável à formalização do mercado de terras, e tolerante com a multiplicação de ilegalidades, vem encorajando o desmatamento, incentivando a expansão de apossamentos ilegais e promovendo um ambiente de insegurança e violência contra as comunidades tradicionais da Amazônia.

Palavras-chave: Regularização fundiária, Amazônia, mercado de terras.

**“THIS GOVERNMENT IS YOURS”. FROM
TERRA LEGAL TO TITULA BRASIL:
ANALYSIS OF A DECADE OF REGULAR-
IZATION POLICIES AGAINST THE AMA-
ZON LAND CHAOS**

ABSTRACT

The article proposes a reconstitution in time of land regularization policies in Brazil, emphasizing the set of important normative transformations and administrative procedures observed over little more than a decade. It points to an intense effort to promote land tenure regularization that combined the most varied interests, actors and ideological nuances to regularize the vast stock of Amazonian lands. The environment favorable to the formalization of the land market and tolerant of illegalities encourages deforestation, encourages the expansion of illegal possessions and promotes an environment of insecurity and violence against the traditional communities of the Amazon.

Keywords: Land regularization, Amazon, land market.

**“ESTE GOBIERNO TE PERTENECE”.
DE TERRA LEGAL A TITULA BRASIL:
ANÁLISIS DE UNA DÉCADA DE POLÍTI-
CAS DE REGULARIZACIÓN CONTRA EL
CAOS TERRITORIAL AMAZÓNICO**

RESUMEN

El artículo propone una reconstitución en el tiempo de las políticas de regularización de tierras en Brasil, destacando el conjunto de importantes transformaciones normativas y procedimientos administrativos observados en poco más de una década. Señala un intenso esfuerzo por promover la regularización de la tenencia de la tierra que combinó los más variados intereses, actores y matices ideológicos para regularizar el vasto stock de tierras amazónicas. El ambiente propicio para la formalización del mercado de tierras y tolerante con las ilegalidades incentiva la deforestación, incentiva la expansión de posesiones ilegales y promueve un ambiente de inseguridad y violencia contra las comunidades tradicionales de la Amazonía.

Palabras clave: Regularización de tierras, Amazonía, mercado de tierras.

1. INTRODUÇÃO

A expressão “caos fundiário” é frequentemente mencionada como principal obstáculo ao desenvolvimento amazônico. Segundo Brito e Barreto (2011), até 2010 metade das terras da região eram constituídas de áreas protegidas, assentamentos da reforma agrária e terras militares, e a outra metade resumia-se a títulos privados, terras públicas sem destinação ou devolutas e terras públicas ocupadas informalmente. Com o propósito de ordenar este “caos fundiário”, o governo federal vem investindo em mudanças normativas para “destravar” e acelerar o processo de regularização das terras federais informalmente ocupadas na Amazônia Legal.

O programa Terra Legal propunha um processo de mudanças galopantes no cenário fundiário brasileiro, prevendo regularizar cerca de 67,4 milhões de hectares e beneficiar milhares de posseiros em um prazo de 60 dias. Desde então tem-se assistido a um conjunto robusto de medidas legais que buscam interferir na dinâmica histórica de apropriação de terras públicas no país por meio da tramitação no Congresso Nacional de vários projetos de lei que tratam da regularização fundiária como objeto principal ou como tema acessório de outros assuntos. Tais iniciativas foram frequentemente denominadas pelas organizações da sociedade civil e pela imprensa como Projetos de Lei da Grilagem (PL da Grilagem).

Este artigo tem como proposta reconstituir o recente processo de alteração e flexibilização dos

marcos legais da regularização fundiária na Amazônia em curso desde 2009, procurando apontar propostas, controvérsias e situar os diversos atores engajados nessa reorientação normativa. Destaca-se que o campo discursivo que ancora a redefinição de marcos legais para a Amazônia está fortemente vinculada à narrativa da necessidade urgente de um aparato normativo que permita vencer com celeridade o “caos fundiário e a insegurança territorial”, percebido como a grande barreira a transpor para que se alcance o pleno desenvolvimento das capacidades agrícolas e ambientais da região.

O enfoque teórico aqui adotado parte do pressuposto de que a “a categoria política é sempre etnográfica” (Peirano 1998: 15), na tentativa de analisar o “Estado como uma arena de lutas pela definição e manipulação de bens públicos” (Bourdieu 2005:11). Ainda que muitas pesquisas relevantes e inovadoras tenham sido conduzidas no campo antropológico a partir de tal perspectiva, destaca-se que os investimentos no tema da redefinição fundiária das terras públicas amazônicas carecem de maiores investimentos, especialmente no que tange a uma etnografia dos arquivos e na imersão em trabalho de campo, examinando dinâmicas municipais e a rede complexa de atores envolvidos no avanço da fronteira agropecuária amazônica.

Um importante obstáculo à pesquisa do tema é o descompasso entre o significado da regularização fundiária como ferramenta promissora de controle ambiental e os efeitos concretos que seu avanço vem demonstrando na Amazônia, tais como o recrudescimento do desmatamento

e da violência no campo. Por muito tempo, uma abordagem crítica do tema foi um tabu ou objeto de silêncio e censura. Além dos setores ruralistas, uma parte expressiva dos atores do campo socioambiental, político, acadêmico e dos movimentos sociais aderiram ao consenso de que a regularização fundiária seria a saída mais viável e ágil para frear o desmatamento e garantir a segurança jurídica de pequenos agricultores ocupantes das terras públicas.

Ao longo da última década, a regularização fundiária e o cadastramento massivo por meio da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAD) da Amazônia constituíram-se como instrumentos inquestionáveis, imperativos para o desenvolvimento amazônico e tornaram-se “vontades de verdade” (Foucault 2001: 35) legitimadas e reconhecidas socialmente por forças políticas diversas¹.

A proposta deste texto é lançar um olhar retrospectivo, mas norteado por questões suscitadas por minha experiência etnográfica ao longo dos últimos anos, especialmente no Sul do Amazonas, somadas à análise de dados públicos disponibilizados por agências fundiárias e ambientais e informações da imprensa, a partir das quais busca-se pensar como as transformações recentes relacionadas ao campo fundiário afetaram as dinâmicas locais. As configurações traçadas adiante não almejam totalidades, constituem-se perspectivas parciais e subjetivas ainda que imbuídas de rigor empírico.

2. A PRODUÇÃO DO CAOS FUNDIÁRIO

Segundo Becker (2004; 2009) até 1930 a ocupação da Amazônia ocorreu de forma lenta e gradativa, no entanto, foi a partir de 1839, com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, que a região assistiu ao seu primeiro movimento migratório significativo. Ao longo de 30 anos assistiu-se ao que Furtado (2007) denominou de “transumância amazônica”, ou seja, a grande empresa seringalista prosperou, atraindo mais de 740 mil migrantes do Nordeste para seringais que foram obtidos por concessão governamental e que, em geral, não assumiram a forma de “propriedade fundiária”.

No período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, durante a era Vargas, verificou-se a primeira inflexão em termos territoriais na região, que até então constituía-se como um arquipélago sustentado pelo eixo Manaus-Belém (Théry 1999). A proposta varguista dirigia-se a integrar e incorporar produtivamente a região tanto nacional, quanto internacionalmente, tornando-a uma barreira de defesa das fronteiras territoriais do país, por meio de medidas tais como a implantação de postos colonizadores voltados à pacificação de populações indígenas (Ferreira 1999). Com as plantações de borracha sob domínio japonês durante a guerra, a borracha nativa amazônica voltou a adquirir valor, permitindo o surgimento de uma nova onda migratória que le-

¹ Comecei a estudar o tema com mais atenção em 2010, ao acompanhar a organização de mutirões do Programa Terra Legal e seus desdobramentos no Sul do Amazonas. Posteriormente, coordenei projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq, Fapeam e Faperj e integrei equipes de pesquisa que realizaram relatórios sobre a temática fundiária amazônica para entidades, como a Climate and Land Use Alliance (CLUA) e a Fundação Heinrich Böll.

vou cerca de 150 mil nordestinos para a região, entre 1943 e 1945, atraídos para ocupar um território supostamente “vazio” e por promessas de riqueza rápida com a exploração da borracha.

Após a guerra, a região adquiriu o estatuto de “Amazônia Legal” e foi favorecida por benefícios fiscais na Constituição de 1946 e a criação de instituições como a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA) e o Banco de Crédito da Amazônia, que subsidiou a ocupação de terras e estimulou atividades agrícolas, extrativas, pastoris e industriais na região. Dentre as mais destacadas ações deste período estão a rodovia BR-010 (Belém-Brasília), projetada em 1947 e concluída em 1960, seguida da construção da Rodovia BR-364 (Brasília-Acre), em 1961, facilidades de acesso que permitiram quintuplicar a população amazônica entre 1950 e 1960.

Até a década de 1960 a configuração fundiária amazônica caracterizou-se como um mosaico de terras majoritariamente sob controle da União e dos estados. Segundo Loureiro e Pinto (2005: 77), baseados no Censo Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1960, “a quase totalidade das terras da Amazônia era, portanto, constituída por terras públicas e livres de titulação como propriedade privada”, sendo cerca de 87% do território formado por matas e terras incultas utilizadas pela população que vi-

via fundamentalmente do extrativismo vegetal e animal; 11% constituíam-se de pastos naturais que permitiram a implantação para fazendas de gado de antiga exploração como na região do baixo Amazonas, de Roraima e do Marajó; e 1,8% das terras estavam ocupadas com lavouras, cuja metade possuía título de propriedade privada.

Parte significativa da literatura considera o golpe militar de 1964 um momento de inflexão em termos de política para a Amazônia, reorientando o destino da região percebida até este momento como “fragmentada, limitada e inconclusiva” (Hall 1991: 89). Com o governo militar, a região tornou-se objeto de um novo modelo de desenvolvimento, norteadado pela maximização econômica e incorporação do “vazio” amazônico, encarada pelos militares como um potencial alvo da cobiça estrangeira. Os meios empregados nessa reorientação política da região foram o planejamento administrativo², as facilidades de crédito³ e a atração de capitais nacionais e internacionais interessados em se instalar e investir na exploração de produtos primários por meio da pecuária, da mineração e da exploração madeireira. Tal esforço resultou na implantação de 580 projetos agropecuários concentrados, particularmente, no Mato Grosso, no Pará e no atual estado do Tocantins (Oliveira 2005).

A concessão de crédito com subsídio para a

² Destacam-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A Sudam coordenou programas e planos de desenvolvimento e distribuiu incentivos fiscais. Já a Suframa/Zona Franca de Manaus atraiu investimentos para a Amazônia Ocidental, por meio de um centro industrial e uma área de livre comércio de importação e exportação.

³ Destaca-se, em 1966, a reestruturação do Banco da Amazônia S.A e a transformação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) em Sudam, bem como, em 1970, o lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN).

compra de grandes porções de terra na região marcou profundamente este período. A apropriação privada da terra emergiu hegemonicamente por meio do controle de grandes grupos empresariais que se consolidaram como latifundiários, assegurando também o tradicional poder prévio das oligarquias regionais do Norte e Centro-Oeste, importantes apoiadoras do regime militar e grandes beneficiárias do impulso ao aumento do tamanho de propriedades (Martins 1977).

Ao longo da década de 1970 e 1980, o Estado juntou-se a empresas e promoveu ainda uma intensa campanha de divulgação da Amazônia como região com terras disponíveis, estimulando agricultores de áreas empobrecidas ou muito valorizadas a integrarem-se aos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e cooperativas de colonização na Amazônia. A região consolidou-se como uma área amortecedora de conflitos internos e destino migratório de populações oriundas das regiões Nordeste, Sul e Sudeste impactadas pelas tensões no campo. Assim, a colonização dirigida pode ser entendida como uma contrarreforma agrária (Ianni 1979: 67), que conduziu populações a projetos de colonização oficiais fracassados ou não devidamente regularizados, tornando os agricultores que participaram da empreitada colonizadora amazônica ocupantes ilegais de terras públicas.

Os projetos estatais de colonização foram

desestimulados após 1974 em nome de projetos privados de colonização⁴, direcionados para agricultores do Centro-Sul do país e estimulados com o oferecimento de crédito subsidiado e incentivos estatais, como assistência técnica, eletrificação e implantação de infraestrutura. Áreas de influência de rodovias, como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), deram lugar à multiplicação de empreendimentos agropecuários entre o Pará e o Mato Grosso, quase sempre articulados com a exploração madeireira. Além das iniciativas produtivas, a lógica colonizadora privada permitiu a apropriação de uma grande quantidade de terras públicas, seja pela compra ou por apossamentos ilegais estimulados pela negligência da regulação estatal e pelo crescente controle do poder privado na região.

Outra marca do período entre meados da década de 1970 e 1980 foi o desenvolvimento polarizado de grandes projetos agropecuários, minerais e metalúrgicos⁵ impulsionados por grande aporte de capital de origem externa para a capitalização e modernização de empreendimentos agroindustriais. Essa modalidade de investimento reforçou a tendência ao acesso desigual e a progressiva transferência de terras públicas para o controle privado por meio de incentivos fiscais e créditos subsidiados que se consolidaram como mecanismos propulsores da especulação imobiliária, elevando o preço da terra e sua conversão em reserva de valor.

⁴ Segundo Almeida (1992), na década de 1970 foram criados 80 projetos de colonização privada na Amazônia no âmbito do Proterra, contra 15 projetos de colonização oficial.

⁵ Refiro-me ao Polamazônia (1974), ao Projeto Grande Carajás (1980), ao Polonoroeste (1981) e ao Calha Norte (1985).

3. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em 1997, em virtude de recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), o Incra passou a considerar o georreferenciamento de propriedades como um mecanismo imprescindível para orientar cadastramentos e contribuir para a contenção da grilagem de terras na Amazônia, uma tendência que ganhou força e se consolidou mais de uma década adiante. A configuração era a seguinte: desde 1972 vigorava como instrumento de reconhecimento fundiário o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que obrigava o cadastramento de proprietários e titulares de domínios ou outras formas de titularidade. O registro permitia a obtenção do Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) emitido pelo Incra, que deveria ser periodicamente revalidado e atualizado nos períodos de recadastramento e tornou-se um instrumento fundamental para tributação e para qualquer transação fundiária. O CCIR não atribuía direitos fundiários, mas constituía um protocolo de intenções, o que na prática tornou-se um instrumento fundamental para dar um verniz de legalidade ao comércio ilegal de terras griladas, uma vez que era aceito como prova legítima de ocupação da terra e aceito para aprovação de planos de manejo pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e por instituições bancárias na obtenção de empréstimos.

No período de 20 anos (1972 a 1992) foram realizados três recadastramentos para atualização de dados baseados em autodeclaração, o que gerou uma grande quantidade de dados cadastrais inconsistentes. No final da década de 1990, reinava uma situação de completa incerteza sobre a veracidade dos dados cadastrais, obrigando a implementação de novas metodologias de recadastramento que priorizaram grandes áreas (10 mil/5 mil hectares) e orientaram-se pelo aumento de detalhamento nos cadastros, tais como a averbação de reserva legal, especialmente nos estados amazônicos⁶. Os imóveis suspeitos de irregularidade e fiscalização tiveram o CCIR cancelado, devendo apresentar recurso dentro de prazo estabelecido e os documentos comprobatórios da cadeia dominial da terra para reverter o cancelamento. Dentre os 3.579 imóveis cadastrados acima de 10.000 hectares, 3.065 tiveram o CCIR cancelado, 66% desses certificados eram da região amazônica, totalizando 93 milhões de hectares em situação irregular (Brasil 2001). Como resultado do recadastramento de 1999, 183 imóveis situados na Amazônia tiveram a matrícula cancelada, ou seja, 18 milhões de hectares voltaram ao controle da União⁷.

Paralelamente a esse esforço para fiscalizar apossamentos irregulares de terras e coibir a grilagem foi delineando-se um forte apelo por mudanças no marco legal entre 1993 e 2009, o

⁶ Refiro-me aos recadastramentos: Portaria Incra n. 558, de 15 de dezembro de 1999; Portaria Incra n. 596, de 5 de julho de 2001 e Portaria Incra n. 12, de 24 de janeiro de 2006. Vale mencionar instrumentos muito importantes, como a Portaria Incra/MDA n. 10/2004, um marco na ofensiva contra a grilagem em um esforço do MDA e do MMA para moralizar a CCIR.

⁷Dados do recadastramento de 1999.

que facilitou a posse e a regularização fundiária de terras públicas da União superiores a 100 hectares⁸ (Machado 2011). Em 2005, a Lei 11.196 modificou a chamada Lei de Licitações e tornou possível a concessão de título de propriedade sem processo licitatório para quem tivesse cultura efetiva e moradia na Amazônia, ampliando-se ainda a legitimidade de apossamentos com mais de 500 hectares. No Incra, essa legislação foi convertida nas Instruções Normativas n. 31 e 32, de 2006, estabelecendo critérios e conceitos para a posse e a regularização fundiária. Criou-se com esse instrumento, a figura jurídica da regularização fundiária associada à concessão de uso e não à titulação definitiva (Barreto et al. 2008). A lei sofreu importantes modificações no sentido de estender esse limite a 15 módulos fiscais, ou não ultrapassando 1.500 hectares, dimensão que dificilmente poderia ser justificada dentro dos limites da pequena propriedade familiar.

O cenário internacional também manifestava transformações decorrentes da “corrida mundial por terras”, ou seja, uma reação por parte de países, empresas e fundos de investimentos derivada das crises de alimentos, energética, ambiental e financeira que despontaram nos anos 2000 e se aprofundaram em 2007 e 2008. Sauer e Leite (2012) apontam um salto significativo na comercialização de terras, passando da média anual de

negociações com terras no mundo de aproximadamente 4 milhões de hectares até 2008, para cerca de 43 milhões de hectares em 2009.

Nota-se a progressiva hegemonia do agro-negócio impulsionada desde meados da década de 1990 com o beneficiamento do setor em face à crise cambial de 1988/1999, a desvalorização do real e isenções tributárias para produtos primários (Lei Kandir). Em toda a América Latina elevou-se a demanda pelas *commodities* estimulada pelo notável crescimento chinês. As exportações brasileiras para a China (incluindo Hong Kong) aumentaram de 2,8% em 2000 para 27,9% em 2018. O incremento comercial intensificou a exportação brasileira de produtos básicos, como minério de ferro e soja⁹, em detrimento das importações de produtos manufaturados, fortalecendo cadeias produtivas de *commodities* minerais e agrícolas. Instaurou-se um “consenso das commodities” no plano latino-americano, tornando a exploração de recursos naturais a via prioritária legítima de desenvolvimento para a região (Alentejano 2020; Svampa 2013).

No caso da Amazônia, tal cenário estimulou o esforço para a disponibilização de 67,4 milhões de hectares de terras da União em condições de apropriação privada (12% da região amazônica), montante que foi reduzido a 58,8 milhões após consultas mais detalhadas aos órgãos fundiá-

⁸ Alterações do artigo 17 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8.666, de 21 de julho de 1993), que dispõe da alienação de bens da Administração Pública.

⁹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do período entre 2000 e 2018 apontam que a produção brasileira e a área de cultivo cresceram de forma vertiginosa passando de 32,8 milhões de toneladas (em 13,7 milhões de hectares) para 117,9 milhões de toneladas (em 34,8 milhões de hectares). O principal produtor brasileiro do grão no país torna-se o Mato Grosso, cuja safra saltou de 8,8 milhões de toneladas em 2000 (2,9 milhões de hectares) para 31,6 milhões de toneladas (9,4 milhões de hectares) em 2018.

rios, que alegaram a existência de destinação definida de parte desta área para unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos rurais. Ainda assim, o saldo de terras a regularizar seria imenso se considerados os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que apontavam a existência de milhões de hectares de terra na Amazônia sob controle dos estados ou geridos por Institutos de Terras, portanto, também passíveis de regularização.

A eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002 impôs novas referências de governança que logo se expressaram no espaço político e institucional (Grisa 2018), retomando a centralidade do Estado¹⁰ na orientação do desenvolvimento e em tarefas como a manutenção da estabilidade macroeconômica e a promoção do crescimento econômico. O fortalecimento da “economia do agronegócio” (Delgado 2012: 90) manteve-se como um pilar central, fundado na expansão produtiva e na exportação de produtos primários. Atores do campo do agronegócio defendiam a necessidade urgente da regularização fundiária, acusando o governo de ser “o maior proprietário de terras públicas da Amazônia”¹¹ e por essa razão o grande responsável pela desordem fundiária que estimulava o desmatamento na região. Representantes políticos

da Amazônia também pressionaram fortemente pela regularização de ocupações em terras públicas, sentindo-se muito afetados pelas medidas de controle ambiental rígidas que vinham sendo promovidas no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)¹².

Houve reorientações substanciais ao longo do governo do presidente Lula no tocante à questão agrária. No seu primeiro mandato, o Incra definiu a política de reforma agrária a partir da desapropriação de imóveis produtivos, em consonância com determinações da equipe de Plínio de Arruda Sampaio, que elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Disputas internas no MDA e no PT levaram ao afastamento de gestores do MDA e do Incra e dissolveram a pauta da reforma agrária/desapropriação. Por volta de 2007 observa-se uma releitura radical da situação agrária amazônica e o estabelecimento de um novo regime de verdade, elegendo-se a ausência de regularização fundiária como o problema fundamental da região amazônica, reclassificando situações e estabelecendo-se novos conceitos, narrativas e práticas. Para fins legais, o que se denominava previamente como áreas griladas passa a ser abarcado pela categoria neutra “áreas públicas não regularizadas”, e os

¹⁰ Não se pode deixar de mencionar que Roberto Rodrigues, então presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, foi ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre janeiro de 2003 e junho de 2006, durante o primeiro mandato do presidente Lula. Lembrando que outras figuras proeminentes do agronegócio brasileiro, como Blairo Maggi (grande produtor de soja), Kátia Abreu (ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura/CNA) e Luiz Fernando Furlán (ex-presidente da Sadia) ocuparam cargos no primeiro escalão de governos petistas.

¹¹ Expressão utilizada em nota pública da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

¹² O debate ocorre em meio à implementação do Cadastro Ambiental Rural em vários estados amazônicos, como o Pará, por exemplo, somando-se às demandas de regularização fundiária.

grileiros foram agrupados aos “posseiros” e incluídos indistintamente na categoria genérica de “possuidores de boa-fé”. As bases dos movimentos sociais no campo também pressionaram historicamente por modalidades mais ágeis de distribuição e titulação de terras na Amazônia, uma vez que pleitos relacionados às demais modalidades de reforma agrária eram demasiadamente lentos, burocratizados, onerosos e permeados de incerteza. A regularização fundiária passou a ser vista também por esses segmentos como uma alternativa mais rápida e viável de acesso a terra.

Em sintonia com o novo cenário de crescimento exponencial da produção de commodities e de créditos para o agronegócio, e obedecendo à dinâmica de ampliação territorial e abertura de novas fronteiras pela “acumulação por espoliação” (Harvey 2004:8), verificou-se ainda uma progressiva tendência de destinação de terras públicas da União para a administração dos governos estaduais da Amazônia Legal e a pressão por normativas que permitissem a aceleração da destinação de terras públicas devidamente regularizadas. A terra pública vai se constituindo discursivamente como um obstáculo ao desenvolvimento amazônico e o domínio privado como pré-condição para um controle mais eficaz por parte do Estado. Essa lógica alicerça em 2008 o “Programa Amazônia Sustentável” (PAS), que estabeleceu uma pauta de desenvolvimento para a região amazônica

tornando prioritária a regularização fundiária e inspirando a proposta do deputado Asdrúbal Bentes,¹³ do Pará, relator da Medida Provisória 458, que deu origem à lei que regulamentou o Programa Terra Legal e criou dispositivos para autorizar a transferência sem processo de licitação de terras públicas para particulares.

O Plano Amazônia Sustentável foi anunciado em 8 de maio de 2008 durante a III Conferência Nacional de Meio Ambiente, quando apresentou-se Mangabeira Unger como seu coordenador. Mangabeira Unger era professor da Harvard University e bastante influenciado pelos preceitos do Banco Mundial sobre a privatização de terras públicas. Mangabeira assumiu o cargo poucos dias depois da ministra Marina Silva deixar o Ministério do Meio Ambiente, revelando o divórcio entre agenda ambiental e a de desenvolvimento para a Amazônia, já bastante tensionada por frequentes embates relacionados ao licenciamento ambiental de obras de infraestrutura na Amazônia.

Mangabeira Unger obteve apoio das lideranças amazônicas claramente expresso no Fórum de Governadores da Amazônia Legal, ocorrido em maio de 2008, em Belém, bem como de especialistas no seminário “O desafio da regularização fundiária”, também realizado no final de 2008, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e Banco Mundial. Nesses eventos e demais reuniões consolidou-se o consenso polí-

¹³ Segundo Torres et al. (2017: 18): “Asdrúbal Bentes (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB/PA). Esse deputado federal foi presidente do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) em Marabá (Pará) entre 1985 e 1986 (governo José Sarney) e superintendente do Incria no Pará entre 1991 e 1992 (governo Fernando Collor de Mello)”.

tico e intelectual em torno da regularização fundiária como emblema da segurança jurídica para o pequeno e médio produtor rural.

A partir dessa perspectiva foi lançado o programa Terra Legal, em 2009, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações baseadas em posses mansas e pacíficas dentro de terras federais na Amazônia Legal. O programa fundamentava-se na Lei n. 11.952, sancionada pelo ex-presidente Lula em 2009. A destinação das terras públicas pôde justificar-se para fins públicos e coletivos, como no caso de Terras Indígenas (TI), Unidades de Conservação (UC) e Assentamentos da Reforma Agrária, ou seja, usos que se sobrepõem aos privados. O programa Terra Legal propunha um ambicioso programa de regularização fundiária do país, propondo-se a regularizar inicialmente cerca de 8% do território nacional, tendo como meta central dar segurança jurídica aos produtores rurais da Amazônia Legal, ao mesmo tempo reforçar as políticas públicas de preservação do meio ambiente na região.

A regularização fundiária ganhou progressivamente ampla adesão de organizações socioambientais que foram percebendo-a como meio eficaz e ágil para a redução dos conflitos fundiários, da grilagem e do desmatamento ilegal, constituindo-se em um instrumento fundamental para o desenvolvimento regional e a conservação da floresta amazônica. O Fundo Amazônia, por exemplo, apoiou iniciativas pioneiras

como o projeto Terra a Limpo, que destinou em 2018, R\$ 72,9 milhões para a regularização fundiária de mais de 400 assentamentos rurais e glebas existentes em Mato Grosso pertencentes aos governos estadual e federal¹⁴. O projeto fazia parte do Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis (PMS), que tinha como finalidade avançar na regularização fundiária das terras públicas e dos assentamentos de reforma agrária no estado.

A lei anunciava como meta principal o benefício da maior parte dos ocupantes de terras públicas da Amazônia (90%), que é formada por pequenos posseiros. No entanto, esse grupo ocupa apenas 19% destas terras públicas (ocupações de até 4 módulos), contrastando como a parcela de 5,96% de ocupantes que respondem por 63% da superfície abarcada pelo programa Terra Legal, parcela de terra que frequentemente foi incorporada por meio de grilagem. Em municípios com grande número de titulações, as expectativas de regularizar terras griladas sempre foram enormes, bem como a leniência com práticas para camuflar práticas irregulares na regularização de terras públicas, como o parcelamento de terras a regularizar entre membros da mesma família ou beneficiários fictícios ("laranjas").

O programa produziu efeitos na dinâmica institucional, dentre eles a drástica redução da participação do Incra no processo de regularização das terras, ainda que para a implementação do programa tenha sido utilizada sua base de

¹⁴ O Terra a Limpo tinha como objetivo o atendimento de 87 municípios e o benefício de 65 mil famílias. O projeto estava referenciado no programa Terra Legal e foi realizado em parceria com o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

dados fundiários e a experiência do seu corpo técnico. Em estados como o Amazonas, o Terra Legal incorporou, inclusive, parte da estrutura física do Instituto. Os conflitos de competência não tardaram e a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra acusou o programa Terra Legal de promover um atentado à reforma agrária, tornando-a um programa complementar à regularização fundiária¹⁵.

Imerso em uma trajetória de suspeitas de irregularidade desde o início de sua implementação, em 2014, o programa Terra Legal tornou-se alvo de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que examinou a atuação do programa entre fevereiro de 2009 e julho de 2014, ou seja, nos seus cinco primeiros anos¹⁶. O levantamento do TCU constatou o baixo rendimento operacional¹⁷, a insuficiência dos controles internos aplicados nas operações e irregularidades graves tais como a distribuição ilegal de 11% de títulos, inclusive para pessoas já falecidas.

Mantendo-se o ritmo de titulações observado pelo programa entre 2009 e 2014 seriam necessárias aproximadamente quatro décadas para se atingir as metas propostas. A lentidão no pro-

cesso de regularização fundiária na Amazônia constituiu a base para uma ação incisiva do Grupo Executivo Intergovernamental para a Regularização Fundiária na Amazônia Legal (GEI)¹⁸, que redefiniu os procedimentos e incluiu nos processos decisórios representantes de governos e órgãos fundiários dos estados para somar esforços na flexibilização dos dispositivos legais e na desburocratização da regularização fundiária. Como resultado desta readequação firmaram-se acordos para a simplificação nas exigências de documentos comprobatórios necessários para regularização fundiária, resultando em maior agilidade na emissão de pareceres à expedição de títulos definitivos. Além da simplificação de procedimentos técnicos identificou-se entre os gargalos burocráticos para a multiplicação de títulos definitivos, a necessidade de flexibilização legal e uma redefinição normativas da Lei n. 11.952, permitindo a regularização de glebas sem que os perímetros fossem georreferenciados, nos casos em que as áreas a regularizar não estivessem nos limites da própria gleba.

Outro importante marco legal que revelou implicações na regularização fundiária foi a

¹⁵ Dados do Incra apontam uma notória queda do número de famílias assentadas a partir de 2007, com redução drástica nos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Vale mencionar que desde 2005, ecoando os compromissos do presidencialismo de conciliação de classes, verificou-se uma tendência de queda do número de famílias envolvidas em ocupações de terras, apontando uma inflexão no processo de luta pela reforma agrária e o eclipsamento das lutas sociais no campo.

¹⁶ Previa-se o encerramento do programa Terra Legal em julho de 2014, no entanto, ele foi prorrogado até julho de 2017, pelo decreto n. 8.273/17.

¹⁷ Até 2004, o programa Terra Legal titulóu 7.951 processos.

¹⁸ O Grupo Executivo Intergovernamental para a Regularização Fundiária na Amazônia Legal foi criado pelo Decreto s/nº, de 27 de abril de 2009, com a função de definir diretrizes e monitorar as ações de regularização fundiária nas terras da União localizadas na Amazônia Legal.

aprovação do novo Código Florestal, sancionado por Dilma Rousseff em 2012 e considerado por representantes dos setores ruralistas como uma lei que decretava “o fim à ditadura ambiental”. A nova legislação flexibilizou normas prévias de proteção florestal e permitiu o perdão das multas para quem desmatou até o ano de 2008. Dentre as mudanças no Código Florestal instituiu-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como um cadastramento obrigatório para todos os imóveis rurais no país. O CAR foi criado como um documento de regularização ambiental, portanto, sem fins de regularização fundiária. No entanto, o CAR tem se constituído, na prática, como instrumento recorrente para tentar legitimar a ocupação irregular de terras, existindo milhares de hectares cadastrados no CAR sobrepostos a Terras Indígenas e Unidades de Conservação em todo o país. Os estados com mais casos de CAR sobrepostos estão na Amazônia, especialmente nos estados do Amazonas, do Mato Grosso e do Pará.

Em agosto de 2016, Michel Temer assumiu a presidência após o *impeachment* de Dilma Rousseff, apoiado por uma ampla coalização partidária formada por distintos setores da elite nacional, dentre eles os diversos espectros ruralistas que, inclusive, foram importante base de apoio e grandes beneficiados durante o

governo Temer. No caso da Amazônia, Temer tentou extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) e reduzir áreas de três Unidades de Conservação (Parque Nacional do Jamanxim, Floresta Nacional do Jamanxim e Parque Nacional do Rio Novo).

Em um governo marcado pela instabilidade, baixa popularidade e crise política¹⁹, foi anunciada por Temer a MP 759/2016 (conhecida como MP da Grilagem, sancionada como Lei n. 13.465/2017)²⁰, alterando e emendando a lei que instituiu o programa Terra Legal, especialmente quanto ao seu aspecto desburocratizante. A MP respondia a muitas demandas previamente apresentadas no GEI voltadas a aumentar significativamente a legalização de terras e um “Programa Terra Legal sem burocracia”.

A lei dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, permitindo a regularização de áreas contínuas até 2,5 mil hectares e que ocupantes anteriores a julho de 2008 participem do processo. A lei dispõe que áreas com mais de 2,5 mil ha poderão ser regularizadas parcialmente até esse limite com prazo de pagamento parcelado em 20 anos, com carência de três anos. A mudança no marco legal foi vista como um entrave

¹⁹ O governo Temer enfrentou denúncias de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de Justiça. Um dos mais graves momentos deveu-se a uma conversa de Temer com o dono da empresa JBS (uma das mais poderosas empresas do agronegócio brasileiro), Joesley Batista, quando Temer deu aval ao pagamento para a compra do silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha, que abriu o processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

²⁰ Parte dessa lei foi regulamentada pelo Decreto n. 9.309/2018, aplicável à regularização de ocupações fora da Amazônia e de áreas remanescentes de projetos de colonização do Incra dentro e fora da Amazônia e anteriores a 1985.

ao cumprimento da função social da terra e um “presente aos ruralistas”, pois abria a possibilidade da legalização massiva de terras griladas.

A derrubada da vegetação nativa e a subsequente criação de pastos para a criação de gado tornou-se uma forma tradicional para comprovar a posse e a ocupação regular de terras, prática que se consolidou a partir da década de 1970, quando o governo militar incentivou a migração em massa de produtores rurais para a Amazônia. O desmatamento consolidou-se a partir desta época como uma forma de sinalizar e legitimar a ocupação, perante os órgãos fundiários, de áreas invadidas e griladas, sinalizando a apropriação privada.

A Lei n. 11.952/2009 estipulava que a regularização seria possível em terras ocupadas até 1º de dezembro de 2004, data de portaria conjunta do Incra/MDA lançada no início do governo Lula. O dispositivo foi muito criticado por ser incompatível com as ocupações e apossamentos de contingentes populacionais de pequenos agricultores e colonos atraídos para a Amazônia nas décadas de 1970 e 1980, durante o governo militar. Durante o governo Temer, sob o pretexto de equiparar os marcos da lei fundiária ao Código Florestal, o marco temporal passou para julho de 2008, favorecendo apossamentos recentes. Os marcos geográficos da abrangência da lei também foram modificados, tendo em vista que a lei passou a ter abrangência nacional.

Destacam-se dentre as alterações da Lei n.

13.465/2017 o aumento do tamanho da área passível de regularização, que passou de 1.500 para 2.500 hectares, ou seja, incluindo grandes propriedades com área superior a 15 módulos fiscais. A proposta de alteração foi conduzida devido à grande pressão de setores ruralistas e apresentada por Romero Jucá, representante de Roraima, estado como muitas demandas de regularização de grandes áreas. A alienação da terra continuou gratuita até 1 módulo fiscal para fins de regularização, mas a partir de 2017, terras com tamanho superior foram avaliadas entre 10% e 50% do valor da terra nua e possibilidade de 20% de desconto para pagamentos à vista. Tais medidas certamente estimularam a ocupação ilegal ao sinalizar a perspectiva de progressiva flexibilização dos marcos legais e facilidades na condução da regularização fundiária.

A mudança nas normas abriu perspectivas de aceleração da regularização fundiária e atraiu apoios internacionais para a empreitada da regularização veloz da terra na Amazônia, tais como o projeto “Regulariza Amazônia”. O projeto integrava uma ampla iniciativa de cooperação técnica da União Europeia para melhorar a governança fundiária em países da África, Ásia e América do Sul. No caso brasileiro, a intenção era apoiar “soluções práticas e legais” para questões de posse de terra na região amazônica²¹. O projeto “Regulariza Amazônia” teve início em 2017 e duração de quatro anos, sintonizado com ações de apoio à regularização fundiária da Co-

²¹ Desde 2014, o programa Terra Legal Amazônia é apoiado no âmbito da cooperação Brasil-Alemanha. A cooperação visava tornar os processos de regularização fundiária e a titulação de terras mais eficientes e transparentes.

operação Técnica do Governo Alemão (GIZ). A proposta era aprimorar e acelerar o processo de destinação e regularização fundiária de terras em quatro estados (Pará, Mato Grosso, Amazonas e Amapá)²² apoiando-se na premissa de que a incerteza jurídica prejudicaria a implementação de medidas de proteção da floresta no longo prazo.

4. "ESSE GOVERNO É DE VOCÊS"

Em meados de 2019, convidado para evento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o então recém-empossado presidente Jair Bolsonaro lembrou que durante sua trajetória como deputado federal sempre votou ao lado da bancada ruralista e que agora "Esse governo é de vocês". Na eleição de 2018, a bancada ruralista no Congresso Nacional, reunindo 261 deputados federais e senadores, declarou formalmente apoio à candidatura de Bolsonaro à Presidência da República, justificando tal apoio ao fato de o candidato atender ao "clamor do setor produtivo nacional" para "alavancar nosso desenvolvimento econômico"²³. Na época da campanha eleitoral, a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) representava quase metade da Câmara de Deputados, formada por 513 parlamentares.

Um dos primeiros movimentos do governo Bolsonaro foi o desmonte da institucionalidade agrária por meio da Medida Provisória n.

870/2019, que transferiu o Incra para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e deixando sob o comando ruralista tanto a política agrária, quanto a fundiária. Criou-se dentro desse Ministério a Secretaria Especial para Assuntos Fundiários, sendo nomeado para seu comando Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR). No segundo semestre de 2019, diante de um cenário de devastação provocado pela expansão de incêndios criminosos simultâneos varrendo a floresta (Menezes 2022), o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), afirmava que o ambiente era de um governo que "na execução de suas políticas públicas, estava absolutamente de acordo com o que o agronegócio precisava", com "políticas agrícolas que restabelecem a possibilidade de se fazer renda no campo".

Outros representantes da bancada ruralista, como o senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), apontavam a sincronia do setor com o governo Bolsonaro, reiterando sua oposição aos movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a continuidade das políticas de demarcação de terras para povos indígenas, quilombolas e unidades de conservação. Para Heinze, com o governo Bolsonaro houve "uma grande mudança para o bem". Ainda segundo ele, "a questão

²² A implementação do projeto foi realizada pelo consórcio composto por três organizações: GFA Consulting Group, Instituto Internacional para a Educação do Brasil (IEB) e Dr. Schindler Geo Consult International GmbH & Co. (GCI).

²³ Relato da deputada Tereza Cristina (DEM-MS), então presidente da FPA e depois ministra da Agricultura durante o governo Bolsonaro.

do MST, dos quilombolas e dos indígenas era um grande gargalo que nós tínhamos”²⁴.

Durante o governo Bolsonaro, destacou-se o Projeto de Lei n. 510/21, apelidado por opositores como mais um PL da Grilagem. O projeto de lei apresentado pelo senador Irajá Abreu (PSD) foi percebido como mais uma ação para incentivar e legitimar práticas de grilagem e desmatamento ilegal. Dentre suas várias determinações, alterava a data limite para que a ocupação das terras fosse legalizada e isentava de vistoria grandes áreas com até 2.500 hectares. O Projeto de Lei derivou da Medida Provisória (MP) 910/19, também apelidada como MP da Grilagem, assinada pelo presidente Bolsonaro em 2019. Entretanto, a medida deveria ser validada pelo Congresso Federal até maio de 2020, mas devido a impasses na negociação, perdeu a validade e foi reapresentada em 2021 como proposta semelhante, tramitando como Projeto de Lei 2.633/2020 no Congresso e PL 510/2021 no Senado.

O projeto teve como relator o deputado Bosco Saraiva (Solidariedade-AM), que afirmou não haver na proposta “qualquer estímulo à grilagem”. O conjunto de medidas legislativas foi de-

nominado por ambientalistas de “boiada do Congresso”, em referência à fala do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que ressaltou que o momento pandêmico era ideal para se “passar a boiada”, ou seja, flexibilizar normas enfrentando menores reações da sociedade.

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei n. 2633/20 com 296 votos favoráveis e 136 contrários. O texto aprovado foi substitutivo ao do relator, deputado Bosco Saraiva, e abriu brechas para beneficiar, inclusive, posseiros multados por infração ambiental, embora a retórica ruralista insistisse que a concessão dos títulos permitiria identificar o dono da terra, fiscalizá-la e punir crimes ambientais. No Senado, o PL 510/2021 foi retirado de pauta do plenário por falta de acordo. O projeto enfrentou forte reação de ambientalistas e parlamentares que se opuseram à falta de debate profundo sobre o texto, especialmente em pontos sensíveis, como a mudança do marco temporal e a isenção de vistoria no processo de regularização. As comissões temáticas do Senado adiaram para 2022 a apreciação do novo marco da regularização fundiária em terras da União a partir novo texto do Projeto

²⁴ No entanto, cabe destacar que o apoio da bancada ruralista não se manifestou de forma total, irrestrita e homogênea em relação a diversos posicionamentos polêmicos de Jair Bolsonaro durante o mandato presidencial. Divergências surgiram dentro dos setores ruralistas diante de manifestações relativas a alguns temas sensíveis que tocam às relações internacionais e a percepção internacional do Brasil, tais como a preservação da Amazônia e os questionamentos à ordem democrática. O ex-governador e ex-ministro ruralista da Agricultura, Blairo Maggi (MT), em entrevista ao jornal Valor Econômico em 2019, expressou a preocupação do setor com a produção de tensões internacionais produzidas pelas falas ofensivas de Bolsonaro aos investimentos e às cobranças ambientais da Alemanha e da Noruega, que colocavam em risco, por exemplo, o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Em relação aos atos antidemocráticos estimulados pelo presidente, Alceu Moreira publicou no seu perfil no Twitter uma mensagem com teor crítico sobre possíveis eventos comemorativos ao golpe militar de 1964.

de Lei (PL) n. 510/2021 do relator da proposta²⁵, o senador Carlos Fávaro (PSD-MT)²⁶.

A tramitação do PL 510/2021 foi bastante modificada, recebendo 188 emendas apresentadas pelos parlamentares, muitas delas acatadas pelo relator. A proposta mantém o marco temporal de 2008, diferentemente do projeto original, que foi apresentado pelo senador Irajá Abreu²⁷, que o estendia até 2012. Na nova proposta houve a ampliação do procedimento simplificado de titulação por "autodeclaração" para posses de até 15 módulos fiscais. Atualmente é permitido apenas para posses de até 4 módulos fiscais. O texto aponta a possibilidade de regularização fundiária para pessoas que já são proprietárias de outro imóvel rural ou que já tenham sido beneficiadas por programa de reforma agrária ou regularização fundiária. Trata-se de uma proposta que amplia e facilita o acesso aos estoques de terras públicas para grandes proprietários. A falta de consenso entre a Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA) e a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado adiou para 2022 a apreciação do novo marco da regularização fundiária em terras da União.

Apesar dos avanços e impasses na mudança dos marcos legais, mudanças muito relevantes avançam no plano administrativo da regularização fundiária. No início de 2021 foi lançado o programa Titula Brasil²⁸, planejado para acelerar nacionalmente o processo de regularização de imóveis, especialmente na Amazônia Legal. Segundo a ministra da Agricultura, em 2020 foram emitidos 109 mil títulos a produtores rurais, com a previsão da emissão de mais 130 mil títulos em 2021 e 170 mil títulos em 2022²⁹. Por esse programa, o Incra transfere aos municípios interessados os procedimentos necessários à titulação por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT), permitindo-lhes realizar etapas da regularização fundiária que precedem a titulação, como a coleta de documentos, vistorias e

²⁵ Se o novo texto for aprovado pelas comissões temáticas, o PL 2.633/2020 deixará de tramitar e apenas o PL 510/2021, na forma de seu substitutivo, continuará a ser discutido no Senado.

²⁶ Carlos Fávaro é pecuarista. Foi eleito vice-governador do Mato Grosso em 2014 e senador pelo mesmo estado em 2018. Tem trajetória de destaque em organizações de representação do agronegócio, tendo sido vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja do BRASIL (Aprosoja Brasil), em 2010, e presidente Aprosoja-MT (2012-2014). Presidiu a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Lucas do Rio Verde (Cooperbio Verde) entre 2007 e 2011 e foi também Delegado da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja).

²⁷ Irajá Abreu (PSD) é senador pelo Tocantins e filho da também senadora da bancada ruralista Kátia Abreu. Em 2010, o senador foi autuado pelo Ibama por desmatar uma grande Área de Preservação Permanente para plantio de eucalipto.

²⁸ Instrução normativa do Incra n. 105, que regulamenta o programa Titula Brasil. Um dos principais idealizadores do programa foi o secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR).

²⁹ Informação mencionada pela ministra Teresa Cristina na audiência pública virtual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, ocorrida em março de 2021.

o georreferenciamento de áreas de assentamentos rurais e terras sob controle da União³⁰.

Os dados coletados pelos municípios são registrados em um aplicativo, que os transmite ao Inbra para análise e expedição de parecer sobre a titulação. O programa permite reduzir de maneira substancial os custos operacionais da regularização fundiária para o governo federal, visto que o município deverá arcar com os custos de contratação dos técnicos, pois não há previsão de repasse de recursos entre as partes.

O programa Titula Brasil tem sido bem-sucedido em multiplicar rapidamente a adesão dos municípios. Em pouco mais de um ano após seu lançamento já reuniu 1.198 signatários³¹, dos quais 39% são municípios da Amazônia Legal. Dentre os municípios contemplados, 70 municípios situam-se no chamado Arco do Desmatamento da Amazônia, ou seja, conjunto de municípios nos quais a fronteira agropecuária tem avançado com velocidade em direção à floresta e lideram o ranking de devastação ambiental da região³². Em suma, pode-se supor que o Titula Brasil tende a colocar em marcha a regularização autofinanciada e por autodeclaração, uma vez os procedimentos tradicionais de regularização passam a ser exercidos por

técnicos municipais sem a necessária expertise técnica e institucional exercida pelo Inbra e submetidos às pressões do poder econômico e político local, empresas envolvidas no agronegócio e comércio de terras e madeira.

O programa Titula Brasil também apoia a titulação de assentamentos rurais passíveis de regularização por meio das parcerias com os municípios acima mencionadas. Cabe destacar que o processo de emancipação e titulação dos assentamentos rurais já vinha passando por um processo progressivo de dissolução de formas de gestão coletiva da terra por meio de instrumentos legais e administrativos impostos nos últimos anos. Até 2017, a emissão de títulos para assentados era orientada pela comprovação de autossuficiência dos assentamentos rurais, evitando-se que essas terras, uma vez tituladas, fossem colocadas no mercado de terras e reproduzissem a reconcentração fundiária.

Durante o governo Temer, a Medida Provisória n. 759, convertida na Lei 13.465/17, alterou os regimes jurídicos relacionados à regularização fundiária rural e urbana, tornando mais fácil e ágil a emancipação e titulação dos assentamentos rurais, processo que implica o ônus da exclusão do assentado de políticas pú-

³⁰ Nos municípios são criados Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRF) com técnicos indicados pelas prefeituras. O técnico recebe o treinamento on-line oferecido pelo Inbra e depois pode ser credenciado como representante do órgão.

³¹ As informações do programa Titula Brasil foram extraídas série de reportagens realizadas pela equipe de “O Joio e o Trigo” e do observatório “De olho nos ruralistas”, que por sua vez obtiveram dados via Lei de Acesso à Informação em bases de dados públicas.

³² Faixa de cerca de 500 mil km² de terras que vão do Sudeste do Pará para o Oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Acre. O município de Lábrea, integrante do Arco do Desmatamento no Sul do Amazonas registrou recordes de queimadas entre 2019 e 2020 e aderiu ao programa Titula Brasil em meados de 2021.

blicas voltadas para a permanência no campo, tais como o financiamento de investimentos a juros baixos por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), fragilizando pequenos agricultores e impulsionado a volta das terras destinadas à reforma agrária ao mercado.

Quando a normativa acima entrou em vigor “foram emitidos pelo INCRA 123 mil títulos, um recorde em relação aos governos anteriores, cuja média entre 2003 e 2016 girou em torno de 20 mil títulos/ano” (Malerba e Treccani 2019: 89). A normativa ganhou expressão administrativa no “título-lômetro”, nome dado para o ranking que fixa metas e premia as superintendências regionais do Incra com maior número de emissões de títulos individuais de propriedade da terra³³ para assentamentos de reforma agrária e áreas de posse, prática que foi muito estimulada a partir de abril de 2017. Houve ainda a partir desta época uma inversão de procedimentos administrativos que ganharam muita força adiante, pois se anteriormente o Estado definia as áreas regularizáveis e investia esforços para promover a regularização, tal como ocorria, por exemplo, nos “mutirões do Terra Legal”, a partir deste momento o interessado em regularizar sua terra busca o Incra para solicitar análise dos documentos sem que haja exigência de vistorias *in loco* para apossamentos de até 4 módulos fiscais.

No caso dos assentamentos ambientalmente diferenciados está prevista a celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CC-

DRU) inalienáveis e o impedimento da alienação de terras. No entanto, as indefinições fundiárias nas áreas de assentamentos sustentáveis da Amazônia frequentemente ocasionaram a não celebração do CDRU entre o Incra e a associação representativa dos moradores do assentamento. Em 2010, um dispositivo normativo (Norma de Execução do Incra n. 93, de 19 de julho de 2010) que trata de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados tornou possível a opção entre a assinatura de CCDRU individual ou coletivo nos assentamentos. A normativa provocou a explosão da celebração de contratos individuais em assentamentos ambientalmente diferenciados e como a norma abria brechas em seu artigo 12 para a transferência entre vivos do CCDRU nesses contratos individuais, tornou-se possível a alienação das terras desses assentamentos, antes proibidas legalmente. Finalmente, no governo Temer, com a Lei n. 13.465/17, a assinatura dos CCDRU por pessoas jurídicas foi totalmente proibida, impondo a individualização de todos dos contratos.

Sob o pretexto de capilarizar o atendimento, “dando a oportunidade para que os municípios atuem junto com o Incra no atendimento às demandas de titulação dos assentamentos”³⁴, o Titula Brasil significa a aceleração de um processo de desmonte da reforma agrária e de políticas de incentivo à agricultura familiar em curso desde 2017, reduzindo a segurança fundiária e ambien-

³³ Trata-se do Título de Domínio (TD), um título privado que permite a comercialização da terra.

³⁴ Expressão empregada pelo presidente do Incra, Geraldo Melo Filho (Agência Brasil 2022).

tal de um vasto contingente de agricultores e comunidades tradicionais que terão suas terras tituladas fatalmente transformadas em mercadoria no mercado formal de terras da Amazônia.

5. DESMATAMENTO, PREÇO DA TERRA E REGULARIZAÇÃO

O processo de mudança dos marcos legais da regularização fundiária descrito neste texto foi acompanhado de um crescimento sem precedente do desmatamento na Amazônia, especialmente a partir do ano de 2017, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Queimadas e desmatamentos são práticas tradicionais de ocupação ilegal de terras públicas na região, alimentando um ciclo caracterizado pela derrubada da floresta, queimada e a especulação visando a apropriação privada.

O aumento das derrubadas e focos de incêndio ocorreu em consonância com medidas controversas observadas ao longo do governo Temer e Bolsonaro, elevado exponencialmente neste último governo com a redução das fiscalizações ambientais, cortes orçamentários ao Ministério do Meio Ambiente e constante ataque às

Organizações Não Governamentais que atuam na preservação ambiental e aos institutos de pesquisa que divulgam dados de desmatamento. A concentração das queimadas a partir de 2019 se deu sobretudo em áreas de expansão da fronteira agrícola, tais como Altamira, Novo Progresso, São Félix do Xingu, no Pará; e Lábrea e Apuí, no Amazonas, áreas inclusive com forte adesão ao programa Titula Brasil.

Um estudo do Instituto Escolhas mensurou o impacto do desmatamento sobre o preço da terra e produtos agrícolas no Brasil entre 2006 e 2017³⁵ e apontou que em áreas de expansão agrícola, como Matopiba e Amazônia, a depreciação da terra alcançou R\$ 83,5 bilhões em 2017, ou 25% do valor da terra. O desmatamento deprecia o preço de terras e funciona como uma forma de subsídio para quem investe na incorporação de novas áreas.

Para além das mudanças federais referentes aos preços das terras a regularizar, destacam-se as mudanças no âmbito dos estados da Amazônia como elemento relevante para compreender a dinâmica de depreciação dos valores da venda da terra a regularizar, gerando no invasor a expectativa de obtenção de grande lucratividade com a futura revenda de terras

³⁵ O Instituto Escolhas é uma associação civil, sem fins econômicos, fundada em agosto de 2015 voltada para o debate sobre sustentabilidade apoiado em estudos numéricos dos impactos econômicos, sociais e ambientais das decisões públicas e privadas. O estudo mencionado foi coordenado por Jaqueline Ferreira, gerente de Projetos e Produtos do Escolhas e conduzido pela equipe formada pelos pesquisadores Gerd Sparovek, Alberto Barreto e Arthur Fendrich (Geolab/GPP/Esalq/USP), com modelagem econômica realizada por Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho, Adauto Brasilino Rocha Júnior e Giovani William Gianetti (Esalq/USP).

regularizadas (Brito e Gomes 2022)³⁶. No caso do Pará, a mudança nas normas estaduais que incidiram na redução do preço da terra foi justificada pelo governo do estado como um recurso para “facilitar a regularização fundiária de imóveis rurais pelos produtores paraenses”, ainda que a facilitação implique em uma diferença de bilhões de reais entre o valor de mercado e o preço cobrado pela terra pública com o subsídio do governo estadual.

Um levantamento conduzido por Almeida et al. (2021) analisou como as terras públicas do Tocantins têm sido geridas, comparando os preços cobrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto de Terras do Tocantins (Itertins) para regularizar uma área ocupada sob reponsabilidade do governo do estado. Em 2021, o preço médio de venda de uma área privada normalmente cobrado no Tocantins era de R\$ 8.714,74 por hectare. O Incra cobrava em média R\$ 930 por hectare de terras pertencentes ao governo federal, ao passo que o Itertins vendia por R\$ 3,50 o hectare das terras sob os cuidados estaduais, o que corresponde a um dos menores valores médios da terra em todos os estados da Amazônia Legal para regularização fundiária³⁷.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão apresentada procurou descrever processualmente uma dinâmica entendida como um processo de governamentalização, ou seja, uma prática social que produz sujeição por meio de mecanismos de poder que sustentam uma verdade. A partir de um exercício genealógico analisou-se a configuração de atores, interesses e discursos que construíram historicamente a regularização fundiária como a destinação incontestavelmente mais racional e segura para as terras públicas não destinadas da Amazônia e, dessa forma, buscou-se interrogar a verdade a partir de seus efeitos de poder e o poder entendido por meio de atores de seus discursos de verdade” (Foucault 1990:39).

Procurou-se explicitar a intrincada configuração que envolve a consolidação de um consenso em torno da regularização fundiária como solução para o caos fundiário amazônico, explicitando como tal processo de transformação normativa é produto de reorientações de ordem geopolítica que impulsionaram uma corrida por terras e de dinâmicas de poder específicas no âmbito nacional. Como procurou-se demonstrar, ao longo de pouco mais de uma década houve

³⁶ Em 2021, o Governo do Pará publicou o Decreto Estadual n. 1.684/2021 reduzindo o valor cobrado pela venda de terras públicas estaduais na regularização de imóveis acima de 100 hectares. O decreto foi proposto em 2020 pela Federação Estadual de Agropecuária do Pará (Faepa). Segundo Brito e Gomes (2022), o subsídio estadual totalizaria R\$ 6,7 bilhões a serem alocados na venda de terra pública ou R\$ 1,2 milhão por imóvel com base nos valores definidos pelo novo decreto estadual.

³⁷ Segundo o estudo mencionado, 34% do território do Tocantins não apresenta destinação fundiária ou informação sobre sua destinação.

um intenso esforço para a promoção da regularização fundiária que combinou os mais variados interesses e matizes ideológicos para regularizar o vasto estoque de terras amazônicas.

As demandas por normas mais flexíveis aos setores agropecuários têm obtido relativo sucesso no Congresso Nacional, impulsionando mudanças normativas nos estados que subsidiam a compra de terras por preços

muito baixos. Buscou-se demonstrar como o ambiente cada vez mais favorável à apropriação formal de terras públicas estimula a expansão de áreas cada vez maiores de domínio privado e tem colaborado para elevar índices de desmatamento, a multiplicação de novos apossamentos ilegais e um ambiente de insegurança e violência contra as comunidades tradicionais da Amazonia.

7. REFERÊNCIAS

Agência Brasil. 2022. Titula Brasil já tem mais de 600 núcleos abertos em todo país. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-02/titula-brasil-ja-tem-mais-de-600-nucleos-abertos-em-todo-pais>.

Alentejano, Paulo. 2020. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia* 42 (4): 251-285.

Almeida, Anna Luiza Osório, Santos, Charley F. Velloso. 1992. Colonização dirigida na Amazônia. *Texto para discussão* 27.

Almeida, Jeferson et al. 2021. *Leis e práticas de regularização fundiária no estado do Tocantins*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Becker, Bertha. 2004. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática.

Brasil. 2001. *Livro branco da grilagem de terras 2000-2001*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Brito, Brenda, Barreto, Paulo. 2011. *A regularização fundiária avançou na Amazônia? Os dois anos do programa Terra Legal*. Belém: Imazon.

Brito, Brenda, Gomes, Pedro. 2022. *Nota Técnica sobre a redução de preços de terra na regularização fundiária em áreas estaduais no Pará*. Belém: Imazon.

Bourdieu, Pierre. 2005. O mistério do ministério: das vontades particulares à “vontade geral”, in *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan.

Delgado, Guilherme Costa. 2012. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Ferreira, Maria Liége. 1999. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. *Revista Raízes* 20: 33-40.

Foucault, Michel. 2001. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard.

Foucault, Michel. 1990. Qu'est-ce que la critique? [Critique et aufklärung]. *Bulletin de la Société Française de Philosophie* 84 (2): 35-63.

Furtado, Celso. 2007. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras.

Grisa, Cátia. 2018. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. *Raízes* 38 (1): 36-50.

Hall, Anthony. 1991. *Amazônia: desenvolvimento para quem?* Rio de Janeiro: J. Zahar Editor.

Harvey, David. 2004. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.

Ianni, Octavio. 1979. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

Loureiro, Violeta Refkalefsky, Pinto, Jax Nildo Aragão. 2005. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados* 19 (54): 77-98.

Machado, L. 2011. Uma nova Lei de Terras para a Amazônia: o caso de Santarém, Pará. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Malerba, Juliana, Treccani, Girolamo. 2019. *Mais proprietários e menos assentados: como e porque a atual política fundiária ampliará a concentração de terras*. Rio de Janeiro: Fase.

Martins, José de Souza. 1977. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Hucitec.

Menezes, Thereza Cristina Cardoso. 2022. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Trabalho Necessário* 20 (41): 1-26.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização, in *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Organizado por CNPq. Brasília. pp. 67-183.

Peirano, Mariza. 1998. *Antropologia política, ciência política e antropologia da política*. Brasília: UnB. pp.15-26.

Sauer, Sérgio, Leite, Sérgio. 2012. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. *The Journal of Peasant Studies* 39 (3-4): 873-898.

Svampa, Maristela. 2013. Consenso de los commodities y linguagens de valorização em América Latina. *Revista Nueva Sociedad* 244.

Tribunal de Contas da União. 2021. *Relatório de auditoria de conformidade no programa Terra Legal Amazônia*. Brasília.

Théry, Hervé. 1999. *Configurações territoriais na Amazônia*. Brasília: MMA/SEA/Napiam.

Torres, Maurício, Doblaz Juan e Alarcon Daniel Fernandes. 2017. *Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no Sudoeste paraense*. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia.

TRAJETÓRIAS E (DES) OCUPAÇÃO: MIGRAÇÕES, CONFLITOS E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA NO SUL DO AMAZONAS

Mariana Vieira Galuch

Universidade Federal do Amazonas

Auriedia Marques da Costa

Universidade Federal do Amazonas

submissão: 05.05.2022 aprovação: 20.10.2022

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central analisar e descrever os impactos das políticas estatais no Sul do Amazonas. No primeiro momento, nosso intuito é compreender as frentes migratórias direcionadas para os municípios de Lábrea e Apuí e, posteriormente, como essas localidades vêm se tornando áreas de expansão da fronteira agropecuária. O Estado nacional foi responsável pelo estímulo para o processo migratório, o que gerou os conflitos agrários provocados por essa ação, uma vez que o território vem sendo modificado pelo aumento no número de áreas agropecuárias. Essa pesquisa foi possível por meio de pesquisa etnográfica na região de Riozinho, ao Sul do município de Lábrea e no Projeto de Assentamento Rio Juma, no município de Apuí. No entanto, essas regiões vêm se tornando espaço para a expansão da fronteira agropecuária, implicando em novas dinâmicas territoriais, seja por parte das entidades sindicais patronais e pelo estado do Amazonas, a partir de políticas desenvolvimentistas, como a demarcação da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira. Esse não é um assunto novo sobre a Amazônia Legal, mas se tratando do estado do Amazonas interessa compreender como os mecanismos estatais vêm acelerando a expansão da fronteira agropecuária.

Palavras-chave: Migração, conflitos, Sul do Amazonas.

ABSTRACT

MIGRATION, CONFLICT AND EXPANSION OF AGRICULTURAL FRONTIER IN THE SOUTH AMAZONAS

The major objective of this research is to analyze and describe the impacts of state politics in the South Amazonas. First, we intent to understand the migratory fronts on the Lábrea and Apuí counties and how these localities have been turned important agricultural frontiers areas. The National Government was responsible for the stimulus of migratory process that created agrarians' conflicts since that the territory has been transformed by the increasing in the agricultural areas. This study was realized from ethnographic research applied in the Riozinho region, at south of Lábrea county, and in the Projeto de Assentamento Rio Juma, Apuí county. However, these regions have been priority for agriculture expansion creating new dynamic territorials, either by employers' unions or by the Amazonas State from developmental policies, for example the demarcation of Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira. This issue is not completely novel in the Amazonia, but specifically for the Amazonas, is urgent understand the statal mechanisms that have accelerated the expansion of agricultural at the South region of this State.

Keywords: Migration, conflicts, Southern Amazon.

RESUMEN

MIGRACIÓN, CONFLICTO Y EXPANSIÓN DE LA FRONTERA AGRÍCOLA EM EL SUR DE AMAZONAS

El objetivo principal de esta investigación es analizar y describir los impactos de las políticas estatales en el sur de Amazonas. En primer lugar, pretendemos comprender los frentes migratorios en los municipios de Lábrea y Apuí y cómo estas localidades se han convertido en importantes áreas de frontera agrícola. El Gobierno Nacional fue el responsable del estímulo del proceso migratorio que generó conflictos agrarios ya que el territorio se ha visto transformado por el aumento de las áreas agrícolas. Este estudio se realizó a partir de una investigación etnográfica aplicada en la región de Riozinho, al sur del municipio de Lábrea, y en el Projeto de Assentamento Rio Juma, municipio de Apuí. Sin embargo, estas regiones han sido prioritarias para la expansión de la agricultura creando nuevos territorios dinámicos, ya sea por los sindicatos de empleadores o por el Estado de Amazonas a partir de políticas de desarrollo, por ejemplo, la demarcación de la Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira. Este tema no es del todo novedoso en la Amazonía, pero específicamente para Amazonas, es urgente entender los mecanismos estatales que han acelerado la expansión agrícola en la región Sur de este Estado.

Palabras clave: Migración, conflictos, Amazonia Sur.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central analisar e descrever os impactos das políticas estatais no Sul do Amazonas. No primeiro momento, nosso intuito é compreender as frentes migratórias direcionadas para os municípios de Lábrea e Apuí e, posteriormente, como essas localidades vêm se tornando áreas de expansão da fronteira agropecuária. A região investigada apresenta dados de conflitos no campo e índices de desmatamento acelerado, uma vez que o Estado vem priorizando a região por meio de políticas de desenvolvimento regional, como a demarcação da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, inspirada na região do Matopiba.

Os processos histórico-sociais nas duas localidades investigadas são distintos. O período do Ciclo da Borracha motivou a migração de famílias nordestinas nas colocações de Lábrea, na primeira metade do século XX. Nesse caso específico, o recorte espacial é a região do Riozinho, localizada no Sul de Lábrea. Os projetos de colonização demarcados pelos governos militares no Vale do Madeira atraíram famílias, principalmente, vindas do Sul do país e Nordeste. Neste caso, nosso interesse é o Projeto de Assentamento Rio Juma, em Apuí. No entanto, a configuração atual das duas localidades revela a existência de concentração de grandes propriedades agropecuárias, o que implicou em conflitos, novas dinâmicas territoriais e o aumento da destruição ambiental (Pereira 2017).

Os conflitos agrários no estado do Amazonas são mais elevados em áreas de expansão da

fronteira agropecuária, constituindo uma situação na qual a pressão e ameaça se direcionam isoladamente às famílias de trabalhadores rurais e extrativistas sem amparo organizacional ou institucional. Dados relativos à região Sul amazonense revelam que na última década foram dez pessoas assassinadas num total de 17 em todo o estado. Lábrea é a cidade com o maior número de assassinatos, com quatro pessoas vitimadas (CPT 2021). Esses dados preocupam diante do desmatamento acelerado na Amazônia, principalmente nos últimos quatro anos. Lábrea e Apuí protagonizaram cenas de queimadas na floresta amazônica, colocando o Amazonas em rankings de desmatamento até então não atingidos (Menezes 2022). Os impactos trazem reverses aos povos da Amazônia e aos recursos da floresta, como as águas, a fauna e a flora.

Para fundamentar nossa compreensão, os procedimentos teórico-metodológicos deste texto estão ancorados nos mecanismos disciplinares do Estado, demarcações, infraestruturas e políticas públicas que compõem as estratégias e que estimularam dinâmicas territoriais e migratórias. Alinhamos nossas percepções a partir de autores como Bourdieu (2010, 2014) e Foucault (2008), que argumentam sobre o papel do Estado no controle das pessoas a partir do controle dos territórios. Para os casos específicos em análise, esse entendimento nos ajuda a compreender como as atividades econômicas pautadas para a Amazônia estimularam as frentes migratórias e as novas dinâmicas territoriais (Loureiro & Pinto 2005; Ianni 1979, Martins 1975, Velho 1972).

Acessar e descrever os impactos desse processo foi possível por meio de práticas etnográficas que impõem um sistema complexo de relações no campo, articulado pelas tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações do qual fazemos parte (Clifford 1998, Peirano 1995). Os dados que compuseram a análise deste texto foram coletados em situações concretas mediante entrevistas, observações, conversas informais e documentos. Para descrever racionalmente esses episódios, contamos com as narrativas e trajetórias dos nossos interlocutores e interlocutoras que residiam nas localidades pesquisadas, como no Projeto de Assentamento Rio Juma, em Apuí, e na região do Riozinho, Sul do município de Lábrea, área fronteira com Acre e Rondônia. O sr. Souza e a sra. Sara, em Lábrea; e os senhores Leonardo, Luiz, Tadeu, Pedro e José, em Apuí, acionaram em suas memórias as trajetórias que validaram a forma como as relações na Amazônia foram pautadas pelas políticas estatais e os casos de conflitos. São agricultores e extrativistas que encontraram nas conversas oportunidades de relatar as situações conflituosas atravessadas, tendo suas identidades preservadas. São militantes da questão agrária e representavam suas comunidades nas lutas cotidianas. A coleta de dados em campo teve como recorte temporal os anos de 2014 a 2017.

Diante desse aspecto, a migração e as trajetórias são elementos que estão afastados direta-

mente do campo (e no tempo), relacionando-se à crítica de Augé (1992 apud Kofes 2001), refletida a partir de Kofes (2001:19): “Nesta pesquisa antropológica, com observação direta do campo e com documentos escritos, falo de interconexão de temporalidades em um ‘agora’ e, também, com a interconexão de lugares em um ‘aqui’”. A pessoa que migra também carrega sua capacidade de circular, de construir e de se apropriar de espaços, reproduzindo, dessa maneira, territórios e identidades sociais. Essa condição é apresentada por Menezes (2012) em consonância aos estudos da pesquisadora mexicana Sara Flores, que se interessa em garantir “de La organización de colectivos que no solo se trasladan de un lugar (origen) a otro (destino), sino que son capaces de circular, de recorrer espacios y de apropiarse de ellos “produciendo territorios¹” (Flores 2010: 7). Para esta pesquisa, a trajetória é a descrição do migrante a partir do seu olhar inserido nas situações concretas, sobrepondo-se às dinâmicas no espaço e no tempo. É possível compreender uma trajetória a partir da prévia construção dos campos em que ela se desenrola, articulando-a ao conjunto de relações objetivas de outros agentes envolvidos no mesmo campo, dialogando com os mesmos espaços possíveis (Bourdieu 1996).

Esses movimentos trouxeram dinâmicas territoriais para a região. Diante deste cenário, buscamos tecer reflexões sobre os projetos estatais para o Sul do Amazonas, considerando a formação da Zona de Desenvolvimento Sustentável

¹ A organização de grupos que não só se movem de um lugar (origem) para outro (destino), mas são capazes de circular, explorar espaços e apropriar-se deles “produzindo territórios”.

Abunã-Madeira. O seu planejamento foi iniciado em 2019 e o lançamento oficial em 2021. É uma área considerada de expansão da fronteira agropecuária, idealizada pelos agentes do agronegócio que pautam em suas demandas tratativas de regularização fundiária. Sendo assim, a proposta desta pesquisa segue um roteiro: entender as dinâmicas territoriais no Sul do Amazonas que foram alteradas pelos projetos desenvolvimentistas e como essas mesmas áreas se transformaram em áreas agropecuárias, implicando em conflitos. Tal reprodução se faz presente em várias áreas da Amazônia Legal, mas como vem se desenrolando no estado do Amazonas?

Para tanto, esse artigo está organizado em três seções, além das considerações finais. A primeira, “A região do Riozinho e o Sul de Lábrea: do ciclo da borracha às áreas de conflitos”, demonstra os processos sociohistóricos da chegada de migrantes nordestinos e descreve as trajetórias tramadas com as situações de conflitos. A segunda seção, “Apuí/AM: trajetórias de ocupação à descaracterização do projeto de assentamento”, retrata o contexto do município de Apuí, a chegada de paranaenses e nordestinos, a demarcação de fazendas no interior do Assentamento Rio Juma e, por conseguinte, a sua descaracterização. A terceira seção, “A expansão da fronteira agropecuária em curso no Sul do Amazonas: alguns apontamentos”, analisa os novos projetos desenvolvimentistas para a Amazônia Legal, como a Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, fomentada por pecuaristas e apoiada pelos governos do Amazonas e federal. Nosso in-

teresse é lançar olhares aos processos em curso no Sul do Amazonas.

2. A REGIÃO DO RIOZINHO E O SUL DE LÁBREA: DO CICLO DA BORRACHA ÀS ÁREAS DE CONFLITOS

O município de Lábrea expressa tensões que desafiam as diversas construções dos problemas de pesquisa a serem investigados. As curvas sinuosas do rio Purus e a chamada “Cidade do Sol” são atravessadas por terras indígenas, reservas extrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamento e fazendas que provocam a organização coletiva por meio de movimentos sociais, movimentos ambientais e organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (Costa 2017).

Apesar desse cenário, nosso interesse de investigação é o Sul de Lábrea, mais especificamente, a região do Riozinho, situada entre o rio Iquiri, afluente do Purus, e a BR-364, sentido Porto Velho/Rio Branco, onde a expansão da fronteira agropecuária é mais acentuada. Vale destacar que a região é fronteira geográfica entre Amazonas, Acre e Rondônia, próxima à Ponta do Abunã. As áreas tangenciais envolvem colocações, projeto de assentamento de reforma agrária e áreas em processo de regularização fundiária. Trata-se de uma região abundante em recursos florestais, madeiras nobres, castanhais, seringais que comporta a trajetória de extrativistas que descendem de um processo histórico de ocupação recente

de mais de 50 anos. Por outro lado, a área pesquisada encontra-se num eixo entrecortado de fazendas com registros adquiridos ilegalmente, superposição de títulos, áreas com pedido de cancelamento de matrícula por não pertencerem ao território amazonense e com títulos definitivos outorgados pelo Estado.

A história da região aponta para dois processos distintos de organização territorial que incidiram diretamente em sua configuração social. O primeiro compreende a exploração e a expansão dos seringais, cujo produto, a borracha, transforma-se em recurso direcionado para exportação. O segundo está atrelado à abertura e expansão da fronteira agropecuária aliada à exploração da madeira que, de forma violenta, transformou as “Colocações” de seringa em “Fazendas”. Apesar, os agentes sociais foram forçados a acomodar (amoldar-se) à vida na dinâmica dessa “nova” estruturação do espaço geográfico e social ou tentar reconstruí-la, compulsoriamente, em outro ambiente.

Destacamos como um dos períodos transformadores da região, o “ciclo da borracha” e a “batalha da borracha”, recortes históricos relacionados, respectivamente, aos movimentos de auge (1894 a 1906) e da Grande Crise (1907 a 1910) (Loureiro 2008). Posteriormente, de 1942 a 1944, a demanda da II Guerra Mundial exigia da região mais matéria-prima para abastecer as regiões em combate, recrutando mão de obra para a exploração dos seringais. Com o término da guerra (1945), subsequentemente a borracha entrou em declínio na região, apesar de esforços contínuos

para restabelecer o dinamismo dessa atividade ao longo da história.

Para adentrar e conhecer parte desta história, a experiência e conhecimento de um morador da região, seu Souza, foi fundamental. Ele chegou à localidade em 1962 vindo do Nordeste e relatou que os seringais apresentavam uma configuração espacial de distribuição entre empresas de exploração e comercialização da borracha, como a Empresa M. de Pereira Sobrinho.

Para Souza, a “guerra de 43” é o marco para compreender a história deste espaço. Segundo seus relatos, “pegaram um monte de pessoal para vir pro Amazonas, pro seringal, que era a guerra da borracha, aí saiu aquele monte que foi pra guerra sangrenta pra Alemanha e muitos que veio pro Amazonas”. Seu pai se deslocou um pouco antes, em 1943, como “rapazinho novo” e já conhecia a empresa Pereira Sobrinho; porém, outros familiares, como seu tio residente no Maranhão, “vieram tudinho no embalo dos nordestinos”. Quando chegaram em Manaus, seu pai juntou-se ao grupo para o trabalho na borracha. Em sua narrativa, seu pai, parentes e outros seringueiros chegaram no rio denominado Maria, e:

“na boca desse Maria havia uma colocação. Meu pai ficou nessa colocação e o irmão dele foi mais nesse pra dentro. O cunhado dele mais aqui pra dentro e os outros, os nordestinos, arigozadas, que chamavam arigós, foi enchendo o resto do seringal aí pra dentro. Na viagem que o meu tio veio, vieram mais de 200 arigós, todos pra essa região. Um boca-do ficou pro seringal grande que tem pra cá, um tal de granada que hoje em dia é aquele assentamento granada que tem ali, na BR; o assentamento granada era um seringal também; seringal São

João do Balanceio; e quase de frente na entrada de Acrelândia era outro seringal; tinha outro seringal grande, Novo Encanto, perto do Iquiri, onde hoje é a fazenda Palotina, tudo era seringal. Aí vieram tudinho, esses 200 e tantos arigós, já tinha seringueiro, mas muitos haviam largado as colocações, aí foi enchendo...Ah, o patrão, esse Camilo Morato, dizia: eu preciso, eu quero tantos arigós, ainda cabe 20, o outro lá dizia, só cabe 15, o outro lá, não, o meu pega 50 e assim ia colocando os arigós tudinho. Tudo era cheio de seringueiro, tudo era cheio de colocação”.

A memória do nosso interlocutor vai tramando a relação entre os antigos seringais e a configuração territorial entrelaçadas com as “fazendas” existentes na região. A dinâmica sugere a pressão a que as pessoas foram submetidas, forçadas a saírem de suas colocações ou até mesmo impostas a diferentes forças de trabalho.

A empresa Pereira Sobrinho tinha como proprietário Manoel Pereira Sobrinho e os diversos seringais da localidade foram sendo fracionados e distribuídos entre parentes e aqui destacamos um deles: segundo Souza, o patrão Camilo Morato, supracitado, era pernambucano, tio da esposa de Manoel e responsável pelo seringal São Domingos. Com a morte de Camilo Morato, seu filho Lídio Morato assumiu o seringal, enquanto outro filho, Ruy Morato, dedicou-se aos estudos.

Em pesquisas documentais identificamos o nome de Ruy Morato em uma sessão do Tribunal Pleno da Justiça do Amazonas², em que os desembargadores lhe prestaram homenagem ao completar 70 anos, quando seguia para a aposentadoria compulsória. A sessão relatava sobre o

seu nascimento no seringal São Domingos e que o desembargador Ruy Morato era formado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Como juiz de primeira instância, passou pelas comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Canutama, Urucará e por Lábrea. Foi eleito para o cargo maior da magistratura no Amazonas por unanimidade pelo colegiado do Tribunal Pleno. O nome de Ruy Morato consta no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica, principalmente por favorecer sentenças relacionadas ao alargamento de áreas de forma irregular. Uma acusação revela:

Quanto ao juiz Ruy Morato pesam acusações de regularização e venda de posses sobre o seringal São José do Iquiri, ou São José II ou São Domingos sendo que constam informações da viagem do juiz ao Paraná para receber parcela de venda do imóvel. (Carvalho 2001: 215).

Com a morte de Manoel Sobrinho, que possuía os meios de produção para a sustentação dos seringais, a região começou a passar por nova dinâmica, na década de 1960. Segundo Souza, “depois que o velho morreu”, cada qual foi “dirigindo, foi modificando”. Com o surgimento da BR nos anos de 1968 a 1969, todos passaram a negociar nesse espaço, “arranjando” novos patrões. Depois de um período, a empresa de Manoel Pereira Sobrinho foi por “água abaixo”. O processo de exploração dos seringais para a produção da borracha era o mesmo descrito na literatura a respeito dos barracões e ex-

² <http://tj-am.jusbrasil.com.br/noticias/123135/a-ultima-sessao-de-ruy-morato>.

ploração do trabalho por servidão (Lima 2014, Chaves 2011, Teixeira 2009).

Diante dos relatos, o seringal São Domingos merece destaque. Seu registro foi efetuado na Comarca de Lábrea a partir de um título de imóvel denominado Boliviano, apresentando, inicialmente, mais de 100.000 ha. Os levantamentos realizados pela Polícia Federal e pelo Incra constataram que as coordenadas geográficas do referido título se encontravam em território boliviano, cujo resultado levou ao pedido de cancelamento da matrícula. Contudo, os seringueiros que teriam suas colocações encravadas neste título, continuam vivendo na insegurança sem as devidas regularizações de suas colocações, uma vez que o Incra não realizou vistoria, arrecadação e destinação do referido imóvel. Esse cenário culmina no relato do nosso interlocutor:

“o fazendeiro vem imprensando, vem mettendo divisa e aí, hoje nós estamos sem a seringa e praticamente sem a castanha. Porque já passaram o pique e tomaram tudo dizendo ser a terra de sua propriedade. Em seu terreno, faz na base de um ano, um ano e pouco, ‘meteram o pique e deixaram só aquela beirinha pra mim, que é a beira do rio que é só a várzea, eu não tenho nem como trabalhar”.

Com o fracasso dos seringais, novas políticas foram acionadas na região. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, surgiu como principal órgão do governo para dinamização da economia no Amazonas, viabilizando os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de

mineração (Ianni 1979). Com investimentos da Superintendência, um número cada vez maior de empresas passou a consolidar projetos agropecuários na Amazônia apoiados pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), a partir de 1974. Do total de 947 projetos, no ano de 1985, 581 foram voltados para a agropecuária (Oliveira 1988). Com isso, os seringueiros passaram a enfrentar outro tipo de problema: a destruição de uma forma de viver com consequências trágicas, vindo a transformar seu habitat em lugar de disputas, apropriação indevida e violência, como afirma Martins (1975):

Amazônia tornara-se o território do avanço do capital, a terra franqueada ao arbítrio e à violência do dinheiro... os pobres da terra, indígenas, posseiros, seringueiros privados de direitos, ficando à mercê do poder pessoal do patrão, que ditava e executava a lei e governava por meio de jagunços e pistoleiros (Martins 1975:9).

Houve o rompimento entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, em favor de latifúndios e empresas protegidas econômica e politicamente pelo Estado. Segundo o senhor Souza, quando madeireiros, pecuaristas e fazendeiros começaram a chegar, os conflitos começaram a se intensificar:

“Com o surgimento das serrarias, passaram a dividir as colocações: um pedaço pra um, compravam um pedaço de um, compravam um pedaço de outro, tirava seringueiro de um canto, cortava madeira daquela colocação, aí foi dividindo em pedaço. A chegada do madeireiro trouxe essa divisão”.

Dona Sara, nossa interlocutora, também sofreu vezes com a chegada das fazendas. Quando foi possível contactá-la e encontrá-la, logo trouxe uma máquina fotográfica com registros de sua labuta diária. Ela mesma filmava pequenos vídeos do trabalho que realizava na colocação e como se processava cada atividade. Dessa forma, comentava cada gravação onde aparecia andando na mata, quebrando castanha, cuidando da roça, galinhas, cavalos, fazendo farinha, atravessando a fazenda a cavalo para chegar à colocação, tecendo malha-deira ou fazendo sua refeição. O registro em fotos e filmes tem muito significado para quem vivencia situações de conflito. Possui o significado de veracidade do que ocorreu, uma forma de confirmar seus relatos, de possuir uma prova física do “que estou falando é verdade”.

Nascida no seringal São Domingos, que “hoje é as Três Barras, fazenda grande, muito gado”, começou a cortar seringa com oito anos e aos 11 anos passou a tomar conta de três estradas de seringa que já eram suas. Em conversa sobre a região, foi relembando a vida do tempo de seringal: “vida sofrida de seringal...Já trabalhei muito, sofri muito, não tenho mais resistência”.

Para adentrar sua colocação, dona Sara precisava fazer o trajeto que inclui os meios de transporte, como motocicleta e cavalo, quando era período das chuvas. São aproximadamente 20 km até a colocação que precisava adentrar a fazenda Nova Fronteira, que ficava às margens da BR-364. Ao abordar as dificuldades de impedimento para chegar à colocação, uma vez

que precisava atravessar toda uma estrutura de porteira com guarita, inicialmente, informou que não havia problemas de impedimento. No entanto, no decorrer dos relatos, foi perceptível as dificuldades impostas pelo gerente da fazenda, porém, não estava disposta a fazer comentários sobre essa realidade: “eu não quero falar das fazendas, não quero tocar nesse assunto”.

De fato, a partir da década de 1980, o Sul de Lábrea configurou-se como uma região de seringais em transformação agropecuária. A dinâmica imposta era o cercamento, sem permissão ou regularização fundiária. As ameaças intensificaram-se contra os extrativistas, para que abandonassem as colocações, segundo nossos interlocutores. O senhor Souza já enfrentou situações delicadas diante dos impasses:

“A gente não pode dizer nada que eles são mais fortes que a gente. Os fazendeiros são Nilo Lemos, da fazenda Rio Novo, e Aparecido Albergoni, da fazenda Três Barras. Todos os seringueiros que moravam lá foram atingidos. O Valentin foi um. Eles tiraram o pique também e a terra dele ficou só a beira do rio, aí ele desanimou também. Todos eles foram tirados assim, mete o pique, deixa só o lugar da casa do cara, do seringueiro, aí o seringueiro desanima e vai embora. Vai fazer o que naquele pedacinho de terra que não pode cortar seringa e quebrar a castanha dele? Desanima e vai embora. Eles vão expulsando devagarinho, eles vão fechando as passagens, os caminhos, não tem como o seringueiro ir entrando pra dentro pra trabalhar, aí ele vai, desanima e vai embora. Outros colocam pistoleiros.”

Esse relato reforça as práticas de expropriação frequentes na Amazônia brasileira, imbricadas pelas estratégias estatais, principal-

mente pela fragilização dos instrumentos de fiscalização e combate às violências. É frente a essa adversidade que as práticas dos agentes privados irrompem (Rolemberg & Lacerda 2022). Com isso, o Sul de Lábrea encontra-se inserido num cenário marcado por tensões, conflitos, ameaças e assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais, ganhando forte repercussão na mídia nacional, internacional, exigindo manifestação do governo. Na última década, ali concentrou-se a maior incidência de expropriações violentas, assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais devido ao impasse da regularização fundiária no estado do Amazonas.

Esse cenário se revela quando esses dados são nomeados. Em 2006, o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sul de Lábrea, Gedeão Rodrigues da Silva, foi assassinado com um tiro no peito. Em 2011, o agricultor Adelino Ramos, conhecido como Dinho, foi assassinado e já havia participado de reunião com a Ouvidoria Agrária Nacional em Manaus denunciando as ameaças recebidas, tendo sua vida ceifada após nove meses³. Dinho foi sobrevivente do Massacre de Corumbiara e fazia parte da liderança deste movimento camponês conhecido pelo conflito violento. Em 2012, dois meses após conceder entrevista sobre pistoleiros na região que saqueavam e agrediam lavradores, Dinhana Nink foi assassinada⁴. Em 2019, o agricultor Nemes Machado de Oliveira⁵ foi assassinado na área do seringal São

Domingos, sugerindo que os conflitos parecem ser intermitentes na área pesquisada.

Trata-se de um conjunto de conflitos travados entre posseiros, extrativistas, assentados de programas de reforma agrária por um lado e grileiros, fazendeiros e madeireiros, de outro, gerando expropriações crescentes e assassinatos de trabalhadores rurais. Dados fornecidos, por exemplo, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que a tendência é de um aumento de intensidade, uma vez que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia em curso tendem a pressionar a região na busca por recursos. Para acentuar esse cenário, o enfraquecimento dos canais de ouvidorias agrárias tem deixado uma lacuna no que diz respeito ao combate da violência no campo, deixando um espaço propício para conflitos em regiões sem a presença efetiva do Estado. Na próxima seção, trataremos sobre a ocupação do Projeto de Assentamento Rio Juma, as frentes migratórias e a expansão da fronteira agropecuária.

3. APUÍ (AM): TRAJETÓRIAS DE OCUPAÇÃO À DESCARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

Distante de Lábrea a 615 km via BR-230 sentido Leste, o município de Apuí também é marcado por situações de conflitos, porém de forma mais velada. As duas localidades são separadas pelas áreas de floresta que vêm sendo

³ Comissão Pastoral da Terra - Sobrevivente do massacre de Corumbiara é assassinado em Rondônia (cptnacional.org.br).

⁴ Trabalhadora próxima à líder escoltada é assassinada em Rondônia (reporterbrasil.org.br).

⁵ Quatro agricultores são mortos em novo conflito agrário na Amazônia - Amazônia Real (amazoniareal.com.br).

ceifadas pelo avanço da cultura de grãos, como a soja em Humaitá, como também a madeira e a pecuária, na localidade Santo Antônio do Matupi. Para compreender a outra extremidade desta investigação, essa parte tem como fio condutor a contextualização do Projeto de Assentamento Rio Juma, o PARJ.

O município de Apuí está diretamente relacionado com as políticas desenvolvimentistas para a Amazônia. Ao final do ano de 1966, o movimento “Operação Amazônia” tomou forma a bordo no navio “Rosa da Fonseca”, sendo realizado o 1º Encontro de Investidores da Amazônia (RIDA). A viagem de navio percorreu o rio Amazonas entre Manaus e Belém com o intuito estratégico de desenvolvimento econômico para a região (Loureiro 1992). Como explica Schmink e Wood (2012: 103), “o objetivo das novas políticas era tornar atrativo, aos empreendedores de outras partes do Brasil, o reinvestimento de partes de vencimentos de seus impostos de renda na Amazônia”. No entanto, as estratégias de atrair capital, os incentivos fiscais, o acesso a terra e recursos naturais entregues a corporações multinacionais foram as verdadeiras metas para tal empreendimento (Loureiro 1992, Oliveira 1988).

Contudo, foi por meio do Plano de Integração Nacional (PIN) que a abertura da BR-230 foi colocada em prática. Afinal, eram várias vertentes sendo instituídas para a efetivação da transformação da Amazônia, desde as condições facilitadas para a ocupação do território e o acesso às terras. Em termos gerais, o projeto inicial para a Transamazônica alcançaria a fronteira com o

Peru, tendo início no Nordeste do Brasil, percorrendo 4.960 quilômetros (Campuzano 1979). Essa penetração ocasionou o avanço da chamada frente de expansão. Segundo Velho (1972), a frente de expansão seria constituída por segmentos extremos da sociedade brasileira que adentraram áreas antes não exploradas racionalmente, ocupadas por sociedades indígenas. Nas situações em que essa frente de expansão conseguiu se estabilizar, ocorreu a absorção de contingentes populacionais, conseguindo com isso assegurar seu crescimento.

Em 1972, com a abertura da BR-230, foi formada a Vila Juma, localizada de forma central entre os rios Sucunduri e Aripuanã, no Amazonas. A localidade foi formada por trabalhadores da empresa Camargo Correia, responsável pela obra da rodovia, e por famílias que vinham demarcando terras que já possuíam conhecimento do processo de abertura de rodovias no Norte do país. A região era ocupada por povos indígenas como os Kawahiwa, os Apiaká, os Kayabi e os Munduruku (Menéndez 1998). No território próximo ao rio Juma, existiam também algumas comunidades, como Sucunduri, na margem do rio de mesmo nome, e a comunidade de Prainha, na beira do rio Aripuanã, ambas constituídas por moradores que trabalhavam com extrativismo. Mas o processo de ocupação da área foi impulsionado com a demarcação do Projeto de Assentamento Dirigido Rio Juma, no ano de 1982, em uma área de 689.000 ha, com 7.500 lotes, às margens da Transamazônica (Leal 2009).

A ocupação não aconteceu de forma espontânea. As Superintendências Regionais do Incra do Amazonas e do Paraná articularam o processo. Até hoje, no Incra do município de Apuí, encontra-se um documento que identifica as famílias que se deslocaram do Paraná, de cidades como Francisco Beltrão, Enéas Marques, Pranchita, Cascavel, São Miguel do Iguaçu e Medianeira, em direção ao PAD Rio Juma. Naquela situação, chefes de famílias, predominantemente homens, eram considerados parceiros que deveriam “possuir conhecimento agrícola dirigido para exploração específica e dispor de recursos financeiros e experiência na obtenção de crédito bancário” (Oliveira 1989 apud Leal 2009: 168), além de “demonstrar capacidade empresarial para gerência do lote na forma planejada” (Leal 2009:168).

Nessas fichas, em um documento de pesquisa valioso, foi possível identificar a saída do primeiro comboio com sete ônibus de Francisco Beltrão, em 22 de julho de 1983, transportando 49 famílias, no total, 269 pessoas. Os deslocamentos das famílias da região Sudoeste do Paraná para o projeto do Incra se estenderam até setembro de 1983, praticamente com comboios partindo toda semana, levando 2.000 famílias. O jornal “Folha de Londrina, em agosto de 1983, publicou a matéria “Sem-terra vão para a Amazônia”. A reportagem retratou os anseios das famílias e o cenário no Paraná nas décadas de 1970 e 1980. O jornal publicou uma série de artigos que tratava dos conflitos de terra, da reforma agrária e da colonização

dirigida por parte do governo federal em articulação com o governo do estado. O resultado foi a migração de várias famílias agricultoras sem-terra para o Norte e o Centro-Oeste do país (Schenirder 2009).

Seu Leonardo, nosso primeiro interlocutor em Apuí, relembra sua trajetória entrelaçada às estratégias estatais de ocupação do assentamento. Morador da zona rural, foi indicado pelas pessoas da cidade pelo fato de ser “um dos primeiros” a chegar por meio dos ônibus.

“Naquela época, tipo, naquele ano, foi as enchentes que deu em Francisco Beltrão, enchente do rio Marrecas. E a gente veio procurar terra assim, porque lá, é difícil pra gente. Daí a gente veio pelo INCRA, né? Na época foram 12 dias de viagem (...). Veio muita gente. Na época que eu vim, vieram sete ônibus. A cada 15 dias vinham sete, oito ônibus (...). A vinda foi sofrida, porque era aquele bolo de gente. Uma semana todinha dentro do ônibus. Ele parava pra limpeza, manutenção do ônibus. Aquela vez saiu dia... Só sei que foi uma semana certinho, nós saímos numa sexta e chegamos na outra sexta. Hoje não vai todo esse tempo pra chegar aqui. Mas deu tudo certo, a gente veio”.

Deixar o Paraná e migrar para o Amazonas não era uma tarefa simples. Entender as razões das famílias para saírem do Paraná tinha um propósito com o próprio trabalho: a terra. Na Amazônia, a terra poderia ser estendida também aos filhos, a lógica interna da reprodução do campesinato (Woortmann 1995). Luiz, trabalhador rural em Apuí, viajou nos ônibus e relembrou sua trajetória, afirmando que os filhos foram as razões dos pais terem decidido sair de Francisco Beltrão.

“Porque nós éramos em 13, era sete homens e o resto mulher. E o pai queria que cada um de nós pegasse um sítio. Ele pensou em nós. E vir pra cá... Era muita terra. (...) ficou sabendo daquele projeto do INCRA, que ia trazer o pessoal para Apuí de Francisco Beltrão. Sete, oito ônibus, cada equipe era um monte de gente. Quando enchia um ônibus, o Incra trazia para o Amazonas para o pessoal trabalhar, para movimentar Apuí. Naquele tempo não era Apuí, era a Juma”.

Pedro, também paranaense, reforçou sobre as decisões familiares no processo de migração.

“A gente morava em Pranchita, mas a gente não tinha terra lá. A gente trabalhava na terra de outros e aí então, como sempre foi essa a atividade da roça, então a ideia era procurar um lugar que tivesse terra para a gente trabalhar (...). Meu pai tinha um pedaço de 3.000 metros na beira da estrada e tinha uma bodega. A gente tava ali, mas teve essa oportunidade. A gente veio embora”.

As explicações dos interlocutores se aproximam do que Woortmann (1995) chamou de fatores macroestruturais da emigração. No caso da pesquisa, percebe-se que as explicações dos entrevistados são individualizadas. A ideia de “muita terra” estava relacionada com a viabilidade de repartir entre os filhos e permanência no campo. A Amazônia era possível pois “o processo migratório corresponde à desagregação de um sistema camponês, por efeito de paradoxos internos a ele: muitos filhos garantem a força de trabalho na produção, mas implicam herdeiros demais que inviabilizarão a reprodução do campesinato no tempo” (Woortmann 1995: 116).

Cabe destacar que muitas famílias voltaram aos seus locais de origem. Abriram áreas, encon-

traram dificuldades de permanência na localidade e repassaram seus lotes. Contudo, a configuração espacial estava ancorada na valorização e no uso produtivo da terra em detrimento da manutenção da floresta. E o Estado, como uma “instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens” (Bourdieu 2014: 228), constituía a base para uma nova realidade social.

Após a ocupação das primeiras famílias do PAD, em um fluxo de chegadas e saídas, o projeto de assentamento dirigido se tornou um projeto de assentamento, a partir do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985. Anos depois, em 1987, as pessoas que ali estavam, tendo em face as distâncias e a grande falta de assistência no âmbito estatal, impulsionaram a emancipação do município de Apuí, região desmembrada do município de Novo Aripuanã.

Apesar de não ser uma migração expressiva, houve um movimento migratório de famílias que saíram do Piauí e chegaram ao projeto na década de 1980. Seu Pedro, um interlocutor da pesquisa, narrou parte de sua história com o intuito de que ela fosse registrada. Porém, o nosso encontro foi por meio de outros motivos, como a de uma pessoa ameaçada. Ele nos contou que as condições de vida no Piauí não eram as desejadas, a agricultura tradicional e a seca não permitiam a sobrevivência da família e assim decidiram buscar outras terras próximas à cidade de Araguaína, que, na época, pertencia ao estado de Goiás.

Seu Pedro e família conseguiram se estabelecer na beira do rio Araguaia por volta de 1963,

onde encontraram terras produtivas e, com isso, a mãe passou a buscar familiares no Piauí para residirem nessas terras. Ela buscava aqueles que estavam mais carentes e todo ano ela voltava para o Piauí para buscar mais famílias. Com isso, o grupo foi crescendo, chegando a ter 152 famílias, e ganhou o nome de comunidade Padre Cícero, em homenagem aos romeiros e por aqueles que saíam de suas terras em busca de melhores condições de vida.

Ao longo dos anos, dificuldades foram aparecendo a partir dos conflitos com grileiros na cidade de Araguaína. Em 1984, com o apoio de um padre, Pedro e mais 42 famílias migraram para o PARJ, a bordo de um navio, constituindo novamente a comunidade Padre Cícero. A trajetória é semelhante a do grupo de camponeses que saiu do Nordeste e migrou para a Amazônia, em um movimento chamado de bandeiras verdes. Em uma tríade de campesinato, fronteira e religiosidade, todos sustentam a narrativa da busca pela terra, conduzida por uma liderança orientada pela devoção ao Padre Cícero.

As histórias sobre *Bandeiras Verdes* fazem parte do imaginário popular, são fragmentadas e esparsas e se encontram espalhadas no interior do Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará. A profecia atribuída ao Padre Cícero foi o alento de muitas famílias que migraram para a região nas décadas de 1950, 1960, elemento reforçador da esperança, atribuidor de sentido ao deslocamento (Vieira 2012: 68).

As bandeiras verdes eram as matas, a floresta, Vieira (2001) explica como as comunidades

organizavam-se enquanto movimentos sociais, influenciadas pelas Bandeiras Verdes, profecias atribuídas a Padre Cícero, de Juazeiro do Norte. Por mais de 20 anos, essas comunidades deslocaram-se para a Amazônia oriental em busca da terra prometida (Vieira 2001).

A liderança do senhor Pedro também se reproduziu em Apuí, principalmente, na resistência de sua comunidade e na defesa de suas terras. Depois de 30 anos, seu nome entrou para a lista da CPT de pessoas ameaçadas. Com o seu papel de liderança, criou o Conselho do Ribeirinho em 2007, porque “sempre aparecia grileiro em sua área. Mas, segundo ele, “minha arma, toda a vida, foi o povo. A minha arma era o povo, eu não andava sozinho, sempre arrumava um amigo, um companheiro”. Com isso, sempre buscou defender os povos ribeirinhos que são vítimas de grilagem, uma constância em Apuí.

Mas não era apenas Pedro que tinha seu nome na lista de pessoas ameaçadas da CPT. José era conhecido como “dedo-duro” e não se intimidava em denunciar os pecuaristas que invadiam Unidades de Conservação (UC) ou que utilizavam agrotóxicos em excesso. Circula pela cidade indo ao Incra, à Secretaria de Meio Ambiente, à Polícia Civil relatando o que avista na zona rural. É perseguido e seu nome entrou na lista em 2011. Com isso, recebe visita periódicas da Polícia Federal e é protegido pela Força Nacional. Segundo José, “mas a gente tem que se apegar com os santos, não uso armas, eu carrego a imagem de Nossa Senhora de Fátima que é a defesa”.

Desde os anos 2000 que a região vem sendo alvo de conflitos, resultando, a partir de mobilizações sociais, na demarcação do Mosaico Apuí, que compõe nove Unidades de Conservação e tem como objetivo barrar a grilagem e o desmatamento causados pela pecuária (Amazonas 2010). Há vários fatores para essa ação, mas apenas 20% do PARJ estavam regularizados, o que permitiu a ocupação de áreas de forma irregular. No entanto, a demarcação vem sendo ameaçada.

A comercialização das terras por meio da benfeitoria realizada mediante contrato de compra e venda, somada à ausência de fiscalização, possibilitou a incorporação de lotes por parte de produtores, especialmente criadores de gado. Essa situação implica a multiplicação de posses irregulares, facilitando a grilagem de terras, que acontece de diversas modalidades: a revenda de títulos de terras públicas a terceiros; a falsificação e a demarcação de terra comprada por alguém em uma extensão maior; a revenda de terra pública a terceiros a partir do processo de limpeza da área, transformando em pastagens, entre outros (Loureiro & Pinto 2005).

Loureiro (2005) aponta que esse processo de expansão da fronteira para o Norte de Rondônia e Sul do estado do Amazonas é consolidado na década de 1990, com a chamada fronteira de *commodities*, quando as políticas neoliberais passaram a dar destaque à pecuária na pauta de exportações. Nesse sentido, a Amazônia passou a ter um papel fundamental pela disponibilidade de terras para avanço da fronteira agropecuária, com vistas a aumentar os saldos na balança comercial.

No livro “Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas”, José Barbosa de Carvalho destacou que na região de Apuí, com a morosidade da titulação no projeto de assentamento, alguns problemas começaram a se agravar com a chegada de grileiros do Sul do Pará via BR-230, além de maquinários e equipamentos, como GPS, motosserras, tratores, caminhões. Dessa forma, intensificou-se ainda mais o desmatamento com a exploração florestal e mineral, como o calcário abundante na região.

Em 2005, mais de 1.000 pecuaristas receberam uma notificação do Incra para desocupar lotes no interior do PARJ, pois estavam ocupando áreas irregularmente, ou seja, o perfil não era de assentado devido ao tamanho de suas áreas. Isso significa que uma pessoa possuía uma área correspondente a mais de 1.000 hectares, sendo que vários deles possuíam áreas superiores a 500 hectares. O Incra havia estipulado um prazo de 30 dias para se retirarem das áreas (Pereira 2017).

Entre 2006 e 2018, Apuí recebeu mais de 500 notificações do Ibama, distribuídas para mais de 300 produtores, o que resultou em quase 100.000 hectares de áreas embargadas, com irregularidades ambientais e desmatamento. Além disso, alguns produtores foram autuados porque avançaram em Unidades de Conservação, como a Resex Guariba e a Floresta Nacional Jatuarana. A queimada é uma prática humana diante da floresta úmida, principalmente para a formação de pasto. Essas ações revelam como as dinâmicas territoriais vêm sendo aceleradas nos últimos anos, trazendo impactos para os povos da floresta.

Para confrontar as irregularidades, foi criado o Sindisul, o Sindicato Rural do Sul do Amazonas, ligado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA). Sua primeira ação foi buscar conversar com os produtores e sensibilizar sobre a questão da forma como o Assentamento Rio Juma foi criado. No entanto, esse sindicato havia se posicionado arbitrariamente para a descaracterização do assentamento, com argumentos referentes à dificuldade de regularização, reforçando a necessidade de segurança jurídica aos produtores e legalização das terras. Diante desse cenário endossado pelo Estado, as tentativas de mobilizações contrárias eram dissipadas.

A agenda de ação dos agentes do agronegócio, representada pela Frente Parlamentar da Agropecuária, colocou em pauta a transferência para o mercado de terras de áreas como Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, ou seja, os grupos mais vulneráveis do mundo rural amazônico (Bruno 2017). A Lei 11.952/2009 – que criou o Programa Terra Legal – e o Novo Código Florestal de 2012 são algumas das várias mudanças jurídicas que impactam na Amazônia Legal, configurando as agroestratégias (Almeida 2011). Essas proposições avançam no Amazonas porque mais da metade são áreas protegidas, como Terras Indígenas, Unidades de Conservação e áreas não destinadas, possibilitando um terreno fértil para a ação de grileiros que defendem a bandeira da propriedade privada e o desmatamento (Almeida et al. 2021).

Em 2017, o Congresso Nacional aprovou modificações legislativas significativas, resultando

na Lei n. 13.465/17 que possibilitou a emancipação de projetos de assentamento e colonização sem cumprir com todas as etapas anteriores cabíveis. De acordo com a lei, assim como as demais, “institui mecanismo para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União”. A pedido do Incra, a Portaria n. 2.199, de 30 de dezembro de 2021, definiu o Projeto de Assentamento Rio Juma como projeto de assentamento com características de colonização. Essas proposições legislativas permitem que áreas consideradas remanescentes de projetos de assentamento sejam passíveis de regularização.

Se o mercado de terras já estava aquecido por meio da compra e venda de “benfeitorias”, essa nova medida sobre a regularização fundiária vai reforçar a prática do Estado brasileiro desde 1850 com a Lei de Terras, ou seja, regularizar o ilegal. Essas irregularidades acumuladas ao longo dos anos no PARJ cumpre a narrativa de um pecuarista de Apuí: “eu não me preocupo em não ter título agora, uma hora, isso tudo aqui vai regularizar”. Era questão de tempo. Na próxima sessão, será possível compreender as estratégias estatais em curso no Sul do Amazonas, que implicam acentuar ainda mais essas práticas irregulares observadas na região.

4. A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA EM CURSO NO SUL DO AMAZONAS: ALGUNS APONTAMENTOS

Nas seções anteriores, descrevemos os processos migratórios divergentes nas localidades

de Lábrea e Apuí, porém, a expansão da fronteira agropecuária sinaliza para um empecilho em comum nas duas localidades: a questão da regularização fundiária. Nesta seção, pretendemos destacar algumas estratégias estatais em curso no Sul do Amazonas, principalmente relacionadas às frentes de expansão.

A dinâmica territorial consolidada em fazendas no Sul do Amazonas seguiu e segue com a anuência jurídica estatal. As mudanças no Código Florestal em 2012 (Almeida 2011), o fim da Moratória da Soja em 2016 (Gibbs et al. 2015) e a redução de terras públicas no Sul do Amazonas (Pereira 2017) contribuíram para a aceleração da transformação da floresta em áreas de pastagens, exploração da madeira e grãos.

As articulações entre os agentes do agronegócio vêm impulsionando essa dinâmica. Em 2019, pecuaristas dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia buscaram delimitar um território para o desenvolvimento da agropecuária, semelhante ao Matopiba, que se chamou Amacro. Nesse mesmo ano, uma comitiva foi formada para a realização de uma reunião na Embrapa Territorial, em Campinas, para tratar da delimitação. Representantes dos governos estaduais e das federações agropecuárias estiveram presentes (Embrapa 2019) e o recorte espacial abrangia o Leste do Acre, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazonas, envolvendo 32 municípios, dentre eles, Apuí e Lábrea.

Em abril de 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, organizou uma publicação preliminar com o título “A Ponte do

Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico”. A explicação documental indica que a “região nasce com o potencial de integrar-se com os países sul-americanos e com os dinâmicos mercados asiáticos, por meio de rotas bioceânicas e portos do pacífico” (Barros et al. 2021:3). O documento deixa claro os esforços do governo federal em transformar a região mais competitiva, reproduzindo os interesses dos projetos desenvolvimentistas, com obras de infraestrutura.

Em abril de 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, organizou uma publicação preliminar com o título “A ponte do Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico”. A explicação documental indica que a “região nasce com o potencial de integrar-se com os países sul-americanos e com os dinâmicos mercados asiáticos, por meio de rotas bioceânicas e portos do pacífico” (Barros et al. 2021:3). O documento deixa claro os esforços do governo federal em transformar a região mais competitiva, reproduzindo os interesses dos projetos desenvolvimentistas com obras de infraestrutura.

Em maio de 2021 foi inaugurada a ponte Abunã, localizada, segundo o Ipea, “no epicentro da Amacro” (Barros et al. 2021:3) sobre o rio Madeira, para ligar por via rodoviária os estados do Acre e Rondônia. No entanto, ao final de 2021, o nome desse mesmo projeto foi alterado para Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, com apoio da Sudam e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), responsáveis pelo planejamento estratégico da ação.

No estado do Amazonas, a zona territorial

foi fomentada pela Federação da Agricultura e Pecuária (FAEA), a entidade de representação do patronato rural no Amazonas e que apoiou a descaracterização do Projeto de Assentamento Rio Juma. A presidência é membro da atual gestão da CNA, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que defende as reivindicações do setor agropecuário nas diversas representações políticas e sociais nas 27 unidades da federação do Brasil. A entidade patronal também reuniu esforços para a inauguração do polo em Manaus de uma faculdade EaD, uma educação superior voltada para o setor agropecuário, produzindo narrativas e formando mão de obra para atuar no campo regional.

O interesse econômico vem cercando as fronteiras do Estado com suas pretensões agrícolas, visando a possível potencialidade dos campos naturais do Sul amazonense para um novo polo produtivo, com articulações de pecuaristas e produtores rurais para alcançar esse objetivo. As ações dessas pessoas remontam a uma estrutura organizada para expandir a produção de *commodities*, por exemplo, a carne bovina, grãos, madeira e integrar o estado ao mercado global (Flexor & Leite 2017).

O governo do estado do Amazonas também tem sinalizado para o incentivo da configuração agrícola para a região. O lançamento do Plano Safra 2021/2022⁶ contou com um investimento inicial de R\$ 1 bilhão para desenvolver o setor primário na região Sul. O projeto tem como ob-

jetivo ampliar o incentivo ao escoamento da produção com a recuperação de ramais e vicinais e a entrega de caminhões para os produtores nos municípios. O Sul do Amazonas, nos últimos anos, vem passando por modificações territoriais e ambientais, possuindo Unidades de Conservação para conter o avanço do desmatamento, mas que, em pautas políticas, tentam diminuir na tentativa de incorporar terras ao mercado do agronegócio (Bruno 2017).

O município de Humaitá, por exemplo, é alvo dos planejamentos econômicos públicos e privados, com a construção do anel viário e o estabelecimento do primeiro porto privado, objetivando o cultivo da soja. A região se qualifica como uma nova porta de entrada para soja no estado do Amazonas, com a presença de empresas, como Amaggi e Masutti, que se utilizam da Hidrovia do Madeira para escoar suas produções. Há uma corrente direta de diálogo com os produtores rurais do Amazonas e a governança estatal e federal dando suporte a essa nova fronteira agrícola.

Os argumentos para a criação desta zona de desenvolvimento sustentável possuem divergências enquanto seus objetivos e prioridades. O objetivo do projeto ressalta o equilíbrio ambiental produtivo, mas demanda uma parte técnica e especializada para promover práticas consideradas sustentáveis. Os dados sobre o desmatamento na região e a fragilidade dos órgãos de proteção e fiscalização, como ICMBio e Ibama, não condizem com sustentabilidade. Em 2020, o

⁶ Governador Wilson Lima lança Plano Safra 2021/2022, com R\$ 1 bilhão para o desenvolvimento do setor primário - SEPROR.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou a maior notificação de queimadas no Amazonas em 20 anos, mesmo com a presença do Exército, responsável pelo plano de combate ao desmatamento, em plena pandemia do coronavírus. Segundo dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), a devastação se concentrou no Sul do estado, destacando os municípios de Lábrea, Apuí, Boca do Acre e Novo Aripuanã. Esses municípios somaram 143 km² de floresta destruída em junho de 2021. Além disso, metade dos 10 assentamentos com as maiores áreas devastadas ficam nesta região, liderando a lista o Projeto de Assentamento Rio Juma. Essa perda florestal indica o impacto para os diversos povos que dependem da sua preservação para subsistência.

Alguns programas jornalísticos retrataram os incêndios no Sul do Amazonas em 2022⁷. Em agosto, o município de Lábrea apresentou o maior número de focos de calor em toda a Amazônia Legal e Apuí concentrou o maior número de queimadas. O Relatório Anual de Desmatamento do MapBiomas vem denominando a região como Amacro e constatou 6.858 alertas e 203.143 ha desmatados em 2021, ou seja, 12,2% da área desmatada no Brasil e aproximadamente 20,8% do que foi perdido na Amazônia. Houve uma escalada de 28,8% de desmatamento nessa região em 2021 em comparação a 2020 (MapBiomas 2022). Vale destacar que o fogo na Amazônia é provocado pela ação humana, por se tratar

de uma tipologia florestal sempre úmida, com o intuito de abrir novas pastagens (Alencar 2020).

Os agentes estatais e privados pautam suas estratégias de acordo com as pautas ruralistas. São responsáveis pela delimitação de um território e estimulam a expansão da fronteira agropecuária de forma arbitrária. Trata-se de um ordenamento territorial que visa inserir o estado do Amazonas no conjunto de ações que atendem aos interesses dos agentes do agronegócio que são colocados em pauta pela Frente Parlamentar da Agropecuária. Diante do cenário atual, novas perspectivas de preservação florestal e defesa dos povos da floresta estão cada vez mais distantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sul do Amazonas passou por transformações intensas no século XX, seja com as ações que resultaram no chamado Ciclo da Borracha, ou pelos projetos desenvolvimentistas realizados pelos governos militares. Tais políticas incidiram diretamente na realidade de muitas pessoas: os povos da Amazônia, as famílias que migraram do Sul e Nordeste do país na expectativa de melhores condições de trabalho. Com suas trajetórias, foi possível acessar o modo de ocupação desses territórios para além das comunidades já existentes. No entanto, como resultado, percebemos o desmatamento e situações de conflito por terra e território na área rural do estado do Amazonas. Com isso, foi possível identificar a diversidade

⁷ Grileiros aproveitam tempo seco para abrir novas áreas na floresta já desmatada no sul do Amazonas | Jornal Nacional | G1 (globo.com).

de processos de ocupação da região, transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas.

Os municípios de Lábrea e Apuí, situados às margens da Transamazônica, apresentam dinâmicas diferentes em seus contextos histórico-sociais, mas atualmente seguem o mesmo curso: o aumento do número de fazendas voltadas para a pecuária, extração de madeira e produção de grãos, o que provoca conflitos. Esse cenário já é pautado pelo Amazonas, quando desenvolve planos e estratégias para o Sul do estado com políticas para o setor primário. As políticas em curso, que englobam o conjunto de práticas da atual gestão do governo brasileiro, têm provocado uma sinergia contrária às demandas intrínsecas da Amazônia e de suas necessidades.

A relevância em dar destaque a essas ações se motivam em razão do estado do Amazonas sustentar a maior complexidade socioambiental entre os estados da Amazônia Legal. A preservação de sua fauna, flora, comunidades tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, povos indígenas, quilombolas é resultado de políticas ambientais anteriores e pela sua localização geográfica. São necessárias políticas estaduais econômicas, sociais e fundiárias voltadas para a preservação ambiental e para os povos que residem na região. A dinâmica territorial no Sul do Amazonas demanda intenso acompanhamento e mais estudos empíricos, sobretudo, quando desrespeitam os modos próprios de vida dos pequenos agricultores, povos indígenas e tradicionais que atuam como os guardiões da floresta.

6. REFERÊNCIAS

Almeida, Alfredo Wagner Berno de Almeida. 2011. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica, in *Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Organizado por Sauer, Sérgio, Almeida, Wellington. Brasília: Unb.

Alencar, Ane et al. 2020. Amazônia em chamas: o fogo e o desmatamento em 2019 e o que vem em 2020. *Nota Técnica 3 - IPAM Amazônia*.

Almeida, Jeferson et al. 2021. *Leis e práticas de regularização fundiária no estado do Amazonas*. Belém: Imazon.

Amazonas. 2010. *Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí*. Apuí: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Barros, Pedro Silva et al. 2021. *A Ponte do Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico*. 210507_nt_preliminar_a_ponte_do_abuna_e_integracao_da_amacro_ao_pacifico.pdf

Bourdieu, Pierre. 1996. A ilusão biográfica, in *Usos e Abusos da História Oral*. Organizado por Ferreira, Marieta Moraes, Amado, Janaína. São Paulo: FGV Editora.

Bourdieu, Pierre. 2010. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre. 2014. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989/92)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bruno, Regina. 2017. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo, in *Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e Políticas Públicas*. Organizado por Maluf, Renato, Flexor, Georges. Rio de Janeiro: E-Papers.

Carvalho, José Barbosa. 2010. *Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas*. Manaus: Editora Valer.

Carvalho, Sérgio. 2001. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica*. Brasília.

Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. 2011. *De “cativo” a “liberto”: o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas*. Manaus: Editora Valer.

Campuzano, Joaquín Molano. 1979. As multinacionais na Amazônia, in *Encontros com a Civilização Brasileira* 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Clifford, James. 1998. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Comissão Pastoral da Terra. 2021. *Conflitos no campo: Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional.

Costa, Willas Dias da. 2017. Os padrões do Purus: elites fundiárias, poder e novas dinâmicas territoriais no sul do Amazonas. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus.

Embrapa. 2019. Governadores solicitam apoio para definir Amacro. *Notícias*. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/45583005/governadores-solicitam-apoio-para-definir-amacro>

Flexor, Georges, Leite, Sergio. 2017. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil,

in *Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e Políticas Públicas*. Organizado por Maluf, Renato, Flexor, Georges. Rio de Janeiro: E-Papers.

Flores, Sara M. L. 2010. *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México: Conacyt e Miguel Ângel Porrúa.

Foucault, Michel. 2008. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

Gibbs, H. K. et al. 2015. Brazil's Soy Moratorium. *Science* 347.6220: 377-378. <http://www.sciencemag.org/content/347/6220/377.summary>

Ianni, Octávio. 1979. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

Imazon. 2021. *Desmatamento acumulado dos últimos 11 meses cresceu 51% na Amazônia, aponta Imazon*. <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-acumulado-dos-ultimos-11-meses-cresceu-51-na-amazonia-aponta-imazon/>

Kofes, Suely. 2001. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras.

Leal, Pedro Fonseca. 2009. *Colonização dirigida nas terras do sem fim: formas contraditórias de gestão estatal e parceiros em descompasso legal*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Niterói.

Lima, Frederico Alexandre de Oliveira. 2014. *Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Manaus: Editora Valer/Fapeam.

Loureiro, Antonio. 2008. *A grande crise*. 2. ed. Manaus: Editora Valer.

Loureiro, Violeta Refkalefsky. 1992. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. Belém: Cejup.

Loureiro, Violeta Refkalefsky, Pinto, Jax, e Aragão, Nildo. 2005. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados* 19 (54). <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>

MapBiomas. 2022. *Relatório Anual de Desmatamento*.

Martins, José de Souza. 1975. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira.

Menéndez, Miguel. 1989. Os Kawahiwa: uma contribuição para os estudos dos tupi centrais. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo.

Menezes, Marilda A. 2012. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos, in *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Organizado por Teixeira, Paulo Eduardo, Braga, Antonio M. C., Baeninger, Rosana. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

Menezes, Thereza C. C. 2022. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Trabalho Necessário* 20 (41). <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52255>

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. 1988. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus.

Peirano, Mariza. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Pereira, Cloves Farias. 2017. Estado e Agronegócio: Etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no Sul do Amazonas. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus.

Rolemberg, Igor, Lacerda, Paula. 2022. Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira. *Anuário Antropológico* 47 (1): 87-106. <https://doi.org/10.4000/aa.9313>.

Schreiner, Davi Félix. 2009. Memórias da luta pela terra: De sem-terra migrantes às ocupações coletivas. *Espaço Plural* 20 (10). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=2124932&pid=S1413-8271200900010000700023&lng=en

Schmink, Marianne, Wood, Charles H. 2012. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: UFPA.

Teixeira, Carlos Corrêa. 2009. *Servidão humana na selva - o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/Edua.

Velho, Otávio Guilherme. 1972. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar.

Vieira, Maria Antonieta da Costa. 2001. À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria –

movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas.

Woortmann, Ellen Fensterseifer. 1995. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed.UNB.

POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA NA AMAZÔNIA: OLHARES E NARRATIVAS RORAIMENSES EM DISPUTA

Igor Calazans Duarte de Menezes

Universidade Federal de Roraima [UFRR]

Bernard José Pereira Alves

Instituto Federal de Roraima [IFRR]

submissão: 18.04.2022 aprovação: 18.10.2022

RESUMO

As Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2010, e de Agroecologia e Produção Orgânica, de 2012, são estratégias públicas que propõem uma rediscussão dos sistemas alimentares promovendo a oferta de alimentos saudáveis, bem como uso sustentável dos recursos naturais. Este trabalho tem como lócus a região amazônica, mais especificamente o estado de Roraima. Situada no extremo Norte do país e sendo um estado jovem, Roraima possui peculiaridades étnicas, socioeconômicas, geográficas e ambientais. O objetivo central aqui é investigar, em parte, as percepções de SAN e Agroecologia de seus interlocutores, por meio das narrativas em disputa e no poder decisório das múltiplas relações interinstitucionais em Roraima. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e foi feita por meio de uma revisão bibliográfica e entrevistas com interlocutores vinculados a essas agendas. O trabalho se apresenta, majoritariamente em duas etapas, sendo a primeira, um levantamento do cenário conjuntural da SAN e Agroecologia no Brasil, e na segunda etapa abordam-se as questões levantadas junto a interlocutores roraimenses.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional, agroecologia, políticas públicas, Roraima.

FOOD SECURITY AND AGROECOLOGICAL POLICIES IN THE AMAZON: RORAIMA'S PERSPECTIVES AND NARRATIVES IN DISPUTE

ABSTRACT

The National Policies of Food and Nutrition Security (2010) and of Agroecology and Organic Production (2012) are public strategies that propose to rediscuss food systems promoting the supply of healthy food, as well as the sustainable use of natural resources. This work is the result of an ongoing research, and its locus is the Amazon region, specifically Roraima. Located in the extreme north of the country and being a young state, it has ethnic, socioeconomic, geographic, and environmental peculiarities. The main objective is to investigate its interlocutors' perceptions of FNS and Agroecology, through the narratives in dispute and in the decision-making power of the multiple inter-institutional relationships in Roraima. The research presents a qualitative approach and is carried out through a literature review and interviews with interlocutors linked to these agendas. The work will be presented, mainly, in two stages, the first being a survey of the conjunctural scenario of FNS and Agroecology in Brazil, and the second addressing the issues raised with the interlocutors from Roraima.

Keywords: Food and nutrition security, agroecology, public policies, Roraima.

POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y AGROECOLOGÍA EN LA AMAZONÍA: MIRADAS Y NARRATIVAS RORAIMENSES, EN DISENSIÓN

RESUMEN

Las Políticas Nacionales de Seguridad Alimentaria y Nutricional – SAN (2010) y de Agroecología y Producción Orgánica (2012), son estrategias públicas que proponen replantear los sistemas alimentarios promoviendo la oferta de alimentos saludables, así como del uso sostenible de los recursos naturales. El trabajo tiene como foco la región amazónica, específicamente el Estado de Roraima. Situado al extremo norte de Brasil, que, pese a ser un estado joven, Roraima posee peculiaridades étnicas, culturales, socioeconómicas, geográficas y ambientales. En este sentido, el objetivo principal es investigar en parte, las apreciaciones de SAN y Agroecología de los interlocutores, por medio de las narrativas en debate y el poder de decisión de las múltiples relaciones interinstitucionales en Roraima. La investigación muestra un planeamiento cualitativo ejecutado por medio de la revisión bibliográfica y por entrevistas a los interlocutores vinculados en esas temáticas. El trabajo será presentado en dos etapas, siendo la primera la descripción del escenario coyuntural de la SAN y Agroecología en el Brasil y en la segunda etapa se abordan las cuestiones obtenidas conjuntamente con los interlocutores Roraimenses.

Palabras Clave: Seguridad alimentaria y nutricional, agroecología, políticas públicas, Roraima.

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN 2010) propõe que as ações públicas sejam intersetoriais e permanentes, calcadas no princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme assegura o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional n. 64 de 2010. Enquanto que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO 2012) é uma estratégia pública que dentre outros direcionamentos busca a melhoria da qualidade de vida da população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis, bem como pelo uso sustentável dos recursos naturais.

Tanto a PNSAN quanto a PNAPO propõem em suas diretrizes a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional advinda do acesso universal à alimentação adequada e saudável. Propõem, tal qual Maluf et al. (2015), que o abastecimento derive de sistemas agroalimentares sustentáveis, descentralizados e de base agroecológica. Para o autor, um sistema de abastecimento alimentar deveria estar assentado em padrões de produção, distribuição e consumo de alimentos que contemplem requisitos mínimos de adequação, equidade e sustentabilidade, englobando um

conjunto diverso e complexo de atividades (e agentes) que medeia o acesso aos alimentos e sua produção, o que vai muito além da mera disponibilidade de bens na medida em que participa da própria determinação dos modos como se dão tanto o acesso/consumo quanto a produção/distribuição desses bens. (Maluf 2018: 179).

Compreender as políticas que tratam desde a produção de alimentos até o processo de alimentação e nutrição torna-se primordial para identificar suas potencialidades e propor enfrentamento das suas limitações. O diálogo entre as políticas públicas pode facilitar a identificação de fatores que fortaleçam a articulação de saberes e experiências na elaboração, aplicação e avaliação de suas ações. Nesse contexto, entendemos que a abordagem intersetorial se apresenta como uma importante estratégia, já que permite diminuir a fragmentação e a desarticulação das políticas e seus planos, garantindo direitos sociais às populações e mitigação de iniquidades, superando então os limites da resolutividade setorial.

Em teoria, as políticas públicas são idealizadas com vista a um caráter generalista e estratégico de atuação do Estado que diminua o aspecto da descontinuidade administrativa, ao passo que potencialize os recursos disponíveis, tornando-as, de fato, públicas, e acessíveis, em todas as fases, à sociedade. Na prática, a experiência brasileira demonstra forte fragmentação, sendo essa uma das causas de sua ineficiência. Essa organização temática setorial na seara administrativa aparenta ser algo espelhado da Academia, onde historicamente está em voga a especialização dos saberes, funções e maneiras de compreensão/intervenção.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio-ambien-

te. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação dos problemas (Junqueira et al. 1997: 21).

Para além de uma mera ferramenta de gestão, pensar numa estratégia intersetorial e propor um indispensável processo comunicativo e integrativo entre os múltiplos órgãos, instituições, estatais ou não, faz-se de suma relevância para efetivação de direitos. Ressaltamos que aprofundar a compreensão de intersetorialidade para além dos muros da gestão tecnocrática poderá garantir, ou ao menos, calcar o caminho da participação social enquanto requisito essencial da legitimidade das políticas públicas.

Evidentemente, as discussões que abordam o DHAA e a Soberania Alimentar, bem como demais temáticas transversais à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) estão constantemente sendo forjadas e remodeladas em múltiplos espaços, desde a Academia, mas sobretudo no seio da sociedade, mobilizada pelos atores e entidades que não somente as pensam, mas as executam. Desde o gestor público, passando pelo agricultor, ativistas, dentre outros, os temas seguem sendo objeto de disputa, num constante amadurecimento ou retrocesso de seu ideário.

Entretanto, aproveitando o questionamento de Nascimento (2019: 2): “de qual segurança alimentar estamos falando?” Devemos considerar imprescindível manter essa pergunta-problema acesa ao longo das discussões e investigação so-

bre a Segurança Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas do Brasil aqui apresentadas. Tal estratégia metodológica se justifica, pois o tema SAN está inerentemente em disputa nos distintos espaços, seja por posicionamentos políticos, indicadores econômicos e sociais ou até mesmo por múltiplos desenhos de investigação.

É certo que SAN e Agroecologia esbarram nos formatos de organização social e correlação de forças na reivindicação pelos seus respectivos temas e objetos, seja no âmbito acadêmico, profissional ou político. Acreditamos que esse último, o político, seja a chave para a efetiva revolução no pensar e fazer, tanto do campo agroecológico, quanto para a segurança alimentar, permitindo o estabelecimento de novos contornos à dinâmica homem-alimento-ambiente. Compreendendo a política como espaço de relações e interações sociais onde disputam-se sobretudo o poder, entendemos que compreendê-la melhor poderá nos ajudar a desvelar os desafios impostos ao campo da alimentação e nutrição.

Assim, recorreremos brevemente a Bobbio (1998) para compreender que política pode ser entendida como as formas de atividade coletiva humana e sua íntima relação com o poder. Esse poder será meio para domínio da natureza ou de outros sujeitos, impondo-lhes comportamentos e dinâmicas próprias. Mais precisamente, o poder político surge mediante ao exercício do poder do homem sobre outro homem. Para Bobbio (1998), há diversas formas de exprimir e impor poder político, ao passo que ali: “se reconhecem fórmu-

las típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc.” (Bobbio 1998: 955)

Souza (2006: 26) nos ajuda a refletir que as políticas públicas são fruto concomitante das disputas sociais, mas que procuram, concomitantemente, “colocar o governo em ação”. Para a autora, a concepção de políticas públicas consiste no estado em que os governos democráticos transpassam, ou não, suas intenções e plataformas eleitorais em projetos e ações que renderão, ou não, resultados ou transformações no mundo. Assim, buscou-se entender a política pública sob sua perspectiva multidisciplinar, posto que ela alia, necessariamente, as relações e interações de força e poder entre indivíduos, instituições, ideologia e interesses, ainda que cada variável atue de forma relativa na construção e implementação dessas políticas. Compreender as repercussões das políticas requer abrir flancos teórico-conceituais em vista das múltiplas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza 2006).

O presente trabalho tem por objetivo central investigar as percepções, acerca de SAN e Agroecologia, de interlocutores roraimenses vinculados a essas agendas programáticas. Assim, este estudo busca contribuir para com as discussões acerca do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, sensíveis à nu-

trição, assentados em desenhos agroecológicos capazes de proporcionar qualidade de vida, além de sustentabilidade econômica e ambiental dos agroecossistemas (Altieri 2004), tendo como *lôcus* de pesquisa a região amazônica, mais especificamente, o estado de Roraima.

A pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além da realização de entrevistas semiestruturadas. Tais entrevistas procuraram conhecer a compreensão (Minayo & Minayo-Goméz 2003) dos fenômenos sociais, culturais e políticos relacionados à SAN e à Agroecologia em Roraima de interlocutores pertencentes a distintas entidades, como conselhos, câmaras intersetoriais, secretarias de Estado, universidades, associações, bem como figuras outras vinculadas ao campo da segurança alimentar e agroecologia roraimense. A busca pelos interlocutores¹ se deu por meio de contato e acesso prévio a alguns atores, denominados sementes por Albuquerque (2009), pois auxiliaram na localização e apontamento de outros sujeitos que possuíam conhecimento da comunidade e dos fenômenos de interesse na investigação desta pesquisa. Dessa forma, houve indicações iniciais, acerca de outros membros da população de interesse da pesquisa, para só então haver a saída de campo para recrutá-los, perfazendo a técnica conhecida por *snowball sampling* ou ‘Bola de Neve’ (Baldin & Munhoz 2011, Vinuto 2014).

¹A pesquisa inicial buscou entre pequenos produtores e feirantes de uma feira agroecológica de Boa Vista (RR) respostas aos anseios da pesquisa. No entanto, diante das dificuldades impostas pelo contexto pandêmico, fez-se necessária a mudança dos interlocutores diante da impossibilidade da coleta de dados e realização de entrevistas em acordo com as regras sanitárias impostas à época.

A primeira parte do artigo traz um levantamento de dados epidemiológicos e discussão acerca do processo de sindemia global, bem como um histórico e político da SAN e Agroecologia no Brasil. Já na segunda etapa abordam-se as questões levantadas junto aos interlocutores dessas agendas mapeados em Roraima, finalizando com as considerações.

2. SINDEMIA GLOBAL E AS POLÍTICAS DE SAN E AGROECOLOGIA

2.1. (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR À BRASILEIRA: ORA FOME, ORA OBESIDADE, ORA AMBOS

A transição epidemiológica nutricional pela qual o país passa nas últimas décadas evidencia um quadro constante e ambíguo de desnutrição e obesidade. Por serem fenômenos multidimensionais e complexos, eles requerem ações públicas que interfiram desde os sistemas de produção agroalimentar, o acesso ao alimento até nas mudanças comportamentais, dada a estreita relação entre modelos de produção, padrões de consumo e aspectos nutricionais.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), em relatório de 2019, alerta para esse cenário que se configura pelo triplo ônus da má-nutrição, isto é a presença concomitante da subalimentação (vide fome), obesidade e falta de nutrientes (Fao/Onu 2019).

As entidades que discutem SAN, dentre as quais os Conselhos de Segurança Alimentar, as Conferências e as Câmaras de Segurança Ali-

mentar e Nutricional propõem algumas estratégias para o enfrentamento deste cenário, como promover o aumento do consumo de alimentos frescos e regionais saudáveis, a redução ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados, fortalecer os circuitos locais de produção, provisionamento e consumo de alimentos, reforçando a interação entre agricultura e nutrição.

No entanto, observa-se desde 2016, certo desmonte das políticas de SAN no Brasil, enfraquecendo e desarticulando os espaços antes direcionados à gestão e ao planejamento participativo dessa agenda. Para Abramovay (2021) é inegável o trabalho de entidades como as Nações Unidas em promover a SAN por meio da elaboração de guias alimentares. O autor entende que, embora relevante, a atuação das múltiplas entidades da sociedade civil em torno de temas como o consumo sustentável, bem como medidas tributárias que protejam a saúde humana e o meio ambiente ainda não representam ações suficientes para combater a pandemia global de obesidade, bem como repensar os sistemas alimentares vigentes e seus imensos danos socioambientais.

Conforme último Relatório da Fao/Onu (2019), “Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no mundo”, a fome voltou a aumentar no Brasil, avançando de 18,3% para 20,6%, entre os períodos de 2014-2016 e 2017-2019 (Fao/Onu 2019). A prevalência nacional de segurança alimentar (63,3%) nunca havia caído tanto desde quando começou a ser realizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE em 2004 (IBGE 2020).

Esse antigo, e agora reemergente, quadro de déficit alimentar e nutricional contrasta de forma paradoxal com um cenário de excesso de peso, não somente em países desenvolvidos, mas também em nações caracterizadas por desigualdades sociais. Em relatório conjunto, diversas entidades da Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas (ONU) apontam que, por exemplo, na América Latina, para cada pessoa que passa fome, mais de seis pessoas sofrem de sobrepeso ou obesidade, evidenciando outra face da vulnerabilidade alimentar (FAO et al. 2020). Entidades vinculadas à ONU reforçam que as causas são múltiplas, tais como conflitos por terra, variabilidade e condições climáticas extremas constando entre os principais fatores que explicam esse cenário.

Se aprofundarmos a análise dos dados podemos observar que as mulheres e as crianças são as mais afetadas, sobretudo quando são migrantes e indígenas. No contexto da América Latina e Caribe, a obesidade tem avançado consideravelmente sobre as crianças com menos de 5 anos, onde quase 4 milhões (ou 7,3%) estão com sobrepeso, valor bem acima da média mundial, situada em 5,6%. Somadas as faixas etárias, esse índice chega a 60% da população regional ou 250 milhões de indivíduos com excesso de peso (FAO et al. 2018). Da mesma forma, os números absolutos chegam a 19 milhões de mulheres latino-americanas (8,4%) que passam fome, em comparação aos 15 milhões de homens (6,9%), enquanto que a outra face da insegurança alimentar, vide obesidade, segue o

mesmo padrão com uma taxa de obesidade em mulheres adultas também sendo maior que a dos homens.

Essas duas realidades ainda são agravadas por um histórico de políticas públicas de incentivo ao uso e comercialização de agrotóxicos, principalmente nas culturas alimentares produzidas em larga escala. O Brasil segue sendo o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, contabilizando na última década, conforme o Instituto Nacional do Câncer (INCA), uma expansão de 190% do mercado de agrotóxicos (Inca 2018). Lopes e Albuquerque (2018) destacam que dez empresas, quase todas multinacionais, concentram mais de 70% desse mercado no país garantindo custo irrisório de registro de produtos e isenção, na maioria dos estados, dos impostos que incidem sobre os produtos. Em suma, ora o brasileiro está com fome, ora está obeso, podendo estar diante de alimentos quer modificados geneticamente, quer repletos de agrotóxicos. Os desafios para as políticas de SAN são vastos.

As pandemias de desnutrição e de obesidade, bem como as complicações das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) a ela atreladas, aliadas à inerente mudança climática em curso perfazem o que alguns autores chamam de Sindemia Global (Singer 2017, Horton 2020). A Sindemia Global proposta por Swinburn et al. (2019) reforça a necessidade de discutir os sistemas alimentares, a fim de torná-los mais saudáveis, sustentáveis e equitativos. Essa dinâmica ressalta a importância dos objetivos da Agenda 2030, ao proporem

abordagens interdisciplinares, sobretudo diante das complexas, e sinérgicas, relações entre alimentação, saúde, meio ambiente e agricultura (ONU 2015).

Dessa forma, nota-se a necessidade de rediscutir os sistemas alimentares ao longo de toda sua cadeia de produção e consumo, refletindo seus inerentes determinantes socioculturais, demográficos e políticos. O painel de especialistas em segurança alimentar e nutricional vinculado à FAO (HLPE) defende os princípios agroecológicos, com vistas a Sistemas Alimentares Sustentáveis (SAS) na promoção do direito humano à alimentação adequada (HLPE 2017; HLPE 2019). Tais especialistas entendem que esses sistemas, dito sustentáveis, devam cumprir aquilo que chama de função social, ou seja, promover SAN para todas as pessoas, sem comprometer as bases econômicas, sociais e ambientais para as futuras gerações.

Para Burigo e Porto (2021), a promoção do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis deve concatenar metas inerentemente complementares e interdependentes tais como alimentar a humanidade com dietas nutritivas, garantir o direito ao meio ambiente equilibrado, reduzir as desigualdades e injustiças sociais, sanitárias e ambientais e promover a saúde e o bem-estar. Para os autores, políticas públicas que repensem a relevância de temas, como a segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação adequada e agroecologia são essenciais para a redemocratização e a sustentabilidade dos sistemas alimentares (Burigo & Porto 2021).

2.2. CONTEXTO TEÓRICO-POLÍTICO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Ao longo do último século, mais precisamente desde a “Geografia da Fome” (1946), de Josué de Castro, é inegável e aparente o avanço teórico a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional e seus temas e conceitos transversos. O amadurecimento institucional e político segue um pouco essa dinâmica, mas continua cercado de fragilidade e incertezas quanto ao seguimento de uma política de SAN integrada e acompanhada de perto por uma gestão participativa. Desde então, a continuidade de avanços na perspectiva de SAN, DHAA e soberania alimentar como elementos estratégicos fundamentais ao desenvolvimento humano e socioeconômico das nações, com equidade social e sustentabilidade ambiental, em especial do Brasil, que estaria sujeita a “transformações em direção a uma concepção de ações e programas integrados, além do exercício permanente de negociação entre os setores e instâncias envolvidas” (Maluf & Reis 2013: 41).

No entanto, percebemos, hoje, certo desinteresse do Estado, que acarreta um claro desmonte e desvalorização das políticas de proteção social, bem como aquelas de incentivo aos pequenos produtores rurais, sabidamente os responsáveis em produzir 70%, em média, dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Esse cenário de ausência estatal reforça o desafio imposto ao povo

brasileiro em defesa do DHAA, que ora esquivava-se entre a obesidade e fome promovendo essa dualidade paradoxal de insegurança alimentar nutricional. Em meio a esse cenário, é perceptível a necessidade crescente de intensificar a articulação das políticas de Segurança Alimentar e Agroecologia, conforme aponta Santos et al. (2016), a fim de aprimorar a resolutividade de seus principais instrumentos, os planos.

A predominância da produção não sustentável, baseada no agronegócio exportador, enfraquece as práticas alimentares tradicionais e as consequências são perversas à alimentação, bem como impactos na saúde humana, exclusão social, concentração de renda e degradação ambiental.

Moura, Souza e Canavesi (2016) expõem que a Agroecologia contribui na efetivação ao direito à alimentação adequada, pois envolve disponibilidade, acessibilidade, adequação, sustentabilidade e participação dos agricultores para disseminação de boas práticas. Sabourin e Niederle (2017) mostram que a integração entre segurança alimentar e a agroecologia, por meio da agricultura familiar, surge como uma alternativa ao atual modelo de produção e consumo de alimentos.

Na perspectiva de superar os limites da resolutividade setorial, sobressaem o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que preveem diretrizes que ampliam os conceitos de SAN e de Agroecologia, considerando sua inerente interdisciplinaridade, necessária ao planejamento e execução de ações

e estratégias efetivas (Machado et al. 2018).

Devido ao caráter transdisciplinar dessas temáticas torna-se desafiador e imprescindível que sua discussão perpassa a intersetorialidade, conforme orienta Carmo e Guizardi (2017). Ainda que imprecisa teórico-metodologicamente, os mesmos autores pontuam que essa abordagem deve ser entendida como a articulação das políticas públicas com vistas ao alcance mais profícuo do objetivo, garantindo direitos sociais às populações e mitigação de iniquidades, superando então, os limites da resolutividade setorial.

Nessa toada, Maluf (2007) observou avanços conceituais da SAN nas últimas décadas. Ainda assim, o autor entende que o tema segue sendo elemento de disputa – conceitual e institucional – entre os diversos atores que constroem e propõem políticas públicas, sobretudo quando buscam legitimação frente ao Estado.

A diversidade de compreensões e os conflitos nesse campo envolvem governos, organismos internacionais, representantes de setores produtivos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, entre outros. Diferenças de visão não impedem, no entanto, a construção de consensos ou acordos, ainda que parciais, visando implementar ações e políticas públicas de SAN [...]. (Maluf 2007:15-16).

No início do século XXI, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) tornou-se uma entidade da sociedade civil relevante na promoção da participação e do controle social quando da criação e implementação das políticas de segurança alimentar no país, estando na base das

três conferências seguintes (2004, 2007 e 2011) e da definição de SAN debatida e aprovada na II Conferência Nacional de SAN em Olinda (PE), em 2004. No mesmo ano, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A II Conferência, cujo tema era “A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, debateu a definição que foi posteriormente incorporada à Lei n. 11.346, de setembro de 2006, que dentre outras providências, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e assim foi descrita:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil 2006).

Desse modo, a Lei n. 11.346/2006, também chamada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), consolidou as múltiplas dimensões que o conceito de SAN pretende abarcar. Esse novo modelo teórico de concepção de SAN chamou atenção no âmbito internacional, pois superou os parâmetros de inocuidade e estabilidade alimentar, galgando as nuances dos contextos sociais, econômicos e ambientais necessários para que o DHAA fosse efetivamente alcançado. Para tal, a lei estabeleceu definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição do SISAN, cujo espaço foi direcionado à participação do poder público e

da sociedade civil organizada, a fim de formular e implementar políticas, planos, programas e ações que garantam o DHAA. Integram o SISAN distintas entidades e instâncias tais como a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, instituições privadas com ou sem fins lucrativos que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan.

Paralelamente, ocorria certo amadurecimento nas discussões em torno de agriculturas que pudessem ser alternativas ao modelo hegemônico. Em meados de 1960, o processo produtivo de alimentos passou por uma quase que forçada “modernização” sob o jugo de uma intensa industrialização, denominada “Revolução Verde”. Essa transformação foi baseada no uso intensivo dos recursos naturais na produção agrícola, elevando a agricultura a um patamar industrial de exploração, com conseqüente acentuação do processo de degradação ecológica, cultural e de exploração social (Casado et al. 2000).

Embora tenha havido um aumento da produção e da produtividade, esse modelo de agricultura, implantado sob um caráter intensivo em capital, alijou muitos agricultores, sobretudo camponeses e produtores familiares, do processo de modernização tecnológica. Schneider e Escher (2011) ressaltam que esse modelo reproduziu as desigualdades distributivas na propriedade e na

renda, além de ter gerado êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, bem como desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico. Sauer e Leite (2012) apontam que a Revolução Verde elevou o esvaziamento do campo e expandiu a monocultura concentrada em poucas espécies, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar.

Na contramão desse processo hegemônico, surge, em nome da Agroecologia, certas discussões em torno de uma ciência que aplicasse os conceitos e os princípios ecológicos para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas, gerando base científica para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (Gliessman 1990, Embrapa 2006). Os primeiros trabalhos nessa área surgiram no início do século XX, mas ainda assim, só a partir da década de 1980, a base conceitual e metodológica começou a ser mais debatida e difundida, tendo no agrônomo chileno Miguel Altieri e no botânico estadunidense Stephen Gliessman, alguns de seus principais pesquisadores e difusores à época (Moreira & Carmo 2004). Somente a partir dos anos 2000, sob forte influência de pesquisadores europeus, é que a Agroecologia passa a propor uma rediscussão dos agroecossistemas com olhar mais atento às dimensões, além da ecológica e técnico-agrônoma, socioeconômicas, culturais e sociopolíticas (Casado et al. 2000).

No Brasil, ocorre um longo processo de luta iniciado ainda na década de 1970, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e os movimentos

de agricultura alternativa. Assim, em oposição ao modelo de modernização agrícola disseminado pela Revolução Verde, a agenda da Agroecologia e da produção orgânica foi sendo construída e colocada em pauta pelos múltiplos movimentos sociais camponeses (Moura 2016, Sambuichi et al. 2017). Apenas em 2012, em resposta à reivindicação apresentada pelas mulheres do campo e da floresta durante a 4ª Marcha das Margaridas (2011), surge a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) por meio do decreto presidencial n. 7.794. Como principal instrumento da política, surgem os Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), sendo o primeiro ciclo programado para o período de 2013 a 2015, e o segundo de 2016 a 2019. Desde então, não houve o processo de construção e renovação do Planapo por parte do governo federal.

Como pôde ser observado, o debate acerca da Segurança Alimentar e Nutricional, ou mesmo da Agroecologia – ainda que relevantes em diferentes espaços da sociedade civil – dependem essencialmente da efetividade da construção de espaços políticos para adoção de políticas públicas associadas aos temas. Essa construção gradual, no tempo e no espaço, envolveu diversos setores e foi marcada por avanços e retrocessos, especialmente aqueles atrelados às mudanças do cenário político. Reflexo, ainda que tardio, do cenário nacional, Roraima sofre diante de uma necessidade imposta em aplicar uma agenda política e de práticas específicas sem o devido preparo ou mesmo formação, seja técnica ou políti-

ca. Ademais, o quadro atual não parece sugerir, por parte do poder público, o reconhecimento da relevância dos problemas associados ao esvaziamento dessas políticas.

3. (DES)CONSTRUÇÃO DAS AÇÕES DE SAN E AGROECOLOGIA: OLHARES E NARRATIVAS RORAIMENSES EM DISPUTA

As políticas nacionais se inserem e relacionam de forma distinta em cada unidade da federação brasileira. Historicamente, esse território, hoje conhecido por Roraima (RR), era habitado por múltiplos povos indígenas, que migraram entre as fronteiras e se fixavam em várias regiões, sobretudo ao Norte, tais como os Aicanaã, os Ajuru, os Ingarikó, os Macuxi, os Patamona, os Uaimiri-Atroari, os Iecwana, os Uapixana e os Yanomâmi, bem como tantas outras etnias que foram dizimadas no processo de colonização. Esse processo se inicia entre o século XVII, indo até o século XVIII, com os portugueses buscando indígenas para mão de obra escrava e perpassa amplo processo migratório de brasileiros, principalmente nordestinos, fugidos da seca e sob a promessa de melhores condições de vida, no início do século XX; chega na segunda metade do século XX tornando-se o Território Federal de Roraima e ganhando, por fim, o status de estado federativo nacional apenas em 1988.

Em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população roraimense em aproximadamente 650 mil habitantes (IBGE 2021a). Essa população está distribuí-

da em 224 mil quilômetros quadrados de área, tornando Roraima o estado menos populoso e com menor densidade demográfica do país. Sua economia majoritariamente está centrada no setor terciário que, embora registre uma taxa de crescimento momentânea, segue tendo o menor Produto Interno Bruto (PIB) entre as unidades da federação (IBGE 2021b).

A comparação entre o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE 2006) e o de 2017 (IBGE 2017) permite ilustrar o cenário roraimense de forte concentração de terras para grupos agropecuários (de maior porte) em detrimento de pequenos produtores. Espanta observar que nesse intervalo de tempo houve um acréscimo de aproximadamente 35% na área total dos primeiros, ao passo que para a agricultura familiar, a área diminuiu em 11%, valor muito distante do decréscimo de 1% ocorrido no restante do país.

Apesar da capital Boa Vista estar situada numa região de savana, também chamada de Cerrado ou Lavrado Amazônico, o clima predominante no estado é da floresta amazônica, densa e úmida. Esses ecossistemas dispõem de imensos e diversos recursos socioambientais ao estado, que contraditoriamente vem insistindo na perspectiva de negar o potencial biotecnológico e cultural, adotando o pacote tecnológico que o agronegócio oferece. Ignorando o alto potencial para o desenvolvimento da agricultura urbana em Boa Vista, estudo recente apontou que são os municípios mais ao Centro-Sul do estado, como Caroebe, Mucajaí e Rorainópolis, que concentram boa parte dos contratos de financia-

mento, ora em queda, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) (Alves, Menezes & Loureiro 2020).

Soma-se ao seu contexto social e histórico a conjuntura recente de ampla migração proveniente de sua fronteira nacional com a Venezuela. Passando por grave crise socioeconômica, muito venezuelanos foram forçados a sair de seu país e viram no Brasil uma possibilidade de recomeçar suas vidas. Diferente de um pretense consenso repetido diariamente, esses milhares de *desplazados*² fortaleceram a economia roraimense, conforme estudo conjunto entre pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP), do Observatório das Migrações Internacionais e da Universidade Federal de Roraima (FGV 2020). A pesquisa, financiada pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), ainda ressaltou que desde o início do processo migratório, o salário médio da população roraimense não sofreu redução, apresentando, pelo contrário, tendência de crescimento desde 2016.

É nesse caldeirão que temas como Segurança Alimentar e Nutricional, e Agroecologia foram observados em distintos personagens da vida roraimense³. As entrevistas ocorreram com ativistas agroecológicos, professores universitários,

servidores de diversas secretarias de Estado, conselheiros, dentre outros interlocutores, ao longo de setembro a dezembro de 2021. Essa imersão reforçou os desafios que Roraima possui na implementação de políticas intersetoriais, dada a complexa conjuntura em que a arena, a agenda e o poder decisório e político se encontram.

3.1. PERCEPÇÕES DE SAN E AGROECOLOGIA DE INTERLOCUTORES RORAIMENSES

Situada no extremo Norte do país e sendo um estado ainda muito jovem, boa parte dos interlocutores ouvidos são, naturalmente, de outros estados da federação. A título de ilustração cita-se: professora amazonense, ativistas cariocas, nutricionista pernambucano e servidores públicos paraibano e paraense. Buscamos sujeitos que se relacionassem direta ou indiretamente com os objetos de SAN e Agroecologia e seus temas-satélite. Assim, foi possível conversar com pessoas vinculadas às Secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e de Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima (SE-TRABES); ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-RR); à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-RR); à Universidade Federal de Rorai-

² Adaptação do vocábulo que corresponderia na língua portuguesa ao termo “deslocado”. Algumas instituições internacionais apresentam o termo *desplazados* como uma nova categoria migratória específica, originalmente, para referir ao caso dos colombianos em que o *desplazamiento* indicava uma pré-condição dos solicitantes de refúgio em outros países (Oliveira 2016).

³ Ressalta-se que a pesquisa se debruçou em compreender as percepções de SAN e Agroecologia, assim como de seus temas transversos, a partir dos interlocutores mapeados. Não coube, portanto, trazer para este artigo uma descrição pregressa e contextualizada de cada ator social envolvido, ficando em aberto, para novas iniciativas, uma abordagem que busque compreender de forma aprofundada as relações entre suas trajetórias e os respectivos posicionamentos acerca dos temas em questão.

ma (UFRR); à Associação Nacional de Agroecologia (ANA) e sua representação no estado; bem como um acadêmico do Instituto Federal de Roraima (IFRR) e representante da Articulação Roraimense de Agroecologia. Foi preciso conhecer como esses sujeitos observam os desafios, potencialidades e contribuições desenvolvidas do desenvolvimento institucional e do debate público acerca das políticas e dos planos estaduais de SAN e Agroecologia.

Dentre os temas que se destacaram nas falas dos atores envolvidos com as temáticas em discussão ressaltamos, para fins metodológicos e de discussão teórica, os seguintes:

- Implementação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica;
- Assistência Técnica e Extensão Rural em Agroecologia;
- Reflexos das ações do governo federal;
- Percepções conceituais de SAN, DHAA, Soberania Alimentar e Vigilância Nutricional;
- Orgânica relação de SAN com os programas PNAE e PAA;
- Atuação de base dos movimentos sociais;
- Íntima relação entre agronegócio e futuro do estado;
- Agricultura familiar;
- Segurança Alimentar e Economia Solidária (associação/cooperativismo);
- Perspectivas agroecológicas e de SAN em Roraima;
- Gestão e políticas (inter)setoriais;
- Programa de governo *versus* política de Estado;
- Funcionamento do Consea (RR) e da Caisan (RR).

Assim, diante da diversidade de elementos, para fins desse artigo, vamos nos concentrar mais diretamente em temáticas que se sobressaíram nos discursos dos interlocutores: implementação/construção da política, segurança alimentar e a interface com os programas PAA e PNAE, perspectivas agrárias para o campo roraimense e a dinâmica que o embate política de governo *versus* política de Estado possuem sob essas pastas.

O debate acerca da construção e implementação de uma política estadual de Agroecologia e produção orgânica permeou a fala de diversos atores. Indagados sobre a necessidade e/ou importância de um normativo afirmavam que:

“(…) seria muito bom que saísse essa política pra dar um norte”, que a política poderia “estimular os produtores a terem os benefícios (...) criar linhas de financiamento pra produção orgânica, específica, (...) buscar pequenos capitais.” (D, R.N., servidora SEAPA-RR).

“a principal demanda é ter política pública aqui (...) tem que trabalhar em cima da formação de redes, entendeu, para apoiar, para poder forçar a gestão municipal, entendeu, a gestão estadual” (T, R.O., ativista agroecológica da ANA);

“a dimensão de política pública em Roraima é toda voltada para o agronegócio, né. Você não tem em Roraima uma política de agroecologia.” (T, I.N. docente da UFRR).

É sabido que desde 2019 há uma minuta para a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica estagnada num setor jurídico da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SAA), em Roraima, sob a justificativa de que a pandemia atrapalhou a sequência dos trabalhos.

Da mesma forma, ao citarem a necessidade dessa política, alguns interlocutores reforçam que dentre outros direcionamentos, a política precisará dar forte atenção à dinâmica da assistência técnica e extensão rural, sobretudo com focos nos princípios agroecológicos:

“a principal demanda é ter política pública aqui (...) para melhorar as condições, ter uma assistência técnica (...). Qual a demanda dos agricultores? É assistência técnica. É assistência técnica, entendeu. Eles precisam de assistência técnica, isso é fato.” (T, R. O., ativista agroecológica da ANA).

“Eu vejo que ainda... Que primordial é uma assessoria técnica (...). Então a gente

acaba se limitando, né? Não tendo como produzir por não saber como produzir, porque a gente vem na prática de um plantio totalmente diferente desse que é mais ecológico, né? Sem esses produtos tão agressivos.” (A, G. I., estudante/ produtor rural).

“Olha, é uma coisa tão simples. Apenas orientação... Conhecimento, repasse, socialização de conhecimento. Isso aí já dá um incremento muito grande na produção [orgânica/agroecológica].” (D, R. N., servidora SEAPA-RR).

Questionada sobre que entidade pública consegue executar essa assistência técnica tão demandada, a servidora pública D. relata que:

“Quem faz, quem executa é a SEAPA mesmo, só que não tem uma orientação agroecológica, uma extensão rural capacitada, é... Para a agroecologia. Nós temos assistência técnica e extensão rural, não agroecológica, nesse viés de agroecologia. E isso já seria bastante coisa, né? (D, R. N., servidora SEAPA-RR).

O estado de Roraima⁴ é um dos poucos estados da federação que não possui uma Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em 2004 houve tentativa (Lei n. 453 de 13/04/2004-AL/RR) de instituir uma empresa que fizesse essa orientação técnica, sobretudo ao pequeno produtor, mas até então tal ação fica a cargo de instâncias como a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Embrapa (RR).

Quase unânime na fala de distintos interlocutores,

⁴ A conjuntura na qual a ATER roraimense está inserida é espelho de parte da realidade nacional, em que o olhar está direcionado exaustivamente à produção de grãos para exportação. No âmbito local, esse cenário se agrava, pois, o que se nota é uma fragilidade das organizações sociais, vide redes de agroecologia ou agricultura familiar capazes de mobilizar e pressionar o poder público das ausências e silêncios da ação política destinada à agricultura familiar. Há tentativas recentes de reestruturar os departamentos públicos de ATER, mas o que se pôde verificar durante a realização da pesquisa é que, *a priori*, seguirão direcionados aos acenos realizados pelo agronegócio produtor de *commodities* para exportação.

cutores é o formato de como a política é manejada a nível nacional. Notamos até certa frustração nas falas, pois alegam que sofrem diretamente as consequências negativas do descaso com os programas e políticas relacionadas à SAN e Agroecologia. Algumas falas explicitam tal cenário:

“Então, tem algo acontecendo a nível nacional também. A questão de investimento, reduziu muito investimento na área da agroecologia (...). Estamos lutando pra trabalhar. Tá sendo uma luta pra se conseguir fazer alguma coisa por conta dessa diminuição, dos cortes, e junção de ministério (...). E os profissionais do MAPA?! Você tem que ver o que está acontecendo com os funcionários do MAPA, porque lá no MAPA juntou tudo, mudou tudo, por conta de diminuição de recurso do MAPA, eles eliminaram vários departamentos, aí juntou departamento com departamento, enfim, um profissional lá tá cuidando de tudo. E aí... Ele consegue dar atenção? Ele dá conta disso, da conta de não sei o que, e ainda promover ações de agroecologia? Não! Se for ver, cada coisa que tem sua peculiaridade, ele não vai... Ele é humano, ele não consegue dar conta de tudo (...). Então, é... Houve uma desconstrução e... E aí a pandemia fortaleceu tudo isso, porque houve o distanciamento, né? A gente não... Ainda não... Não temos essa proximidade. E aí pra ainda começar... Quase que do início de novo.” (D, R. N, servidora SEAPA-RR).

Quando acabou a vigência do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019) não houve qualquer indicativo do Planalto para sua sequência. Assim, o Brasil iniciou 2020 sem uma diretriz para guiar as políticas de SAN no Plano Plurianual subsequente (2020-2023). Em outras palavras, o país está sem o principal instrumento da Política Nacional de SAN, pois o plano é que orienta e organiza de forma es-

tratégica as principais demandas que surgem em resposta ao direito constitucional à alimentação. Ele ocorre com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que desde o fim de seu segundo ciclo em 2019, não houve indicativos de reconstrução desse principal instrumento da PNAPO.

Ainda assim, observamos na fala de alguns interlocutores a quase que orgânica relação de programas, ora sucateados, como o PNAE e PAA, com o SAN e a Agroecologia, e a inerente interface com a agricultura familiar. Apesar de parcialmente opostas, as falas reforçam a relevância desses programas:

“Então hoje em dia a gente tem execução de PAA de verba federal e tem PAA de verba estadual. O que é maravilhoso. O meu contato com o PAA foi na época em que trabalhei com alimentação escolar, que também é uma estruturação da segurança alimentar, a merenda escolar, porque ela também fomenta essa orientação de observar as oportunidades que podem ser dadas para o agricultor familiar.” (J, A. F. F., conselheiro Consea).

“Então... Não tem políticas públicas. Tirando o PNAE, né? O PAA e o PNAE, que é uma coisa que já tá bem institucionalizado no país, mas mesmo assim ainda estão sustentando o desmonte, né? Deles. Mas ainda vai levando. Não tem política pública nenhuma, não tem nenhum programa voltado para a agroecologia, de transição agroecologia de apoio à agricultura familiar, não tem.” (T, R. O., ativista agroecológica da ANA).

As múltiplas orientações técnicas e teóricas acerca de temas como alimentação e nutrição, vide SAN, agroecologia e produção orgânica possibilitam o avanço ou retrocesso programático e

operacional das ações institucionais idealizadas. Desde o formato de organização de pequenos produtores em associações, por exemplo, até as construções empíricas e pessoais desses objetos perfazem simultaneamente o espectro as quais essas narrativas se encontram no imaginário dos movimentos sociais, dos gestores públicos e da Academia. Essas reflexões puderam ser observadas em falas como:

“Eu vejo que sim [indagado se há correlação entre a associação de agricultores familiares e alimentação]. Porque querendo ou não eles se viram motivados a produzirem de uma forma melhor, com a segurança alimentar maior (...) então a gente percebe essa mudança da forma das práticas de plantio e de uma melhor alimentação. Isso dá de se perceber bem, né?” (A, G. I., estudante/ produtor rural).

“A agroecologia é um movimento político, um movimento social, de bem comum, né? De cuidado social, de alimento para todos, né? Não é essa coisa elitizada. (...) Para você ser agroecológico, você necessariamente tem que ser orgânico, mas o contrário não é necessário” (T, R. O., ativista agroecológica da ANA).

“Na minha prática pessoal, né? No meu processo enquanto sujeito, tipo, ah, não estando no território, não sendo uma mulher que produz meu próprio alimento no momento, que escolhas alimentares eu faço, que me dão condições de segurança alimentar, mas que também promovem, enfim, autonomia, (...) a minha caminhada na segurança alimentar é muito por uma perspectiva desse lugar, assim, de um lugar de autocuidado né? (...) A Tainá Marajoara sempre fala uma frase que é muito emblemática: ‘o que você tá comendo? Qual é a comida que você come? Tua comida é fruto de geno-

cídio? Tua comida é fruto de apropriação de território? Que comida é essa? O óleo de soja que você come tem sangue de quem?’, (...) porque, assim... Dos aparelhos de política pública o mais presente é a merenda escolar, né? Você consegue visualizar o que é segurança alimentar e nutricional olhando para a merenda escolar.” (T, I. N., docente da UFRR).

Da mesma forma, tornou-se explícita a percepção desses interlocutores do quanto as perspectivas do meio rural roraimense estão direcionadas ao grande produtor. Hoje Roraima exporta soja para a Europa⁵, mas não estimula a emancipação, no mínimo, a permanência, da agricultura familiar enquanto corpo social histórico da formação do estado. Essa dinâmica tende a sucumbir o processo de Segurança Alimentar e Nutricional dessas famílias, ao mesmo passo em que tende a prejudicar o processo de alimentação e nutrição das famílias urbanas.

“Eu vejo que ainda se beneficia mais os grandes produtores do que os pequenos, né? (...) Então eu vejo que as políticas do estado ainda estão muito voltadas para quem tem um poder aquisitivo maior. (...) Porque querendo ou não a gente vê que tem uma galera que acaba voltando muito para questão de produção de monoculturas, né? Em Roraima ainda tá sendo muito forte. O que a gente vê de galera vindo de outras regiões [brasileiras] para fazer monocultura aqui dentro do estado é de se espantar, né? Em muitas regiões. Regiões que eu conheci que eram de lotes de pequenos produtores, hoje em dia você vai e é só fazendas, sem cerca e sem nada, some de vista para produção de monocultura.” (A, G. I., estudante/ produtor rural).

⁵ Há alguns anos, a soja se tornou o principal produto de exportação roraimense. Inicialmente, ela era não transgênica, sendo preferencialmente plantada para o mercado europeu. Ainda assim, o mercado se expandiu em torno das sementes transgênicas, quebrando recordes ano a ano de produção e produtividade. Fonte: <https://cnabrasil.org.br/noticias/colheita-da-soja-2016-em-roraima-deve-ser-40-maior>.

“Que eu acho, assim, que a agricultura familiar aqui é usada muito como peça publicitária, entendeu? Para tirar onda com político. Abraçar para tirar fotinha, ficar dizendo que tá fazendo alguma coisa (...). Aí dá o trator, dá insumos, né? Sementes... E tá botando, e tá sendo é invadido lá o assentamento, com soja, milho.” (T, R. O., ativista agroecológica da ANA).

“Boa Vista tem um Plano Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária, do Agronegócio e do não sei o que lá. Como que cê não entende, como que cê entende que isso é separado da segurança alimentar e nutricional?! Né? Como é que cê entende que um plano de agronegócio e agropecuária é separado de segurança alimentar e nutricional. O agronegócio serve à segurança alimentar? Não.” (T, I. N., docente da UFRR).

Por fim, ressalta-se que em diversos momentos os interlocutores apontavam para a agroecologia, alegando que ela seria estratégia diferenciada no equilíbrio socioambiental e na busca por soberania alimentar. SAN, geração de renda, alimentação, agricultura familiar, agroecologia e conhecimento tradicional foram *tags* repetidas e aproximadas constantemente nas falas dos atores mapeados em Roraima. Igualmente reforçada foi a necessidade de aproximar os programas e ações públicas em torno de conceitos-chave, como SAN e DHAA, a fim de diminuir o sectarismo das políticas públicas, que pulverizadas e sem continuidade tentam enfrentar problemas complexos como a fome e a pobreza no campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de avanço no seu PIB, Roraima perpetua um modelo de desenvolvimento agrário mui-

to semelhante a outros estados nortistas, como o Pará e o Amapá, onde o avanço da fronteira agrícola se dá por base na monocultura de exportação até o esgotamento do solo e posterior avanço da pecuária extensiva. Em diversas falas neste artigo, pode-se notar que as perspectivas agrárias para o campo roraimense seguem sendo aqueles ditados pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Ou pior, numa homogeneização das práticas agrícolas do pequeno produtor com vistas à monocultura agroexportadora. Nessa toada, SAN e Agroecologia seguem como objetos estranhos e distantes.

A abordagem adotada aqui, de aproximação com interlocutores específicos, permitiu redesenhar, em parte, como se apresentam debates da temática exposta acima, no extremo Norte do país. Evidentemente, outras perspectivas, que coloquem em voga as margens de possibilidade da ação coletiva, seja da sociedade civil de forma mais ampla, ou mesmo de movimentos sociais devem ser consideradas, especialmente a partir do contexto pós-pandêmico. Entretanto, a partir do cenário que pudemos observar ao longo do artigo, o que predomina no país e avança sobre Roraima é um modelo em que os sistemas agroalimentares são dominados por número menor e mais poderoso de grandes empresas transnacionais, para as quais os alimentos são objetos para mera oportunidade de negócio, geração de lucro e acumulação de riquezas. Essa constatação não exige todos os outros fatores conjunturais, sejam eles socioeconômicos e políticos, mas entendemos que o

fator explicativo mais determinante é que até o presente momento nunca houve ruptura do modelo de política agrícola dominante no país. Basicamente, perpetuaram-se políticas públicas que apoiaram expressivamente o agronegócio – produção de *commodities* para exportação, grilagem etc. – em detrimento a uma manutenção de políticas compensatórias à agricultura familiar. Isso se reflete em Roraima, ainda que tardiamente, mas com o mesmo conjunto de características que marca o avanço da fronteira agrícola brasileira.

Observa-se, ao primeiro olhar, que há pessoas e certas entidades não governamentais que buscam o fortalecimento das pautas acerca do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis econômico e ambientalmente. Mas em Roraima, aparentemente, são meras ilhas isoladas. O Estado sugere ditar o formato e o arranjo das agendas governamentais em torno da produção de alimentos. Observou-se que SAN e Agroecologia são apenas regramentos e direcionamentos vindos do resto do país, com aplicação facultativa, a depender do que for conveniente à política governamental. O quadro político e institucional acaba por perpetuar certa dinâmica

projetando mais insegurança alimentar e desequilíbrio socioambiental. Ademais, vê-se políticas cada vez mais setorializadas e distantes entre si, como numa negação à inerente interdisciplinaridade dos objetos retratados.

Por ora, conforme observaram Guéneau et al. (2019), no campo do movimento agroecológico roraimense também se observa uma fragilização das coalizões o que amplia as tensões latentes entre os atores envolvidos com a temática. Nota-se ainda que a Academia tende a alçar as discussões com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e civilizatório, enquanto que as instâncias do Estado tocam essas agendas de forma programática e pragmática, que pode ser distinta a cada quatro anos. Isso produz, por si só, pouca continuidade e aprofundamento real das ações que de fato chegam às pessoas. Isto é, enquanto alguns interlocutores buscam exaustivamente construir um diagnóstico coletivo a respeito das problemáticas que acompanham SAN e Agroecologia, o Estado maneja tais temas de forma desatenta, afastada do domínio técnico-científico sobre os assuntos, com o poder de determinar presenças, mas sobretudo as ausências de políticas públicas que enfrentem os dramas da questão alimentar no país.

5. REFERÊNCIAS

Abramovay, Ricardo. 2021. Desafios para o sistema alimentar global. *Ciência e Cultura* 73(1): 53-57. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252021000100011&lng=pt&nrm=iso

Altieri, Miguel. 2004. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Baldin, Nelma, Munhoz, Elzira M. Bagatin. 2011. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária, in *Congresso Nacional de Educação 10*. Curitiba: PUCPR. <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-uma-tecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>.

Brasil. 2010. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

Brasil. 2012. Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Brasil. 2006. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências (LOSAN).

Brasil. Ministério da Saúde. 2019. *Vigitel Brasil 2018: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde. <http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>

Burigo, André Campo, Porto, Marcelo Firpo. 2021. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Ciência e Saúde Coletiva* 26 (10): 4411-4424. <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26n10/4411-4424/pt>.

Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2016. *Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, PLANAPO 2016-2019*.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. 2016. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, PLANSAN 2016-2019*.

Caporal, Francisco Roberto, Costabeber, José Antonio. 2006. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Revista Brasileira de Agroecologia* 1(1): 87-90. <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/1471>

Carmo, Michelly Eustáquia, Guizardi, Francini Lube. 2017. Desafios da intersetorialidade nas polí-

ticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis* 27(4): 1265-1286. <https://www.scielo.br/j/physis/a/wcqNQQKzjKH7jM4hyRDCYVc/?format=pdf&lang=pt>

Embrapa. 2006. *Marco referencial em agroecologia*. Brasília: Embrapa. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>

Fundação Getúlio Vargas. 2020. *A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas*. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29097/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Gliessman, Stephen R. 1990. *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. Santa Cruz: University of California.

Guéneau, Stéphane et al. 2019. A construção das políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia* 14(2):15. <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22957/14244>.

Guzmán Casado, Gloria, González de Molina, Manuel, e Guzmán, Eduardo Sevilla. 2000. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madri: Mundi-Prensa.

Hlpe. 2019. *Enfoques agroecológicos y otros enfoques innovadores en favor de la sostenibilidad de la agricultura y los sistemas alimentarios que mejoran la seguridad alimentaria y la nutrición: un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial*. https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/HLPE/reports/HLPE_Report_14_ES.pdf

Hlpe. 2017. *La nutrición y los sistemas alimentarios. Un informe del grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del comité de seguridad alimentaria mundial*. <https://www.fao.org/3/I7846ES/i7846es.pdf>

Horton, Richard. 2020. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet* 396(10255): 874. [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)

Ibge. 2020. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101704.pdf>

Ibge. 2021. *Sistema de Contas Regional, 2019*. Rio de Janeiro: IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101873_informativo.pdf

Inca. 2018. *Nota pública acerca do posicionamento do Instituto Nacional de Câncer sobre o Projeto de Lei nº 6.299/2002*. Rio de Janeiro. <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//nota-publica-inca-pl-6299-2002-11-de-maio-de-2018.pdf>

Junqueira, Luciano Antônio Prates, Inojosa, Rosa Marie, e Komatsu, Suely. 1997. *Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza*. http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/junqueira_inojosa_komatsu_1997.pdf

Machado, Mick Lennon et al. 2018. Adequação normativa dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* 34(1):e00206716. <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n1/1678-4464-csp-34-01-e00206716.pdf>

Maluf, Renato Sergio. 2018. Abastecimento alimentar, inflação de alimentos e o contexto urbano no Brasil in *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Organizado por Maluf, Renato Sergio, Flexor, Georges, pp. 179-193, v. 1. Rio de Janeiro: E-papers. https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2018/04/MalufR-FlexorG-Quest%C3%B5es-agr%C3%A1rias-e-agr%C3%ADcolas_colet%C3%A2nea.pdf

Maluf, Renato Sergio. 2007. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Vozes.

Maluf, Renato Sergio et al. 2015. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência Saúde Coletiva* 20(8): 2303-2312. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n8/1413-8123-csc-20-08-2303.pdf>

Maluf, Renato Sergio, Reis, Marcio Carneiro. 2013. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional, in *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Organizado por Rocha, Cecília, Burlandy, Luciene, e Magalhães, Rosana, pp. 15-42. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Martins, Milena Corrêa, Marcon, Maria Cristina. 2018. Adequação normativa dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública* 34(1):e00206716. <https://www.scielo.br/pdf/csp/v34n1/1678-4464-csp-34-01-e00206716.pdf>

Minayo, Maria Cecília de Souza, Minayo-Goméz, Carlos. 2003. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde, in *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Organizado por Goldenberg, Paulete, Marsiglia, Regina Maria Giffoni, e Gomes, Mara Helena de Andréa, pp.117-42. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Moreira, Rodrigo Machado, Carmo, Maristela Simões do. 2004. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. *Agricultura em São Paulo* 51(2): 37-56. <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf>

Moura, Iracema Ferreira de. 2016. Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no período 2003-2014. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Inovação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Seropédica. <https://tede.ufrjr.br/jspui/bitstream/jspui/2410/2/2016%20-%20Iracema%20Ferreira%20de%20Moura.pdf>

Moura, Iracema Ferreira de, Souza, Cláudia de, e Canavesi, Flaviane. 2016. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional* 23: 1019-1030. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8635617/14869>

Nascimento, Amália Leonel. 2019. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um conceito em constante disputa na construção de políticas públicas, in *II Workshop WEAA - Consumo, Mercado e Ação Pública*. https://www.ufrgs.br/weaa/wp-content/uploads/2019/10/GT03_AMALIA-LEONEL.pdf

Oliveira, Márcia Maria de. 2016. *Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea*. São Carlos: Scienza.

Onu. 2015. *Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1*. <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

Fao/Onu. 2018. *Panorama da pobreza rural na América Latina e no Caribe 2018: Soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo*. <https://www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf>

Fao/Onu. 2019. *The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI 2019): Safeguarding against economic slowdowns and downturns*. <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>

Fao et al. 2020. *Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020 - Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables*.

Sabourin, Eric, Niederle, Paulo André. 2017. Agricultura familiar na América Latina: das políticas agrícolas diferenciadas aos instrumentos de promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia, in *Questões agrárias, agrícolas e rurais, conjunturas e políticas públicas*. Editado por Maluf, Renato Sergio, Flexor, Georges, pp. 270-286. Rio de Janeiro: E-papers. <http://agritrop.cirad.fr/586346/7/ID586346.pdf>

Sambuichi, Regina Helena Rosa et al. (orgs.) 2017. *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica-nacional_WEB.PDF

Santos, Anajá Antonia Machado Teixeira et al. 2016. Segurança Alimentar e Nutricional e a Sustentabilidade, in *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. Organizado por Dal Soglio, Fábio, Kubo, Rumi Regina, pp. 93-114. Porto Alegre: Editora da UFRGS. <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad105.pdf>

Sauer, Sérgio, Leite, Sérgio Pereira. 2012. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 50(3): 503-524. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000300007>

Schneider, Sergio, Escher, Fabiano. 2011. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias* 13(27): 180-219. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200008>

Singer, Merrill et al. 2017. Syndemics and the biosocial conception of health. *The Lancet* 389(10072): 941-950. [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(17\)30003-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(17)30003-X/fulltext)

Souza, Celina. 2006. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Caderno Sociologias* 16: 20-45. <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>

Swinburn, Boyd et al. 2019. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change. *The Lancet Commission report*. [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext)

Vinuto, Juliana. 2014. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas* 22(44): 203-220. <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>

MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BOLIVIANA: A BUSCA PELA LOMA SANTA, AS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E A PRIMEIRA MARCHA PELO TERRITÓRIO E DIGNIDADE

Renata Albuquerque

Faculdade Cásper Líbero

submissão: 31.03.2022 | aprovação: 12.09.2022

RESUMO

Este artigo organiza informações sobre os movimentos indígenas da Amazônia boliviana em diferentes contextos históricos, oferecendo um panorama da diversidade e da complexidade da atuação política indígena nas planícies de Mojos. Tomando como referência, especialmente, a área que hoje corresponde ao Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), e à luz de uma bibliografia especializada nas terras baixas bolivianas e de documentos jornalísticos que registraram a organização indígena multiétnica na Amazônia do país, o texto recupera dados historiográficos sobre a referida região, revisa as características da articulação política indígena amazônica pré-colonial e republicana, e verifica como ela agenciou uma variedade de discursos e práticas políticas indígenas em diferentes momentos históricos. Na primeira parte do texto, são apresentados episódios de resistência indígena à ocupação colonial das planícies de Mojos. Na sequência, a história da formação das organizações políticas indígenas das terras baixas bolivianas é recuperada. Na terceira parte, a centralidade da I Marcha Indígena de 1990 para a consolidação do movimento indígena boliviano é colocada em debate, demonstrando quais as imbricações entre esse movimento e a história do TIPNIS e dos indígenas de Mojos. Na conclusão, a complexidade da trama política indígena amazônica contemporânea é contextualizada e a partir desse reconhecimento, demonstra-se que a movimentação indígena pela autonomia, pela dignidade e pelo direito ao território não aparece pela primeira vez no contexto da fundação do Estado Plurinacional da Bolívia e tampouco foi totalmente resolvida por ele.

Palavras-chave: Amazônia boliviana, Mojos, movimento indígena, política indígena, Estado Plurinacional da Bolívia.

INDIGENOUS MOVEMENTS IN THE BOLIVIAN AMAZON: THE SEARCH FOR LOMA SANTA, INDIGENOUS ORGANIZATIONS AND THE FIRST MARCH FOR TERRITORY AND DIGNITY

ABSTRACT

This paper organizes information on Bolivian Amazon indigenous movements through different historical contexts, offering an overview of the diversity and complexity of indigenous political action in the *Mojos* plains. The article takes as a reference, especially, the area that corresponds to the Indigenous Territory and National Park Isiboro Sécure (TIPNIS), and benefits from a specialized bibliography on the Bolivian lowlands and journalistic documents that recorded the multiethnic indigenous organization in the country's Amazon. Through these methods, the text retrieves historiographical data about the region, reviews the characteristics of the pre-colonial and republican Amazonian indigenous political articulation, and verifies how it brokered a variety of indigenous political discourses and practices at different historical moments. In its first part, the paper presents episodes of indigenous resistance to the colonial occupation of the *Mojos* plains. Subsequently, it recovers the history of the formation of indigenous political organizations in the Bolivian lowlands. In the third part, the centrality of the I Indigenous March of 1990 for the consolidation of the Bolivian indigenous movement is put into debate, demonstrating the overlaps between this movement and the history of TIPNIS and the indigenous people of *Mojos*. In conclusion, the complexity of the contemporary Amazonian indigenous political plot is contextualized so it can demonstrate that the indigenous movement for autonomy, dignity and the right to territory does not appear for the first time or was fully resolved by the foundation of the Bolivian Plurinational State.

Keywords: Bolivian Amazon, *Mojos*, indigenous movement, indigenous politics, Bolivian Plurinational State.

LOS MOVIMIENTOS INDÍGENAS EN LA AMAZONÍA BOLIVIANA: LA BÚSQUEDA DE LOMA SANTA, LAS ORGANIZACIONES INDÍGENAS Y LA PRIMERA MARCHA POR EL TERRITORIO Y LA DIGNIDAD

RESUMEN

Este artículo organiza información sobre los movimientos indígenas en la Amazonía boliviana en diferentes contextos históricos, ofreciendo un panorama de la diversidad y complejidad de la acción política indígena en los llanos de *Mojos*. Tomando como referencia, en particular, el área que hoy corresponde al Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), y a la luz de una bibliografía especializada sobre las tierras bajas bolivianas y de documentos periodísticos que registran la organización indígena multiétnica en el país Amazonía, el texto recupera datos historiográficos sobre la región, revisa las características de la articulación política indígena amazónica precolonial y republicana, y verifica cómo esta articulación intermediaba diversos discursos y prácticas políticas indígenas en distintos momentos históricos. En la primera parte del texto se presentan episodios de resistencia indígena a la ocupación colonial de los llanos de *Mojos*. Posteriormente, se recupera la historia de la formación de las organizaciones políticas indígenas en las tierras bajas bolivianas. En la tercera parte, se pone en debate la centralidad de la I Marcha Indígena de 1990 para la consolidación del movimiento indígena boliviano, demostrando los traslapes de este movimiento con la historia del TIPNIS y de los pueblos indígenas de *Mojos*. En la conclusión, se contextualiza la complejidad de la trama política indígena amazónica contemporánea y, a partir de este reconocimiento, se demuestra que el movimiento indígena por la autonomía, la dignidad y el derecho al territorio no aparece por primera vez o tampoco se resuelve por completo en el contexto fundacional del Estado Plurinacional de Bolivia.

Palabras clave: Amazonía boliviana, *Mojos*, movimiento indígena, política indígena, Estado Plurinacional de Bolivia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um dos produtos da minha pesquisa de doutorado realizada entre 2014 e 2019, quando analisei as dinâmicas da política indígena na Amazônia boliviana no contexto do Estado Plurinacional, com especial interesse pelos episódios relacionados com o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS)¹. O TIPNIS está localizado nas terras baixas bolivianas, nas planícies de Mojos², e abriga mais de 60 comunidades indígenas dos povos *mojeño-trinitário*, *yuracaré* e *chimán*. A região, localizada entre os rios Isiboro e Sécore foi reconhecida como terra indígena em 1990 e desde então tem sido palco de acontecimentos importantes para a história do país. Destaca-se recentemente um conflito que se estabeleceu em 2011 entre lideranças indígenas do TIPNIS e o governo de Evo Morales (2006-2019) a respeito do projeto de construção de uma estrada através do território (Moraes 2014).

Apresentando um recorte dos resultados da pesquisa, este trabalho oferece uma reconstituição histórica da atuação política das populações indígenas que convivem na região do Isiboro-Sécore, identificando características da política indígena amazônica no contexto colonial e observando formas com que as lideranças indíge-

nas têm se relacionado com o Estado boliviano no contexto republicano. A partir do reconhecimento da importância das lideranças do TIPNIS, a pesquisa se deslocou através da história dos movimentos indígenas que convivem nas planícies de Mojos e encontrou conexões, reverberações e articulações entre práticas levadas a cabo no contexto colonial e no republicano, inclusive depois da fundação do Estado Plurinacional da Bolívia. Essas conexões são apresentadas sem que seus contrastes desapareçam, evitando a estabilidade como características da história dos movimentos indígenas da Amazônia boliviana.

Para contrapor processos variados e reconstituir a complexidade da trama política da Amazônia boliviana, o texto apresenta episódios de resistência indígena à ocupação colonial das planícies de Mojos e na sequência, demonstra a importância política das estratégias de disputa territorial *mojeño-trinitárias* mobilizadas no contexto da independência da Bolívia enquanto movimentos de busca pela terra prometida – a *Loma Santa*. Na segunda parte, a história da formação das organizações políticas indígenas das terras baixas bolivianas é recuperada, identificando as distinções e aproximações entre as organizações indígenas coloniais e modernas e contextualizando a importância da sua atuação nas décadas de 1980 e 1990. Ao final, a centralidade da

¹ A pesquisa foi financiada pelo CNPq por meio de bolsa de doutorado, de bolsa de pesquisa no exterior (Doutorado Sanduíche) e pagamento de licença-maternidade. O texto reproduz trechos da tese intitulada “Políticas Indígenas: análise a partir do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (Bolívia)”. Trata-se, ainda assim, de um produto inédito: a bibliografia foi atualizada, os dados apresentados foram revisados, o texto foi amplamente editado e a conclusão do trabalho foi reescrita.

² A grafia varia entre “Mojos” e “Moxos”. As lideranças indígenas atualmente preferem a grafia “Mojos” e vou me ater a ela ainda quando os documentos originais se referirem a “Moxos”.

I Marcha Indígena de 1990 para a consolidação do movimento indígena boliviano é recuperada, demonstrando as imbricações entre esse movimento e a história dos indígenas de Mojos.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa foi realizada por meio de trabalho de campo e contou com o apoio de entrevistas em profundidade gravadas em diferentes ocasiões entre 2013 e 2016. As entrevistas, realizadas em espanhol, estão apresentadas no texto em seu idioma original e foram transcritas respeitando suas marcas de oralidade; outros termos em espanhol e nos idiomas indígenas aparecem em itálico. Traduções livres foram ligeiramente editadas, principalmente em relação à pontuação e a questões de concordância, e foram incluídas em nota de rodapé. Sempre que o nome da pessoa entrevistada for mencionado, houve permissão por escrito. O anonimato foi oferecido como uma possibilidade em todas as entrevistas e solicitado em algumas. Os trechos de conversas informais, que não foram gravadas, permanecem anônimos.

2. A PLANÍCIE DE MOJOS E A BUSCA PELA LOMA SANTA

A região que é conhecida na Bolívia como *tierras bajas* se estende desde os pés da Cordilheira dos Andes até as fronteiras da Bolívia com o Brasil e o Paraguai. As terras baixas são toda a parte não andina da Bolívia e incluem o Chaco e a Amazônia do país, que no total representam cerca de 70% do território nacional. Essa região corresponde à porção oriental do território bo-

liviano, enquanto as *tierras altas* correspondem à porção ocidental. Nessa área estão os departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz e parte dos departamentos de La Paz e Cochabamba (Svabó 2008). A região amazônica da Bolívia cobre uma área de aproximadamente 824.000 km² (dos quais 385.000 km² são de mata fechada), onde vivem 32 dos 36 povos indígenas do país.

O departamento de Beni foi fundado em 1841, 16 anos depois da independência da Bolívia ter sido proclamada por Simón Bolívar. É um dos maiores departamentos do país e todo seu território está em terras amazônicas. A maior parte do departamento corresponde à antiga Missão de Mojos, uma região de grandes planícies amazônicas onde habitam 19 povos indígenas diferentes. As planícies de Mojos começaram a ser exploradas aproximadamente em 1530 com as grandes expedições que buscavam o Eldorado/Paititi, e passaram a ser colonizadas em 1603 com a chegada dos primeiros missionários (Calandra & Salceda 2004). Hoje, Mojos é uma das oito províncias do departamento de Beni.

Estima-se que na região existam mais de 20.000 montes artificiais construídos antes da chegada dos colonizadores, além de cerca de 2.500 km de canais, aterros e muitas plataformas para plantação (chamadas de *camellones*) (Bogado 2014: 33). A magnitude das obras pré-coloniais em Mojos indicam que aquelas planícies eram ocupadas por grandes populações antes do início da colonização. Alguns pesquisadores afirmam que em Mojos havia 29 grupos diferentes de língua *arawak* quando da chegada dos espa-

nhóis, além de grupos *yuracarés* e *chimánes* (Block 1986: 75-76 apud Canedo 2011: 75). As nações mais importantes que viviam nas planícies eram os *mojos* e os *baures*, ambos grupos de origem *arawak* (Limpias 2008: 229). A variedade de grupos étnicos da região foi reduzida pelos colonizadores a *mojeños*, povo que foi dividido entre os 25 povoados multiétnicos fundados na missão de Mojos (Limpias 2008). Os principais povoados da missão eram Trinidad, San Ignacio de Mojos, Loreto e San Javier, reduções em que se originaram os idiomas *mojeños* falados atualmente: o *mojeño-trinitário*, o *mojeño-ignaciano*, o *mojeño-loretano* e o *mojeño-javeriano*.

Os jesuítas foram expulsos de Mojos em 1767 (Limpias 2008). Em 1810, quando ocorre a principal sublevação indígena da região, o cabildo de Trinidad era um cabildo civil, composto por funcionários da Coroa, mas que ainda contava com a presença de caciques indígenas. Os cabildos são instituições coloniais que em sua origem visavam ao controle e à organização dos povos indígenas que viviam nas *misiones*. O *Gran Cabildo* de Trinidad também foi criado com essa finalidade em 1701 – mais de 120 anos antes da independência da Bolívia. O cabildo de Trinidad não se diferenciava dos outros da região em sua missão catequizadora, e não servia como instituição que pretendesse organizar os indígenas em qualquer espécie de luta política por autonomia ou independência. O cabildo de Trinidad resiste até hoje, e sua importância política foi reinventada ao longo dos séculos, como será visto em seguida. Hoje o cabildo de Trinidad é a principal instituição indígena de Mojos, é o *Gran Cabildo*, o *Cabildo Mayor*, e a sua história se relaciona com a história das movimentações indígenas da região.



Foto 1 - O *Cabildo Indigenal de la Santísima Trinidad* e outros líderes *mojeños* nas comemorações do dia de Pedro Ignacio Muiba, novembro de 2016. Foto: Renata Albuquerque.

De acordo com *don* José, o ex-corregedor do cabildo de Trinidad, “*gracias a esta institución el pueblo mojeño sigue existiendo con toda su historia, con todos sus valores culturales, con todos sus tradiciones, costumbres*”³. Para ele, foi o cabildo que garantiu que o povo *mojeño* não se dispersasse completamente diante das contingências da vida nas cidades e que preservasse sua existência como povo: “*con su propio idioma, con su propia visión de pueblo, con su propia manera de pensar*”⁴. Desde o século XVIII até hoje, os cabildos possuem cargos religiosos – como os sacerdotes, as *abadesas* e os músicos; e cargos político-administrativos – como o corregedor (a principal autoridade do cabildo), os *alcaldes* e o cacique (figura de autoridade indígena “revitalizada” no cabildo, mais pelo espírito daquilo que representava do que pelas regras dos sistemas políticos do passado) (Rappaport 1998: 31).

Pedro Ignacio Muiba foi uma dessas figuras de autoridade. O célebre cacique *trinitário*, que viveu no início do século XIX, protagonizou um episódio que é considerado por alguns como uma rebelião única na história das Américas, já que contou exclusivamente com a participação de indígenas (Roca 2009). Outras rebeliões marcantes, como as próprias lutas pela independência, tiveram indígenas, mestiços e *criollos* em seus

exércitos. Em Trinidad, em 1810, a rebelião foi organizada com o objetivo de criar um governo indígena, uma singularidade para a época (Roca 2009). A sublevação de Pedro Ignacio Muiba contra a Coroa constituiu um governo autônomo de Trinidad e Loreto, mas a experiência durou apenas dois meses. Em janeiro de 1811, Muiba e seus principais aliados seriam mortos pela administração colonial. A importância política do episódio, entretanto, extrapola os desdobramentos práticos pontuais do evento.

Pedro Ignacio Muiba é o principal herói *mojeño*. Em Trinidad, uma das principais avenidas da cidade leva seu nome, há estátuas suas por toda parte e há alguns anos foi criado um bairro indígena, na periferia da cidade, que leva o nome do cacique. Em 10 de novembro é comemorado o dia de Pedro Ignacio Muiba. Desde 2010, já no contexto do Estado Plurinacional, a data foi instituída feriado departamental. Em 1989, a *Central de Pueblos Indígenas del Beni* foi fundada em um 10 de novembro, e em 2016 um Encontro de Corregedores do TIPNIS foi marcado para esse mesmo dia⁵.

A memória do cacique Pedro Ignacio Muiba ajuda a compreender a construção dos discursos políticos *mojeños* sobre liberdade e autonomia. Por meio da sublevação de Muiba, o povo *mo-*

³“Graças a esta instituição, o povo *mojeño* segue existindo com toda a sua história, com seus valores culturais e com todas as suas tradições e costumes”, entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016.

⁴“com o seu próprio idioma, com sua própria visão enquanto povo e com a sua própria maneira de pensar.” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

⁵ O Encontro de Corregedores é um evento que surge na década de 1980, como será visto à frente, e que até hoje funciona como principal espaço de organização dos territórios indígenas da região. As comunidades indígenas de Mojos, principalmente as de maioria *mojeño-trinitária*, têm os seus próprios cabildos instituídos, liderados, cada um, por um corregedor ou – mais recentemente – corregedora.

jeño celebra sua história de busca por autonomia e liberdade, marca que é mobilizada estrategicamente para a organização da luta indígena na atualidade. A memória de Muiba também é importante porque revela que desde antes da proclamação da República – e muito antes da fundação do Estado Plurinacional – os indígenas das terras baixas se organizavam, empreendiam experiências políticas e lutavam pela autonomia territorial. Esforços valiosos de descolonização do pensamento boliviano contaram a história da Bolívia desde a perspectiva indígena andina, recuperando a história de Tupaj Amaru, Micaela Bastistas e Tupaj Katari (Reinaga [1970] 2001). Esses mesmos trabalhos, entretanto, ignoram o fato de que nas terras baixas do país os indígenas também compartilham uma história de resistência, organização e luta. Até 1977, quando Antonio Carvalho Urey publica *Pedro Ignacio Muiba, el Heroe*, esse personagem não figurava na historiografia boliviana, reforçando a centralidade da experiência andina na narrativa política e acadêmica sobre o movimento indígena boliviano.

A busca pela *Loma Santa* foi outro movimento decisivo iniciado no século XIX, já depois da independência da Bolívia. O movimento se refere a episódios em que grupos *mojeños* se retiravam dos povoados e cidades originadas pelas antigas missões e retornavam à floresta. Tal qual a rebelião de 1810, os movimentos de busca pela *Loma Santa*, pela terra prometida *mojeño-trinitária*, reforçaram a busca por autonomia e liberdade como marca candente da história dos povos indígenas de Mojos. Pensar

a busca pela *Loma Santa* como um movimento político é um exercício proposital, ainda que se trate de um evento geralmente caracterizado como messiânico (Lehm 1999). Na realidade de Mojos, e especialmente na região dos rios Isiboro e Sécure, essas dimensões da busca pela *Loma Santa* não são excludentes – elas se complementam e se retroalimentam.

Apesar de não haver registros sobre essas caminhadas antes do auge do ciclo da borracha, ao final do século XIX, há registros de profecias milenaristas e messiânicas desse estilo entre outros povos de origem *arawak* no período pré-colonial (Lehm 1999: 45). Isso sugere que a prática dialogou com repertórios oriundos de contextos pré-coloniais que após a independência foram articulados à ideologia *guaraní* dos buscadores da *tierra sin mal* e à ideologia cristã messiânica (Lehm 1999) e que teriam sido catalisados pelo contexto socioeconômico local. Assim, é o auge do ciclo da borracha que, agravando a péssima qualidade de vida dos povos indígenas nas antigas reduções, anima o início do movimento de busca pela *Loma Santa*. É isso o que explica Zulema Lehm (1999), uma das maiores estudiosas do movimento de busca pela *Loma Santa*, para quem o início desse movimento seria produto de relações internas e externas à sociedade *mojeña*.

Em 1887 inicia-se outro ciclo de retorno à floresta, uma resposta à profecia de Andrés Guayochu, indígena *itonama*, que aos 80 anos conduziu um grupo de fiéis *mojeños* de San Lorenzo de Mojos até os interiores da floresta amazônica. Também de San Lorenzo de Mojos teria saído

um grupo sob a liderança de Santos Noco Guaji em data que não é precisa na bibliografia sobre o assunto (Lehm 1999, Calandra 2002, Bogado 2014). Esses grupos teriam adentrado a região do Sécore, caminhando por muitos anos na certeza de que iriam encontrar uma terra fértil que teria sido prometida por Deus como refúgio e onde poderiam viver de forma autônoma e produzir em liberdade. Apenas depois das longas caminhadas, que atravessavam gerações, teriam retornado ao povoado para retomá-lo e defendê-lo da presença dos invasores.

De acordo com o que propõe Lehm (1999), o movimento de busca pela *Loma Santa* conduz o povo *mojeño* a um processo de reocupação dos espaços que lhes pertenciam antes da colonização espanhola, ainda que carregue consigo alguns símbolos que remetem ao contexto das missões jesuíticas – a cruz, a relação com o gado e com o *machete*, por exemplo. Isso significa que a busca pela *Loma Santa*, apesar de ter aspectos exploratórios no que se refere aos seus trajetos pela floresta, foi sobretudo um movimento de retorno. O retorno aos espaços ocupados pelos *mojeños* antes da colonização permitiu a retomada de práticas produtivas igualmente pré-coloniais que no ambiente da floresta reapareceriam (Lehm 1999). Por isso mesmo, a dimensão anticolonial dos discursos dos buscadores de *Loma Santa* é um aspecto importante de ser considerado. Trata-se de uma dimensão que não se restringe ao processo de

retomada territorial e que também se expressa por meio da crença na inacessibilidade dos brancos, *karayanas*, à terra prometida.

A defesa dos territórios ancestrais e a luta pela autonomia são características do movimento de busca da *Loma Santa* especialmente interessantes para este trabalho porque reaparecem na agenda política das organizações indígenas modernas e persistem como plataformas de mobilização no contexto do Estado Plurinacional. Compreender a busca da *Loma Santa* como movimento por liberdade e autonomia possibilita que a principal agenda política dos povos de Mojos, apresentada na década de 1990 e renovada no contexto do Estado Plurinacional, seja entendida a partir de sua própria história. A luta política, portanto, está incrustada na história dos povos indígenas da região. Ainda de acordo com Lehm (1999: 96), “*la Loma Santa no es solamente un lugar, sino la proyección de una sociedad libre del dominio Colonial*” que, ao mesmo tempo, “*busca restaurar un orden social interno e idealizado*”⁶. A busca pela *Loma Santa*, desse modo, teria a qualidade de projetar a luta por uma sociedade em que fosse possível viver livremente.

Diferente de outros movimentos milenaristas indígenas, as caminhadas dos buscadores de *Loma Santa* não desapareceram ao longo do século XX. A crença na existência da terra prometida *mojeña* não sobreviveu apenas como utopia e continuou acionando deslocamentos até bem recentemente. A *Loma Santa* seria, portanto, de

⁶“a Loma Santa não é somente um lugar, ela também é a projeção de uma sociedade livre do domínio colonial” que, ao mesmo tempo, “busca restaurar uma ordem social interna idealizada” (Lehm 1999: 96).

acordo com Canedo (2011), uma “utopia mobilizadora”⁷. Um exemplo é a comunidade de Villa Fátima, localizada no rio Sécore, que foi fundada em 2005 ao final de um deslocamento em busca da Terra Santa. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, eram muitos os grupos de caminhantes, quase sempre (mas não exclusivamente) *mojeños*, que se deslocavam pela zona dos rios Isiboro e Sécore. A memória sobre as caminhadas ainda é recente e muito presente nas histórias de vida de vários dos moradores da região onde hoje se localiza o TIPNIS. Muitos cresceram se deslocando pela floresta, em grandes grupos de caminhantes, e hoje habitam comunidades naquela área.

As descrições da Terra Prometida têm em comum a sacralidade e a abundância. A *Loma Santa* é descrita como um presente de Deus que seria proibido aos pecadores, razão pela qual nunca é encontrada apesar de tantas buscas: na vida terrena, não haveria dúvida, todos são pecadores, mas, contraditoriamente, esse diagnóstico não obstaculiza a sua busca. A principal característica da Terra Prometida seria a abundância espontânea – a fartura independente do trabalho. Seria isso que Deus teria reservado aos *mojeños* não pecadores, proposição que seguramente ecoa a relação bíblica entre o pecado, a perda do paraíso e a origem do trabalho. Para

uma senhora de 89 anos que vive na comunidade de Coquinal, por exemplo, na “*Loma Santa la gente vive tranquila porque come tranquilo*”⁸, ou seja, a tranquilidade provém da fartura. A outra característica da *Loma Santa*, de acordo com ela, remete diretamente ao repertório católico: ela estaria nas pampas prometidas por Deus, naquela região entre os rios Isiboro e Sécore, em que viveria São Miguel, “*en la pampa fresquita, con la Santísima Trinidad*”⁹.

As entrevistas realizadas na região do Isiboro-Sécore permitiram identificar impressões sobre a *Loma Santa* que seguem mobilizando imaginações, aspirações e possibilidades para a vida naquela região. O caminhante pode sempre deixar tudo para trás, porque na *Loma Santa* haverá de tudo disponível. Não é preciso de nada para caminhar. Deus proveria tudo o que fosse necessário quando a Terra Prometida fosse encontrada. A narrativa, de certa forma, ampara o sacrifício das famílias de *buscadores* que deixavam tudo para trás. Os que cresceram dentro desses grupos relembram a época como um período de privações e necessidades variadas condizente com a moral cristã que espera a experiência do sacrifício de quem pretende entrar na Terra Prometida por Deus. *Don Francisco Semo*, da comunidade de Coquinal, no rio Sécore, comentou so-

⁷ Aproveitando a introdução da noção de “utopia mobilizadora” de Canedo (2011) faz-se necessário oferecer uma breve definição operativa dos conceitos de utopia e de ideologia, que aparecem quase sempre em companhia do outro neste texto. De acordo com Ribeiro (2008), ideologias e utopias referem-se a questões fundamentalmente relacionadas ao poder e que expressam disputas sobre o passado (ideologia) e sobre o futuro (utopia), mas que não deveriam ser resumidas como disputas puramente interpretativas. Ideologias e utopias movimentam disputas pela (re)construção da realidade à sua maneira, como acontece no caso da *Loma Santa*.

⁸ “[na] Loma Santa as pessoas vivem tranquilas porque têm o que comer.” (Entrevista realizada em 5 de agosto de 2016).

⁹ “na pampa fresquinha, junto com a Santíssima Trindade.” (Entrevista realizada em 5 de agosto de 2016).

bre as dificuldades enfrentadas por aqueles que se propunham a encontrar em Terra o paraíso de Deus: “*salieron a caminar, se fueron, y dejando sus bienes... ganado, gallina, pato, lo que sea*”¹⁰. Pablo Vilche, da comunidade de Puerto San Lorenzo, também no rio Sécure, compartilhou suas memórias de infância sobre as caminhadas:

*“yo era niño todavía, pero me acuerdo. Íbamos caminando en el monte como animales, como animales porque era harta gente, más o menos unas quinientas personas. Harta gente caminando por el monte, y dormíamos en el monte donde nos acogía la noche. Como había niños, chicos, harta gente se han muerto por la enfermedad, por hambre también, porque en el monte así no había ni víveres... y la sal, yo me acuerdo que comíamos sin sal. Se sufrió harta, hasta que llegamos en ese río por arriba, en Oromomo. Mi padre tenía su ganadito, sus cosas. Lo dejábamos todo, fuimos con lo que podíamos en el cuerpo y listo. Caminamos”*¹¹.

Para don Francisco, foi inevitável a resposta dos buscadores de *Loma Santa* à opressão e violência cometidas por latifundiários, comerciantes e patrões: “*empezaron a caminar, a encontrar la tierra santa para librarse de la esclavitud*”¹². Foi a mobilidade pelo território proveniente da busca pela liberdade que distribuiu comunidades *mojeñas* ao longo dos rios Isiboro e Sécure. A história de muitas comunidades daquela zona

começa com o assentamento de partes de grupos de *buscadores* que resolviam se estabelecer nos acampamentos que deveriam ser provisórios. Essa dinâmica de mobilidade foi responsável pela reocupação da região pelos *mojeños*, como as pesquisas de Lehm (1999) já demonstraram, e indiretamente são responsáveis pela consolidação do espaço territorial que viria a ser conhecido a partir de 1990 como o TIPNIS.

Para Canedo (2011), além de mobilizar grupos *mojeños* através do território, a busca pela *Loma Santa* também seria politicamente mobilizadora, pois no contexto do Estado Plurinacional o movimento tem servido às organizações indígenas como metáfora da luta pelo direito ao território autônomo. O discurso sobre a *Loma Santa*, para Canedo (2011), sofre uma metamorfose discursiva e ideológica quando deixa de se referir a um lugar mítico e passa a reivindicar um lugar construído, um território onde se vive. A delimitação dos territórios indígenas em 1990 e o avanço de assentamentos não indígenas sobre eles teria cercado a área possível de ser explorada pelos buscadores. As caminhadas passam a ser realizadas, quando realizadas, dentro dos territórios demarcados pelo Estado. A *Loma Santa*, nesse cenário, se representa na forma de cada

¹⁰ “começaram a caminhar e deixavam os seus bens para trás... Gado, galinha, pato, o que quer que fosse” (Entrevista realizada em 8 de agosto de 2016).

¹¹ “eu ainda era um menino, mas eu me lembro. Caminhávamos pela floresta como animais... como animais porque havia muita gente, mais ou menos umas quinhentas pessoas. Muita gente andando pela floresta, e a gente dormia onde estivessemos quando a noite chegava. Como tinham crianças, muitas pessoas morriam doentes ou morriam de fome, porque na floresta não tínhamos mantimentos. Eu me lembro que comia sem sal. A gente sofria muito, até que chegamos na parte alta desse rio [Sécure], em Oromomo. Meu pai tinha alguns gados, tinha suas coisas. A gente deixava tudo e saíamos com o que podíamos no corpo e pronto. Caminhamos.” (Entrevista realizada em 4 de outubro de 2016).

¹² “começaram a caminhar, a procurar a terra santa para se livrar da escravidão.” (Entrevista realizada em 8 de agosto de 2016).

nova comunidade que é fundada, onde a vida seria possível em liberdade. O manejo territorial *mojeño* deixa de ser ilimitado e itinerante, e os deslocamentos passam a ser possíveis dentro do espaço específico que precisa ser defendido legal e politicamente: o território.

Nesse sentido, a busca pela *Loma Santa* é uma demonstração da força política dos indígenas de Mojos – apesar de não ser uma força milenarista com capacidade mobilizadora, mas justamente porque é, ela se articula com experiências modernas de organização indígena e continua viva no TIPNIS e em outras zonas *mojeñas* da região (como San Francisco, San Ignacio e San Lorenzo de Moxos). Ainda assim, há uma diferença qualitativa entre essa sociopolítica indígena milenarista e a política indígena que se construiu posteriormente na Bolívia, principalmente a que se aproximou dos partidos e disputou a hegemonia estatal. São experiências que propõem interpretações diferentes sobre o que é político, por exemplo, e que ao se confrontarem na realidade das comunidades originam uma complexa categorização local sobre quem é político e quem não é (Albuquerque 2021).

Lehm (1999) já havia confirmado essa hipótese ao analisar as conexões entre a busca pela *Loma Santa* e a primeira marcha indígena de 1990, que conduziu milhares de *marchistas* desde Trinidad até La Paz, conquistando para os povos indígenas bolivianos o direito então inédito ao território. A autora afirma que ambos os movimentos têm elementos religiosos e seculares (Lehm 1999) e, à sua maneira, ambos são políti-

cos. Ainda assim, e mesmo que estejam articulados, a autora também afirma que são movimentos diferentes entre si. Dentre as características que diferenciam a busca da *Loma Santa* e a I Marcha Indígena chama a atenção a relação que cada uma estabelece com o campo político nacional. Enquanto a busca pela *Loma Santa* mobiliza pela defesa de uma autonomia radical dos povos indígenas – que poderiam ser totalmente livres uma vez encontrassem a Terra Prometida – a marcha de 1990 mobiliza-se pelo direito à cidadania e à visibilidade diante da comunidade nacional.

3. AS TERRAS BAIXAS E AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS MODERNAS

A história dos indígenas das terras baixas bolivianas foi uma história de marginalidade até o final da década de 1970 e início da década de 1980. Em algumas das entrevistas que realizei durante meu doutorado, antigos líderes indígenas comentaram que até o momento do estopim do movimento, em 1990, a maioria da população boliviana desconhecia a existência de populações indígenas nas planícies amazônicas de Mojos. As primeiras articulações entre os povos das terras baixas bolivianas (ou Oriente boliviano) começaram em 1979 sob a liderança do capitão-grande *guarani* Bonifacio Barrientos, conhecido como “Sombra Grande”. Tratava-se de um primeiro contato entre representantes dos povos *guarani-izoceños, chiquitanos, ayoreos* e *guarayos*.

Em Santa Cruz de la Sierra, no ano de 1982, a *Central de Pueblos y Comunidades Indígenas del*

Oriente Boliviano (CIDOB) é fundada como uma organização indígena que reunia esses quatro povos. Ao longo de sua história, a organização foi se expandindo, até chegar a representar os 34 povos indígenas das terras baixas da Bolívia. Em 1998, organizações indígenas do Norte de La Paz, do Trópico de Cochabamba e do Chaco de Tarija se somam à organização. Com sua representatividade ampliada, a CIDOB passa a levar o nome de *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, mas segue sendo identificada pela mesma sigla, dado o simbolismo e importância daquela articulação (Valencia, Garcia & Zurita 2010). Surgiu, então, no começo da década de 1980, essa que até hoje é a principal organização indígena das terras baixas bolivianas.

Antes do início desse processo de organização, os povos indígenas das terras baixas, em geral, tinham pouco conhecimento sobre os problemas que compartilhavam. O depoimento de José Urañabi, líder *guarayo* e ex-presidente da CIDOB, ilustra bem essa afirmação. Conforme relata Yashar, que o entrevistou em 1997, antes de se envolver com o processo de organização dos indígenas na CIDOB, Urañabi acreditava que todo mundo era *guarayo* ou branco (Yashar 2005). As primeiras experiências organizativas partem de problemas diagnosticados por cada um dos quatro povos envolvidos no processo fundacional da CIDOB e é possível supor que ainda não havia clareza sobre a possibilidade de construção de uma agenda indígena unitária.

Desde sua fundação, a CIDOB tem sido o principal instrumento de organização da luta

indígena das terras baixas bolivianas, atuando a nível local, regional, nacional e internacional. O caráter internacional da luta indígena latino-americana, inclusive, em grande medida se conecta com a experiência da CIDOB, que dois anos depois de sua criação já participava, enquanto entidade, do congresso fundacional da Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) em Lima, Peru. Até hoje a CIDOB é uma organização profundamente conectada com a problemática indígena a nível internacional, participando ativamente de reuniões e fóruns internacionais e enviando representantes para vários países do mundo (Albuquerque 2021). A CIDOB também instrumentaliza a integração da luta indígena boliviana e, em 1990, já servia como organização “guarda-chuva” para inúmeras organizações indígenas regionais.

Os primeiros contatos entre os quatro povos indígenas que começaram a organizar a CIDOB e o amadurecimento da luta indígena multiétnica revelam que a luta pela terra já não era uma luta pontual de resistência à invasão de madeireiros ou fazendeiros a comunidades indígenas em um ou outro lugar. Era, então, uma luta unificada pelo direito à terra e ao território, fortemente marcada por questões ideológicas e utópicas que unificavam aqueles povos e que davam contornos à identidade indígena em construção.

Organizações não governamentais internacionais tiveram um papel importante nesse processo, criando, por um lado, condições econômicas para viabilizá-lo e, por outro, “redes transcomunitárias” e um “espaço político associativo” crucial

para o surgimento do movimento indígena diante da mudança do “regime de cidadania” indígena em curso na Bolívia entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990 (Yashar 2005). De acordo com Healy (2001), por exemplo, a proposta de uma reunião entre diferentes grupos indígenas das terras baixas bolivianas surge em meados dos anos 1970 em conversas entre o capitão-grande guarani Bonifácio Barrientos e o antropólogo alemão Juergen Riester. A ONG boliviana *Ayuda para el campesino indígena del Oriente boliviano* (APECOB), por meio da cooperação financeira e técnica de cientistas sociais e engenheiros europeus, viabiliza a reunião de 1982, liderada por Barrientos e pelo jovem guarani Víctor Vaca. Ao final, a CIDOB é fundada como central indígena do Oriente boliviano. Ainda de acordo com Healy (2001), o incentivo para a criação de um movimento indígena na Bolívia e a reivindicação positiva do termo datam daquela primeira reunião em Santa Cruz de la Sierra.

O termo “indígena”, então, passava a ser oferecido como meio de construir uma identidade que suportasse um ativismo moderno e político (Healy 2001). Começa a surgir uma agenda política indígena multiétnica que cria a ideia de um movimento indígena boliviano e delimita um espaço específico para sua atuação: a luta pela terra e pelo território. Esse elemento é interessante porque, até então, a luta pela terra, especialmente nas terras altas andinas, era uma pauta do movimento camponês –

que, por sua vez, matizava a dimensão étnica dos conflitos agrários. A partir do começo da década de 1980, os indígenas das terras baixas amazônicas e *chaqueñas* introduziram a questão étnica na luta pela terra. Começaram a se diferenciar dos camponeses e dos povos andinos que, junto ao movimento *katarista*, um movimento político *indianista* que se organizara nas terras altas da Bolívia a partir da década de 1970, se afirmavam como “originários”.

A CIDOB, portanto, criou um modelo organizativo que instituiu uma dinâmica multiétnica da questão indígena na Bolívia. O modelo e a perspectiva da CIDOB logo se expandiram para as diferentes regiões das terras baixas do país, onde as centrais indígenas regionais passaram a ser fundadas ao longo da década de 1980. A CIDOB tem uma estrutura organizativa moderna que conta com um presidente, um vice-presidente e diversos secretários, esses últimos respondendo por secretarias temáticas¹³. Essa estrutura foi replicada pelas centrais indígenas regionais que se fundaram na sequência, mesmo quando não coincidia com o que existia em cada região em termos de organização. No caso de Mojos, por exemplo, a estrutura do *cabildo indigenal* não suportava a agenda política do movimento indígena em ascensão. Nessa esteira, a *Central de Pueblos Indígenas del Beni* é criada como uma organização mais política, enquanto o *cabildo* ficou encarregado dos aspectos espirituais e culturais da vida dos indígenas de Trinidad.

¹³De acordo com entrevista realizada com um ex-dirigente da organização, atualmente a CIDOB conta com as seguintes secretarias: Terra e Território, Recursos Naturais, Mudança Climática, Educação, Saúde, Autonomia, Justiça, Juventudes e Gênero.



Foto 2 - Mulheres e meninas dançam junto ao *Cabildo Indigenal de la Santísima Trinidad* nas comemorações da festa da cidade, maio de 2016. Foto: Renata Albuquerque.

A organização do movimento indígena em Mojos começa em 1987 com o *Primer Encuentro de Autoridades Mojeñas*, convocado pelo *Cabildo Indigenal de Trinidad* para fortalecer as relações entre as comunidades indígenas da região. De acordo com José Guasebe, ex-corregedor do cabildo, antes dessa reunião de 1987 outro encontro desse porte, entre os indígenas de Mojos, tinha acontecido apenas no final do século XIX. Ele afirmou que esses grandes encontros sempre foram para tomar “*grandes decisiones*” e em 1987 não tinha sido diferente: “*fue para tomar la decisión de unidad, de fortalecer la unidad de los pueblos. Como consecuencia de eso se formó un conse-*

jo, un Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños”¹⁴. A fundação do *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños* (CCIM) em 7 de novembro de 1987 marcava o início da organização política autônoma dos indígenas de Mojos e buscava proteger as terras indígenas da invasão e dos abusos dos fazendeiros e madeireiros que avançavam rapidamente sobre aquela região.

Os abusos cometidos por madeireiros e fazendeiros contra os indígenas de Mojos e de outras províncias do Beni agravaram-se depois da Reforma Agrária de 1953, que entregou terras ocupadas pelos indígenas a camponeses do Altiplano boliviano, buscando favorecer o estabelecimento

¹⁴“foi para decidirmos pela unidade, para fortalecermos a unidade dos povos. Como consequência, formamos um conselho, um Conselho de Cabildos Indígenas Mojeños” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

da agropecuária na região. Mojos era uma região vista como desocupada e improdutivo, que deveria passar a ser o centro da atividade pecuária do país (Yashar 2005, Canedo 2011). O tema da terra, junto à educação e à saúde, serviu como gatilho para a organização política indígena em Mojos. O *Cabildo* se retirava provisoriamente da cena, ainda que nunca tenha se apartado completamente do ambiente do movimento indígena em construção. Diante da expansão desenfreada dos latifúndios em Beni, uma resposta mais articulada dos povos indígenas fazia-se necessária, e o *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños* foi o primeiro passo nessa direção.

A Reforma Agrária de 1953 aconteceu no contexto das reformas nacionais realizadas pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), que tomou o poder em abril de 1952 por meio da Revolução Nacional. De acordo com Canedo (2011), a Reforma Agrária contou com duas modalidades de distribuição da terra, uma nos Andes e *valles* do Altiplano e outra na Amazônia e *chaco* das terras baixas. Nas terras altas bolivianas, a reforma agrária pode ter sido eficiente enquanto projeto redistributivo, mas nas terras baixas do país, ela significou a “consolidación y ampliación de la gran propiedad agrícola ganadera, hacendal y agroindustrial”¹⁵. O processo de concentração de terras no Oriente boliviano, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, serviu como contexto para o levante dos povos indígenas no final da

década de 1980 e início dos anos 1990.

A reação dos líderes *mojeños*, em 1987, animou o início de um processo de articulação mais amplo e multiétnico em Mojos, já que líderes indígenas de outras etnias procuraram o CCIM logo de sua fundação para compor a luta contra os abusos dos latifundiários de Beni. Don José, que havia sido eleito vice-presidente do CCIM, comenta: “*como decía solamente ‘mojeño’ los otros pueblos reclamaron, y fue por eso que se creó lo que se llamó la Central de Pueblos Indígenas del Beni*”, a CPIB¹⁶. Assim, em 1989, dois anos depois da fundação do *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños*, é fundada a *Central de Pueblos Indígenas del Beni*. Como mencionado, desde aquele momento, os cabildos da região passaram a se ocupar de questões culturais e espirituais enquanto a Central recém-fundada assumiu o papel de articuladora política entre os indígenas de todo o Beni.

A CPIB foi fundada em 10 de novembro, no dia em que se celebra a revolta do cacique *mojeño* Pedro Ignacio Muiba. Seu primeiro presidente foi Ernesto Noe, líder *mojeño-trinitário* que já havia assumido a liderança do *Consejo de Cabildos Indigenales Mojeños* e que foi conduzido a ser o primeiro presidente da Central. A organização contava com uma estrutura mais consolidada que a do *Consejo*, pois envolvia várias subcentrais, recém-criadas, e porque contava com significativo apoio técnico e financeiro do *Centro de Investigación y Documentación para el Desarrollo*

¹⁵ “consolidação e ampliação da grande propriedade agropecuária, fazendeira e agroindustrial” (Canedo 2011: 97).

¹⁶ “como dizia somente ‘mojeño’, os outros povos reclamaram. Por isso criamos o que se chamou de Central dos Povos Indígenas do Beni.” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

del Beni (CIDDEBENI), ONG boliviana que desde a primeira reunião em 1987 investia esforços e recursos na formação da organização e de suas lideranças. Desde sua fundação, portanto, a CPIB aparece como uma central regional com relações tanto com a *Confederación* nacional (a CIDOB) quanto com as organizações locais (as Subcentrais). Com a CIDOB, a CPIB e as subcentrais, a estrutura organizativa do movimento indígena das terras baixas da Bolívia tomava forma.

É nesse contexto que foi fundada a *Subcentral de Cabildos Indigenales Región Isiboro Sécure*, hoje Subcentral do TIPNIS, em um *Encuentro de Corregidores* realizado na comunidade de Puerto San Lorenzo, no rio Sécure, em 1987. A Subcentral do TIPNIS aparece como um projeto totalmente sintonizado com as tendências políticas da época, com uma diretoria com presidente, vice-presidente e secretários de diferentes comunidades dos rios Isiboro e Sécure e que representavam a presença dos três povos indígenas da região na organização: os *mojeño-trinitários*, *yuracarés* e *chimánes*. Desde 1965, a região que fica entre os rios Isiboro e Sécure havia sido declarada um Parque Nacional, mas havia pouco ou nenhum reconhecimento por parte dos governos sobre os povos indígenas que viviam ali. Ao longo dos anos, como mencionado, o abuso dos madeireiros e latifundiários aumentara, e as experiências políticas da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, em Santa Cruz, e do CCIM, em Trinidad, serviram como referência para a organização dos indígenas do Isiboro-Sécure.

O primeiro presidente da Subcentral do Isibo-

ro Sécure e principal articulador do movimento indígena do Oriente boliviano foi Marcial Fabricano, indígena *mojeño-trinitário* da comunidade de Puerto San Lorenzo no rio Sécure. Ao longo dos anos, *don* Marcial tornou-se a principal liderança indígena das terras baixas da Bolívia, tendo sido presidente do TIPNIS, da CPIB, da CIDOB, fundador da Subcentral do Sécure e da *Central de Pueblos Etnicos Mojeños del Beni*, a CPEM-B. Também foi vice-ministro de *Asuntos Indígenas* da Bolívia entre 2002 e 2003, durante o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997/2002-2003), e candidato à vice-presidência do país na chapa de Miguel Urioste pelo *Movimiento Bolivia Libre* (MBL), em 1997, quando Hugo Banzer Suarez foi eleito presidente (1971-1978/1997-2001). Naquelas eleições, 10 candidatos disputavam a presidência do país, e a chapa de Urioste e Fabricano ficou em sétimo lugar com 3,1% dos votos válidos. *Don* Marcial é um dos primeiros a organizar a resistência aos atropelos dos latifundiários da região, que seguiam expandindo suas fronteiras em direção às comunidades indígenas. Junto com outros líderes *mojeños*, *yuracarés* e *chimánes*, *don* Marcial começa a preparar o primeiro encontro de cabildos da região do Isiboro Sécure. Naquele mesmo ano a Subcentral é fundada.

A região entre os rios Isiboro e Sécure encontra-se nos pés dos Andes bolivianos e se estende até a parte amazônica do país, razão pela qual o TIPNIS conta com paisagens tão singulares. O território começa no encontro da Amazônia com as cordilheiras, no alto Sécure, e segue até a ‘boca’ do rio Mamoré, no baixo Isiboro, já no

interior da floresta amazônica. São esses rios, o Isiboro e o Sécure, que definem os limites do território onde habitam três povos indígenas que hoje se agrupam em 64 comunidades diferentes espalhadas pela região do Isiboro-Sécure. São os povos *mojeño-trinitário*, *yuracaré* e *chimán* que em algumas zonas do território convivem na mesma comunidade e em outras preferem ter comunidades restritas a um ou outro grupo étnico.

Em 1965 a zona do Isiboro-Sécure é declarada Parque Nacional, mas o Decreto Supremo 07401, de criação do Parque Nacional Isiboro Sécure, não faz nenhuma referência aos indígenas que viviam na região. O Decreto se limita a anunciar a responsabilidade do governo federal com a conservação das bacias hidrográficas e nascentes dos rios, com a manutenção de áreas de “*particular belleza*” como reservas virgens, com a segurança dos recursos naturais da região e com a proteção de uma zona de “*recreo, turismo, estudio e investigación*”. A realidade das comunidades indígenas ribeirinhas já estabelecidas e dos agrupamentos familiares que viviam no interior da floresta era totalmente ignorada pelo governo, e só em 1990, depois do sucesso da *I Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad* é que os direitos dos povos daquela zona seriam reconhecidos pelo Estado.

Até o momento das primeiras reuniões organizadas em 1986 e 1987 por Marcial Fabricano, as comunidades do Isiboro e do Sécure tinham pouco contato entre si. Fabricano, outros líderes in-

dígenas que o acompanhavam e antropólogos do Ciddebeni viajaram pelas comunidades da região para discutir e apresentar o tema dos cabildos e da organização da luta indígena. De acordo com *don* Ercílio, ancião *yuracaré* da comunidade de Nueva Lacea do rio Sécure, as comunidades *yuracaré* não tinham cabildos até serem apresentadas a essa estrutura por *don* Marcial e seus companheiros de viagem, mais ou menos no período da fundação da Subcentral. Com as viagens, a estrutura dos cabildos foi se espalhando pelas comunidades da região, e começam a se estabelecer os primeiros contatos entre os corregedores dos cabildos de cada uma dessas comunidades. A ideia de que todos pertenciam ao mesmo Parque Nacional não era evidente, como também afirmou *don* Ercílio em entrevista: “*antes no había ni eso del parque todavía. Vivíamos así no más, así como vivían antes los antiguos*”¹⁷.

Pelo que se sabe, a primeira comunidade fundada na região do Isiboro-Sécure foi San José de Patrocínio, no rio Isiboro, que de acordo com alguns depoimentos foi criada em 1943 por *mojeño-trinitários* que saíram de Trinidad buscando estabelecer uma vida mais livre e autônoma, impossível em regiões mais próximas da cidade. Eram buscadores da *Loma Santa*. As comunidades do TIPNIS têm histórias fundacionais muito diferentes. As comunidades *mojeñas*, em sua maioria, foram sendo criadas ao longo das caminhadas dos buscadores de *Loma Santa* que, como sabemos, ora ou outra decidiam se

¹⁷“antes ainda não existia isso de parque. A gente vivia e pronto. Assim como antes viviam nossos antepassados.” (Entrevista realizada em 13 de dezembro de 2016).

fixar em comunidades que deveriam ser provisórias. Em outros casos, o assentamento das comunidades é relacionado à criação de escolas ou à chegada de projetos produtivos na região (como projetos de cana-de-açúcar, de gado ou outros tipos de projetos oferecidos por ongs e pela Igreja Católica). Apesar do contato e do apoio do Ciddebeni, a principal ONG que trabalha naquela região desde a década de 1980, esse primeiro momento de articulação é lembrado por muitos como um momento de autonomia política e organizativa em que as decisões eram tomadas pelos próprios indígenas.

Foi nesse cenário que as organizações indígenas modernas que se formavam em Santa Cruz e em Trinidad se deslocaram para o Isiboro-Sécure. Com a fundação da *Subcentral de Cabildos Indígenales Región Isiboro Sécure*, em 1987, iniciava-se na região do Isiboro-Sécure uma nova etapa em termos de organização e de movimentação política indígena, com reuniões intercomunitárias mais frequentes e marcadas por uma agenda política embrionária mais bem direcionada e abrangente. A articulação interétnica e intercomunitária cria uma estrutura organizativa nova, que envolve toda a região e constrói laços entre os cabildos comunitários, os dirigentes locais que eles elegiam, seus representantes nas organizações regionais e na confederação nacional. Nasce o que se conhece hoje, na Bolívia, como a estrutura política indígena orgânica das terras baixas do país.

4. O ISIBORO SÉCURE E A MARCHA PELO TERRITÓRIO

Ao final da década de 1980, a expoente organização dos indígenas das terras baixas e a capacidade política e técnica dos líderes que se formaram com o apoio da ONG Ciddebeni abriram caminho para o avanço da luta indígena por toda a província de Mojos. O problema da terra, da autonomia e da liberdade continuava central para os indígenas da região, e seu próximo passo foi a organização de uma longa caminhada rumo aos seus direitos. Desde o início de 1990 (e de acordo com alguns relatos, mesmo antes disso) começa a ser discutida e organizada a *I Marcha por el Territorio y la Dignidad*, que se converteria no principal episódio político da história das terras baixas bolivianas e um dos principais episódios políticos da história do país, pois foi por causa dessa marcha, que saiu de Trinidad em um 15 de agosto e chegou em La Paz no dia 17 de setembro de 1990, que os três primeiros territórios indígenas da Bolívia foram demarcados e reconhecidos pelo Estado¹⁸.

A I Marcha Indígena começou a ser organizada em reuniões entre as diferentes subcentrais da região e a *Central de Pueblos Indígenas del Beni*, acompanhadas pela *Confederación* nacional, a CIDOB, e por técnicos do Ciddebeni e de outras ONGs do país. Relata-se que a organização da I Marcha teve início no VI Encontro de Corregeadores da região do Isiboro-Sécure, realizado na

¹⁸ Após a I Marcha Indígena, foram demarcados os territórios El Ibiato (Decreto Supremo 22609), o TIPNIS (Decreto Supremo 22610) e o Bosque de Chimánés (Decreto Supremo 22611).

comunidade de Santísima Trinidad, ao Sul do Parque, na parte alta do rio Isiboro, entre os dias 28 e 31 de maio de 1990 (Contreras 1991). Dentre suas resoluções, os corregedores reunidos demandavam “*que los indígenas no sean considerados simplemente cuidadores del Parque, sino que sean los dueños legítimos de ese territorio*” (Contreras 1991: 8)¹⁹, e comunicavam que davam o dia 2 de agosto daquele mesmo ano como prazo para que o governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993) respondesse à demanda pelo território, caso contrário marchariam até a sede do governo.

Agosto se aproximava e o governo não respondia. Os corregedores indígenas se reuniram outra vez no *VII Encuentro de Corregidores*, agora realizado em San Ignacio de Mojos entre os dias 6 e 8 de junho. Naquela reunião, voltaram a demandar a demarcação de territórios indígenas, especificamente do *Bosque de Chimánes*. Ainda no mês de junho, acontece o *Primer Encuentro de Unidad*, realizado entre os dias 11 e 13 daquele mês, em *El Ibiato* (a 65 km de Trinidad). Ali, resolveram que todos os indígenas do Beni deveriam se organizar na *Central de Pueblos Indígenas del Beni*, reafirmaram que o governo tinha o 2 de agosto como prazo para responder às demandas territoriais relacionadas ao *Bosque de Chimánes*, ao *Ibiato* e ao *Isiboro-Sécure* e declararam que “*si no se atienden las demandas, los indígenas se levantarán en lucha sangrienta contra los que les*

están quitando su territorio para que cesen los atropellos y abusos” (Contreras 1991: 13)²⁰.

A pressão dos indígenas aumentava e o clima era de mobilização. Entre 26 e 29 de julho, nas vésperas do término do prazo estabelecido por eles ao governo, realizam o *II Congreso de Unidad* em San Lorenzo de Mojos. Analisam a proposta enviada pelo governo em resposta às suas demandas anteriores e aos documentos enviados ao longo do mês de junho, mas a rechaçam completamente. Já não necessitavam de promessas, afirma Contreras (1991) em seu relato sobre essa reunião, e exigiam territórios. Naquele momento, a marcha já era uma decisão irrevogável e os corregedores voltaram às suas comunidades para convocar os *comunarios* e se prepararem para a saída. Na manhã do dia 15 de agosto de 1990 indígenas *mojeño, sirionó, yuracaré, chimáne, movina, chiriguano e izoceño* iniciaram a *I Marcha por el Territorio y la Dignidad* (Contreras 1991).

A saída da marcha foi um grande evento para toda a cidade. Na manhã do dia 15 foi celebrada uma missa campal e um ato de despedida, nos quais tiveram a palavra o bispo Manuel Eguiguren, Hernán Melgar (reitor da Universidade do Beni) e Marcial Fabricano (líder do *Isiboro-Sécure* e coordenador da marcha). As expectativas eram altas, todos percebiam que se iniciava um episódio grandioso na história do Beni. O bispo dizia que “*todos los indígenas, desde Alaska a la*

¹⁹“os indígenas não sejam considerados simplesmente cuidadores do Parque, e que sejam os donos legítimos desse território”.

²⁰“se as demandas não forem atendidas, os indígenas se levantarão em uma luta sangrenta contra os que estão roubando seu território, para acabar com o abuso e com os atropelos.”

Argentina, estarán pendientes de ustedes” (Contreras 1991: 22); para o reitor, aquele era “*el momento histórico que están viviendo todos los pueblos que luchan por su territorio, por su dignidad y por el derecho al trabajo*” (Contreras 1991: 22)²¹; por fim, para o líder *mojeño*, “*los gobiernos y las autoridades se preocupan de dar soluciones sólo cuando existe una presión*” (Contreras 1991: 22)²². Por tudo isso era preciso marchar. A população da cidade saía às ruas para se despedir dos *marchistas*: estudantes à porta das escolas e funcionários fora dos seus postos de trabalho; ao longo do caminho até às margens do rio Marmoré, que foi atravessado em balsas para que a marcha a La Paz começasse, diferentes comissões prestavam homenagens aos corajosos indígenas do Beni (Contreras 1991).

Mais do que uma batalha contra os fazendeiros da região, a marcha era uma maneira de enfrentar o campo político boliviano, desafiando hegemonias que supunham que os indígenas das terras baixas não tinham direito ao território e, conseqüentemente, à autonomia. A Marcha de 1990 pode não ter feito sentido para todos os *comunarios* da região imediatamente, mas significou uma experiência política irreversível em seus efeitos na imaginação dos indígenas sobre seus direitos enquanto bolivianos. Depois de 1990, fica estabelecido um discurso político no território que reconhece o poder transformador da mobilização, da unidade, do sacrifício e

da autonomia. O campo político boliviano que foi enfrentado pelos *marchistas* em 1990 era uma estrutura objetiva de relações de força, definidas pela dinâmica que é própria da política. Assumia, como qualquer outro campo político, o próprio sentido do Estado (Bourdieu 2011), por ser o lugar das lutas em torno das regras e limites entre todos os outros campos (Buraway 2010). Há, aí, uma pista importante para dar sentido à diversidade das políticas indígenas bolivianas: em 1990, com a I Marcha, a autonomia passa a ser reclamada a partir de um relacionamento com o Estado, e não apesar dele (como quando das saídas à floresta em busca da *Loma Santa*).

Foram 34 dias até a marcha chegar em La Paz. Ao longo do caminho, as suas colunas aumentaram, e a marcha, que saiu com 300 *marchistas* de Trinidad, chegou com mais de 800 na sede do governo boliviano. No caminho, os *marchistas* enfrentaram a chuva, a neve, e a má-vontade do governo nacional. Reunidos em 21 de agosto na comunidade de Puerto San Borja, eles decidem enviar uma comissão de dirigentes a La Paz para dialogar diretamente com o presidente Paz Zamora: Ernesto Noe, Marcial Fabricano, Tomás Ticuaso e Antonio Coseruna, os principais dirigentes da marcha, seguem em uma avioneta para a capital *paceña* no mesmo dia (Contreras 1991). No dia 24 de agosto, a comissão se comunica com as colunas da marcha: ainda não há nada soluciona-

21 “o momento histórico que estão vivendo todos os povos que lutam pelos seu território, sua dignidade e pelo seu direito ao trabalho”.

22 “o governo e as autoridades se preocupam em oferecer soluções só quando existe pressão”.

do; no dia 25, a marcha parte outra vez, continuando seu caminho mesmo com os dirigentes em La Paz. Eles reencontrariam a marcha mais

tarde, ainda naquele dia. Naquele ponto já não havia obstáculos que impedissem o avanço dos *marchistas* (Contreras 1991).



Foto 3 - Indígenas do Beni marcham até La Paz por território e dignidade, agosto/setembro de 1990.
Foto: autor desconhecido²³

Em 17 de setembro a *I Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad* chega em La Cumbre, a parte mais alta da estrada que atravessa os Andes, entre os Yungas e La Paz, localizada a mais de 4.600 metros acima do nível do mar. A chegada em La Paz estava próxima e em um movimento histórico de acolhimento e solidariedade, os *aymara* e os *quéchua* marchavam junto dos

indígenas do Oriente naquela chegada ao Altiplano¹. Às 16h40 do dia 17 de setembro de 1990, a *I Marcha* chega em La Paz e estava prestes a transformar os destinos dos povos indígenas bolivianos para sempre: a coragem dos povos indígenas das terras baixas da Bolívia conquistaria o direito aos territórios e, com isso, eles davam mais um passo em sua busca pela dignidade.

²³ Imagem disponível na página <https://lapalabradelbeni.com.bo/trinidad/la-historica-marcha-por-el-territorio-y-la-dignidad/>.

²⁴ Documentos jornalísticos da época sinalizaram que se tratava da construção de uma unidade inédita entre *collas* do Altiplano e os indígenas das terras baixas (Contreras 1991).

Depois de dias em negociação, o governo e os *marchistas* conseguem chegar a um acordo e no dia 24 de setembro de 1990, quatro “Decretos Supremos” são assinados pelo presidente Paz Zamora: DS 22609, referente a El Ibiato; DS 22610, referente ao Parque Nacional Isiboro Sécuré; DS 22611, referente ao Bosque de Chimánés; e o DS 22612 referente à elaboração da Lei Indígena. A partir daquele dia, os territórios indígenas eram uma realidade na Bolívia, mas a luta em sua defesa continuaria pelas décadas que se seguiram. O Parque Nacional Isiboro Sécuré passava a ter o duplo *status* de Território Indígena e Parque Nacional, que leva até hoje. As entrevistas que realizei no TIPNIS sobre a marcha permitem que se entreveja o discurso que se estabeleceu em 1990 e que até hoje serve como explicação sobre a finalidade e a importância da luta indígena. Esse discurso trata das vitórias arrancadas do governo pelos indígenas em 1990, mas vai além da celebração da conquista do território e normaliza um tipo de moral e de ação política ideal que reverberava de outros processos históricos de disputa por autonomia e liberdade e que sempre teve como eixo o protagonismo político dos povos indígenas de Mojos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um consenso no TIPNIS de que o território conquistado em 1990 é fruto do sofrimento e da coragem dos *marchistas* de 1990: “*El territorio no es regalo de nadie*” afirma-se por todo lado, ou seja, “O território não é presente de nin-

guém”. Nas comunidades indígenas de Mojos, a I Marcha é lembrada como evento ímpar para a organização do movimento indígena boliviano. Como visto neste artigo, entretanto, a singularidade daquele momento histórico não significa que ele não se conecte com outros processos políticos referentes ao universo das disputas políticas empenhadas pelos povos indígenas de Mojos desde o processo colonial, como a própria estrutura organizativa dos cabildos jesuítas (criada no século XVIII), os levantes indígenas contra os espanhóis (nas primeiras décadas do século XIX) e as caminhadas em busca da Terra Prometida (realizadas ao longo do século XX). Viu-se, portanto, como a I Marcha Indígena também pode ser pensada enquanto acionamento de um repertório político diverso que envolve um complexo processo de construção e consolidação de organizações indígenas e, antes disso, a história das caminhadas dos buscadores de *Loma Santa* pelos interiores da floresta amazônica. A luta pela liberdade e pela autonomia é uma marca importante da agenda política indígena na Bolívia, inclusive no contexto plurinacional, e está impregnada na história de Mojos.

Desde 1982, quando a CIDOB foi fundada, os indígenas de Mojos e de outras regiões das terras baixas consolidaram suas organizações e sua plataforma política multiétnica centrada nas disputas por território, autonomia e liberdade. Indígenas de Mojos apresentaram-se diante de diferentes governos na luta incessante pela autonomia, que a partir de meados dos anos 1980 aparecia majoritariamente como luta pela terra

e pelo território – pelos seus limites e pela sua titulação. Depois, construíram a luta por mais visibilidade diante da Constituição e pelo direito de reescreverem, eles também, o texto constitucional. Experientes, os líderes e dirigentes indígenas atuaram de maneira cada vez mais sofisticada diante do campo político boliviano, deslocando-se junto com Evo Morales para dentro dele e, finalmente, revelando um campo político indígena altamente complexo no contexto do Estado Plurinacional.

Dessa forma, a análise da importância da I Marcha para a história do movimento indígena amazônico boliviano não envolve apenas processos que vieram antes dela – como a rebelião de Pedro Ignacio Muiba, a busca pela *Loma Santa* e a fundação da CIDOB –, mas também processos que a seguiram – como marchas indígenas realizadas a favor de uma constituinte, a conformação de um Pacto de Unidade que apoiava a candidatura de Evo Morales, a participação indígena na fundação do Estado Plurinacional e a complexa movimentação contrária à construção de megaobras de desenvolvimento em territórios indígenas. A partir dessas considerações, é possível concluir que o protagonismo político dos povos indígenas amazônicos e a sua luta pela autonomia, pela dignidade e pelo direito ao território é anterior à formação do Estado Plurinacional e ao conflito que se estabeleceu no TIPNIS entre segmentos do movimento indígena e o governo Morales. A agenda política dos movimentos indígenas de Mojos não foi resolvida no contexto da plurinacionalidade e parece ser possível ima-

ginar o contrário, de que ela lhe tenha servido como combustível.

As políticas indígenas articuladas na Amazônia boliviana multiplicaram-se ao longo do tempo, resultando na configuração de um movimento indígena diverso e complexo. Episódios observados em diferentes momentos da história ecoam uns nos outros, construindo uma trama política densa que, mesmo revelando seus pontos de conexão, permite a observação dos seus contrastes e diferenciações. Nesse sentido, este artigo, é fundamental ressaltar, não pretende alinhar políticas indígenas variadas em uma seta apontando para o futuro. Ainda que organize uma revisão historiográfica das políticas indígenas em Mojos, dispensa a leitura evolutiva e percebe a complexidade que emana das transformações históricas das políticas indígenas.

Enquanto alguns setores mantêm vivo o *Cabildo Indigenal*, outros têm investido há décadas em estruturas mais modernas de organização. Há quem siga caminhando em busca da terra prometida na floresta e também há quem construa a relação com partidos políticos e por meio deles demande do Estado horizontes mais autônomos para a existência em comunidade. Ao ocupar todos esses espaços, os indígenas das terras baixas vão se inserindo nas disputas por hegemonia política no país, protagonizando espaços políticos centrais na conjuntura nacional por meio das suas organizações, da realização de marchas e de encontros de comunidades, estratégias que consolidam a luta pela autonomia territorial como uma plataforma atual ainda no Estado Plurinacional.

6. REFERÊNCIAS

- Albuquerque, Renata. 2021. Permitidos em Washington DC: organizações indígenas bolivianas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies* 20 (41): 22-48. 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2021.190757
- Barabas, Alicia. [1989] 2010. *Utopías indias: movimientos sociorreligiosos en México*. Quito: Abya-Yala.
- Bogado, Daniel. 2019. *Etnohistoria del Beni*. Trinidad: Editorial 3600.
- Bourdieu, Pierre. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política* 5: 193-216, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>
- Buraway, Michael. 2010. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora Unicamp. pp. 49-79.
- Calandra, Horácio, Salceda, Suzana. 2002. Amazonía boliviana. Arqueología de los llanos de Mojos. *Acta Amazónica* 34 (155): 155-163.
- Canedo Vásquez, Gabriela. 2011. *La Loma Santa: una utopia cercada - territorio, cultura y Estado en la Amazonía boliviana*. La Paz: Ibis-Plural.
- Contreras, Alex. *Etapa de una larga marcha*. La Paz: Asociación AQUÍ Avance, 1991.
- Healy, Kevin. 2001. *Llamas, weavings and organic chocolate: multicultural grassroots development in the Andes and Amazon of Bolivia*. Notre Dame: University of Notre Dame.
- Lehm, Zulema. 1999. *Milenarismo y movimiento sociales en la Amazonia Boliviana: la búsqueda de la Loma Santa y la Marcha Indígena por el Territorio y la Dignidad*. Santa Cruz de la Sierra: Oxfam.
- Limpas, Victor Hugo. 2008. El barroco en la mission jesuítica de Moxos. *Varia Historia* 24 (39): 227-254.
- Moraes, Renata Albuquerque de. 2014. *Desenvolvimento e Vivir Bien: o caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Séure (TIPNIS)*. Dissertação de Mestrado, CEPPAC/UnB, Brasília.
- Rappaport, Joanne. 1998. *The Politics of Memory: Native Historical Interpretation in the Colombian Andes*. Durham: Duke University Press.

Reinaga, Fausto. [1970] 2001. *La Revolución India*. La Paz: Movil Graf.

Ribeiro, Gustavo Lins. 2008. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos* 80: 109-125.

Roca, José Luis. 2009. Insurrección de los indios de Mojos. *Revista Ciencia y Cultura*. 22-23: 219-257.
<http://www.scielo.org/bo/pdf/rcc/n22-23/v10n23a12.pdf>

Svabó, Henriette E. 2008. *Diccionario de la Antropología boliviana*. Santa Cruz de la Sierra: Aguaragüe.

Valencia Gacia, María del Pilar, Zurita, Iván E. 2010. *Los Pueblos Indígenas de Tierras Bajas en el Proceso Constituyente Boliviano*. Santa Cruz de la Sierra: CEJIS.

Yashar, Deborah. 2005. *Contesting Citizenship in Latin American*. New York: Cambridge University Press.

MEMÓRIAS, LUTAS E IDENTIDADES DAS MULHERES ‘FILHAS DE BARCARENA’¹

Leonardo de Souza Silva

Doutorando PPGCom - UFPA

Vânia Maria Torres Costa

Universidade Federal do Pará - PPGCom

submissão: 12.03.2022 aprovação: 02.08.2022

¹ Este artigo foi apresentado, em sua primeira versão, no GT 08 – Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais do 3º Seminário Internacional da América Latina (SIALAT), realizado em fevereiro de 2021 via *Google Meet*. Todavia, os anais do evento ainda não foram publicados.

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de experiências etnográficas realizadas no município de Barcarena (PA), em 2019, a partir da escuta e do registro de narrativas de mulheres. Trata-se de compreender as relações entre elas e o território a partir de transformações específicas. Barcarena, cidade amazônica de origem indígena e ribeirinha, foi convertida em ‘zona de risco’ por megaprojetos de mineração implantados por políticas desenvolvimentistas do Estado militar. Rios foram substituídos ou atravessados por estradas, e as florestas e os campos naturais foram recortados sob uma “política de integração”. As empresas foram criadas pela imposição, desconsiderando as territorialidades preexistentes. Diante desse contexto, investigamos as memórias de oito mulheres, nativas do município e algumas líderes comunitárias, que lutam por seus direitos em cinco comunidades. Recorremos à etnografia para realizar a imersão na realidade dessas mulheres e conhecer as suas experiências de vida. A partir de diálogos com as entrevistadas, optamos pela Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013) para entender a construção desse ‘eu’ que tem experienciado o processo de mineralização. Nesse processo, forma-se um ‘novo sentido do eu’ reinventado no presente e nas suas problemáticas, mas sem romper com o passado. No *script* das vivências, Barcarena é representada como um lugar de desemprego, criminalidade e poluição que requer organização coletiva para evitar novas imposições de territorialidade. Hoje, é possível perceber identidades e identificações de resistência nestas mulheres que narram uma saudade das experiências passadas, mas sem esquecer o desejo de um futuro para Barcarena.

Palavras-chave: Território, memória, narrativa, identidade, resistência.

MEMORIES, STRUGGLES AND IDENTITIES OF THE 'DAUGHTERS OF BARCARENA' WOMEN

ABSTRACT

This article presents an excerpt of ethnographic experiences carried out in the municipality of Barcarena (PA), in 2019, based on listening and recording of women's narratives. It is about understanding the relationships between them and the territory, based on specific transformations. Barcarena, an Amazonian city of indigenous and riverside origin, was converted into a 'risk zone' by mega mining projects, implemented by developmental policies of the military state. Rivers were replaced or crossed by roads, and forests and natural fields were cut under an "integration policy". Companies were created by imposition, disregarding preexisting territorialities. In this context, we investigated the memories of eight women, natives of the municipality and some community leaders, who fight for their rights in five communities. We use ethnography to immerse ourselves in the reality of these women and learn about their life experiences. Based on dialogues with the interviewees, we chose the Critical Analysis of the narrative by Luiz Gonzaga Motta (2013) to understand the construction of this 'I' that has been experiencing the mineralization process. In this process, a 'new sense of self' is formed, reinvented in the present and its problems, but without breaking with the past. In the script of experiences, Barcarena is represented as a place of unemployment, crime and pollution, which requires collective organization to avoid new impositions of territoriality. Today, it is possible to perceive identities and identifications of resistance in these women who narrate a longing for past experiences, but without forgetting the desire for a future for Barcarena.

Keywords: Territory, memory, narrative, identity, resistance.

MEMORIAS, LUCHAS Y IDENTIDAD DE LAS MUJERES 'HIJAS DEL BARCARENA'

RESUMEN

Este artículo presenta un recorte de experiencias etnográficas realizadas en el municipio de Barcarena (PA), en 2019, a partir de la escucha y el registro de narrativas de mujeres. Se trata de comprender las relaciones entre ellas y el territorio, a partir de transformaciones específicas. Barcarena, ciudad amazónica de origen indígena y ribereño, fue convertida en 'zona de riesgo' por megaproyectos mineros implantados por políticas desarrollistas del Estado militar. Ríos fueron reemplazados o atravesados por carreteras, y los bosques y los campos naturales fueron recortados bajo una "política de integración". Las empresas fueron creadas por la imposición, ignorando las territorialidades preexistentes. Ante este contexto, investigamos las memorias de ocho mujeres, nativas del municipio y algunas líderes comunitarias, que luchan por sus derechos en cinco comunidades. Recurrimos a la etnografía para realizar la inmersión en la realidad de estas mujeres y conocer sus experiencias de vida. A partir de diálogos con las encuestadas, optamos por el Análisis Crítico de la narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2013) para entender la construcción de este 'yo' que ha experimentado el proceso de mineralización. En ese proceso, se forma un 'nuevo sentido del yo' reinventado en el presente y en sus problemáticas, pero sin romper con el pasado. En el guion de las vivencias, Barcarena es representada como un lugar de desempleo, criminalidad y contaminación, que requiere organización colectiva para evitar nuevas imposiciones de territorialidad. Hoy, es posible percibir identidades e identificaciones de resistencia en estas mujeres que narran una nostalgia de las experiencias pasadas, pero sin olvidar el deseo de un futuro para Barcarena.

Palabras clave: Territorio, memoria, narrativa, identidad, resistencia.

1. INTRODUÇÃO

Partimos de 1970, quando o governo militar brasileiro considerou que a Amazônia deveria ser ‘integrada’ ao país por meio de políticas desenvolvimentistas. Sem estabelecer um diálogo com a população local, os políticos do regime colocaram-se como os gestores do desenvolvimento² para a região Norte, segundo eles, desconhecida, inóspita e inabitada (Nascimento 2010).

A Amazônia foi negociada com empresários internacionais com o apoio de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e de projetos, como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). Com essas ações, as terras amazônicas foram convertidas em solos férteis para a criação de megaprojetos hidrelétricos e de mineração visando atender às demandas externas (Oliveira 2008).

Nesse período, Barcarena, cidade localizada a 40 km da capital Belém, em meio aos rios amazônicos, passou por um duro processo de mineralização³, termo que, de acordo com Aráoz (2013), está relacionado às mudanças abruptas e, muitas vezes, violentas, provocadas pela instalação de megaprojetos em territórios já habitados e com dinâmicas sociais já estabelecidas. A mineralização da cidade gerou mais malefícios do que benefícios para as famílias de pequenos agricultores

e pescadores. Não ocorreu um planejamento inclusivo, mas iniciativas de desapropriações e de proletarianização dessas pessoas (Nascimento 2010).

No caso de Barcarena, os militares negociaram com o governo e empresários japoneses, a criação das mineradoras nas terras da cidade, considerando a sua capacidade marítima de escoamento mineral por navios de grande porte, já que Oriximiná, município vizinho, era rico em bauxita, mas carecia de estruturas de beneficiamento (Carmo et al. 2015). O Japão enfrentava uma crise petrolífera que comprometia o seu consumo de energia elétrica e o levava a transferir parte das suas indústrias para outras nações com maiores fontes de energia, mão de obra barata e legislação ambiental maleável. A maior estatal nacional da época, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), esteve presente nesse objetivo de produzir alumínio com a bauxita oriximinaense (Barros 2009).

Como resultados do acordo entre Brasil e Japão, primeiramente foi construída a estatal Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) em 1973, visando à projeção e construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), a principal provedora de energia elétrica para um complexo de beneficiamento de alumínio composto pela Alumínio Brasileiro S/A (Albras) e pela Alumina Norte Brasil S/A (Alunorte), hoje presentes em Barcarena (Barros 2009).

² Considerando Escobar (2007), o desenvolvimento pode ser visto como um sistema de conhecimento de origem ocidental. Como tal, Lima (2018) argumenta que o termo remonta a uma ideia colonizadora, pois trata-se de um único olhar sobre o mundo, majoritariamente imposto por meio da violência física e simbólica em países “subdesenvolvidos”, ou seja, não ocidentais. As imposições são justificadas em prol de um objetivo que é apresentado como o melhor caminho para o bem-estar social e econômico, quando na prática gera injustiças, silenciamentos e desigualdades.

³ Em Aráoz (2013), o termo mineralização refere-se a cidades que são transformadas pela atividade da mineração.

E assim iniciou-se a era do alumínio e do caulim no município originalmente indígena e ribeirinho. O cotidiano, antes interligado a rios, olarias, serrarias, sítios e roças não era interessante para o autoritarismo político-militar ávido por desenvolvimento. Com base na exclusão e na desigualdade, Barcarena foi transformada em uma zona estratégica para o capital internacional, com a economia, em sua maioria, focada no beneficiamento mineral (Barros 2009, Hazeu 2015).

A partir da mineralização, todo um cenário repleto de experiências e subjetividades começa a ser alterado. As mudanças, como explicaremos adiante, permanecem nas memórias dos (as) moradores (as) do município que construíram uma consciência acerca dos fatos, de si mesmos (as) e do local no qual vivem (Thomson 1997).

Tomando esse histórico de imposição e exclusão popular, buscamos identificar comunidades próximas às mineradoras para escutar o que as famílias remanescentes de povos tradicionais⁴ tinham a contar sobre a mineralização. Quais as implicações após quase quatro décadas de inauguração da primeira empresa em 1985? São questões importantes, haja vista que os (as) moradores (as) locais não participaram do processo decisório que definiu quando, como e onde seriam implantados os megaprojetos.

Nosso propósito é compreender os cenários do passado e do presente de Barcarena por meio de experiências etnográficas (Rocha & Eckert 2008) com quem lidou e/ou convive com a sujeição, principalmente devido a sua origem nativa, ou seja, de pessoa que nasceu e cresceu naquela cidade. O foco deste trabalho são as mulheres, que são as que mais sofrem com as consequências negativas dos megaprojetos, geralmente criados por homens e para homens (Faustino & Furtado 2013, Maia & Marin 2018). De acordo com Hernández (2016), a mineração “patriarcaliza” os territórios, gerando ou ampliando violências⁵ de gênero nele existentes.

Dentre essas violências, Castilhos e Castro (2006) denunciam que as mineradoras priorizam a contratação de homens, haja vista que o serviço é socialmente compreendido como masculino, por exigir esforço físico e apresentar insalubridade. E, quando contratadas, geralmente para a realização de serviços de cozinha e limpeza, as mulheres recebem os menores salários e lidam com a ausência de estrutura de trabalho, como banheiros e uniformes inadequados, além de ficarem em contato constante com partículas poluentes e mais suscetíveis a assédio moral e sexual, haja vista que as empresas são majoritariamente masculinas (Castilhos & Castro 2006, Queiroz & Praça 2021).

⁴ Consideramos que os povos tradicionais correspondem a pessoas cujo modelo de vida respeita a natureza, utilizando-a como fonte de conhecimentos oralmente repassados por gerações. A coletividade é uma de suas características, tendo como exemplos dessas populações os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os ribeirinhos, os castanheiros e os pescadores (Almeida 2008, Diegues 2000)

⁵ Para melhor compreensão desses e outros impactos do extrativismo sobre as mulheres, indicamos a leitura da cartilha “Extrativismos, pandemia e outros mundos possíveis: recuperação econômica e alternativas a partir das defensoras de território na América Latina”, produzida pelo Fundo de Ação Urgente para a América Latina e o Caribe hispânico (FAU-AL em 2021). Fonte: https://territorios.fondoaccionurgente.org.co/wp-content/uploads/2021/12/FAU_Extractivismos_PT_WEB.pdf.

Ademais, podemos destacar que mulheres que não são contratadas pelas mineradoras, passam a depender financeiramente de alguém, geralmente um homem da família (Andrade 2020). Há também o aumento do trabalho doméstico, que provém da maior presença de poeira nas residências; da poluição ambiental, que gera enfermidades cujos cuidados ficam a cargo das mulheres, do estresse, da ansiedade e da depressão ocasionados pelo agravo de preocupações com a alimentação e a saúde da família e de si mesma (Queiroz & Praça 2021). Lembremos que são as mulheres que possuem um maior contato com água poluída, pois elas cozinham, lavam roupas e limpam as casas, portanto, apresentam um maior potencial de contaminação e de transmissão de doenças para os filhos, principalmente se elas forem gestantes (Cruz et al. 2017).

As entrevistas foram realizadas com mulheres de cinco comunidades de Barcarena entre os anos de 2018 e 2019. Os depoimentos foram analisados enquanto narrativas, a partir dos percursos de análise propostos por Motta (2013) e das vivências etnográficas. A seguir apresentaremos um breve histórico para contextualizar os processos de industrialização na Amazônia paraense; traremos os caminhos metodológicos e os aportes teóricos que nos permitiram analisar os resultados da pesquisa.

2. O POLO INDUSTRIAL DE BARCARENA

Barcarena, cidade que, segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE 2010), era habitada por 99.859 pessoas, foi elevada à categoria de vila em 1897 e palco de revoluções históricas para o povo paraense, como a Cabanagem, inclusive abrigando os líderes exilados Eduardo Angelim e Batista Campos (Simonian 2004, Souza 2012). A Cabanagem exemplifica “uma luta secular que estes empreenderam contra a exploração colonial, alicerçando-se no ‘patriotismo’ e no ‘anticolonialismo’”, ocorrida entre 1835 e 1840 (Ricci 2007: 10).

Em 1938, Barcarena passou a ser o nome oficial do território, mas somente em 1943, tornou-se oficialmente um município paraense, com limites e localização geográfica própria. Até os anos 1980, sua população era majoritariamente rural e voltada às atividades ribeirinhas, ao extrativismo e à produção de farinha e carvão (Souza 2012). Durante o governo militar, o município foi convertido em um polo industrial, o que impôs um novo papel às suas terras (Hazeu 2017). Foi quando a cidade passou a corresponder a uma zona estratégica para o beneficiamento mineral (Barros 2009, Hazeu 2015).

Foram criados quatro grandes empreendimentos, a começar pela Albras, inaugurada em 1985 para sanar demandas externas por alumínio. Por conseguinte, foi inaugurada a Alunorte, para beneficiar bauxita e produzir alumina, material necessário para a fabricação do alumínio primário (Barros 2009, Maia 2017), atualmente ambas administradas pela multinacional norueguesa Hydro. Na década de 1990, Barcarena também virou palco de criação da Pará Pigmentos

(PPSA)⁶ e da Imerys Rio Capim Caulim (IRCC) para aproveitar a exploração de caulim nos municípios vizinhos de Ipixuna do Pará e São Domingos do Capim (Barros 2014, Hazeu 2015).

Desde então, Barcarena adquiriu uma nova dinâmica socioespacial que a elevou ao grupo das cinco cidades paraenses com maior Produto Interno Bruto (PIB), ao lado de Belém, Ananindeua, Marabá e Parauapebas (Leal et al. 2012). Hoje, os quatro megaprojetos correspondem a cerca de 70% da economia barcarenense e têm gerado vários registros de desastres ambientais, como despejos/transbordos de rejeitos minerais nos rios e emissão de partículas tóxicas no ar (Nascimento 2010).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A etnografia nos permite ver e analisar como os humanos vivenciam o ambiente, as suas territorialidades, manifestações e como são marginalizados (Escobar 2005). Acompanhada de olhares e escutas atentas (Oliveira 1996), esta pesquisa amparou-se em entrevistas com oito mulheres oriundas de Barcarena, moradoras de cinco comunidades: Vila do Conde, Arienga, Torre, Ilha São João e Vila Nova Canaã.

Considerando Rocha e Eckert (2008), entendemos a etnografia como um meio quali-

tativo para adquirir dados, amparados (as) na prévia leitura bibliográfica e na convivência com o grupo pesquisado. Nesse contato em campo, o (a) pesquisador (a) usufrui de técnicas simultâneas, como a observação e a entrevista. Cabe a ele (a) selecionar o formato das técnicas, conforme o seu objeto, mas sabe-se que ele(a) deve estar acompanhado (a) de caderno de campo e gravador, que ajudarão na coleta de dados de uma pesquisa cuja escrita é amparada nos seus sentidos, principalmente na sua escuta, fala e olhar atento.

Vale ressaltar que as narrativas analisadas, por meio de entrevistas, fazem parte de experiências etnográficas realizadas de forma intermitente. Foram 30 dias de campo, divididos entre os meses de julho e dezembro de 2018, e setembro de 2019. Nessa imersão, que contou com a participação de cinco pesquisadores (as), conhecemos Sônia⁷, liderança da comunidade Arienga, que nos presenteou com um mapa ilustrativo das 12 comunidades situadas entre as mineradoras (Figura 1). Visitamos 10 dessas comunidades e notamos uma maior atuação das mulheres nas frentes de movimentos de resistência. Elas organizavam protestos via aplicativos de mensagens, assim como também se faziam presentes com questionamentos durante audiências públicas relacionadas a crimes ambientais na região.

⁶ Em 2010, a Pará Pigmentos, cujas ações eram majoritariamente pertencentes à Vale, foi vendida para os acionistas da Imerys (Ibaram 2010).

⁷ Ressaltamos que algumas das interlocutoras acharam melhor não se identificar, então padronizamos este artigo com nomes fictícios. Porém, as comunidades citadas realmente correspondem ao local de residência.

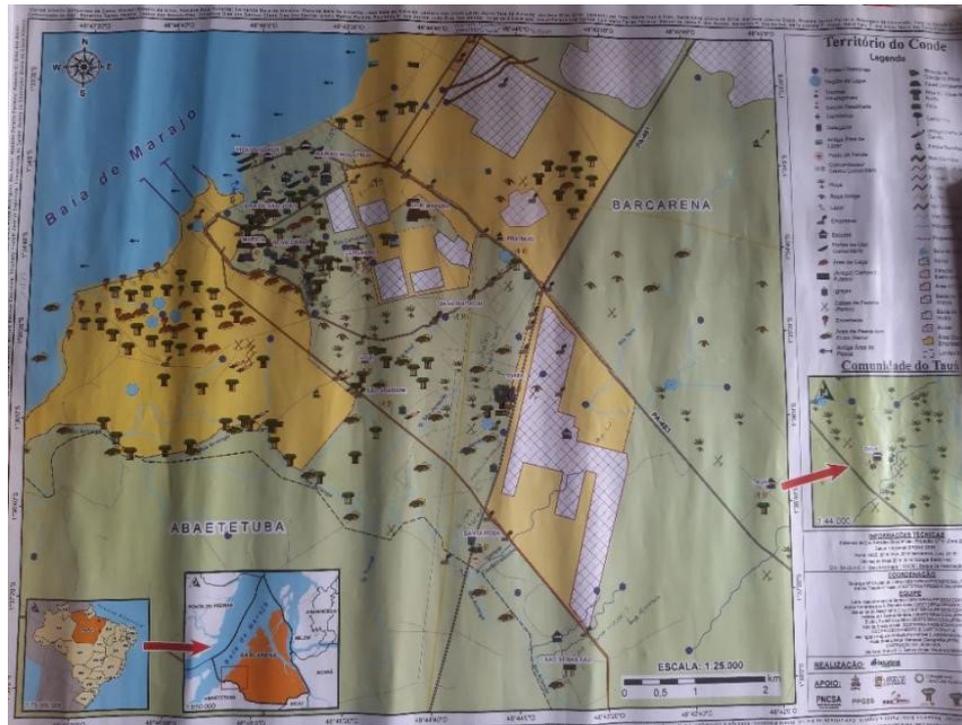


Figura 1 – Mapa com as comunidades pesquisadas. Foto: dos autores (2019).

Optamos por analisar as entrevistas com base na Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013). Assim como o autor, acreditamos que as narrativas nos ajudam a compreender o sentido da vida, as experiências humanas, permite acessarmos memórias, entendermos subjetividades, emoções e desejos de pessoas que passaram por um rompimento do comum, ou seja, da sua realidade vivida (Giddens 2002, Meneses 1993).

Motta (2013) afirma que o discurso narrativo apresenta três instâncias dialogais de difícil separação por parte do (a) analista. São eles: o plano da expressão, que corresponde ao discurso; o plano da estória, relacionado ao conteúdo narrado; e o plano da metanarrativa que condiz com um contexto histórico macro que envolve

as narrativas. De acordo com o autor, cada plano pode ser analisado e apresentado por meio de sete movimentos operacionais que ajudam a entender as narrativas ao revelarem estratégias discursivas, sentidos e experiências de vida.

Ao conciliarmos as observações da nossa imersão nas comunidades e das entrevistas, percebemos um *script* de vivências que revelam como a Barcarena da atualidade é significada nas enunciações dessas mulheres com quem dialogamos. Optamos por considerar a perspectiva de Motta (2013) para entendermos a construção desse ‘eu’ que tem experienciado a mineralização, como ele produz sentidos sobre os acontecimentos e opera suas estratégias discursivas do presente e do passado.

4. ELEMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Desde a colonização, a elite política e econômica brasileira procura controlar territórios para impor os seus projetos (Valencio et al. 2011). Mas afinal, o que é um território? A compreensão de território que utilizamos aqui é a de Guattari e Rolnik (1986), que o observaram para além de um espaço físico utilizado por um grupo humano. O território é o espaço no qual as pessoas se articulam, agem e se sentem pertencidas, importando as suas subjetividades, comportamentos e sentimentos.

O território é afeto, experiência, apropriação e significação de um espaço físico. Está relacionado ao “conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (Haesbaert 2004: 78). Contudo, com a mineração, ele é transformado em área de sacrifício, onde os sujeitos nele presentes têm os seus corpos e modos de viver descartados e sacrificados (Svampa 2016). Dessa forma, podemos dizer que há uma usurpação não somente do território, mas também das identidades, afinal, o desenvolvimento, principalmente o imposto na Amazônia, ignora as individualidades e as relações humanas e culturais construídas em um determinado tempo e espaço (Aráoz 2013, Maia & Acevedo 2014).

No caso de comunidades tradicionais, consideramos que o território corroborou para a demarcação de identidades, haja vista que as vivências específicas dessas pessoas são contrastantes com um padrão de vida moderno,

que aqui podemos classificar como o “outro” (Pereira 2008). A identidade tende a ser conservadora e a valorizar a semelhança, o que por consequência produz a diferença, o oposto (Meneses 1993). Entretanto, apesar de seu conservadorismo, a identidade não é essencialmente fixa. Ela passa por alterações e reconstruções ocasionadas pela presença do “novo” que entra em contato com o “antigo” exemplificado pelas identificações históricas individuais e coletivas de seres enraizados em dado território e que não conseguem – e nem poderiam – se compreender e se fazerem ser compreendidos sem considerá-lo (Meneses 1993, Souza 2008).

A produção individual da identidade corresponde ao reconhecimento que os seres humanos têm de si (Meneses 1993). Quando o indivíduo se compreende biologicamente, psicologicamente e socialmente, ele cria referenciais de pertencimento que, ao entrarem em contato com o novo, passam a apresentar transformações por acréscimos ou descontinuidades.

Há identidades territoriais cujos alicerces são a memória coletiva e os referenciais espaciais. O passado permanece compondo a história de cada indivíduo que nasce e cresce em um espaço, convertido em território devido às práticas antrópicas. Há uma sensação de pertencimento na qual as raízes identitárias são regadas pela (s) memória (s) de sujeitos cujas vidas foram atravessadas por uma suposta modernidade que visa apagar histórias para beneficiar as mineradoras (Akinruli 2018, Borges & Cavalcante Jr. 2010).

Percebemos que há um entrelaçamento de

conceitos. A relação das comunidades com o território e suas construções de identidades ajudam na criação de memórias individuais e coletivas. E elas atuam como o referencial que dá sentido à vida (Borges & Cavalcante Jr. 2010). A memória corrobora com a sensação de continuidade e de coerência, assim como permite a um grupo se reconstruir, o que é crucial para quem passa a lidar com o 'novo' (Pollak 1992).

De acordo com Pollak (1992), a memória, seja individual ou coletiva, tem como base os acontecimentos vividos pessoalmente ou coletivamente. É um fenômeno construído de forma consciente e inconsciente, que tem íntima relação com a identidade e, por consequência, com o território. É a partir da memória que nos posicionamos, nos expomos para o mundo e construímos a nossa imagem em sociedade.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. ADENTRANDO MEMÓRIAS: AS MULHERES DE BARCARENA

Para compreender as noções dos entrelaçados conceitos de memória, identidade e território em Barcarena, recorreremos às narrativas⁸ orais de mulheres que interpretaram e significaram as suas experiências individuais e coletivas. Ocorreram exercícios de recordação, mas é válido ressaltar que suas vidas estão muito além do

que foi relatado a nós durante rápidas pesquisas de campo (Portelli & Fenelòn 1997).

A primeira comunidade visitada foi a de Vila do Conde, onde conhecemos dona Bianca (78 anos), que nasceu e passou toda a sua vida em Barcarena. É uma mulher negra que afirma ter orgulho das raízes indígenas e ribeirinhas do município e de ter vivido todos esses anos na Vila. Ela é aposentada e mora com seus dois netos, menores de 18 anos. Ainda na Vila do Conde, conhecemos também Tainá (41 anos), que reside na comunidade e é neta, filha e irmã de pescadores. Com frequência, ela frequenta a Praia do Conde e leva seus netos para caminhar nas areias do balneário.

Posteriormente, durante a terceira experiência de campo, conhecemos as demais interlocutoras que compõem este trabalho. Esse foi o momento no qual visitamos a comunidade Arienga e encontramos Sônia (45 anos), que atua como liderança. Ela é irmã de Mikaela (31 anos), formada em Direito, que usa seus conhecimentos em prol dos movimentos locais e busca incentivar os mais jovens a estudar. As duas são filhas de Jaiane (93 anos), que nasceu e viveu grande parte de sua vida em Barcarena, de onde se retirou por poucos anos para trabalhar como doméstica em Belém. Ela se autoafirma como “indígena verdadeira”.

Sônia foi a entrevistada que nos presenteou com um mapa das comunidades vizinhas e que nos acompanhou às residências de outras pessoas que atuam (ou não) como lideranças comu-

⁸ As entrevistas ocorreram nas casas das interlocutoras e foram gravadas em áudio. Vale ressaltar que não tínhamos um roteiro fechado de perguntas, mas partíamos da seguinte questão: como está sendo a sua vida aqui, após o vazamento da Hydro? A partir do questionamento e das narrativas, a conversa ganhava os seus contornos.

nitárias. A partir dela, nós reduzimos os estranhamentos iniciais dessas mulheres para com um trabalho etnográfico escrito por pessoas que não são oriundas de lá e que tampouco residem na cidade. Por meio dela conhecemos Poliana, moradora da comunidade Torre, nascida e criada em Barcarena; e Maria, mulher, dona de casa e vice-líder da comunidade Ilha São João.

E durante outras andanças, tivemos contato com nossa última interlocutora, Ana, uma senhora moradora de Vila Nova Canaã que lidou com o deslocamento forçado⁹ da terra onde vivia. Ela nasceu e cresceu na antiga comunidade Montanha, mas foi deslocada para a instalação da Pará Pigmentos, passando a viver em Canaã, comunidade majoritariamente rural e marcada por invasões e abandonos de residências.

5.2. ENTENDENDO OS SETE MOVIMENTOS: A ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Tomaremos as histórias contadas pelas nossas interlocutoras, enquanto narrativas, compostas por discursos em ação no mundo e carregados de intencionalidades. Ao dialogar com o pesquisador/entrevistador, elas produzem sentidos que são observados a partir do contexto histórico apresentado neste trabalho e dos tensionamentos investigados ao longo da pesquisa (Silva 2020) e apontados por elas.

5.2.1 EM BUSCA DO PRIMEIRO MOVIMENTO NARRATIVO

A partir da perspectiva narratológica de Motta (2013), a nossa primeira atitude foi identificar o que corresponderia ao primeiro movimento operacional apresentado pelo autor: a busca pela compreensão da intriga como síntese do heterogêneo, ou seja, o enredo, as ações que movimentam a história e prendem a nossa atenção. Nesse momento, o que importa é identificar uma trama que percorra as narrativas adquiridas durante as experiências de campo com mulheres de vivências semelhantes, mas não idênticas.

Nas oito narrativas aqui presentes há um enredo que as une, independentemente de suas diversas idades, atividades e locais de moradia. Em suas falas, percebemos que há um fio condutor que se instaura com a exposição sobre o cotidiano das comunidades antes da chegada das empresas e que perdura por meio da narração do momento no qual elas foram instaladas, e por conseguinte, nos seus principais efeitos nas vidas dessas mulheres e/ou de seus familiares.

Neste caminhar, as narrativas revelam saudosismos a um “tempo da fartura”, uma época anterior às empresas, na qual “tudo era bom”. Trata-se de lembranças de um tempo de escassez e carências, principalmente na saúde e na educação, mas era uma época com poucas barreiras

⁹ Compreendemos o deslocamento forçado com base em Almeida (1996: 30), que o define como “um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar as suas moradias habituais, os seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

para a realização dos fazeres tradicionais, pois os rios eram limpos e as matas podiam ser adentradas, permitindo uma boa pescaria, a caça e a coleta de frutos (Maia 2017).

Bianca comentou sobre a Vila do Conde da década de 1960 como um local maravilhoso de se viver. Com orgulho, ela ressaltou que parte de suas atividades foi herdada dos antepassados indígenas. Nesse passado, era comum presenciar uma paisagem composta por pescadores que iam e vinham, que desciam e subiam as escadarias que dão acesso à Praia do Conde com diversos tipos de peixes:

Fui nascida e criada aqui na Vila do Conde. E nosso Conde era tão maravilhoso! Era muito farto (farto)! Uma hora dessas, tu gostava de ver peixe que traziam da praia. Era peixe de cento e tantos. Era piraíba, filhote, dourada, piramutaba! (Bianca, moradora da Vila do Conde – Entrevista em 6 de julho de 2018).

A exposição das diferenças entre o passado e o presente é o que mais aparece nas narrativas. Se antes a paisagem e as relações locais eram comumente rurais, hoje as pessoas lidam com problemas notoriamente urbanos. Atualmente, as dificuldades enfrentadas são outras. As lutas surgem contra a poluição e a ausência de políticas de segurança, saúde, educação, infraestrutura e emprego.

A partir dos relatos, notamos que tais mudanças surgiram no decorrer da década de 1970, impulsionadas pelas mineradoras que chegaram a Barcarena com suas “bagagens” recheadas de promessas de avanços sociais e tecnológicos.

Esses ‘porta-vozes da modernidade’ pisaram no solo barcarenense dispensando maiores apresentações e a partir dessa atitude, começaram a desenhar o seu antagonismo nas histórias narradas pelas entrevistadas.

Um exemplo que resume essa perspectiva é a fala de Poliana. Ela contou que “os homens” chegaram no meio do mato, onde ela cultivava mandioca, o marido produzia carvão e as suas crianças cresciam. Apareceram empresários que começaram a praticar um ato principal: a falta de diálogo para com as famílias ali presentes. Todas elas contam sobre um passado de convívio com o rio, a floresta e a agricultura de subsistência.

Na tensão provocada pela ausência das apresentações e do diálogo contínuo, interpretamos que os representantes das empresas foram apontados como os antagonistas que mentiram e omitiram preciosas informações, posteriormente reveladas, como o fato de que as comunidades precisariam ser remanejadas, que novos sujeitos invadiriam os terrenos da região para criar casas e furtar plantações, que as indenizações por eventos de poluição não seriam pagas e que as pessoas locais não seriam qualificadas e contratadas para atuar nas indústrias.

5.2.2 O SEGUNDO MOVIMENTO NARRATIVO

O segundo movimento proposto por Motta (2013) procura compreender a lógica do paradigma narrativo. Nesse momento é importante identificar os pontos de virada no enredo das narrativas e traçar uma linha do tempo acerca dos

acontecimentos em Barcarena. Essa grande reviravolta nas histórias narradas aconteceu quando as vivências tradicionais foram subalternizadas e marginalizadas para a instauração de um novo padrão de vida.

A história de Barcarena foi marcada pelo uso da mentira e da violência do deslocamento. Entre 1979 e 1985, um total de 513 famílias foram desapropriadas com (ou sem) valores irrisórios e deixadas à própria sorte. Muitas foram retiradas de áreas, como Cabeceira Grande, Ponta Grossa, Conde e São Lourenço e tentaram a vida em Belém e arredores ou invadiram terrenos próximos, em locais como o Laranjal, Vila Nova, Bacuri, Barcarena Sede etc. (Movimento Barcarena Livre 2016).

Sônia, em entrevista realizada no dia 10 de setembro de 2019, contou que as indenizações para essas desapropriações eram ínfimas (entre 200 e 300 reais) e não possibilitavam a compra de novos terrenos para a construção dos sítios nos quais as atividades tradicionais teriam continuidade. Segundo ela, as terras eram dadas como pertencentes à Prelazia de Abaetetuba, município vizinho, segundo o padre Primo¹⁰, que “veio sacanear” pessoas sem leitura e conhecimento para receber

valores por terras que não eram suas.

Por meio das narrativas, nós identificamos que há uma linha temporal composta por momentos vivenciados. Trata-se de uma linha que se inicia com a exposição do passado saudosamente vivido ou herdado das gerações anteriores que entre as décadas de 1970 e 1980 passou por transformações devido à chegada dos projetos de beneficiamento mineral.

Os deslocamentos das pessoas que residiam nas terras pretendidas pelos megaprojetos são narrados como pontos de virada importantes nas vidas dessas mulheres. Mas, por conseguinte, surgiram outros problemas sociais e ambientais que precisam ser combatidos pelas frentes de resistência e que podemos considerar como os episódios¹¹ de uma segunda reviravolta na trama, haja vista que os grupos hegemônicos não estão interessados em maiores entraves para as suas iniciativas e narrativas de modernização.

5.2.3. TERCEIRO, QUARTO E QUINTO MOVIMENTOS NARRATIVOS

Diante do apresentado, podemos dizer que há alguns episódios constituintes das narrativas

¹⁰ Maia (2017) explica em sua tese que a Igreja Católica controlava as terras de Barcarena, principalmente no século XIX. Os padres cobravam dízimos dos (as) antigos(as) moradores (as) que residiam e trabalhavam nas terras. E isso ocorreu até a chegada dos órgãos estatais, na década de 1970. Ao invés de negociarem com os (as) moradores (as), os funcionários estatais fizeram acordos com padres de Barcarena e dos arredores que se apresentavam como os donos das terras. Ademais, Barcarena, como um povoado simples, não possuía estrutura de ensino, portanto, tanto os padres, quanto os órgãos estatais se aproveitaram da baixa escolaridade da população para obter vantagens nas transações.

¹¹ Segundo Motta (2013: 175), os episódios são ‘unidades temáticas narrativas intermediárias’, que contam ações ou conjunto de ações enquanto motivos que incitam às transformações e progressões no decorrer da história, conectadas ao todo da narrativa na qual estão inseridas.

das mulheres que ora escutamos, dentre eles: a) Barcarena tradicional pré-moderna; b) a chegada “dos homens” da mineração; c) o começo das enganações e dos deslocamentos; d) as primeiras resistências (a negação do deslocamento); e) a conclusão dos megaprojetos; f) os problemas socioeconômicos; g) o começo das denúncias sobre os desastres ambientais; h) as novas resistências (a luta por indenizações justas e o desejo de permanecer no território).

Por meio dos episódios identificados, nós conseguimos apontar o ‘conflito dramático’, conforme requer o quarto movimento apresentado por Motta (2013: 167, grifo do autor): “é o *frame cognitivo* (enquadramento, perspectiva, ponto de vista) através do qual o narrador organiza a difusa e confusa realidade que pretende relatar”.

Trata-se de uma trama cujos conflitos enunciados são sociais, ambientais e políticos, decorrentes das iniciativas dos militares no momento da criação dos megaprojetos e das atividades de beneficiamento mineral após sua efetiva implantação. Há uma tensão local, principalmente, entre os (as) moradores (as) e os empresários, os (as) funcionários (as) das empresas e o Estado que, segundo as interlocutoras, se omite diante dos casos de poluição, da ausência de indenizações justas e da tomada de terras. As mulheres moram ao lado das empresas, contudo, nem elas, nem os seus companheiros ou filhos (as) fazem parte do seu quadro funcional.

Os episódios e os conflitos elencados nos

levam ao quinto movimento baseado nos (as) personagens¹², que tem lugar central em qualquer narrativa, pois vivem e realizam os enfrentamentos e ações. No enredo tecido pelas mulheres, temos a força de personagens cujas ações se desenrolaram por meio de suas estratégias narrativas: é o narrador “[...] quem impõe a força à personagem, que a faz mover-se na história, que a transforma em um sujeito simpático ou antipático, que lhe impõe ciladas, conquistas, derrotas, prêmios, etc.” (Motta 2013: 177).

Identificamos em suas vozes os personagens conflitantes: os “homens desconhecidos”, que representavam os órgãos estatais de desapropriação – a Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI) e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar) – os empresários e o Estado omissos, de um lado, e de outro, os (as) moradores (as) e movimentos sociais locais como o Barcarena Livre e a Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama), que resistem e lutam por direitos humanos e emancipação social (ver Steinbrenner, Bragança & Neto 2020).

Desde o começo do século XXI, os (as) protagonistas locais denunciam desastres ambientais provocados pelas mineradoras que dificultam a continuidade dos fazeres tradicionais (Nascimento 2010). Ana fala, por exemplo, que “aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!”. Sua fala é impactante e expõe que

¹²“Personagem é quem protagoniza a ação, gera conflitos, conduz a intriga, personifica as contraditórias dualidades herói-vilão, marido-mulher, esposa-amante, rico-pobre, jovem-velho, etc.” (Motta 2013: 175).

aquela Barcarena originalmente rica tem sofrido transformações. Ana não captura a mesma quantidade de camarão que estava acostumada em seu passado de fartura. Hoje a pesca depende dos tempos de grande safra.

O passado é narrativamente valorizado e ampliado pelas experiências do presente e ajuda essas mulheres a entender que elas vivenciam a desvalorização dos seus saberes e fazeres. Bianca contou que esse processo se iniciou justamente depois da chegada das grandes instalações, entre 1970 e 1980, com as mudanças nos rios que interferiram no plantio. Antes desse marco cronológico, ela vivia o “tempo que prestava”.

De 80 pra cá não veio prestar mais. Foi poluindo e nada mais prestou. Nem as mandiocas que a gente tirava da roça não prestava porque ela ficava tipo cozida. A gente botava no igarapé pra amolecer, pra tirar, pra misturar com a mandioca de terra pra poder secar, pra gente fazer a farinha. (Bianca, moradora da Vila do Conde – Entrevista em 6 de julho de 2018).

Com a poluição comprometeu-se, principalmente, a pescaria. A maioria das interlocutoras narra que hoje em dia não há mais a mesma quantidade de peixes e que eles estão mais distantes. Antes a pesca poderia ser feita nos rios próximos, hoje o pescador precisa se deslocar mais além. Tainá retrata bem a situação ao contar sobre o tempo em que seu falecido pai ia pescar sem sair de seu campo de visão, na Praia do Conde. O peixe era o almoço e a janta, mas hoje, nem ela, tampouco os seus filhos têm a mesma possibilidade.

Meu pai, antigamente, saía, ele pegava o casco, né? Na pesca ele remava daqui pra ali. Ele trazia nosso almoço, nosso jantar. Ah! Era cabeça fria! Só fazia comprar farinha e o açai. Mas hoje em dia é muito diferente. Infelizmente, os meus netos já não vão ter esse prazer. A gente comia peixe natural, camarão... É bem difícil consumir o peixe daqui porque quando tu vai pegar o peixe, tu abre a barriga dele e tá horrível, né? (Tainá, moradora da Vila do Conde – Entrevista em 6 de julho de 2018).

Essa citação se parece com a da entrevistada Mikaela: “se for sobreviver de pesca a pessoa vai morrer de fome porque o rio aqui não tem mais!”. Ela complementou que ter o rio sem poluentes minerais era ter facilidade, ainda mais que as pessoas da localidade dificilmente são contratadas pelas empresas. A maioria sobrevive com os chamados “bicos”, ou seja, de trabalhos temporários com baixa remuneração.

Por todo esse conjunto brevemente descrito, Barcarena é representada pelas interlocutoras como um local difícil de viver. A poluição proveniente das empresas é o maior problema a se enfrentar nesse território envolto por afetos. Porém, mesmo com as dificuldades, as amorosidades da maioria das interlocutoras pelo território no qual nasceram e foram criadas não estimula a vontade de deixar a região para residir em outro local.

É o que percebemos na fala de Bianca, moradora de Vila do Conde, que ressaltou que só sairá da sua casa quando falecer. Para ela, a beleza da Vila do Conde é única e nem imagina mudar-se para outro local: “não vou pra canto nenhum! Aqui, sei lá, é uma maravilha! Aqui tem tudo e se a gente for pra outro lugar a gente não conhece,

nem vai se acostumar. Tem gente que já foi daqui, foi embora. Mas muita gente diz que não vão”.

O mesmo ocorre com Ana, ex-moradora de Montanha, que foi deslocada na década de 1990 para a criação da Pará Pigmentos. Mesmo sob o medo de ser deslocada novamente e de se dizer adoecida mentalmente devido à preocupação de perder a sua terra e a sua casa, afirma que não pretende sair do lugar no qual foi criada, onde criou seus filhos e viu seus netos crescerem:

A gente ainda não plotou essa casa aqui por causa dessa arrumação de sai hoje, sai amanhã. Eu já adoeci com essa arrumação, eu já nem durmo mais de noite pensando. Ah, eu adoeci! Eu fiquei doente. Como que eu vou sair daqui do lugar que eu sobrevivo todinha a minha vida, criei todos os meus filhos? Tô criando neto aqui. Vão ficar tudo longe de mim? Não é fácil não! Eu tô com 71 anos, mas eu gosto desse lugar (Ana, moradora de Canaã – Entrevista em 13 de fevereiro de 2019).

Há também quem já saiu, mas voltou. É o caso de Jaiane, que durante sua adolescência, mudou-se de Barcarena para Belém para trabalhar como empregada doméstica. Ela narrou que enfrentou momentos difíceis na capital, pois se alimentava mal. Chegava a chorar quando via a diferença da quantidade de comida entre o prato dela e o de seus patrões. Logo a saudade apertou e ela preferiu voltar para o “mato”, onde não estava privada de necessidades básicas, como ter algo à mesa para se alimentar.

E na vontade de permanecer na terra surge a “arte da resistência”, conceito que Maia e Acevedo (2014) utilizaram para pensar algumas

ações das comunidades quilombolas de Barcarena e que pode ser deslocado para o nosso artigo. Frente ao processo de usurpação do território, a iniciativa de manter-se nas terras e dar continuidade, por exemplo, ao plantio e à pesca, mesmo com os problemas narrados, é um grande ato de resistência.

Há um aprendizado que se iniciou no momento dos deslocamentos e que continuou com os demais problemas, levando-as a se organizarem, a resistirem e a reverem suas condições para assim lutar por melhorias para as suas comunidades (Maia 2017). Das interlocutoras, duas são lideranças comunitárias. É o caso da Maria, atual vice-líder da comunidade da Ilha São João; e de Sônia, que representa a luta em prol de benefícios para a comunidade Arienga.

A primeira delas, Maria, em conversa no dia 10 de setembro de 2019, narrou que costuma participar de protestos, principalmente depois de acontecimentos recentes como o naufrágio do navio Haidar no porto da Vila do Conde¹³ e os vazamentos de rejeitos de caulim e bauxita pela Imerys e pela Hydro. As ações reivindicam, geralmente, indenizações das empresas aos moradores, em virtude dos efeitos que os ocorridos provocam nas vidas dos moradores.

De acordo com ela, não é raro as empresas negarem a culpa nos eventos e, muitas vezes, sequer escutam as reclamações dos (as) moradores (as) do entorno. Em vários momentos, são os (as) próprios (as) moradores (as) que procuram pres-

¹³ <https://g1.globo.com/para/para/noticia/naufragio-de-navio-com-cinco-mil-bois-vivos-em-barcarena-completa-dois-anos.ghtml>.

sionar na portaria das empresas para conseguirem chamar atenção da mídia jornalística e/ou reunir com os responsáveis. Foi o que ocorreu em situações passadas com a Imerys.

Como liderança, Maria sempre está à frente dessas ações, junto com seu marido, também líder da Ilha São João, e de outras lideranças das demais comunidades. Mesmo com as empresas não mantendo um diálogo com os (as) moradores (as), ela diz que vai até as empresas e que “vai pra cima mesmo!”. Ela questiona o fato delas não apresentarem os laudos dos vazamentos para os (as) moradores (as) afetados (as), e alerta que a luta sempre existe, mas que a discrepância de poder é muito grande. Segundo ela, a comunidade sempre sairá perdendo, por mais que se organize e resista.

Graças a sua liderança e apoio coletivo, os moradores conquistaram retornos mínimos que não sanam, mas que ajudam a minimizar os problemas. Em outros casos, apenas outras comunidades ou até mesmo pessoas que nem residem mais em Barcarena foram contempladas, por exemplo, com vales-alimentação, tal como ocorreu no decorrer do caso recente envolvendo a Hydro Alunorte¹⁴.

Já Sônia, que lidera a comunidade Arienga, narra que o principal objetivo por trás dos atuais deslocamentos é a construção de bacias para o aumento da produção das mineradoras. Um caso já concretizado e que ainda marca as suas experiências é o da construção da segunda bacia da Imerys, que mudou a rotina de locomoção da sua

comunidade sem aviso prévio.

Só que para além das interferências nas vias de acesso e saída, ela lembra que as bacias geram outros efeitos, como a poluição por rejeitos. Por isso, ela narra que tem se unido ao coletivo Cainquiama para contratar advogados de renome que possam ajudar a entrar com ações visando pressionar as empresas para a realização de reuniões prévias com todas as comunidades e não somente com a que sofrerá diretamente com o deslocamento. Em sua militância, ela relata que a grande dificuldade é a ausência do diálogo.

Com orgulho, Sônia enfatiza que os mais jovens estão adquirindo a consciência da resistência por suas terras. O maior exemplo que ela tem é Mikaela, sua irmã mais jovem que venceu as adversidades e formou-se em Direito para dar apoio a sua família e à sua comunidade. Mikaela é só mais um exemplo do que Sônia entende como um grupo de jovens que lentamente estão fazendo Barcarena “acordar”!

A partir dos relatos, entendemos que o território é um lugar de sentidos pelo qual vale a pena lutar. O lugar, segundo Yu-Fu Tuan (1983), é o espaço familiar a nós. É o espaço que conhecemos e valoramos conforme nele vivemos. No caso das mulheres, Barcarena é o espaço cuja familiaridade foi desenvolvida desde a infância. Aquele território do passado, visto até mesmo de forma idealizada, haja vista que naquela época também havia problemas, precisa ser reconstruído depois da mineralização. Não voltará a ser o

¹⁴<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/laudo-confirma-vazamento-de-rejeitos-de-mineradora-em-barcarena-no-pa.gh.html>.

mesmo, porém se território é afeto, elas procuram formas de sentirem-se reintegradas no espaço, resignificando suas práticas conforme as condicionantes do presente. Nota-se que o território não é lugar só de afeto, mas também de sobrevivência e resistência, por isso há o receio e a negação de sair do lugar de origem.

Podemos então apontar que existe uma identidade territorial e social em cada uma das narradoras, que é definida nas suas apropriações e relações subjetivas e concretas. É um vínculo com o território que orienta suas ações. Elas veem e valorizam a tradição herdada por gerações, tentando manter este passado vinculado ao presente e ao futuro (Haesbaert 1999).

Se pensarmos no suceder das narrativas, algumas em específico, como a de Jaiane, notamos que essa concepção de lugar foi fortalecida, afinal, nossa depoente retornou para nunca mais querer sair, o que denota um sentimento de pertencimento fortalecido pelas suas vivências (Escobar 2005). Nesta lógica, há uma dimensão subjetiva/simbólica gerando identidades/identificações que têm a memória como uma de suas constituintes (Pollak 1992).

Em síntese, a partir do quinto movimento, podemos pensar que os (as) protagonistas estão envoltos (as) em conflitos e em luta pelos rios e peixes, pela mata e seus frutos e pela valorização dos conhecimentos tradicionais. As interlocutoras, em suas formas singulares de interação com

o ambiente local, afirmam que os (as) moradores (as) são “gente” de bem, que merecem respeito e que as empresas são irresponsáveis e criminosas.

5.2.4. ENCERRAMENTO DA ANÁLISE: O SEXTO E O SÉTIMO MOVIMENTOS

Com a identificação dos cinco movimentos chegamos aos dois últimos, o sexto e o sétimo, respectivamente voltados para as estratégias argumentativas das narradoras e o afloramento das metanarrativas. Quais sentidos essas mulheres produziram para nós durante as suas narrativas para a pesquisa? O que está para além dos conflitos “superficiais” entre o “antigo” e o “novo” em Barcarena?

Os depoimentos nos trouxeram mulheres que enfrentam cotidianamente um cenário repleto de metanarrativas históricas, ou seja, de conflitos macros mais profundos que originaram toda essa situação. Na ausência do diálogo e diante da desvalorização de seus saberes, nota-se que há colonialidade¹⁵ na modernidade em Barcarena, pois quem decidiu como e o que era importante foram pessoas alheias à realidade local. Em consequência da colonialidade, surgiram os conflitos e os movimentos sociais dos quais elas participam (Mignolo 2017).

A modernidade imaginada por elas era outra! Era pensada como a promoção do bem-estar e do impulso de seus fazeres. Contudo, a prometida

¹⁵ Conforme Mignolo (2017), a colonialidade é o lado mais escuro da modernidade. Ela é um projeto que corresponde aos crimes provocados pela modernidade desde a colonização europeia e que se ancora no cristianismo, no racismo, no etnocentrismo, no classismo, no heteropatriarcalismo e em um sistema epistemológico ocidental que visa controlar os corpos, a alma, os conhecimentos e a cultura alheia.

“salvação” não chegou e ainda trouxe consigo as problemáticas aqui apresentadas. Como reflete Mignolo (2017), a modernidade tem pautas ocultas. Um ganha, enquanto o outro perde! Nesse caso, quem está ganhando são os empresários de “fora” e o Estado, que lucram com a exportação dos minerais beneficiados e quem está perdendo são essas mulheres e as suas comunidades.

Entretanto, autores como Giddens (2002) e Meneses (1993) afirmam que a modernidade provoca mudanças sociais que os indivíduos procuram assimilar ou negar, conforme seus interesses e conveniências. Nesta Barcarena da atualidade, o tradicional e o moderno vivem em conflito, mas também sofrem aproximações que, segundo Harvey (1989), procuram romper e fragmentar com quaisquer precedentes. Com as interferências do hegemônico global no local, as mulheres pretendem alcançar melhorias no “novo” negado ou “fornecido” de qualquer maneira. Atualmente, elas pretendem conciliar o saber tradicional com o que elas enxergam como o lado positivo da modernidade, que seria uma educação de qualidade, infraestrutura urbana em suas comunidades, maior segurança pública e oportunidades de emprego.

São décadas de atividades hegemônicas que fizeram emergir novas identidades, uma vez que elas são construídas a partir da união de acontecimentos, personagens e lugares gravados pela memória. Interpretando com base em Pollak (1992), podemos dizer que é a partir da memória que a identidade define a diferença entre o “nós” e o “eles”, o “eu” e o “outro”. “A

construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (Pollak 1992: 5).

E nessa tentativa de rompimento com o moderno, as pessoas buscam ancoragem no passado tradicional e nas experiências que tiveram desde a infância para enfrentar os novos problemas (Giddens 2002). O processo de mineralização gera consequências no território e na subjetividade das nossas interlocutoras, que agora se autoafirmam como tradicionais ou “indígenas verdadeiras” e lutam por práticas herdadas de seus ancestrais. Surgem novas identidades e produções do ‘eu’ que reinventam o passado no presente.

Esse passado está presente na memória e é justamente a partir dela que se reforça a necessidade de manter-se em Barcarena, afinal, é nas reminiscências que se mantêm o “tempo que era bom”. Como percebemos, elas recorreram às memórias de um passado para entender as suas vivências, experiências e desejos do presente. A todo instante suas memórias coletivas e individuais fomentam suas narrativas, pois elas caminham juntas, uma vez que a narrativa é uma forma de recapitular essas experiências. Elas são verdades ou ficções contadas por seres humanos que vasculham as suas memórias (Tambouku 2016) e fazem parte de acontecimentos vividos e narrados (Cruz 1993).

Baseados (as) em Pollak (1992), podemos refletir que os efeitos da mineralização do terri-

tório são acontecimentos marcantes para elas. Algumas criaram traumas, outras sentiram a necessidade de se politizar para resistir. Atualmente, algumas delas são líderes comunitárias e fazem valer as suas vozes em protestos e audiências públicas. Além de se identificar com o tradicional, hoje elas se identificam também com a resistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, ressaltamos que o que apresentamos aqui são tentativas de reflexões a partir da aplicação de conceitos como território, memória e identidade para compreender as narrativas e as produções de sentido de mulheres que pretendem alcançar uma modernidade inclusiva, pautada no diálogo e na valorização dos seus conhecimentos. Ao narrarem as suas memórias, nossas interlocutoras constroem imagens de si e do mundo, o que denota identidades que tentamos compreender e que exigem um estudo permanente, dada sua fluidez.

Essas são mulheres que lidam com as poluições e que procuram estudar para dar forças às lutas de suas comunidades. Questionam as atuações do governo municipal e o desemprego presente em suas famílias e vizinhança, mesmo com três megaprojetos implantados na cidade. São mulheres que enxergam nos mais jovens a possibilidade de novos questionamentos, almejando melhorias para as suas comunidades.

Descrevemos um conjunto de eventos distintos que ocorreram nas particularidades de

cada interlocutora. Algumas sofreram deslocamentos, outras não. A maioria mora em áreas mais rurais, enquanto algumas têm suas residências em comunidades mais urbanas. Entendemos que cada uma delas, a partir de suas subjetividades, produz um sentido de si e dos acontecimentos de Barcarena, o que nos permite acessar suas significações enquanto pessoas marginalizadas e impactadas.

Observamos nessa construção de si e dos outros que elas conseguem reclamar e justificar as suas resistências e lutas por direitos. Os representantes das empresas e seus parceiros são apresentados como os diferentes, por suas práticas, muitas vezes, impostas sobre os (as) moradores (as), cujas identidades tradicionais eram anteriores à “novidade” da mineralização.

Pensando em Motta (2013), essa reflexão mostra quem elas são e pretendem ser porque são o que narram! Há um conjunto de experiências repletas de tradições, emoções, desejos, reflexões, logo memórias e identidades, dois dos conceitos que procuramos abordar, tendo em mente que as narrativas nos ajudam a entender o mundo.

Considerando que toda narrativa contém em si uma intencionalidade explanada ou não pelo (a) narrador (a), podemos dizer que nossas interlocutoras pretendem alcançar outra forma de desenvolvimento para Barcarena. O desejo de cada uma é ser escutada pelas empresas e ter os seus saberes tradicionais respeitados. Elas clamam por melhores escolas, hospitais, ruas, empregos e projetos para suas famílias e vizinhos (as).

Analisando as narrativas, acreditamos que

elas criaram a imagem de mulheres que foram obrigadas a conviver com os megaprojetos sem um diálogo prévio, mas que hoje procuram se reconstruir, inclusive aproveitando tudo que consideram positivo nas mudanças instauradas. São mulheres que compõem movimentos de resistência buscando negociações justas e dialogadas, assim como o direito de ter um terreno no qual possam dar continuidade às suas tradições.

7. REFERÊNCIAS

Akinruli, Luana Carla Martins Campos. 2018. A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belo Horizonte.

Andrade, Maria Gomes. 2020. As muitas resistências das mulheres em conflito com o empreendimento Minas-Rio, in *Mineração: Realidades e resistências*. Organizado por Alves, Murilo da Silva et al., pp. 225-258. São Paulo: Expressão Popular.

Aráoz, Horacio M. 2013. Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras: Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad* 5 (11): 21-33. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273229903003>

Barros, Márcio Júnior Benassuly. 2009. Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena-Pará. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém.

Barros, Márcio Júnior Benassuly. 2014. Grandes projetos, atores sociais e ações locais no baixo Tocantins paraense: O caso de Barcarena, in *VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória: Associação de Geógrafos Brasileiros. http://cbg2014.agb.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=66

Borges, João Carlos de Freitas, Cavalcante Jr., Idelmar Gomes. 2010. Território, identidade e memória: tramas conceituais para pensar a piauiensidade, in *IX Seminário de Iniciação Científica*. Teresina: Universidade Estadual do Piauí. <https://www.uespi.br/prop/siteantigo/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/Ciencias%20Humanas%20e%20Letras/TERRITORIO,%20IDENTIDADE%20E%20MEMORIA%20-%20TRAMAS%20CONCEITUAIS%20PARA%20PENSAR%20A%20PIAUIENSIDADE.pdf>

Carmo, Eunápio Dutra do, Castro, Edna Maria Ramos de, e Patrício, Júlio Cezar dos Santos de. 2015. Mineração, neo-extrativismo e conflitos em Barcarena. *Novos Cadernos NAEA* 18 (3): 51-71. <http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/ncn/article/view/2445>

Castilhos, Zuleica; Castro, Nuria. 2006. Mulheres na mineração: restituo quae sera tamem, in *Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia*. Organizado por Cetem/CNPq, pp. 41-64. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq.

Cruz, Delmy Tania. 2016. Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. *Revista de Filosofía Iberoamericana* 12 (1): 35-46. <https://revistasolar.pe/index.php/solar/article/view/129/129>

Cruz, Delmy Tania et al. 2017. *Mapeando el cuerpo-territorio: guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios*. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo.

Cruz, Rodrigo Díaz. 1993. Experiencias de la identidad. *Revista Internacional de Filosofía Política* 2 (sn): 63-74. <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/198728>

Escobar, Arturo. 2005. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? in *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latino-americanas*. Editado por Clacso, pp. 63-79. Buenos Aires: Clacso, 2005.

Faustino, Cristiane, Furtado, Fabrina. 2013. *Mineração e violações de direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Açailândia: Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais*.

Giddens, Anthony. 2002. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

Guattari, Félix, Rolnik, Suely. 1996. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Haesbaert, Rogério. 2004. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Haesbaert, Rogério. 1999. Identidades territoriais, in *Manifestações da cultura no espaço*. Organizado por Corrêa, Roberto Lobato, Rosendahl, Zeny, pp. 169-190. Rio de Janeiro: UERJ.

Harvey, David. 1989. *The contifition of postmodernity*. Oxford: Oxford University Press.

Hazeu, Marcel. 2015. O não-lugar do outro: Sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém.

Hazeu, Marcel. 2017. Mineração, indústria e portos: lógicas de desapropriações e deslocamentos forçados em Barcarena, in *Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e resistências*. Organizado por Castro, Edna, pp. 81-98. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Rio de Janeiro: IBGE; Barcarena: Panorama.

Ibge. 2011. *Censo Demográfico 2010*. <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade/default.html>

Ibram. 2010. Vale negocia venda de jazidas na Amazônia para franceses. <https://ibram.org.br/noticia/vale-negocia-venda-de-jazidas-na-amazonia-para-franceses/>

Leal, Aluizio Lins et al. 2012. Produção mineral no estado do Pará e reflexos na (re) produção da miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas. *Revista de Políticas Públicas* 16 (1): 157-167. <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321128742014.pdf>

Maia, Rosane de Oliveira Martins. 2017. Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de desenvolvimento. Tese de Doutorado, Programa da Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém.

Maia, Rosane de Oliveira Martins, Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. 2014. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial, in *38º Encontro Anual da Anpocs*. Organizado por Anpocs. Caxambu. <https://anpocs.org/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/gt-1/gt07-1>

Maia, Rosane de Oliveira Martins, Acevedo, Rosa Elizabeth. 2018. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. *Cadernos Pagu* 52 (sn): np. <https://www.scielo.br/j/cpa/a/j68vdKPvrqFyYpCMZv973Db/?lang=pt>

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. 1993. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento), in *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 1 (1): 207-222. <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5282>

Mignolo, Walter. 2017. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS* 32 (94): 1-18. <https://>

www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf

Motta, Luiz Gonzaga. 2013. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Movimento Barcarena Livre. 2016. *Barcarena Livre Informa: 37 anos de desastres socioambientais em Barcarena*. https://www.academia.edu/38789515/37_ANOS_DE_DESASTRES_SOCIOAMBIENTAIS_EM_BARCARENA

Nascimento, Paulo Altemar Melo do. 2010. *Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Auditoria Ambiental, Universidad de León, León.

Oliveira, Clariana Pinto. 2008. *Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia: O caso da mineração no Pará*. Monografia, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Oliveira, Roberta Cardoso de. 1996. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia* 39 (1): 13-37. <https://www.jstor.org/stable/41616179>

Pollak, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos* 5 (10): 200-212. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>

Portelli, Alessandro, Fenelón, Déa Ribeiro. 1997. O que faz a história oral diferente. *Projeto História* 1 (14): 25-39. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>

Pereira, Carmela Morena Zigoni. 2008. *Conflitos e identidades do passado e do presente: política e tradição em um quilombo na Amazônia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Queiroz, Ana Luisa; Praça, Marina. 2021. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos, in *Mulheres atingidas: Territórios atravessados por megaprojetos*. Organizado por Queiroz, Ana Luisa, Praça, Marina, e Bitencourt, Yasmin, pp. 9-20. Rio de Janeiro: Instituto Pacs.

Ricci, Magda. 2007. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo* 11 (22): 5-30. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000100002>

Rocha, Ana Luiza Carvalho, Eckert, Cornelia. 2008. Etnografia: saberes e práticas, in *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Organizado por Pinto, Céli, Guazzelli, Cesar. Porto Alegre: Editora da Universidade.

Rodrigues, Donizete. 2012. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Online do Museu de Lanifícios* 1 (sn): 1-8. <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/home.html>

Silva, Leonardo de Souza. 2020. Aqui não dá nada! Não dá peixe, não dá camarão, não dá fruto!": A percepção dos 'filhos de Barcarena' (PA) sobre os megaprojetos de alumínio e caulim. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

Simonian, Ligia Terezinha Lopes. 2004. A Ilha Trambioca através da história: Recursos, ocupações humanas e cultura, in *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)*. Organizado por Simonian, Ligia, pp. 73-136. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Souza, Maria do Carmo. 2008. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento, in *Geografia: conceitos e temas*. Organizado por Castro, Iná, Gomes, Paulo, e Corrêa, Roberto, pp. 77-116. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, Adriana Brito de. 2012. Os desafios de uma sociedade que se globaliza: um estudo em Barcarena, Estado do Pará. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

Steinbrenner, Rosane Albino; Bragança, Pedro Loureiro de; Neto, Guilherme Guerreiro. 2019. Mídia e desastre socioambiental I: análise da cobertura midiática do vazamento da Hydro-Alunorte em Barcarena, in *Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena*. Organizado por Castro, Edna, Carmo, Eunápio do, pp. 123-135. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Svampa, Maristella. 2016. *Debates latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependência y populismo*. Buenos Aires: Edhasa.

Tambouku, Maria. 2016. A aventura da pesquisa narrativa, in *Narrativa, gênero e política*. Organizado por Kind, Luciana, Cordeiro, Rosineide, pp. 67-84. Curitiba: CRV.

Thomson, Alistar. 1997. Reconstituo a mem6ria: quest6es sobre a rela76o entre Hist6ria Oral e mem6rias. *Projeto Hist6ria* 1 (15): 51-71. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216/8224>

Tuan, Yi-Fu. 1983. *Espa7o e lugar: a perspectiva da experi6ncia*. S6o Paulo: Difel.

Valencio, Norma, Siena, Mariana, e Marchezini, Victor. 2011. *Abandonados nos desastres: uma an6lise sociol6gica de dimens6es objetivas e simb6licas de afeta76o de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Bras6lia: Conselho Federal de Psicologia.

ENTRE DIÁLOGOS E CONFLITOS: O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ALTO TROMBETAS II

Raiana Siqueira Mendes

Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido

Luciana Gonçalves de Carvalho

Universidade Federal do Oeste do Pará

submissão: 26.01.2022 aprovação: 10.08.2022

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral refletir sobre usos da noção de “diálogo”, como categoria nativa e analítica, no âmbito das reuniões em que se buscavam alternativas para compatibilizar o direito territorial das comunidades representadas pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II (ACRQAT) e o direito difuso ao meio ambiente, neste caso especificamente aplicado a duas Unidades de Conservação federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Enquanto a ACRQAT pleiteava a titulação do território quilombola Alto Trombetas II, o ICMBio defendia a gestão da Floresta Nacional Saracá-Taquera e da Reserva Biológica do Rio Trombetas, no âmbito de um processo administrativo perpassado pelo conflito decorrente da sobreposição territorial entre o território quilombola e as unidades de conservação. Buscamos compreender em que consiste o diálogo e em quais situações ele é acionado. Investigamos ainda se as características do processo de negociação sobre a regularização fundiária do território são efetivamente dialógicas. Este trabalho pautou-se em observações realizadas por meio de trabalho de campo etnográfico entre 2015 e 2018, acrescidas de uma revisão bibliográfica das produções de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema proposto e considerando a polissemia do termo “diálogo”, bem como a análise dos documentos emitidos durante o processo em questão, como memórias, relatórios, portarias, notas técnicas, atas de reuniões e outros.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, Unidades de Conservação, titulação, diálogo, conflito.

ABSTRACT

BETWEEN DIALOGUES AND CONFLICTS: THE LAND REGULARIZATION PROCESS OF QUILOMBOLA TERRITORY ALTO TROMBETAS II

The general objective of this research was to reflect on the uses of the notion of “dialogue”, as a native and analytical category, in the context of meetings in which alternatives were sought to reconcile the territorial right of the communities represented by the Association of Quilombo Remnants Communities of Alto Trombetas II (ACRQAT) and the diffuse right to the environment, in this case specifically applied to two federal Conservation Units managed by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio). While ACRQAT was claiming title to the quilombola territory of Alto Trombetas II, ICMBio was defending the management of the Saracá-Taquera National Forest and the Trombetas River Biological Reserve, in an administrative process permeated by the conflict arising from the territorial overlap between the quilombola territory and the conservation units. We seek to understand what the dialogue consists of and in which situations it is activated. We also investigated if the characteristics of the negotiation process about the land regularization of the territory are, effectively, dialogic. The work is based on observations made through ethnographic fieldwork between 2015 and 2018, plus a literature review of the productions of classical and contemporary authors on the proposed theme, considering the polysemy of the term “dialogue”, as well as the analysis of documents issued during the process in question, such as memories, reports, ordinances, technical notes, minutes of meetings and others.

KEYWORDS: Quilombola communities, conservation units, titling, dialogue, conflict.

RESUMEN

ENTRE DIÁLOGOS Y CONFLICTOS: EL PROCESO DE REGULARIZACIÓN DE TIERRAS DEL TERRITORIO QUILOMBOLA DE ALTO TROMBETAS II

El objetivo general de esta investigación fue reflexionar sobre los usos de la noción de “diálogo”, como categoría nativa y analítica, en el contexto de reuniones en las que se buscaron alternativas para conciliar el derecho territorial de las comunidades representadas por la Asociación de las Comunidades Remanentes Quilombo del Alto Trombetas II (ACRQAT) y el derecho difuso al medio ambiente, en este caso aplicado específicamente a dos Unidades de Conservación federales administradas por el Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad (ICMBio). Mientras la ACRQAT reclamaba la titularidad del territorio quilombola del Alto Trombetas II, el ICMBio defendía la gestión de la Floresta Nacional Saracá-Taquera y de la Reserva Biológica del Río Trombetas, en el contexto de un proceso administrativo permeado por el conflicto derivado de la superposición territorial entre el territorio quilombola y las unidades de conservación. Tratamos de entender en qué consiste el diálogo y en qué situaciones se desencadena. También investigamos si las características del proceso de negociación sobre la regularización de las tierras del territorio son efectivamente dialógicas. El trabajo se basa en observaciones realizadas a través de trabajo de campo etnográfico entre 2015 y 2018, más una revisión bibliográfica de las producciones de autores clásicos y contemporáneos sobre el tema propuesto, considerando la polisemia del término “diálogo”, así como el análisis de documentos emitidos durante el proceso en cuestión, tales como memorias, informes, ordenanzas, notas técnicas, actas de reuniones y otros.

PALABRAS CLAVE: Comunidades quilombolas, Unidades de Conservación, titulación, diálogo, conflicto.

1. INTRODUÇÃO

O Território Quilombola Alto Trombetas II abrange oito comunidades e cerca de 300 famílias ou 1.500 pessoas, formado pelas comunidades de Moura, Juquirizinho, Jamari, Curucá, Juquiri, Palhal, Último Quilombo e Nova Esperança – as duas últimas localizadas no lago do Erepecu, nome pelo qual também são usualmente designadas.

Nas últimas décadas, essas comunidades experimentaram diversas transformações em aspectos socioculturais, ambientais, pessoais e outros, assim como inúmeros conflitos. Cabe destacar a chegada da mineração em 1976, a criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas (REBIO), em 1979, e da Floresta Nacional Saracá-Taquera (FLONA Saracá-Taquera), em 1989, instauraram a necessidade dos quilombolas acionarem as prerrogativas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, mais precisamente no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias que, dentre outras coisas, reconhece o direito aos remanescentes das comunidades quilombolas à propriedade definitiva de suas terras, texto legitimado ainda pela Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), formalizando assim o pedido de titulação do território em 2004, mas que até os dias atuais continua sem perspectiva de ser finalizado.

Esses processos marcaram a vida dos quilombolas que tradicionalmente ocupavam as terras com manifestações de violência, descaso e invisibilização. A sobreposição de Unidades de Conservação (UC) com Territórios Quilombolas (TQ) ou

outras diversas formas de ocupação humana hoje é uma realidade latente no Brasil, no caso da área do Trombetas II há uma complexidade há mais por se tratar de uma sobreposição caracterizada por duas unidades: a Reserva Biológica do Rio Trombetas (unidade de proteção integral) e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (unidade de uso sustentável).

Após a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Alto Trombetas II, elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi dado início a um ciclo de reuniões no território e às chamadas “mesas de diálogo” em Brasília, com a participação das lideranças da Associação dos Remanescentes das Comunidades Quilombolas do Alto Trombetas II (ACR-QAT), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), do SFB (Serviço Florestal Brasileiro), do Incra e outros parceiros da associação na tentativa de resolver o processo administrativo de titulação do território. Almejava-se, assim, compatibilizar o direito dos quilombolas à propriedade com o direito difuso ao meio ambiente sadio e equilibrado salvaguardado pelo ICMBio – relacionado à manutenção das UC –, porque a titulação só poderia ser efetuada se as unidades fossem desafetadas, em outras palavras, se tivessem seus limites reduzidos ou fossem suprimidas. Essa redução ou supressão de unidades, de acordo com o art. 22, §7º, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) precisa necessariamente ser aprovada mediante lei específica,

ou seja, necessitaria de um Projeto de Lei (PL) e de todos os trâmites legais para ser aprovado e provavelmente o conflito se arrastaria por mais tempo. E ainda que o tal PL fosse aprovado, não haveria garantia que o título de domínio da terra fosse destinado aos quilombolas.

Depois de muitas discussões e avaliações que se estenderam durante todo o ano de 2017 e até a metade de 2018, os quilombolas compreenderam que essa não seria a melhor saída e deliberaram por aceitar a oferta do ICMBio, pelo menos temporariamente. As soluções apresentadas pelo Instituto para pacificar o conflito consistiam em estabelecer um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para a área da Floresta Nacional (Flona) e um Termo de Compromisso para a área da Rebio. Com esse acordo, publicase a Portaria de Reconhecimento do Território, em julho de 2018, considerada uma grande vitória pelos quilombolas, um avanço para a conciliação dos interesses sobre a área. Todavia, o acordo é uma alternativa temporária até que o título definitivo possa ser emitido em favor da associação e os quilombolas seguirão a luta para a consolidação desta pauta histórica.

Todas as deliberações que levaram ao acordo foram engendradas em intensas reuniões que exigiram um convívio entre membros do governo e da associação quilombola jamais visto antes. Essa aproximação também pressupõe a necessidade da criação de um “diálogo” - assim chamado pelos representantes do governo e quilombolas. O “diálogo”, para o grupo que esteve à frente da condução do processo, era considerado indis-

pensável para se chegar a encaminhamentos que fossem aprovados por todos os interessados.

Diante do exposto, a pesquisa que originou este artigo teve como objetivo geral refletir, de maneira mais profunda, sobre os usos que são feitos da noção de “diálogo”, enquanto categoria nativa, em meio aos processos de conflitos entre os quilombolas e o Estado, representado pelo ICMBio, na região de Trombetas, Pará. Para tanto, pergunta-se: em que consiste o diálogo? Em quais situações o chamado diálogo é acionado? Dessa forma, investiga-se ainda se as características do processo de negociação sobre a regularização fundiária do território são efetivamente dialógicas.

No seu TCC de Antropologia, a primeira autora deste artigo desenvolveu observações pautadas principalmente em trabalho de campo etnográfico, realizada à medida que colaborava com a ACRRQAT na relatoria das reuniões internas e com o governo. Nessa nova etapa da pesquisa, ela propôs realizar uma ampla revisão bibliográfica das produções de autores clássicos e contemporâneos sobre o tema proposto, considerando a polissemia do termo “diálogo”, bem como a análise dos documentos emitidos durante o processo em questão, como memórias, relatórios, portarias, notas técnicas, atas de reuniões e outros.

2. DAS ÁGUAS BRAVAS ÀS ÁGUAS MANSAS: A OCUPAÇÃO NEGRA NO VALE DO RIO TROMBETAS

O município de Oriximiná, localizado na mesorregião do Baixo Amazonas, no Pará, é

amplamente reconhecido nos registros bibliográficos por sua importância histórica caracterizada pela consolidação das comunidades quilombolas no entorno do rio Trombetas, lugar que serviu como refúgio para agrupamentos de negros que fugiam do sistema escravista ao qual foram submetidos por muitos séculos nas grandes fazendas e lavouras localizadas em municípios paraenses, como Santarém e Óbidos. A partir de uma breve revisão da literatura sobre a região, foi possível compreender a gênese e formação das oito comunidades que compõem o Território Alto Trombetas II: Moura, Juqirizinho, Jamari, Curucá, Juqiri, Palhal, Último Quilombo e Nova Esperança.

De acordo com o relatório antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades de Jamari e Último Quilombo (Ecodimensão 2014), até o século XIX, as vilas de Santarém e Óbidos eram as maiores e mais importantes para a economia da região do baixo Amazonas, por conta disso, apresentavam uma significativa população escravizada. Segundo Acevedo e Castro (1998), em 1845, Santarém tinha uma população escravizada de 4.642 pessoas, o que representava 15,5% da população total da região. Segundo as autoras, esse número entrou em queda na segunda metade do século XIX, e a população escravizada, em 1885, contava com 2.211 indivíduos. Esse decrés-

cimo pode ser explicado tanto pela dinâmica oscilante da economia cacauera e aprofundamento da crise no sistema de *plantations* na Amazônia, quanto pelas constantes fugas dos negros dessas fazendas (Ecodimensão 2014).

O vale do rio Trombetas, segundo Wanderley (2006), foi ocupado primeiramente por indígenas, que ameaçados e perseguidos pelos colonizadores europeus, fugiam das proximidades do baixo rio Amazonas e seguiam para regiões mais afastadas, nas terras firmes e protegidas pelos rios e cachoeiras. O segundo processo de ocupação foi protagonizado pelos negros, com a constituição de quilombos pelo rio Trombetas, então mais conhecidos como mocambos¹. Em meios às fugas e perseguições, esses negros, provavelmente, contataram grupos indígenas e receberam auxílio e informações sobre os territórios, trocando bens de consumo e estabelecendo uma rede de confiança para se protegerem de um inimigo comum: os colonizadores. Salles (2005) afirma que:

Na floresta o negro se achava sozinho. Às vezes, conseguia chegar a alguma aldeia indígena e, por sorte, acabava vivendo amistosamente com os silvícolas. Bandeava-se desta forma para grupos totalmente estranhos e que, com ele, só tinham um traço comum: o ódio ao branco dominador. Há na crônica da escravidão muitos casos ilustrativos e que destroem o mito da incompatibilidade étnica. (Salles 2005: 37).

Segundo O'Dwyer (2002:257), historicamen-

¹ Segundo Acevedo e Castro (1998: 28): "O termo mocambo foi utilizado no século XIX por governadores e corpos de policiamento para identificar o agrupamento de fugitivos, notadamente formado por escravos. A denominação mocambo foi impregnada de conotações negativas, identificando-o como o lugar de reunião de mocambeiros ou mocambistas, tidos como criminosos desertores e preguiçosos pela sociedade escravista. O quilombo enquanto categoria histórica detém um significado de resistência e de autoafirmação do grupo diante da ordem escravista".

te, esses grupos costumavam praticar formas de “isolamento defensivo e consciente” para dificultar a entrada de estranhos nas localidades em que viviam, num contexto de constantes ameaças externas. Mas construíam também redes de alianças e cumplicidade fora dos mocambos com grupos distintos. Durante o período da colonização ressalta-se a aliança com os indígenas para se defenderem das expedições de recaptura e, nos períodos mais recentes, a aliança com os ribeirinhos pelo reconhecimento territorial, denominada também pela autora como “unidades em contraste”.²

As fugas eram feitas individualmente ou em massa, e planejadas estrategicamente. Por exemplo, para dificultar que fossem recapturados, fugiam durante o período de cheia dos rios (inverno amazônico), pela maior facilidade para navegar em direção às cachoeiras e cabeceiras dos rios, também conhecidas como “águas bravas”, corredeiras que serviram de obstáculo para os captadores. Assim, poderiam avistar de longe quando as expedições de recaptura chegassem. Fugiam também durante as festas, porque todos estariam de alguma forma envolvidos na programação e não notariam as fugas de imediato (Funes 2009).

Os mocambos tornaram-se a expressão mais significativa e importante da luta, sobrevivência e resistência dos negros da região de Trombetas. Mais do que um lugar de fuga, os mocambos eram seus lares, um território onde tiveram que

se adaptar ao clima, à vegetação e a realizar atividades de subsistência, como caça, pesca, coleta e extração de recursos naturais. Essas atividades foram fundamentais para a manutenção da economia local, principalmente a coleta de castanha, o plantio de mandioca, entre outros produtos. Com o passar dos anos, suas ocupações foram sendo consolidadas, e ao final do século XIX e início do século XX, a perseguição e o perigo de serem recapturados foram diminuindo. Os mocambos foram se expandindo, migrando para outros lugares, e os ex-escravizados e seus descendentes foram migrando para áreas abaixo das cachoeiras, nas margens do rio Trombetas, formando novas ocupações, como Cachoeira Porteira, Mocambo, Conceição, Macaxeira, Abuí, Tapagem, Erepecu e Moura (Funes 2009).

Cachoeira Porteira, como seu próprio nome sugere, era a porta de entrada para uma área relativamente protegida. Cruzar essa cachoeira, rio acima, era vencer uma série de obstáculos encontrados pelos negros nas “águas bravas” para frearem as perseguições de seus algozes. Com o aumento do número de fugas, foram se consolidando quilombos populosos, e novos povoamentos negros foram criados. Conforme ia diminuindo o risco de recaptura, até a abolição da escravatura em 1888, esses grupos cada vez mais iam descendo das cabeceiras em direção às “águas mansas” ocupando territórios às margens dos rios, dando origem às comunidades que se mantêm até hoje.

² A expressão “unidades em contraste” faz referência à compreensão dos grupos no que diz respeito às diferenças que possuem em termos de subsistência e das interações que promovem no núcleo urbano.

A capacidade dos quilombolas em adaptar-se à vida nas “águas bravas” encontrou limites, obrigando-os a buscar soluções para problemas como: de que forma poderiam movimentar-se entre os rios, lagos e terra firme? Quais embarcações utilizarem sem que corressem o risco de naufragar, sobretudo nas atividades de pesca e de transporte de roças e da mandioca para fazer farinha? E, finalmente, como poderiam aumentar as chances de ir mais além ao descer as cachoeiras? Assim, eles construíram canoas que tinham funções diferentes: leves, alongadas e pequenas, identificaram canais que facilitavam a entrada e a saída na transposição das cachoeiras e a organização social foi pautada nas relações de cooperatividade e reciprocidade. No entanto, apesar de todos os avanços que foram realizados, nas necessidades de transformação e apropriação do habitat

pouco haviam progredido, e o descenso das cachoeiras foi cada vez mais se tornando uma realidade (Acevedo & Castro 1998).

O refúgio encontrado nas cabeceiras configurou-se em um território fundamental para barrar o projeto de dominação escravista na região, “a cachoeira é Mãe – Mãe natureza na sua representação” (Acevedo & Castro 1998:237) e foi a fonte da existência pregressa da ocupação negra do vale do rio Trombetas.

Com todo histórico de formação dos quilombos e dos relatos e histórias contadas pelos remanescentes de negros e negras que vivenciaram o período da escravidão, compreende-se que a relação com o território já vem de longe. A propósito, a narrativa dessa memória da escravidão foi um dos principais elementos que os motivou a exigir do Estado o direito de permanecer nas terras que seus ancestrais ocuparam.



Figura 1 – Barcos e lanchas atracados às margens do rio Trombetas na comunidade Curuçá. Foto: Raiana Mendes (2017).

3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O CERCO DA TERRA DOS NEGROS

A partir de 1968, a Mineração Rio do Norte (MRN) começou a movimentar-se para a consolidação do projeto de extração de bauxita em Trombetas. Sua chegada foi um evento que desencadeou “transformações estruturais profundas e duradouras nas áreas ocupadas pelos remanescentes de quilombo, a começar pela quebra do relativo distanciamento em que os negros se encontravam dos centros urbanos” (Ecodimensão 2014: 65).

Com a instalação da cidade-enclave de Porto Trombetas em 1976, a demanda por serviços terceirizados e força de trabalho aumentou, fazendo com que muitos negros fossem trabalhar para a mineração, saindo da condição que experimentavam de camponeses e sendo convertidos em operários ou prestadores de serviço. Denota-se, portanto, sistemáticas mudanças no modo de produção com efeitos profundos sobre a região, alterando não somente o território, mas também o modo de vida dessas comunidades. Tal processo de proletarização aconteceu de forma mais intensa e significativa nas comunidades de Boa Vista e Moura, que se localizam próximo de onde a cidade de Porto Trombetas foi instalada.

Com o desenvolvimento e a expansão do projeto de mineração, Trombetas foi transformada em uma nova fronteira econômica na Amazônia, e esse novo status atraiu para a cidade de Porto Trombetas um contingente populacional significativo, sobretudo para as atividades de extração

mineral. Assim, o fenômeno que começou a ser observado foi de uma considerável desorganização das atividades tradicionalmente praticadas pelos quilombolas e não quilombolas especialmente nas relações sociais de produção. Notou-se também um outro tipo de pressão sobre o ecossistema local causada por esse novo tipo de exploração e que antes, com o regime de economia doméstico e familiar, não era capaz de causar.

Além de todas as transformações e conflitos resultantes da chegada da MRN na região, em 1979, ainda sob o regime militar, o governo instituiu por meio do Decreto n. 84.018, a criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas, uma unidade de conservação de proteção integral com um caráter preservacionista que é incompatível com presença humana. Conforme explica o art. 10 da Lei n. 9.985/2000, que regulamentou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC):

A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. (Brasil 2000).

Como resultado da criação da reserva e pela impossibilidade da permanência humana no seu interior, uma série de ações violentas contra os quilombolas começou a ser realizada pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), tais como expulsões e desloca-

mentos compulsórios, obrigando muitas famílias a procurarem refúgio em comunidades fora dos limites da unidade, como Moura e Boa Vista. Além de terem sua existência cada vez inviabilizada pelo órgão, aqueles que resistiram em permanecer no território passaram a conviver com ameaças contínuas.

Wanderley (2005: 6) afirma que “assim como a MRN, que tratou a região do Trombetas como espaço vazio, o Governo Federal, ainda sobre o controle ditatorial dos militares, demarcou a reserva sem levar em consideração as comunidades ali residentes”. Nessa época, quase nenhuma família possuía algum comprovante ou documento que lhes garantisse a posse da terra, quem se valia desses documentos, em sua maioria, eram os antigos patrões, e a eles é que foi garantido o direito à indenização pelo Estado brasileiro (Ecodimensão 2014).

A instalação da Rebio causou indignação também aos comerciantes e políticos de Oriximiná, quando se depararam com os baixos lucros e a queda na produção de castanha. Um político chegou a relatar que “antes da reserva, eram cerca de 25 a 30.000 toneladas anuais de castanha” (Acevedo & Castro 1998: 195) e entre 1983 a 1987 foi constatada uma crescente queda na produção e baixa participação de Oriximiná na economia regional.

Os prejuízos econômicos também afetaram os quilombolas que trabalhavam na coleta de castanha e que, de maneira mais direta, passaram a viver constantemente sob uma rígida fiscalização e vigilância, intensificada com a instalação em

1985 do posto do Ibama (hoje administrado pelo ICMBio) na entrada do lago Erepecu. O objetivo desse posto é coibir a entrada e saída de pessoas não autorizadas, em maior grau dos quilombolas, por conta das suspeitas do órgão de que eles possam estar transportando caça, pesca, tartarugas e outros bens do interior da reserva.

Conforme Acevedo e Castro (1998: 232), “o *cercamento* de terras e águas inaugura uma impossibilidade. A rigidez de normas e de policiamento da Reserva Biológica é representada por eles como um novo cativeiro”. Assim, esse cercamento e a imposição de limites excluem os grupos negros e os induzem a uma situação precária e de miséria. Esse processo é entendido pelos quilombolas como uma nova forma de escravidão, colocando-os novamente em uma posição de clandestinos e ilegais, pois a proibição do acesso aos bens e recursos naturais não lhes dá outra alternativa senão garantir a sobrevivência a partir da infração das leis, tornando-os criminosos do ponto de vista do Estado e órgãos fiscalizadores (Wanderley 2005).

As políticas ambientais tiveram sua consolidação por meio da implantação de várias UC na Amazônia nas décadas de 1970 e 1980, ao final do regime militar. Nesse cenário foi delimitada mais uma UC no Trombetas, a Flona Saracá-Taquera, criada no governo de José Sarney, em 1989, pelo Decreto n. 98.704. Diferentemente da Rebio, que é uma unidade de proteção integral, a Flona é uma unidade de uso sustentável que admite a presença humana e a utilização dos recursos no seu interior. De acordo com a lei do SNUC:

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. § 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade. (Brasil 2000).

Um ano antes da criação da Flona, o reconhecimento da ancianidade dos remanescentes de quilombo e a previsão do direito à titulação dos territórios já era uma realidade tornada possível por meio do artigo n. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

(ADCT) da Constituição Federal de 1988. Segundo Brasileiro e Sampaio (2002: 86), no mesmo ano da promulgação do art. 68 do ADCT, foi criada a Fundação Cultural Palmares, subordinada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de “promover preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra no processo constitutivo da sociedade brasileira”. A Constituição de 1988 e posteriores políticas de ações afirmativas surgem com a proposta de reparar, de alguma maneira, os danos causados por todo o período de vigência da escravatura no Brasil, tornando-se um marco histórico nos direitos das comunidades quilombolas.



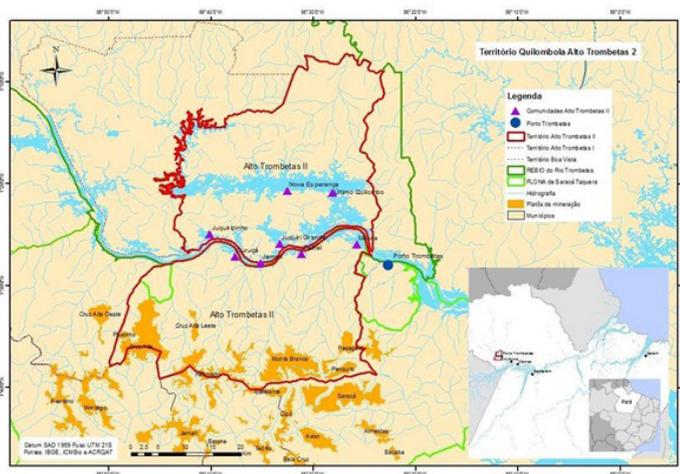
Figura 2 – Placa de aviso na Flona Saracá-Taquera. Foto: Domínio Público (2021)

Embora a Flona admita a exploração de recursos, o questionamento que é feito é se as atividades de exploração mineral são compatíveis com a finalidade de “uso sustentável” que a unidade propõe. Isto porque a MRN continuou com suas atividades, respaldada pela legislação brasileira, e de alguma forma, a Flona Saracá-Taquera acabou se tornando um mecanismo que contribuiu também para proteger as áreas em que a MRN executa a exploração de bauxita. De acordo com Emmanuel Júnior (2010):

É nesse contexto que se insere a FLONA Saracá-Taquera e a REBIO do Rio Trombetas. Tal iniciativa dificulta o processo de *regularização fundiária* de reconhecimento e demarcação do território quilombola. Os conflitos gerados a partir daí são de duas ordens: o lugar de morar, e o de trabalhar, compreendo o trabalho, como todo esforço empreendido pelo homem na aquisição necessária para as suas necessidades, então, seja a extração ou a coleta, a pesca ou mesmo o trabalho na roça. (Emmanuel Júnior 2010: 116).

Tanto a Flona como a Rebio foram criadas antes da lei que criou o SNUC, dentre várias coisas, ela obrigava a realização de estudos técnicos e audiências públicas junto às populações locais e outros interessados antes da implantação de uma UC. Além disso, esses processos ocorreram também antes da promulgação da Convenção n. 169, por meio do Decreto n. 5.051/2004, um instrumento importante que garante aos povos indígenas, tribais e quilombolas o direito à consulta prévia, livre e informada antes da efetivação de qualquer medida administrativa que visa os afetar diretamente.

Embora a criação de UC seja uma importante estratégia para assegurar a preservação e proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, o que se questiona é a forma como foram implantadas, tornando os conflitos entre comunidades e órgãos gestores inevitáveis. Segundo Acevedo e Castro (1998), a forma arbitrária de instalação da reserva provocou o cerco das terras dos negros, mas beneficiou as empresas que estavam chegando e as que já desenvolviam atividades na região, em outras palavras, as reservas imobilizaram as terras para futuros empreendimentos.



Mapa 1 - Território Quilombola Alto Trombetas II e Unidades de Conservação. Foto: ACRQAT (2018).

No mapa 1 visualiza-se o Território Quilombola Alto Trombetas II e a ocorrência da sobreposição territorial causada pela implantação das UC no território. As áreas em vermelho correspondem ao território, os triângulos às margens do rio são as comunidades, e as áreas verdes ilustram a localização da Rebio e Flona.

Por muitos anos, as comunidades quilombolas foram brutalmente perseguidas de um lado e de outro, sem visualizarem qualquer perspectiva concreta de titulação de seus territórios. A implantação de UC “em cima dos territórios quilombolas”³ ou outras formas de ocupação humana hoje são uma realidade no Brasil, exigindo medidas que conciliem os interesses sociais e ambientais dos envolvidos.

4. A EMERGÊNCIA DA LUTA PELA TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM TROMBETAS

Na década de 1980, a violência experimentada pelos quilombolas por meio dos processos históricos desde a escravatura até a criação das UC chamou a atenção de entidades ligadas à luta pelos direitos humanos e da Igreja Católica. Por meio dos missionários das Sociedades do Verbo Divino – os Verbitas – a Igreja desempenhou um papel importante na organização das demandas e reivindicação de direitos dos quilombolas, além de ter incentivado a reconstrução da dignidade por meio da exaltação da cultura e orgulho étni-

co (Antunes 2000 apud Wanderley 2005).

A partir dessa relação, foi criada em 1989 a associação-mãe do território do Trombetas e que levou o nome de Associação dos Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO), que além da Igreja, recebeu o apoio também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Comissão Pró-Índio de São Paulo, do Centro de Estudos dos Negros do Pará (Cedenpa), entre outros. A associação passou a desempenhar um papel muito importante na organização social (com a criação das comunidades, antes dispersas pelo território, estimuladas sobretudo pela Igreja) e conscientização política das comunidades negras de Trombetas.

A partir de sua criação, a ARQMO iniciou uma luta incessante pela titulação das terras, conforme previa o art. 68 da Constituição de 1988. A primeira vitória da associação e dos grupos por ela representados veio em 1995, com a titulação da comunidade de Boa Vista, que se tornou também a primeira comunidade titulada do Brasil. Logo após esse fato, ocorreu a titulação da comunidade de Água Fria em 1996, seguida dos TQ Trombetas, em 1997, Erepecuru, em 1998, e mais recentemente, Ariramba e Cachoeira Porteira, em 2018. Outros territórios seguem em processo de regularização ou são parcialmente titulados.

Respaldados por toda a legislação que lhe conferiu direitos, a abertura do processo de titulação do TQ Alto Trombetas II se deu em 2004,

³ Essa é uma perspectiva bastante enfatizada pelos quilombolas, segundo eles, tanto se fala em sobreposição, mas a única sobreposição que há é das UC sob os territórios quilombolas.

por meio da ARQMO, mas anos depois passou a ser responsabilidade da ACRQAT, criada em 2011. As comunidades desse território estabelecem relações próximas com agentes externos, principalmente interações com ICMBio e MRN, e muitos quilombolas trabalham em cooperativas que prestam serviços para a mineradora (Ecodimensão 2014).

Por mais que o processo tenha sido aberto em 2004, somente em 2008, com a criação de uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CAAF) pela Advocacia Geral da União (AGU), é que foram iniciadas as tratativas para tentar resolver o impasse da sobreposição das Unidades de Conservação no território quilombola, com a finalidade de conciliar os interesses distintos sobre a área. Contudo, as ações nesta câmara foram encerradas em 2015 sem qualquer possibilidade de resolução. E por conta dessa incapacidade dos órgãos de chegarem a um consenso, em fevereiro deste mesmo ano o juiz federal Érico Rodrigo, da Justiça Federal de Santarém, publicou uma sentença condenatória motivada pela Ação Civil Pública n. 0004405-91.2013.4.01.3902 obrigando a União, o Incra e o ICMBio a concluírem as negociações, publicarem os estudos para avançar no processo de titulação no prazo de até dois anos. O Ministério Público Federal no Pará, em resposta ao recurso da União, defendeu a manutenção da sentença e enviou o pedido ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília.

Em 2013, quase 10 anos após a abertura do processo, é que a Fundação Cultural Palmares emitiu a certidão⁴ às comunidades quilombolas, nesse período ocorreu também a elaboração das peças técnicas do RTID (2012 a 2016), como relatório antropológico, relatório agroambiental, cadastro quilombola, entre outros.

A sentença condenatória de 2015 foi um elemento importante para que o processo pudesse avançar significativamente. A publicação do RTID ocorreu em fevereiro de 2017 e deu início a uma nova fase nas negociações. Essa nova fase no processo demandou constantes reuniões com a finalidade de estabelecer um consenso entre as comunidades quilombolas e o ICMBio, e gerou também a necessidade de um convívio entre os atores jamais visto antes. Exigiu ainda a capacidade de negociar e desenvolver um diálogo que contribuísse para possíveis soluções do conflito. Depois de uma série de reuniões entre comunidades e governo, algumas com a finalidade de informar e outras para deliberar sobre as propostas de acordo, é que finalmente houve consenso e a Portaria de Reconhecimento foi publicada no dia 17 de julho de 2018.

A regularização fundiária nesse momento se dará por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para a área da Flona, a ser emitido pelo ICMBio, com a interveniência do Incra e Palmares. O CCDRU foi uma estratégia encontrada para solucionar temporariamente o conflito dentro do território, e é um instrumento legal previsto no artigo 1.225, XII do Código Civil,

⁴ A certificação quilombola é também um documento exigido no processo de titulação, previsto no art. 3º do Decreto n. 4.887/2003, que reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.

criado e disciplinado pelo Decreto-Lei n. 271, de 28 de fevereiro de 1967, que regulariza o uso da terra e o direito à moradia de acordo com o plano de uso a ser elaborado de forma conjunta entre os interessados. No entanto, assim como todo contrato, esse também terá um limite de tempo a ser definido, e mesmo durante a sua vigência, as tratativas dos quilombolas com os órgãos visando à titulação não serão encerradas, principalmente porque esse instrumento não contempla a área da Rebio. Por ser uma UC de Proteção Integral, ela ainda precisará passar por estudos e novas discussões, cogitando-se, inclusive, a sugestão de recategorização da reserva como uma das possibilidades a serem amadurecidas de agora em diante.

5. AS REUNIÕES E A INSTITUIÇÃO DO DIÁLOGO

Desde a instauração dessa sentença judicial que obrigou a União a prosseguir com o processo

de regularização fundiária do território, a rotina de reuniões na vida dos quilombolas se tornou muito mais intensa e frequente, especialmente para os diretores da associação, que são os responsáveis por toda articulação e mobilização das comunidades para esses eventos. Por sua vez, essa etapa prevê o deslocamento até Trombetas para tratar da logística com o ICMBio. Esse deslocamento até cada uma das oito comunidades para mobilizá-los pode durar até quatro horas, dependendo do meio de transporte que se usa, o que torna inviável a mobilização de todas durante um único dia. A tarefa de produção de uma reunião no território demanda vários dias e, conseqüentemente, tempo dos coordenadores quilombolas; para eles, são dias de trabalho perdido, nos quais há pouco tempo com a família e perda econômica. Contudo, são sacrifícios que eles acreditam serem necessários para que possam alcançar suas conquistas, ou se não as alcançarem de fato, pelos menos se aproximarem.



Figura 4 – Reunião Informativa na comunidade do Moura. Foto: Raiana Mendes (2017).

Na dinâmica usada pela associação quilombola para garantir uma ampla participação dos moradores, geralmente eram realizadas duas reuniões no território com as mesmas pautas e representantes. A replicação das reuniões facilita a participação daqueles que vivem próximos a Porto Trombetas e daqueles que estão mais distantes, no entorno do lago do Erepecu. No trabalho que a primeira autora deste artigo desenvolveu anteriormente, as reuniões que acontecem no território foram classificadas em dois tipos: reuniões de alinhamento e reuniões formais (Mendes 2019).

É nestas reuniões que se pôde visualizar a efetivação do que eles – quilombolas e governo – chamam de “diálogo”. Logo no início das discussões, a impressão que se tinha era um cenário de um constante “cabo de guerra”: o governo puxava a corda de um lado e a associação de outro. Isso era relativamente óbvio, na medida em que faz parte do processo a defesa dos interesses de cada parte. No entanto, essa luta causava um travamento e impedia a fluidez do processo, mas a pressão da sentença judicial foi exigindo que todos os interessados fossem cedendo aos poucos. Depois de várias reuniões, os envolvidos conseguiram chegar a um acordo, e aparentemente o diálogo aconteceu. Assim mesmo, nem o governo e nem os quilombolas saíram do processo com 100% de seus interesses alcançados, os acordos definidos foram intermediários e caracterizados como temporários. Isso leva a refletir também sobre quais são os limites do diálogo.

Em muitas situações durante o trabalho de

campo, especialmente durante as reuniões da ACRQAT com o governo, a palavra “diálogo” aparecia entre uma fala e outra nas vozes dos quilombolas e de representantes do governo. O diálogo, enquanto categoria nativa, em uma interpretação inicial, pressupunha o ‘entendimento’, a ‘conciliação’, ‘a busca de um acordo’ entre os sujeitos neste campo de disputa. Muito comum nas falas era a expressão: “Estamos aqui para dialogar”. Por meio dela, o indivíduo já deixava demarcado o seu posicionamento e sua predisposição para alcançar o tão esperado entendimento.

Outra característica do diálogo enquanto uma “ferramenta retórica” útil para a defesa de interesses em uma interação neste contexto, é que ele exigia dos sujeitos a capacidade de compreender que recuar em algum momento sobre determinada proposta ou demanda também era necessário para garantir a fluidez do processo, mas nem sempre as deliberações tiradas nas reuniões eram totalmente satisfatórias, mesmo depois de horas “dialogando”. Um exemplo disso pode ser expresso no momento em que a associação teve que recuar do pedido de titulação e aceitar temporariamente outros mecanismos, como o CCDRU e o Termo de Compromisso.

Este encaminhamento não foi certamente o resultado que o grupo esperava, mas foi necessário para que outra etapa pudesse ser concluída, ou seja, abrir mão, por hora, de continuar travando uma briga pela titulação para que pudessem ter a portaria de reconhecimento de todo o território publicada. De outro lado, essa portaria reconhecendo a totalidade do territó-

rio, de início, não foi vista com bons olhos pelo ICMBio, e foi preciso bastante pressão para que o órgão também cedesse. Da parte dos quilombolas, a cobrança de mudança de atitude do governo está bem expressa na fala a seguir, durante uma das reuniões:

“Já estamos cedendo uma terra que é nossa, que o governo veio..., já estamos respeitando, conciliando, então não custa nada conciliar pra sair a portaria geral, mas com cláusulas (...) porque é uma mão lavando a outra, o governo tá cedendo um pouquinho, até agora só nós que estamos cedendo, ICMBio não tá cedendo nada até agora (...).” (Mendes 2019).

“Uma mão lavando a outra” é uma expressão que aqui define a finalização dessa etapa de discussões em Trombetas, em outras palavras: “não temos o título agora, mas por hora temos a portaria”.

No entanto, a compreensão alcançada ao longo da escrita deste trabalho é que o “diálogo” nesse contexto se instala mais como uma categoria institucional e menos como nativa é, na verdade, uma ferramenta utilizada pelo Estado para diminuir a intensidade do conflito, na tentativa de criar também um ambiente harmônico, sobretudo nos espaços de reuniões, mas embora elas sejam encerradas com algumas deliberações e acordos positivos, não se pode defini-las como um espaço de completa harmonia, pois é marcado por constantes embates, muita disputa e muita tensão.

Reflexo disso são as estratégias traçadas pelos diretores durante as reuniões de alinhamento, que são reuniões internas da associação, às

vezes com a participação de alguns parceiros, cujo objetivo básico é buscar um “alinhamento político”, discutindo e estabelecendo estratégias para as intervenções nas reuniões formais ou oficiais (assim chamadas por alguns) com o governo, funcionando como um espaço que também pode servir de ensaio sobre as discussões que serão provocadas pelos diretores, e de outras situações que podem acontecer, inclusive dividindo as falas, os pontos que precisam ser mencionados e indicando as pessoas ideais para cada momento. É um espaço de preparação e distribuição de tarefas, define-se até mesmo “quem vai bater em quem” nas reuniões com os representantes. (Mendes 2019).

Assim, os estudos de Nader (1994), antropóloga estadunidense, auxiliam nas reflexões acerca do “diálogo” e como ele é inserido nesses processos de resolução de divergências por meio de negociações dentro de uma perspectiva hegemônica. Conforme a autora, as estratégias com o enfoque de escamotear os conflitos sociais vão na direção da manutenção da posição vantajosa dos atores mais fortes. Nas palavras da autora, “em vez de discutir como os conflitos estruturam-se, entram em voga as discussões sobre as relações interpessoais entre os indivíduos inscritos” (Nader 1994: 7).

Esses modelos conciliatórios, de acordo com a autora, utilizam um modelo legal de harmonia como um mecanismo de conciliação e ou de pacificação. Desse modo, para compreender o conceito de “harmonia coercitiva”, deve-se atentar ao fato que a “ideologia da harmonia está estruturada

nos Estados-nações modernos do tipo democrático ocidental, e como essas ideologias se propagam para além das fronteiras nacionais.” (Nader 1994: 3). Isso quer dizer que os elementos de controle são mais difusos que o próprio alcance do Estado.

Na perspectiva de Nader (1994), a harmonia, pensada a partir do Estado, é nada mais que uma imponente forma de controle social. Nas palavras da autora, “[...] a ideologia da harmonia faça parte do sistema de controle hegemônico que se espalhou pelo mundo todo com a colonização política europeia e a evangelização cristã” (Nader 1994: 3). Ademais, segundo ela, nega-se a existência a todo custo do conflito. Essa intolerância serviu como base para um modelo legal de harmonia mais eficaz e menos dispendioso. Esses modelos não estão focados efetivamente em dar as devidas soluções às causas do conflito, mas evitar a todo custo sua manifestação. Portanto, harmonia coerciva tem função primária à pacificação (Nader 1994).

Nader (1994) entende que essas formas alternativas de gerenciamento para as disputas manifestam-se, sobretudo, no desencorajamento de litígios em fóruns jurídicos públicos ao estimularem os diálogos. Partindo desse ponto de vista, os que apostam em formas mediadas de negociação certamente colocam os irados em uma posição desvantajosa, especialmente por deterem técnicas e mecanismos de controle. Assim, “[...] qualquer coisa pode ser negociada, mesmo que seja necessário primeiro moldar as ‘percepções’ e afastá-las de ‘informações, análises e soluções’, com o objetivo de oferecer mecanismos para o

‘diálogo construtivo’”. (Nader 1994: 7). Curiosamente, como destaca a autora, “a regra é que a parte mais fraca vá em busca da lei e a mais forte prefira negociar” (Nader 1994: 7).

Resumindo, a harmonia coercitiva como mecanismo de pacificação, controle e silenciamento está correlacionada ao conceito de conflito social como um aspecto negativo da vida social. Assim, marcada pela negação, impossibilita que os conflitos sejam percebidos como consequência, ocultam as assimetrias sociais e ampliam as diferenças históricas de grupos detentores de privilégios em detrimento das populações que possuem menos recursos financeiros, políticos e informacionais. Ademais, essas formas de mediações provocam indiscutivelmente impunidades ao escamotear e ignorar os conflitos sociais, como os conflitos ambientais, dando-lhes soluções e resoluções confortáveis aos infratores.

É importante ressaltar, conforme Nader (1994), que os processos de disputa e os conflitos não podem ser explicados simplesmente como um reflexo a partir de perspectivas cristalizadas e inertes. São sim processos de construção cultural que refletem necessidades e interesses históricos. Ou, como afirma Simmel (1983), se toda a interação entre indivíduos é uma sociação, logo, o conflito, sendo uma forma de interação, deve ser entendido como uma. E, para o autor, essa categoria não é apenas um pressuposto capaz de analisar fenômenos sociais por um novo ângulo, está também destinado a resolver dualismos divergentes e, de maneira evidente, é uma forma de conseguir algum tipo de unidade.

6. LIDANDO COM AS PALAVRAS TÉCNICAS

“Coordenador: Você participa aqui nas reuniões de quilombola, né? Você tem convivência com as nossas reuniões, assembleias... Tem? Tá, ainda muito bem que você tem. Porque o seguinte: é... Nós chamamos isso aqui de “reunião oportunista”, regras e exceções têm que existir, mas tem coisas aqui que não vai poder deixar de ser falado, né? A gente vai aproveitar de perguntar hoje pro A., pro T., né?... Só que nosso povo, nosso povo não é costume de falar muito não, só que os que falam, falam muito, tá? E assim, é eu acho legal a questão da interpretação de palavras técnicas, eu acho legal, mas a gente já vem falando isso pelo um bom tempo, se arrastando que quando o branco tá aqui no quilombo, ele tem que tentar falar a origem do quilombo, ele tem que tentar”, porque quando eu vou pra Holanda, pra Espanha eu falo o quê? Espanhol, então aqui hoje, o pessoal que fala muita técnica que é o M. C., ele fala muito técnico o M., a gente já sabe disso. Ele vai tentar falar hoje um pouquinho mais na linguagem que a gente possa compreender. Então assim, só que às vezes tem o anseio, eu tenho anseio de falar algo pro Incra, comunidade tem anseio de falar algo pro ICMBio, então assim, eu gostaria que o acordo aconteça, mas que não possa tirar o anseio que as pessoas têm o desejo de falar e de perguntar, beleza?”

Essa fala é trecho de uma intervenção feita por um coordenador da ACRQAT em uma das reuniões informativas de 2017, após a mediadora pedir que os representantes tentassem usar

uma linguagem menos técnica e que as pessoas tivessem cuidado com o “teor” de suas falas (implicitamente, pedindo para evitar as tensões e confrontos).

Freire (1983) aborda a importância da comunicação ao tratar de relações entre quem ensina e quem aprende, bem como a necessidade de facilitar o aprendizado de quem recebe a informação, a fim de absorver o que se propõe. Nesse sentido, “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação” (Freire 1983: 44). Essa comunicação envolve tais métodos de troca e para se efetivarem como ampla construção precisam estar alinhados pelo entendimento de ambas as partes.

Nessa perspectiva, o autor enfatiza sobre o formato de diálogo entre os sujeitos envolvidos no significado entre o que se debate. Para tal, essa mediação não pode ser um depósito de informações sobre a precedência de que existe um sujeito passivo envolvido, o qual não contribuirá nem se envolverá nessa metodologia. Essa troca precisa ser baseada na reciprocidade entre os envolvidos:

Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse – e quando assim é –, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicados (Freire 1983: 45).

Percebe-se, então, a importância dessa abordagem freireana para o debate sobre os limites e problemas do diálogo e da linguagem. No cenário das reuniões, os quilombolas estão em franca desvantagem, o aparato institucional e o uso excessivo de uma linguagem técnica por parte de alguns representantes podem tornar inacessível a compreensão dos problemas e das propostas alternativas. Em função disso, é comum acontecer do coordenador interromper as falas dos expositores para fazer uma “tradução” dos termos mais difíceis.

Dessa forma, “esta é a razão pela qual, enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado à qual um deles já chegou e que, não obstante, não foi apreendida pelo outro na expressão do primeiro” (Freire 1983: 46), isto é, esse apontamento discorre sobre a extensão do que se pensa para depositar ao outro: apenas transmito o que sei sem a preocupação de receber do próximo que sabe. Questiona-se, portanto, qual a efetividade dessa lógica ao se relacionar com o público impactado no que diz respeito à comunicação? O Estado necessita do cumprimento dos requisitos básicos ao implementar tais ações institucionais, isto é, as consultas prévias à população, assim como, neste caso, as reuniões informativas e deliberativas necessitam de transparência nesse processo de diálogo, os termos técnicos e as questões burocráticas demandam paciência e as pressões da população são imediatistas, pois diz respeito às suas vidas. Nesse sentido, existe a urgência de falar a mes-

ma língua entre os envolvidos, a fim de esperar que todos possam contribuir e se sentir à vontade para participar desta construção, pois “só se comunica o inteligível na medida que este é comunicável” (Freire 1983: 46).

7. “VAI ESTAR MATERIALIZADO NO JURÍDICO”

É bastante comum nesses espaços de reunião com o governo que as comunidades solicitem algum documento formal ou algo que lhes dê segurança de que tudo aquilo que foi falado em horas de reunião poderá ser cobrado e comprovado de alguma forma. Um dos coordenadores da associação, inclusive, sempre tem em mãos uma pasta com documentos (atas, memórias, ofícios) de outras reuniões caso seja necessário recuperar uma informação anterior e, mesmo em reuniões das quais o governo faz o registro, a associação também elabora seus documentos com ajuda de parceiros. Trata-se daquela máxima: “contra documento não há argumento”, o que também se reflete a partir das relações históricas com os diversos atores que em algum período protagonizaram diferentes conflitos com os quilombolas de Trombetas, essa história marcada por conflitos gerou uma atmosfera de completa desconfiança, os atores e as pautas mudam com tempo, mas a desconfiança permanece.

Dito isso, em determinado momento de uma das reuniões informativas de 2017, os diretores questionaram o ICMBio a respeito das propostas de acordo, como chegariam a eles, qual a garan-

tia que teriam e uma das respostas foi que receberiam as propostas formalizadas e que tudo estaria “materializado no jurídico”. Uma das grandes insatisfações dos quilombolas naquele espaço era entender porque essas propostas de acordo só surgiram naquele momento.

“Coordenador: Por isso que a gente estranha que essa CCDRU ficou embaixo da saia de muita gente aí, anos e anos e ninguém nunca falou nada. Depois que veio uma ordem judicial, aí apareceu a CCDRU, ela passou anos embaixo da saia e ninguém...”

Ela é de 1900 o quê?

Mediadora: 67.

Coordenador: 1967, agora vem dizer que pode.”

De fato, essa é a conclusão que se pode tirar. O andamento do processo só aconteceu em função da sentença condenatória que obrigou a União, o Incra e o ICMBio a estabelecerem soluções para o problema da sobreposição. A sentença proferida em Ação Civil Pública, expressa nos autos n. 4405-91.2013.401.3902, estabelecia o seguinte:

a) CONDENAR OS RÉUS UNIÃO, INCRA e ICMBIO a concluírem, no raio de suas respectivas competências, **no prazo de dois anos, a contar da intimação desta sentença**, o procedimento administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, **demarcação e titulação as terras ocupadas pelas comunidades de remanescentes de Quilombos** descritas nos autos.

b) CONDENAR OS RÉUS UNIÃO, INCRA e ICMBio ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a ser rateado em parcelas iguais, em favor do Fundo de Defesa dos direitos Difusos (...). (TRT-1 2018, Grifos nossos).

Motivados por essa sentença, foi então que as propostas de conciliação foram definidas: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso para a área da Flona (uso sustentável) e um Termo de Compromisso de Uso Múltiplo para a área da Rebio (proteção integral). A respeito do CCDRU, o ICMBio (2019) afirma que:

O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) é um ajuste formal por meio do qual administração pública, no caso das Unidades de Conservação federais (UC), representada pelo ICMBio, concede a integralidade ou parte do território de uma área protegida às comunidades beneficiárias daquele espaço, mediante a pactuação de obrigações recíprocas.

Cabe esclarecer que a Concessão de Direito Real de Uso está prevista no Decreto Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967; na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988; e na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. A legislação aplicável trata a concessão de uso para fins de promoção da regularização fundiária de interesse social, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais e de seus meios de subsistência e, neste sentido, é a garantia dos direitos territoriais das comunidades tradicionais que dá amparo técnico e jurídico para que o ICMBio conceda às associações o direito real de uso de áreas no interior de UC. (ICMBio 2019).

Tanto o ICMBio quanto o Incra já possuíam a prerrogativa de emissão de CCDRU como instrumento que confere segurança jurídica aos beneficiários, porém, esse dispositivo só foi acionado anos depois e com a pressão da sentença condenatória.

Por meio do CCDRU, o ICMBio continuará sendo o responsável pela administração da unidade. Por meio desse contrato, o território será

cedido à associação por meio de instrumentos de gestão (cadastro de famílias, perfis de beneficiários, plano de manejo, dentre outros), haverá também a formação de um conselho deliberativo na qual o instituto será maioria. “Com efeito, o CCDRU confere segurança jurídica às comunidades quilombolas até que a titulação definitiva seja efetivada” (Souza et al. 2020: 15).

A proposta de Termo de Compromisso para a área da Rebio prevê ainda uma nova agenda de negociações para a elaboração das cláusulas para a permanência e uso da terra, elaboradas em comum acordo com o ICMBio, que do mesmo modo continuará sendo o responsável pela gestão da unidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente os conflitos sociais protagonizados pelas comunidades quilombolas precedem a qualquer registro legal. Não começa com a escravização dos primeiros negros nas colônias europeias, especialmente nas Américas, sequestrados de seus territórios originários. E ainda continuam sendo atualizados conforme a lógica e os interesses hegemônicos atuais.

Nesse sentido, como já dito anteriormente, as comunidades quilombolas são constantemente perseguidas e têm lutado permanentemente pela titulação de seus territórios. A institucionalização das questões ambientais, com a criação de diversas instituições e instâncias a nível de Estado, sem dúvida, são imprescindíveis para garantir controle e fiscalização acerca do uso dos bens

naturais. A contradição, no entanto, é que essas novas formas institucionalizadas inaugurem também novas formas de violências e conflitos.

Como demonstrado, a sobreposição entre as Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas tornou conflituosa a relação entre comunidades e órgãos gestores, sobretudo pelo processo de invisibilização e restrição do acesso e uso da terra, bem como dos bens naturais. Nesse sentido, o que chamou atenção foi a atuação dos agentes do Estado, desde a chegada da IBDF no território ancorando-se em critérios coloniais e marginalizadores.

Não obstante a rigidez das normas de policiamento ter uma finalidade de proibir e fiscalizar a caça, a pesca, a extração e o uso ilegal dos bens naturais no interior da reserva, a ação coercitiva do Estado significou para a população quilombola exclusão, marginalização e proibição, isso sem contar os prejuízos econômicos para a região e o acirramento das desigualdades sociais.

A emergência dos conflitos entre as comunidades quilombolas e Estado é justamente o ponto de inflexão entre essas duas partes, oriundo do cercamento das terras quilombolas com base nos interesses exógenos, apesar da justificativa legítima da conservação ambiental. Nessa arena, a relação entre Estado e comunidades é totalmente desproporcional, a burocracia e a imposição de uma outra lógica, sobretudo territorial tornou-se o principal motivo para que os quilombolas não consigam a titulação definitiva, embora já tenham a posse.

Outro obstáculo notável se expressa no interesse pela expansão da atividade minerária na

região pelos sucessivos governos brasileiros. Afinal, são 18 anos, dentro dos marcos legais, desde o primeiro pedido de titulação. Claro, a luta não inicia nos marcos iniciais da luta jurídica pela terra da comunidade quilombola do Alto Trombetas II, mas pela falta de reconhecimento, baixa capacidade administrativa do Estado, limitações, disputas diversas e, principalmente, pela morosidade para efetivar os processos de demarcação e titulação. Sendo imposto aos membros da associação, o “diálogo” como principal arena para possíveis soluções do conflito.

O diálogo, numa perspectiva legal, é uma forma de oferecer às partes envolvidas a chance de chegarem a uma solução satisfatória e consensual. Nesse sentido, fomentar o diálogo é importante, porque processos judiciais são, em geral, demorados – com uma série de fases processuais – e onerosos, pois demandam muitos gastos dos cofres públicos. Dessa forma, o diálogo, em tese, é uma forma de acelerar os processos judiciais e de instigar a sociedade a resolver os problemas de maneira pacífica e não conflituosa.

Desse modo, é importante observar as condições de cada parte, ou seja, se cada parte do processo possui uma boa assistência jurídica, se tem ciência dos seus direitos, a fim de que o diálogo não se torne a imposição da vontade de uma pessoa sobre a outra, caso contrário, a negociação só é boa para uma parte (Nader 1994). Porém, frequentemente, as partes são, em geral, bastante díspares, e nessa arena de disputa territorial em Trombetas, as comunidades quilombolas estão em franca desvantagem frente a todo o aparato

institucional que o governo detém.

No entanto, a compreensão que tive ao longo da escrita da pesquisa é que o “diálogo” nesse contexto se instala mais como uma categoria institucional e menos como nativa. Desse modo, é na verdade uma ferramenta utilizada pelo Estado para diminuir a intensidade que há dentro do conflito, na tentativa de criar também um ambiente harmônico, sobretudo nos espaços de reuniões, embora elas sejam encerradas com algumas deliberações e acordos positivos, não se pode defini-las como um espaço de completa harmonia, pois é marcado por constantes embates, muita disputa e muita tensão.

Isso é importante para ver e expor como é difícil acreditar num “diálogo” efetivamente no sentido dialógico. Na perspectiva de resolver os litígios envolvendo a luta por território pelas comunidades quilombolas na região do Rio Trombetas, o diálogo – determinado por uma sentença judicial – tem sido uma forma estatal para amenizar os conflitos existentes na região, mas que de fato tem contribuído para o prolongamento das disputas por mais tempo. Como consequência, o título definitivo está longe de ser emitido, e atualmente o único desdobramento do processo em trâmite é a celebração do contrato de Concessão de Direito Real de Uso e o Termo de Compromisso, ainda não finalizados.

Na ausência de documentos que garantam de modo efetivo o direito não apenas à posse da terra, mas também o direito, de fato, sobre o território, ações violentas praticadas por terceiros também interessados, nesse caso, o pró-

prio Estado, são frequentemente observadas. Garantir o título de domínio sob o território à comunidade quilombola Alto Trombetas II é um fator indispensável para assegurar a permanência e sobretudo a autonomia no que diz respeito ao uso da terra.

9. REFERÊNCIAS

Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II. 2018. *Protocolo de consulta e consentimento*. Santarém: ACRQAT.

Acevedo, Rosa, Castro, Edna. 1998. *Negros do Trombetas: guardiães das matas e dos rios*. Belém: Ed. Cejup/UFGPA/Naea.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas.

Brasil. 2003. *Decreto n. 4.887, de 20/11/2003. Regulamenta o procedimento para Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por Remanescentes das comunidades dos quilombos*.

Brasileiro, Sheila, Sampaio, José Augusto. 2002. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no Oeste baiano, in *Quilombos: identidade étnicas e territorialidade*. Organizado por O'Dwyer, Eliane Catarino. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Ecodimensão. 2014. *Relatório antropológico parcial de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural do território Jamari/Útimo Quilombo*.

Funes, Eurípedes A. 2009. Comunidades negras da Amazônia brasileira: políticas de desenvolvimento e exclusão social, in *Territorialidades na América Latina*. Organizado por Almeida, Maria Geralda, pp. 59-72. Goiânia: UFG.

Freire, Paulo. 1983. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Júnior, Emanuel de A. F. 2010. Unidades de conservação, mineração e concessão florestal: os interesses empresariais e a intrusão de territórios quilombolas no Rio Trombetas, in *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos*. Organizado por Almedira, Alfredo Wag-

- ner Berno et al., pp. 116-127. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições.
- Mendes, Raiana Siqueira. 2019. Construindo o diálogo: performance e política na regularização fundiária do território quilombola Alto Trombetas II. Monografia de Graduação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.
- Mendes, Raiana Siqueira, Reis, Glaucia S. Barboza. 2022. Entre diálogos e conflitos: o processo de regularização fundiária do Território Quilombola Alto Trombetas II. Monografia de Especialização, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Nader, Laura. 1994. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 9 (26):18-29.
- O'Dwyer, Eliane Cantarino. 2002b. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá, in: *Quilombos: identidades étnicas e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Organização Internacional do Trabalho. 1989. *Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais*.
- Salles, Vicente. 2005. *O negro no Pará sobre o regime da escravidão*. Belém: IAP - Programa Raízes.
- Simmel, Georg. 1983a. A natureza sociológica do conflito, in *Simmel: Sociologia*. Organizado por Moraes Filho, Evaristo, pp. 121-134. São Paulo: Ática.
- Souza, Marcelino Conti et al. 2020. Contrato de concessão de direito real de uso (CCDRU) como conciliação de interesse de terras quilombolas e unidades de conservação. *Cadernos de Estudos Sociais* 35(9).
- Wanderley, Luiz J. de M. 2006. Da senzala ao quilombo: a construção de territórios alternativos à escravidão no rio Trombetas/PA, in *Anais do I Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Niterói: Rede Rural/UFF.
- Wanderley, Luiz J. de M. 2005. Tem “cerca” para negro na Amazônia! A luta dos quilombolas do Trombetas – PA por titulação e uso da terra, in *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Presidente Prudente: Unesp.



ARTIGOS ORIGINAIS



PEIXES PESCADOS E ESCULPIDOS: ZOOMORFOS E HALIÊUTICA NOS SAMBAQUIS DO SUL DO BRASIL

Filipi Gomes de Pompeu

Universidade Federal de Pelotas

Gustavo Peretti Wagner

Universidade Federal de Pelotas

Lucas Antônio da Silva

Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro

submissão: 04.07.2022 aprovação: 12.12.2022

RESUMO

Este artigo versa sobre a presença e distribuição de esculturas zoomórficas (e antropomórficas) de estilo sambaquiano no Rio Grande do Sul e sua eventual relação com o conhecimento etnoictológico dos pescadores contemporâneos. A partir dessa perspectiva, acredita-se ser possível propor novas inferências na interpretação destas esculturas, na dinâmica da ocupação sambaqueira no estado e aferir uma continuidade da atividade humana com o ambiente litorâneo e os recursos costeiros.

Palavras-chave: Arqueologia, etnoarqueologia, zoomorfos, Rio Grande do Sul, sambaquis.

**CATCHED AND CARVED FISHES:
ZOOMORPHS AND HALIEUTICS IN
SAMBAQUIS IN SOUTHERN BRAZIL**

**PECES CAPTURADOS Y TALLADOS: ZOO-
MORFOS Y HALIÉUTICA EN SAMBAQUIS
EN EL SUR DE BRASIL**

ABSTRACT

RESUMEN

This paper is about the presence and distribution of zoomorphic (and anthropomorphic) sculptures of sambaquian style in Rio Grande do Sul and their relations with the ethnological knowledge of contemporary fisherman. From this perspective, it is believed that it is possible to propose new inferences on the interpretation of these sculptures and on the dynamics of sambaquian occupation in Rio Grande do Sul, as well assess the continuity of human activity in the littoral environment and coastal resources.

Este artículo trata sobre la presencia y distribución de esculturas zoomorfas (y antropomorfas) de estilo sambaquiano en Rio Grande do Sul y su eventual relación con el saber etnológico del pescador contemporáneo. Desde esta perspectiva, se cree que es posible proponer nuevas inferencias sobre la interpretación de estas esculturas, en la dinámica de ocupación sambaquiana en el Estado, y arriba acceder a una continuidad de la actividad humana con el medio litoral y los recursos costeros.

Keywords: Archaeology, ethnoarchaeology, zoomorphs, Rio Grande do Sul, sambaquis.

Palabras clave: Arqueología, etnoarqueología, zoomorfos, Rio Grande do Sul, sambaquíes.

1. INTRODUÇÃO

A partir dos estudos detalhados sobre a fauna presente nos sambaquis (Bandeira 1992, Figuti 1993, Hilbert 2011) foi evidenciada a importância dos peixes e outros animais aquáticos para a vida dos sambaquieiros. Do ponto de vista produtivo ficou explícito que se tratava de uma sociedade eminentemente pescadora, portanto, explorava o meio aquático e o concebia como um território para a reprodução de seu modo de vida (DeBlasis et al. 2021, Kneip et al. 2018, Silva & Gaspar 2019, 2022, Wagner & Silva 2013). De modo complementar, a associação dessa sociedade aos ambientes costeiros, e especialmente com as águas, sem dúvida influenciou suas crenças e ações no plano simbólico. A ritualização da morte (Gaspar et al. 2014, Klökler 2012, 2016) e todo o acompanhamento funerário associado aos corpos é, em sua maioria, de animais aquáticos, e também os objetos dialogam com os territórios fundamentalmente fluidos.

As esculturas líticas zoomórficas são uma das mais intrigantes categorias de artefatos dos sambaquis. Sua situação especial dentro da Arqueologia de sambaquis é paradigmática no sentido de ser um dos principais pilares ‘ideológicos’ da cultura sambaquiana, ajudando a estabelecer com alguma segurança parcialidades regionais dentro de um quadro cultural geral bem-delimitado – ao mesmo tempo que

é paradoxal em diversos outros aspectos como a crônica ausência de descrições *in loco*, cujos raros encontros costumam ser como mobília funerária ou em esconderijos por vezes quilômetros distantes do litoral e são contrastantes entre si. Outros meios de ambiguidade são a convivência espacial de esculturas altamente detalhadas com exemplos em que a forma animal é um mero vulto sugerido pelas silhuetas caprichosas dos seixos; e a indiscutível importância que a relação entre a anatomia animal e a cavidade quase sempre ventral estabelecem, conectando elementos escultóricos, anatômicos e, provavelmente, cosmológicos.

Essas características bastante ambivalentes entre o preciso e o inespecífico, o evidente e o duvidoso, e o visível e o invisível, sempre fizeram parte das suspeitas arqueológicas de modo velado nas pesquisas – ao menos nos sambaquis do Sul do Brasil, território tradicional das esculturas. O primeiro a citá-los, Charles Wiener, descreve uma arraia como uma forma de almofariz: “do que se chama hoje a arte aplicada a indústria” (Wiener 1876: 14), por exemplo. Mais de 50 anos depois de Wiener, Antonio Serrano estabeleceu suas fácies arqueológicas, caracterizando os zoomorfos como um elemento basal da parcela meridional do litoral sambaquiano (Serrano 1938: 38, 1940: 376)¹. Castro Faria preparou o primeiro trabalho específico sobre zoomorfos a partir de 22 esculturas que estavam no Museu Nacional. O antropólogo é o primeiro a descrever e interpre-

¹“Em 1885 Ladislau Netto, do Museu Nacional, apresentava uma primeira interpretação dos zoólitos, que seria mais tarde retomada por Antonio Serrano (1940)” (Tiburtius & Bigarella 1960: 6). Também é um antecessor do catálogo de Tiburtius e Bigarella por ser o primeiro a apresentar um conjunto de esculturas.

tar as esculturas e nota “um conhecimento seguro da morfologia dos respectivos grupos - peixes, aves, quelônios, cetáceos - como uma sensibilidade especial para a escolha dos elementos plasticamente mais expressivos” (Faria 1959: 6). Ele também apontou que os grupos de aves e peixes possuem mais esculturas, com quelônios (anfíbios) e mamíferos (terrestres) sendo menos numerosos. A maior parte de sua amostra é oriunda de Torres e, provavelmente, litoral Sul de Santa Catarina², sem que houvesse, contanto, uma percepção de que talvez representassem também uma preferência local. Castro Faria ainda dividiria as esculturas de aves entre aquelas com asas abertas e em posição de repouso.

Apenas em 1968 essa relação distante entre os zoomorfos como elemento arqueológico fundamental da cultura sambaquiana e a existência de estilos regionais seria abreviada pela identificação elementar das tipologias platiforme e paquiforme por Oswaldo Cabral. Ele nota: “...a diferença existente entre este tipo de zoólitos, achatados, com uma cavidade excessivamente rasa, bem trabalhados sobre uma placa lítica, e os outros, grossos, cilindro-cônicos, paquiformes...” (Cabral 1968: 5). Há também a percepção de que as esculturas platiformes são fenômenos locais se comparados à dispersão dos exemplos paquiformes.

Quando um segundo arrolamento de esculturas foi publicado com um conjunto maior em quantidade e área de dispersão (Tiburtius & Bigarella 1960), ficou sublinhada a existência de uma

realidade sambaquiana que ia além das conchas e dos zoomorfos propriamente ditos. Esse potencial não foi desperdiçado, pelo contrário; na década de 1970 surgiram dois estudos que ainda não foram superados em seus resultados. O primeiro é um catálogo compilando 242 esculturas (Prous 1974); o segundo, que usa o anterior como anexo, é um estudo aprofundado sobre a natureza dos zoomorfos que comprovou a existência desta outra realidade analítica ao conseguir estabelecer conjecturas internas à estrutura até então indistinta das esculturas como um todo (Prous 1977). Os trabalhos mais recentes de Gomes (2012), Milheira (2005, 2014), Garcia (2018), Oricchio (2019) e Pompeu (2020) têm mantido o lume da pesquisa aceso.

As esculturas passaram a ser contempladas em dois grandes conjuntos que representam “artefatos padronizados expressando categorias mentais (Prous 2018: 202). Primeiramente, foi estipulado um sistema de graus de realismo que varia de 1 a 4, variando entre um animal taxonomicamente identificável (4); um animal que pode ser associado ao ar, terra ou água (3); um animal que tenha cabeça, parte posterior (cauda) e apêndices laterais, com presença variável de detalhes como olhos e boca (2); e (1), apenas volumes simples, mais ou menos regulares e apenas aludindo a um animal de forma geral, às vezes com olhos ou bocas/bicos (Prous 1977). O realismo pode ser global ou segmentário, atuando com detalhes apenas em um trecho específico – em geral, a cabeça.

As esculturas do grupo geométrico costumam ser criaturas bastante intangíveis; parece

²Onde consideramos de Imbituba para Sul.

que o interesse era maior no jogo da geometria, ao invés de manifestar uma silhueta de um animal específico – resultado de uma falta geral de isometria do bloco inicial. A cavidade, quando existe, costuma ser menor do que o contorno, às vezes ocorrendo cúpulas³. O realismo geral é baixo (graus 1 e 2⁴): olhos e/ou bicos/bocas minimalisticamente executados por incisões e percussão, com realismo de grau 3, privilegiando a cabeça. Esse ‘modo geral’ é desenvolvido nas tipologias cruciformes e nucleiformes de Prous, que abrigam subcategorias (A, B, C...) - cada uma com até cinco variedades. Essas esculturas contam com alta dispersão em todo o litoral e no interior (Prous 1974, 1977, 2018).

Entre as esculturas naturalistas, o realismo é global e os contornos e detalhes anatômicos sempre fazem alusão a um animal de um domínio específico da paisagem: ar, água ou terra, com uma certa quantidade de casos ambíguos entre si. São aves genéricas, quadrúpedes terrestres, peixes diversos e cetáceos – poderíamos adicionar entre eles os antropomorfos em geral e ao menos algumas esculturas de osso. A cavidade e suas características estão bastante subordinadas às normas específicas do conjunto: sobrelevados⁵, platiformes⁶ e paquiformes⁷. Os detalhes anatô-

micos podem ser elaborados ao ponto de representarem sistemas dentro de sistemas, como é o caso dos platiformes de tipo A cujas nadadeiras fantásticas possuem progressão numérica entre a quantidade de raias em cada uma. Patas e dedos são diagnósticos para animais terrestres. A distribuição dessas esculturas de realismo esclarecido é bem mais restrita se comparada às esculturas geométricas (Imagem 1):

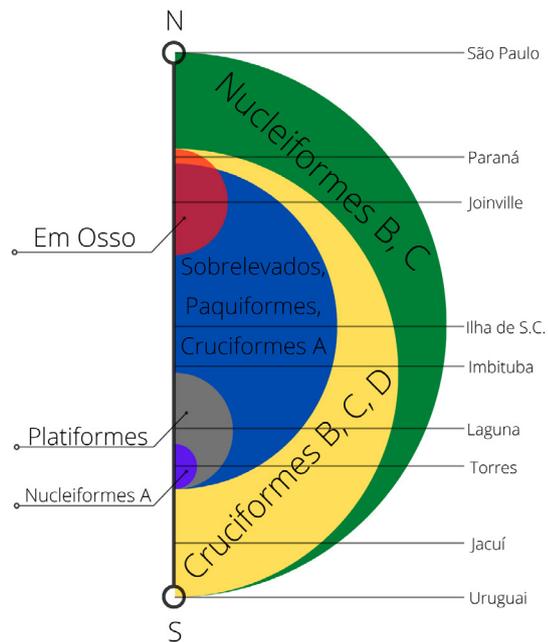


Imagem 1 - Distribuição das tipologias através do litoral brasileiro. Adaptado de Prous (1977).

³Uma depressão semi-esférica similar àquelas que caracterizam os artefatos comumente chamados de “quebra-coquinhos”: “Será dita cúpula toda depressão circular artificial cujas dimensões, em valor relativo ou absoluto, são inferiores àquelas de uma cavidade” (Prous 1977: 33).

⁴A exceção são os cruciformes C, cuja cabeça pode conter realismo segmentário de grau 3 (Prous 2015).

⁵Possuem um volume paralelo ao volume onde se esculpiu o animal e onde se localiza a cavidade.

⁶Blocos planificados, com uma cavidade rasa ao ponto do simbólico, geralmente no lado esquerdo do animal - sempre um peixe, até o momento.

⁷Similares aos nucleiformes, mas com simetria plena e alto grau de realismo, em geral. Podem ou não ter cavidade.

Prous (2007, 2015, 2018) tem afirmado que a distribuição das diferentes qualidades de zoomorfos denota uma forte identificação cultural balizada justamente na dualidade da interpretação da relação básica animal + cavidade:

...parte dos zoólitos (os da família geométrica) devia expressar crenças comuns que distinguiam seus produtores daqueles moradores dos sambaquis mais setentrionais, enquanto outros (os da família naturalista) expressariam a originalidade e os valores específicos de comunidades menores. (Prous 2018: 207).

Outra grande pesquisadora dos sambaquis é Madu Gaspar, que reiterou essa colocação:

As representations of entities belonging simultaneously to the material and spiritual worlds, zooliths may represent ancestors, founders, mythical culture heroes, or even deities of a shared cosmology. In the context of other broadly shared sambaqui patterns, their standardized style is commensurate with the emergence of a pan-regional ideology and adds to the impression of a unique and unified cultural expression along the entire southern coast. (Gaspar et al. 2008: 329).

2. RIO GRANDE DO SUL E A ESCOLA ESCULTÓRICA DE TORRES

O estado do Rio Grande do Sul é o trecho final da influência sambaquiana dentro das atuais fronteiras brasileiras. Embora os sítios pareçam reduzidos de tamanho quando comparados com os setentrionais, isto também se deve à menor disponibilidade de mariscos típicos do litoral recortado do Norte – no Sul, logo após Torres existem apenas campos de dunas móveis que não favorecem a concentração de colônias de bivalves tradicionais como *Anomalocardia* e *Ostrea*. Essa questão geográfica parece ter sido importante para os antigos sambaquianos, dado que em Torres se localizou uma das maiores oficinas de produção de zoomorfos de toda a região. Além de altamente prolífica, e talvez mesmo por causa disso, também dali são oriundas algumas das esculturas mais experimentais de todo o estilo artístico do litoral sambaquiano. Até o presente momento, para o estado, registraram-se 92 esculturas entre casos célebres, exemplares registrados e posteriormente desaparecidos e notícias⁸; divididas em regiões geomorfológicas (como demonstrado no quadro 1, abaixo):

⁸ Ainda a serem publicadas, após confirmação de algumas notícias em esculturas propriamente descritas, a ocorrer no futuro. Esta é uma atualização regional para o catálogo de 1974.

Quadro 1 - Quantificação dos zoomorfos atualmente conhecidos e/ou noticiados para o estado do Rio Grande do Sul. Elaborado pelos autores (2022).

REGIÃO	QUANTIDADE
Torres (pertence à Itapeva-Quadros)	49
Sistema Lagunar Itapeva-Quadros (Norte) ⁹	8
Serra Gaúcha	14
Sistema Lagunar Patos-Mirim (Sul)	10
Serra do Sudeste	2
Depressão Central	3
Campanha Gaúcha	1
Litoral (não especificado)	1
Rio Grande do Sul (não especificado)	4
Total	92

Mas ainda existem esculturas conhecidas que nutrem uma suspeitosa origem torrense. O município é uma referência antiga à Arqueologia brasileira – quando o afamado e vasto acervo do colecionador local Balbino de Freitas foi vendido para o Museu Paulista e para o Museu Nacional (Souza 2012¹⁰), há muito ele e outros interessados coletavam artefatos sambaquianos entre as dunas e casqueiros próximos. O arqueólogo argentino Antonio Serrano foi o primeiro a publicar estudos sobre a indústria local (Serrano 1937, 1940), muito embora arqueólogos amadores já registrassem com pesar a constante destruição do afamado sítio do Acampamento/Oficina Lítica que hoje está sepultado sob o asfalto da avenida Júlio de Castilhos (Ruschel 2003). Se tratava de uma

elevação dunar cercada de acúmulos conchíferos de pequeno porte com relativamente pouco material se comparados à elevação de matriz terrosa/dunar onde havia mais material:

De há muito a elevação vem sendo removida para extração de seixos rolados que ali se encontram em grande quantidade. Estes seixos foram, em grande parte, levados para o alto do montículo pelo indígena. Quando o visitei, nada menos de 10 toneladas haviam sido amontoadas e se destinavam ao campo de aviação da cidade. Casualmente comecei a remover os montões de pedras e em menos duma hora separei mais de 30 pedras com cavidades (...), três machados e vários percutores. A grande quantidade de peças inacabadas, cavacos e demais artefatos quebrados, indica que este lugar foi não só residência de antigo tapuias, mas também centro de suas atividades manuais. (Serrano, 1937: 5).

⁹Região do litoral gaúcho que abrange as lagoas citadas e todas as lagoas menores que estão associadas.

¹⁰ A venda para o Museu Paulista foi adquirida pelo então curador Hermann von Ihering em algum momento durante a sua ocupação do cargo (entre 1894 e 1916); já os artefatos enviados para o Rio de Janeiro, que formariam a base da coleção sambaquiana do Museu Nacional, foram vendidos apenas em 1941, após longa deliberação entre outros envolvidos, pois Freitas faleceu em meados de 1930. Ainda seria vendida uma pequena parte para o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre; e com certeza uma parte significativa foi vendida no varejo, segundo informa Souza (2012: 43), num estudo específico sobre a coleção.

Serrano (1937) ainda afirma que a coleção de Balbino de Freitas, rica em zoomorfos, foi 90% coletada dali. Dentro dessa contextualização duar algumas outras esculturas foram encontradas tanto em toda a extensão do retilíneo litoral gaúcho, como em trechos interiores da Lagoa dos Patos (Ribeiro et al. 2002); e mesmo serra acima (Ribeiro, Ribeiro & Silveira 1977) e pampas adentro (Paldaof 1899), esculturas de aves e peixes, bem longe dos sambaquis, em sítios votivos (Gomes 2012) e até dentro de casas subterâneas (Miller 1971 - ver Mapa 1). A variedade tipológica faz jus a tudo o que já havia sido “testado e aprovado” nos setentriões (Gráficos 1 e 2). Essa configuração regional ecoa, talvez por mera coincidência global, o próprio panorama local da distribuição de *loci* de evidências arqueológicas em Torres: “...a maioria das peças foi encontrada na areia, soltos ou muito distanciados dos sambaquis” (Souza 2012: 46).

Outra questão importante de Torres está na sua originalidade: a indústria local é tão característica que Prous pôde ser capaz de delimitar uma tipologia específica a partir das esculturas catalogadas para o município¹¹. Os nucleiformes A pertencem ao grupo geométrico, já explicado anteriormente – suas características particulares são: núcleo de contorno ovoide com cavidades ausentes (ou esboçadas), foco na elaboração da parte anterior da escultura (em geral, a cabeça); apêndices, quando presentes, pouco elaborados e mais sugestivos que descritivos, e costumam favorecer a parte posterior e depois as laterais. As quatro variedades são subordinadas a essa lógica, sendo calculadas a partir da aplicação dessas características, variando de esculturas onde apenas a parte anterior/cabeça está delimitada (com restos de córtex em alguns casos, variedade 1) até uma aproximação suave com nucleiformes C a partir dos apêndices laterais melhor destacados do núcleo.

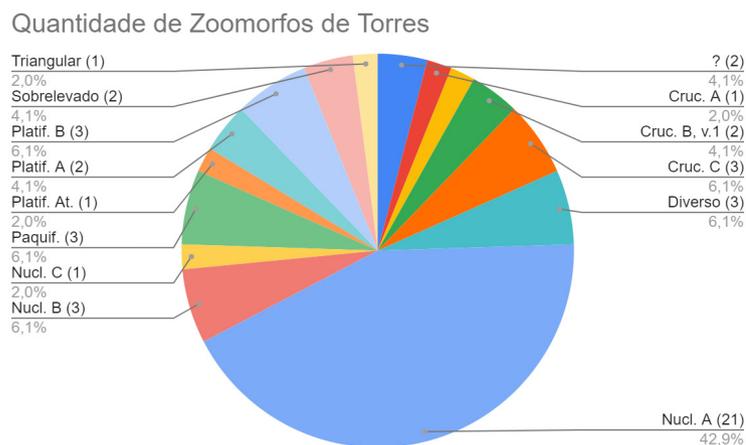


Gráfico 1 – Proporções entre as quantidades das diferentes tipologias de zoomorfos originárias de Torres. “?” se refere a uma notícia de escultura. Elaborado pelos autores (2022).

¹¹ Salvo a escultura n. 165, coletada no sambaqui de Congonhas, litoral Sul de Santa Catarina (variedade 4), a única exceção até o momento.

Quantidade de Zoomorfos Fora de Torres

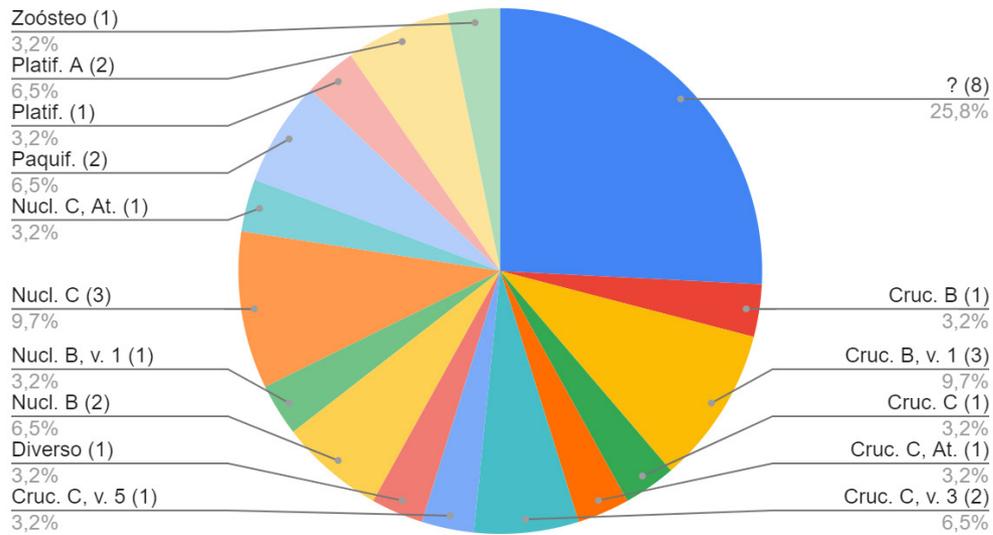
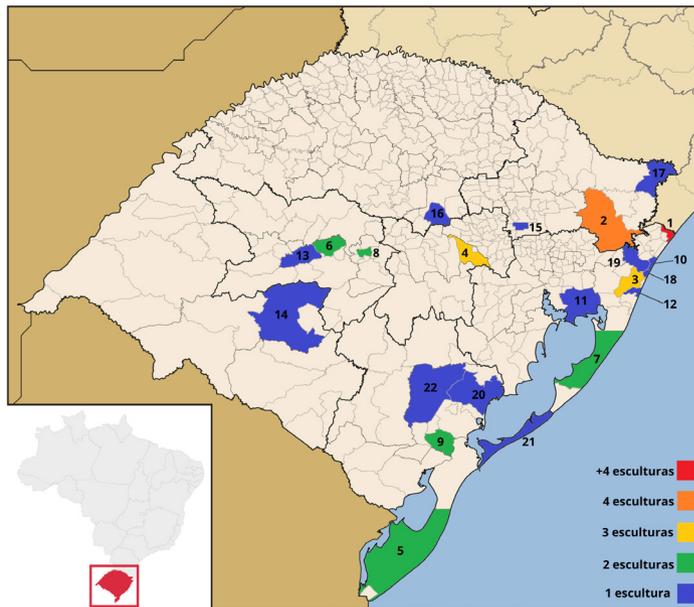


Gráfico 2 – Proporções entre as quantidades das diferentes tipologias de zoomorfos originárias extra-Torres. “?” se refere a uma notícia de escultura. Elaborado pelos autores (2022).



Mapa 1 - Distribuição de esculturas zoomórficas conhecidas para o estado do Rio Grande do Sul, inclui informações recentes e antigas por profissionais e amadores interessados. Adaptado de Abreu (2006)¹².

¹²https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_MesoMicroMunicip.svg.

Legenda:

- 1 - Torres
- 2 - São Francisco de Paula
- 3 - Osório
- 4 - Venâncio Aires
- 5 - Santa Vitória do Palma
- 6 - São Martinho da Serra
- 7 - Mostardas
- 8 - Faxinal do Soturno
- 9 - Capão do Leão
- 10 - Xangri-Lá
- 11 - Viamão
- 12 - Tramandaí
- 13 - São Pedro do Sul
- 14 - São Gabriel
- 15 - Garibaldi
- 16 - Barros Cassal
- 17 - São José dos Ausentes
- 18 - Capão da Canoa
- 19 - Maquiné
- 20 - São Lourenço do Sul
- 21 - São José do Norte
- 22 - Canguçu

Assim, para o presente estudo, interpretamos¹³ vo é cruzar informações entre espécies pescadas e e separamos todas as que apresentavam alguma espécies esculpidas, é necessário informar quais os afeição a peixes, cetáceos e sirênios, totalizando 27 resultados obtidos pela Zooarqueologia em sam- esculturas¹⁴ de todo o estado. Como nosso objeti- baquis. Os sambaquis estudados são os sambaquis

¹³A interpretação dos animais nas esculturas zoomórficas por si só rende um documento inteiro. Para os objetivos deste trabalho, consultamos o ictiólogo André Ferreira, da UFRGS, em 2018 para interpretar algumas esculturas da série a partir do viés profissional e taxonômico. Outras interpretações foram feitas de modo inconsistente por diversos colegas e amigos, a partir de imagens e discussões sobre as esculturas, na busca por interpretações cândidas que pudessem ser emuladas sem predisposições ou sugestões anteriores. Outras, ainda, foram resgatadas das fontes originais.

¹⁴n. 34, 35, 39, 45, 46, 48, 56, 75, 167, 174, 176, 192, 194, 199, 201, 227, 228, 229, 243, 245, 248, 253, 278, 279, 288 e 295. As numerações se referem àquelas do Catálogo Racional de Prous (1974). O catálogo para no n. 242, sendo os números seguintes uma atualização provisória que deverá ser atualizada em definitivo no futuro.

do Recreio, da Itapeva (ambos de Torres), da Dorva (em Três Cachoeiras) e o RS-AS-01 (Arroio do Sal) – que detêm entre si uma boa quantidade zoológico (Tocchetto 1987, Jacobus & Gil 1987, Gazzaneo, Jacobus & Momberger 1989, Rosa 1996, Hilbert 2010, Ricken et al. 2016).

Quadro 2 – Animais de afeição aquática pescados e esculpidos do Rio Grande do Sul

Nome	Animal	Esculpidos	Habitat/Localidade/Sítio (Qtd.)	Anatomia/Etologia	Alimentação	Migração/Reprodução
Arraia (<i>Batoidea</i>)			Estuários, litoral e alto mar, com preferência para o litoral. 0m a até o limite do alcance da placa costeira (200 km) de profundidade. N. 34 e 278 são de Torres, Oficina Lítica, nucleiformes A, v.1; n. 248 do sambaqui de Xangri-Lá, platiforme B. Sambaqui de Itapeva (NISP: 2)	ventre; algumas espécies contam com um esporão ósseo na cauda, podendo inocular veneno, outras possuem eletrorreceptores de baixa voltagem. Natação por movimentos ondulatórios. Cromatóforos e mimetismo com o fundo da água. Se enterra parcialmente em fundos arenosos para se camuflar. Capaz de saltar fora da água.	Crustáceos e moluscos bentônicos de fundo	Primavera/Verão
Bagre (<i>Genidens cf. barbatus</i>)		Não há esculturas zoomórficas interpretadas como bagre.	Águas doces salobras e salgadas, bentônico. Não habita muito além de 30m de profundidade. RS-AS-01 (NISP: 178) Sambaqui da Itapeva (NISP: 443) Sambaqui da Dorva (NISP: 13)	Peixe de couro, esporão-barbatana, venenoso (?), sem escamas, carne oleaginosa, barbilhões (bigodes) e machos levam os ovos na boca.	Onívoro, preferência por crustáceos, como siris	Inverno/Primavera (ago./dez.) para <i>G. barbatus</i> Inverno/Verão (out./maio) para <i>G. genidens</i>

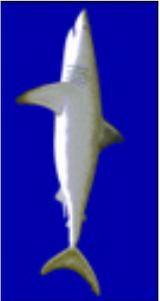
<p>Cangulo/ Peixe- -Porco (<i>Balistes capris- cus/ vetula</i>)</p>		 <p>nº 56</p>	<p>Marinho, arre- cifes, enseadas, entre 0-100m profundidade, geralmente 0-50m</p> <p>Platiforme A São Francisco de Paula, em abrigo sob rocha.</p> <p>Não há evidên- cias zooarqueo- lógicas deste peixe</p>	<p>Bilateral, cabeça triangular, nadadeira dorsal em forma de pena. Dentes apropriados para quebrar conchas de bivalves. Às vezes boia na superfície junto com algas e com os filhotes, os adultos guardam os ovos deposita- dos na areia até os filhotes nas- cerem, excelente pescado. Agres- sivo e resistente quando fígado, ele emite ruídos quando captu- rado, motivo de seu nome e pescadores tra- dicionais dizem compreender a “fala”. Associado diretamente à maré vermelha. Solitário ou pe- quenos grupos.</p>	<p>Bivalves, cracas (<i>Balanus sp.</i>), gastró- podes, crustá- ceos</p>	<p>Verão (nov./ mar.)</p>
<p>Cará (<i>Geopha- gus cf. brasili- ensis</i>)</p>		 <p>nº 35</p>	<p>Águas doces e salobras, bentopelágico, potamódromo, em profundidades rasas</p> <p>Platiforme A Torres, Acam- pamento/Para- deiro/Oficina Lítica</p> <p>Sambaqui da Dorva-Três Cachoeiras (NISP: 25)</p>	<p>Machos levam os ovos na cabeça, podem ter cores bem vivas, al- gumas espécies têm uma mancha nas laterais da cabeça e formam casais territoriais que defendem o ninho agressiva- mente.</p>	<p>Inverte- brados bentôni- cos</p>	<p>Prima- vera (set./ dez.)</p>

<p>Corvina (<i>Microgobias cf. furnieri</i>)</p>		<p>Não há esculturas zoomórficas interpretadas como corvina</p>	<p>Peixe marinho, estuarino, demersal, oceanódromo, ? – 60m de profundidade, usualmente 20-30m, cardumes e berçário no fundo de estuários RS-AS-01 (NISP: 29) Sambaqui do Recreio (NISP: 10) Sambaqui da Itapeva (NISP: 152)</p>	<p>Prefere fundos de lama ou areia, “Ronca” fora d’água, estrias oblíquas escuras no dorso e laterais e indivíduos grandes tendem a dourado</p>	<p>Juvenis se alimentam de moluscos sésseis e peixes. Adultos, de bentônicos e peixes ocasionais.</p>	<p>Outono</p>
<p>Jundiá (<i>Rhamdia cf. quelen</i>)</p>		<p>Não há esculturas zoomórficas interpretadas como jundiá</p>	<p>Em águas doces, 0-3m de profundidade; em riachos de corrente lenta, sobre fundos de serrapilheira acumulada ou/e entre troncos caídos. Sambaqui do Recreio (NISP: 16) Sambaqui da Dorva (NISP: 1)</p>	<p>Peixe de couro, barbatana superior com esporão (potencialmente tóxico), preferência notívaga, em águas transparentes com correntes lentas, habita entre troncos caídos, longos bigodes característicos e fêmeas têm o dobro do tamanho dos machos</p>	<p>Organismos bentônicos móveis</p>	<p>Primavera/Verão (ago./mar.)</p>
<p>Linguado (<i>Pleuronectiformes</i>)</p>			<p>Em águas marinhas, salobras e demersais, até 40m de prof.; em baías e estuários. N. 243 originário de Torres, Oficina Lítica, platiforme B; n. 288 de Santa Vitória do Palmar, platiforme A. RS-AS-01 (NISP: 6)</p>	<p>Morfologia característica, mimetismo por cromatóforos, se enterra em leitos arenosos, olhos podem ser do lado direito ou esquerdo. Bom pescado.</p>	<p>Crustáceos, moluscos, poliquetos.</p>	<p>Primavera/Verão (out./abr.) para <i>P. orbignyanus</i></p>

<p>Miraguaia (<i>Pogonias cromis</i>)</p>		<p>Não há esculturas zoomórficas interpretadas como miraguaia.</p>	<p>Em águas marinhas e salobras, demersal, oceanódromo, profundidade 10-? m, até 40m de profundidade, sobre fundos arenosos e lodosos, em especial, junto a grandes desembocaduras de rios. Juvenis entram em estuários</p> <p>RS-AS-01 (NISP: 151) Sambaqui do Recreio (NISP: 1) Sambaqui da Itapeva (NISP: 34)</p>	<p>Forma cardumes, fica na posição vertical para se alimentar; às vezes a cauda sai da água por isso.</p>	<p>Crustáceos, moluscos e peixes</p>	<p>Inverno/ Verão (out./jan.)</p>
<p>Papa-Terra (<i>Menticirrhus cf. littoralis</i>)</p>		<p>Não há esculturas zoomórficas interpretadas como papa-terra.</p>	<p>Em águas marinhas, salobras e demersais - sobre fundos arenosos e lodosos, a partir de 10m da rebentação. Às vezes entra em estuários.</p> <p>RS-AS-01 (NISP: 33) Sambaqui do Recreio (NISP: 106) Sambaqui da Itapeva (NISP: 124).</p>	<p>Associado com áreas de rebentação, que coloca em suspensão o alimento. Territorial: faz buracos, põe ovos e defende o local em casais. Pequenos bigodes, escamas menores no ventre do que no dorso, é um bom pescado.</p>	<p>Crustáceos, poliquetos, outros pequenos bentônicos</p>	<p>Primavera/ Verão (set./mar.)</p>

<p>Pescada (<i>Cynoscion cf. jamaicensis</i>)</p>		<p>Não há esculturas zoomórficas interpretadas como pescada</p>	<p>Águas doces, marinhas e salobras, demersal, oceanódromo, 1-20m de profundidade, até 70m, cardumes, juvenis têm berçários restritos aos estuários e mangues (RS-AS-01). (NISP: 3) Sambaqui do Recreio (NISP: 23) Sambaqui da Itapeva (NISP: 5) Sambaqui da Dorva (NISP: 2)</p>	<p>Par de dentes agudos na frente da boca, juvenis formam cardumes, preferência notívaga, bom pescado</p>	<p>Peixes menores, siris, caranguejos, camarões</p>	<p>Verão (dez./mar.)</p>
<p>Prejereba (<i>LOBOTES cf. SURINAMENSIS</i>)</p>		<p> nº 174</p>	<p>Em águas marinhas e salobras, bentopelágico, oceanódromo, baías, estuários e desembocaduras de rios Escultura originária de Torres, Oficina Lítica, platiforme A Não há evidências zooarqueológicas deste peixe.</p>	<p>Se deixa boiar na superfície como as folhas de mangue, próximo a objetos estacionários, juvenis nadam como folhas secas de mangue (<i>Rhizophora sp.</i>).</p>	<p>Crustáceos e bentônicos diversos. Afetado pela maré vermelha.</p>	<p>Primavera/Verão (out./mar.)</p>

<p>Sernambiguara/ Pampo (<i>Trachinotus cf. falcatus</i>)</p>		 <p>nº 48</p>	<p>Marinho, salobro, em arrecifes de 0-36m de profundidade, adultos em buracos ou canais nas pedras, junto aos costões, sobre fundos arenosos e às vezes lodosos. Jovens de preferência estuarina e manguezais. Durante o verão vão para as águas mais frias próximas à rebentação</p> <p>Escultura originária de Torres, Oficina Lítica, plataforma A</p> <p>Não há evidências zoológicas deste peixe.</p>	<p>Dimorfismo sexual, solitário (quando adulto) ou pequenos grupos, no verão, juvenis abundam em cardumes próximos à arrebentação em fundos arenosos, berçários longe da costa. Quando se alimenta próximo à superfície, pode elevar a barbatana dorsal para fora da água (referente a <i>T. "falcatus"</i>, "armado com foice"). Agressivo e resistente à captura. Associado ao ciclo lunar e a envenenamento por maré vermelha.</p>	<p>Quando jovem: crustáceos e pequenos peixes. Quando adulto: moluscos sésseis, crustáceos e gastrópodes</p>	<p>Para <i>T. marginatus</i>: Primavera/Verão</p> <p><i>T. falcatus</i> Varia conforme a região: quanto mais ao Sul, maior é a duração da época de reprodução</p>
<p>Tainha (<i>Mugil cf. liza</i>)</p>		<p>Há uma escultura (sem cavidade) de tainha original de Itajaí, Santa Catarina (n. 127).</p>	<p>Marinho, salobro e oceanódromo, entra em estuários e desova no mar.</p> <p>RS-AS-01 (NISP: 8)</p> <p>Sambaqui do Recreio (NISP: 120)</p> <p>Sambaqui da Itapeva (NISP: 420)</p> <p>Sambaqui da Dorva (NISP: 1)</p>	<p>Forma cardumes migratórios visíveis: quando reduz a salinidade, sobem à superfície. Época e quantidade influenciadas por regime de chuvas, 6 a 10 listras longitudinais, bom pescado.</p>	<p>Algas e pequenos organismos</p>	<p>Outono/Inverno (maio/out.)</p>

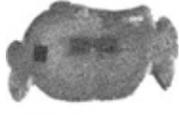
Tubarão-Branco (<i>Carcharodon carcharias</i>)		 n° 253	Marinho, pelágico, solitário ou em pares, estuarino, oceanódromo e 0-1200m de profundidade. Encontrada em esconderijo Capão do Leão, junto com um cruciforme (n. 254), paquiiforme atípico ou diverso. Para Tubarão-Mangona (<i>Odontaspis taurus</i>): Sambaqui da Itapeva, NISP não contabilizado.	Maior tubarão do mundo, solitário ou em pares, associação com peixes oportunistas. Raramente entra em estuários. Ataque oportunístico contra humanos, confundidos com tartarugas, associados com rêmoras e outros peixes necrófagos.	Piscívoro, arraiais, cefalópodes, quelônios, animais próximos à água	?
Baleia (<i>Mysticeti: Eubalaena australis</i> - <i>Megaptera novaeangliae</i>)		 n° 167  n° 176  n° 192	Marinho, pelágico, solitário, pares e grupos. N. 176 (Paquiiforme) encontrado nas dunas de Tramandaí; os outros, em Torres, Oficina Lítica (167: Paquiiforme; 192: Sobrelevado). Sambaqui da Marambaia (NISP: 1 ¹⁵)	Respiradouro noticiável a distância. Pula para fora da água. Canto dos machos audível no acasalamento. Nadadeira dorsal típica (Jubarte - <i>Megaptera novaeangliae</i> - ver n. 176) ou dorso liso (<i>Eubalaena australis</i>). Dimorfismo sexual, boca angular, diferenças de desenho e tonalidade nas caudas são pertinentes a indivíduos específicos, associada com cracas e rêmoras, indivíduos mortos dão na praia e são uma grande reserva de biomassa e matéria-prima.	Krill e pequenos peixes	Outono/Primavera (jul./nov.)

¹⁵ Os autores encontraram pessoalmente um fragmento de costela sobre o sítio em visita presencial, por volta de 2014. O sítio se situa em Arroio do Sal.

<p>Baleia/ Lobo- -Ma- -rinho (<i>Otariidae/Mysticeti</i>¹⁶)</p>			<p>Ambas esculturas encontradas em Torres, Oficina Lítica, n. 39 é um nucleiforme B, v. 2 e o n. 46 é um nucleiforme A, v. 4</p> <p>Sambaqui da Figueira (NISP: 1¹⁷)</p>	<p>Machos costumam ter pelos mais espessos na cabeça, como uma espécie de juba. Dimorfismo sexual, param para descansar, ou morrer, no litoral.</p>	<p>Peixes, cefalópodes, crustáceos, pinguins</p>	<p>Inverno</p>
<p>Peixe/ Ave</p>	<p>Não se aplica</p>		<p>? (Animal mítico)</p> <p>Todas as esculturas são de Torres, Oficina Lítica. Todas Nucleiformes A, v. 3</p>	<p>? (Animal mítico)</p>	<p>? (Animal mítico)</p>	<p>? (Animal mítico)</p>

¹⁶ Nos remeteremos apenas às informações dos otarídeos aqui.

¹⁷ Os autores, durante escavação do sítio, encontraram uma ossada quase inteira na base do sítio, associada a uma fogueira, em 2014.

"Peixe"	Não se aplica	<p>Notícia n. 75: "Sabemos também que o cidadão Francisco Furtado possui um outro zoolitho do Estado, representando a fôrma de um peixe" (Paldaof 1898: 346)</p>  <p>n° 194</p>  <p>n° 201</p>  <p>n° 279</p>  <p>n° 321</p>	<p>Não se aplica</p> <p>n. 194 e 201 de Torres; Platiformes B, Oficina Lítica.</p> <p>N. 279 (em osso) em algum lugar do interior do estado.</p> <p>n. 321, de São Pedro do Sul, próximo a uma antiga redução jesuítica do primeiro ciclo. Platiforme B.</p>	Não se aplica.	Não se aplica	Não se aplica
"Aquático"	Não se aplica	 <p>n° 45</p>  <p>n° 199</p> <p>Notícia n. 295: em xisto verde, desaparecida, poderia ter se tratado de uma moreia (<i>Anguilliformes</i> - animal com peçonha e capacidade elétrica) ou a um muçum d'água doce (<i>Synbranchus</i>)</p>	<p>n. 45 (um triangular) e n.199 (Platiforme B) oriundas de Torres, Oficina Lítica, n. 295 foi encontrado na Serra Gaúcha em local não determinado e tipologia diversa.</p>	<p>Apesar de serem esculturas alusivas à capacidades aquáticas, não é possível determinar com segurança nenhuma aproximação específica.</p>	Não se aplica	Não se aplica

Esculturas restantes: as esculturas n. 45 e n. 199 possuem afeições aquáticas, mas não é possível intuir ou deduzir a nenhum gênero ou comportamento – especialmente no segundo caso. A escultura de n. 295, desaparecida, poderia se referir a um réptil ofídio, mas também a uma mo-reia (*Anguilliformes*, um animal com peçonha e defesas elétricas) ou muçum (ex.: *Synbranchus*).

A escultura n. 295 era em xisto verde com tons cremes bastantes marcantes e similares à tainha paquiforme n. 127, longilínea, com três seções retas conectadas entre si por um ângulo de cerca de 30° a 45°. Uma ponta (cabeça) aplanada e a outra, rômbrica. Sem detalhes incluídos e com trechos onde restava córtex.

3. ARRAIAS E LINGUADOS PESCADOS E ESCULPIDOS

Arraias são peixes bastante diferenciados por sua forma corporal peculiar – mesmo para pessoas que não estudam animais aquáticos. Parentes dos tubarões e outros peixes cartilagineos (*Elasmobranchii*) diferem-se deles por possuir o corpo bastante achatado, com as fendas branquiais e a boca na parte ventral e os olhos e espiráculos¹⁸ situados no topo do dorso. As nadadeiras laterais, na verdade, são peitorais, adaptadas à sua forma discoidal: as ondulações que produzem são a principal forma de deslocamento das arraias. Outra característica interessante são os dentes em forma de placas, elemento diagnóstico

para a Zooarqueologia, utilizados para quebrar conchas de crustáceos e moluscos bentônicos; mas há espécies que são onívoras, complementando ou preferindo plâncton. A reprodução é uterina e ovovívipara: as cascas de ovo com quatro pontas, de aspecto plástico, são comumente encontradas nas praias, trazidas pelas marés. Sabe-se que as cláspides, duas nadadeiras traseiras-ventrais modificadas são usadas para o macho agarrar a fêmea durante a cruza.

São animais de hábito ctônico e/ou bentônico assim como os animais que costumam se alimentar (crustáceos, poliquetos, anelídeos, moluscos e raros peixes), assim, o dorso costuma ser de tonalidade escura ou possuir manchas que auxiliem na mímese entre a areia, as pedras ou as folhas, dependendo da arraia e de onde ela vive. Quase sempre procuram se enterrar no fundo, deixando apenas os olhos para fora. Nesta posição estática, típica das arraias de ferrão¹⁹, qualquer movimento suspeito é respondido com uma estocada – seja um peixe ou um banhista a origem da perturbação. Já as espécies da ordem *Torpediniformes* não possuem ferrão, ausência essa compensada pela capacidade de inflingirem choques elétricos de baixa voltagem quando ameaçadas. Embora apenas em exceções se tratem de casos fatais para humanos e animais, o susto com certeza é grande, já que outras criaturas próximas também são atingidas pela energia elétrica que se dispersa livre através da água. Mas nem sempre se limitam ao fundo da água: as arraias que são

¹⁸Para respiração.

¹⁹Espécies não determinadas possuem mucosas na ponta do esporão que são tóxicas, embora raramente fatais.

capazes de complementar a dieta carnívora com plâncton marinho, abandonam o hábito do fundo e emergem para menores profundidades, não raro rompendo a superfície e realizando saltos visíveis a distância enquanto se alimentam dos seres microscópicos (Nelson, Grande & Wilson 2016, Laranjeiras 2020).

No Brasil, os gêneros *Aetobatus*, *Atlantaraja*, *Bathytoshia*, *Fontitrygon*, *Gymnura*, *Hypanus*, *Myliobatis*, *Narcine* (arraias elétricas), *Rhinoptera* e *Sympterygia* são chamados popularmente de arraia ou raia nas águas marinhas e salobras²⁰. Os gêneros de água doce são *Paratrygon*, *Plesiotrygon* e *Potamotrygon*, também é notável o gênero *Mobula*, das grandes jamantas habitantes do alto-mar e das praias tropicais de águas mais aquecidas.

Por sua vez, os linguados são muito similares às arraias em suas formas corporais achatadas, por possuir dois olhos do mesmo lado do corpo e por ter o comportamento de se enterrar no fundo em busca de proteção ou de presas para se alimentar. Os linguados, ao contrário das arraias, preferem permanecer bentônicos, jamais indo muito longe do fundo e, às vezes, até por alguns quilômetros adentro nas placas continentais.

Sua forma planificada também tem uma origem diferente da das arraias: o peixe nasce bilateralmente simétrico, com natação vertical²¹; os olhos migram para um dos lados e o sentido do deslocamento se altera logo cedo no seu desenvolvimento²². Quando enterrado, os olhos ficam numa posição elevada, “semi-pedunculada” poderia se dizer, e possuem visão periférica total (Gibson, Stoner & Ryer 2015: 319²³). Isso implica dizer que linguados possuem todas as características tanto no lado verso quanto no inverso, assim como que suas nadadeiras aparentemente laterais são, na verdade, dorsais e ventrais – mas também que nadadeiras laterais, dentes e escamas são menores no lado voltado para baixo no peixe, que passa a ser assimétrico na vida adulta. Essa assimetria é sugerida quando vista de cima pela posição da boca, que sempre permanece virada para o lado favorecido como superior. Outra diferença às arraias está no fato que os linguados são inofensivos aos humanos, e a boca pode ser vista em ambas as faces do animal.

É importante apontar que distinções entre gêneros taxonômicos são as vezes atribuídas na diferença sobre qual lado do corpo os olhos dos linguados se situam: se do lado esquerdo

²⁰Não se trata de uma lista exaustiva, apenas ilustrativa pelo método: pesquisamos o nome popular arraia no banco de dados *FishBase* e listamos os gêneros ocorrentes para o Brasil. O mesmo ocorrerá com todas as espécies de peixes da análise.

²¹Como a dos cavalos-marinhos e pias de água doce (*Anastomidae sp.*; escultura platiforme B n. 9, de Imbituba, Sul de Santa Catarina). Para a reprodução entre adultos, o movimento volta a ser repetido, mesmo que apenas por alguns instantes (Gibson, Stoner & Ryan 2014: 317).

²²Nelson, Grande e Wilson (2016: 395) afirmam que isso acontece quando os alevinos possuem entre 1 e 2,5cm de comprimento – sendo, portanto, uma mudança observável a olho nu.

²³Com cada olho agindo independentemente, a visão binocular é limitada. Os autores salientam que parte das espécies não têm por base a caça visual, utilizando outros mecanismos para captar a presença de presas ou predadores eventuais (Nelson, Grande & Wilson 2016).

ou direito (Gibson, Stoner & Ryer 2015). Isto permitiria circunscrever gêneros particulares a zoomorfos específicos dado que a posição da cavidade em plataformas, embora favoreça as faces esquerdas dos peixes, também pode ser encontrada em raros casos destes (Prous 1977).

Há algumas espécies tanto de arraiais quanto de linguados que possuem cromatóforos na pele e são capazes de alterar a face dorsal imitando o padrão geralmente arenoso do fundo (Gibson 2015) – no caso de sedimento lodoso, basta ter o dorso em tons escuros profundos.

Para o litoral Sudeste-Sul brasileiro, encontramos 15 gêneros de linguados²⁴, totalizando 31 espécies – desses, os gêneros *Achirus*, *Apionichthys*, *Catathyridium*, *Oncopterus* e *Trinectes*, são identificáveis por preferir o lado direito voltado para cima, enquanto os gêneros *Bothus*, *Chascanopsetta*, *Citharichthys*, *Cyclopsetta*, *Engyophrys*, *Etropus*, *Paralichthys*, *Syacium*, *Symphurus* e *Xystreurus* preferem o lado esquerdo.

As esculturas zoomórficas que são ou remetem a arraiais são raras, mas bastante expressivas. O primeiro zoomorfo a ter uma imagem publicada é a arraia n. 6, do catálogo de Prous (1977), encontrado no litoral Sul de Santa Catarina, no cerne da região produto

ra de plataformas, logo é de se esperar o alto grau de realismo presente na escultura, que já foi sugerida como pertencente aos gêneros *Rhinoptera* (Faria 1959: 8) e *Myliobatis* (Prous 1977: 16). Apesar de não ser originária de Torres, tomamos a liberdade de utilizá-la como referencial imagético para a interpretação de esculturas por conta de seu alto grau de realismo e pela proximidade prática entre Torres e o litoral Sul de Santa Catarina, cuja relação entre os povos sambaquianos na época deveria ser vívida e constante, como demonstram os zoomorfos encontrados na serra gaúcha. Abaixo procuramos demonstrar algumas inter-relações existentes entre as esculturas de arraiais e linguados na região de Torres a partir de algumas de suas características escultóricas, deve ser salientado que não se trata de uma linha do tempo, pois a primeira interpretação seria a que a arraia n. 6 antecederia todas as outras, assim como embasaria uma perspectiva degeneracionista sobre os sambaquis que há muito já foi abandonada - para sempre, esperamos (Serrano 1937: 42, Von Ihering 1904: 541, Menghin 1962). Assim, apenas nos serve para justificar nossa interpretação dessas esculturas como pertinentes a tais animais e apresentá-las de fato (Imagem 2).

²⁴Ver nota 13.

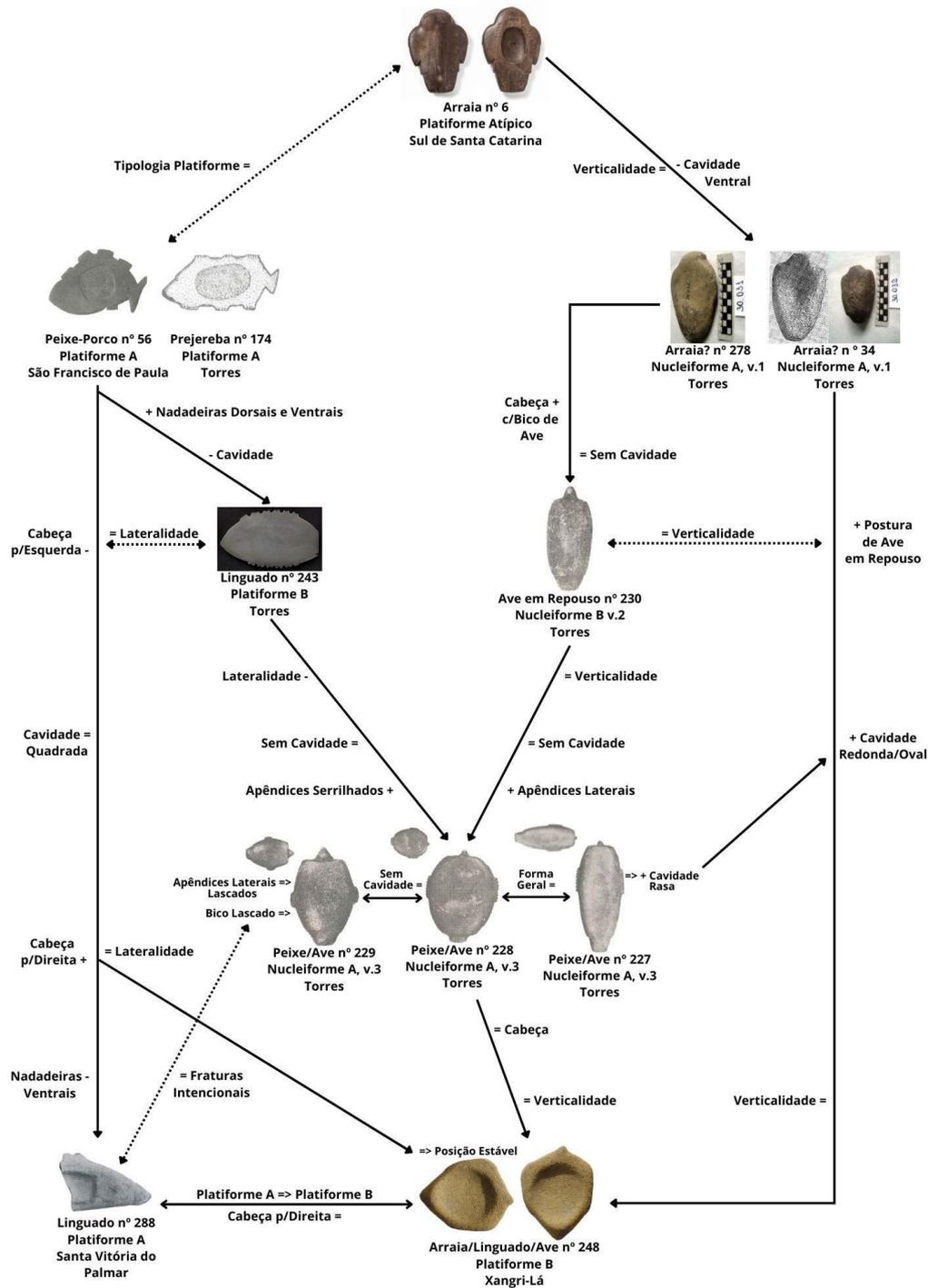


Imagem 2 – Esculturas zoomórficas de arraia e linguado de Torres, organizadas pela presença ou ausência de atributos corporais/escultóricos. Elaborado pelos autores (2022).

O esquema acima apresenta a presença, distribuição e intercâmbio de atributos escultóricos/anatômicos entre as esculturas interpretáveis como arraias e/ou linguados. Como se vê, algumas esculturas de fora de nossa análise aquática estão presentes para balizar o traslado de informações – mas elas também pertencem a Torres ou ao estado do Rio Grande do Sul. A ideia é demonstrar que é possível o estabelecimento dessas relações pontuais de um modo geral, desde que haja esculturas o suficiente numa determinada região geográfica e/ou temática zoomórfica. No caso, não é possível determinar precedência desta ou daquela forma primeira, mas é visível que elas nutrem forte sinergia local, transcendendo a forma e, talvez, sugerindo um fluxo contínuo de trabalho que desafia as normas de escultura, pelo foco dado ao comportamento do animal frente ao bloco escolhido para conter a escultura.

4. CETÁCEOS (BALEIAS, GOLFINHOS) E OTARÍDEOS

As baleias, presentes pontualmente no registro zoológico, mas com ao menos três esculturas identificadas com alguma segurança e outras duas (identificadas como *Otariidae*), trazem também esta ambiguidade. A de n. 192 se assemelha a um cetáceo, se os sulcos do animal esculpido fizerem menção aos sulcos mandibulares do animal-mesmo²⁵, em simulação do movimento vertical de sair da água.

De fato, o maior animal de sangue quente da Terra não poderia passar despercebido aos habitantes do litoral: além de possuir características morfológicas distintivas (tamanho, forma da boca, função e posição do respiradouro, padrão de manchas na nadadeira caudal único para cada indivíduo da espécie), o seu encalhamento era motivo de comoção litorânea. Diversos sinais, como o cheiro, a visão do animal encalhado e as aves rapineiras – assim como provavelmente outros animais oportunistas – chamam a atenção para além da praia. Cansados ou doentes, é um tanto natural se esperar que alguns desses gigantes acabassem encalhando durante a longa jornada; e seu volume concede uma dádiva de alimento e matéria-prima. Embora a indústria de osso dos sambaquis em geral seja mais presente a partir do litoral central de Santa Catarina, a repetição do motivo nos zoomorfos indica que os cetáceos e otarídeos eram foco de atenção econômica e cosmológica deste povo. Há outros povos indígenas que também possuem íntima conexão com os recursos costeiros, representando o lado Pacífico (*Haida*, *Tsimshian* e outros) e o Atlântico (*Selk'nam*, *Kawésqar* e *Yahgan* da Patagônia), compartilham elementos nos seus mitos, causos de disputa com outros grupos e arte inspirada e materializada a partir destes animais (Gusinde 1951, 1990, Boas 1916, 2014).

5. ANIMAIS ESCULPIDOS DE ESPÉCIES TAXONOMICAMENTE PRECISAS

²⁵ Sulcos paralelos existem nas esculturas n. 1 (*Balaenoptera*, de Imbituba) e n. 290 (Talvez um cachalote, *Odontoceti* – de Joinville). Agradecimentos à Tatiane Andaluzia da Silveira pela interpretação do segundo.

As esculturas de alto grau de realismo do estado do Rio Grande do Sul são poucas, mas bastante interessantes, isso porque quatro delas¹ representam peixes que compartilham entre si uma certa “tensão superficial”: tratam-se de animais que ou vivem ou nadam de modo horizontal por deriva evolutiva, idade ou estratégia de caça/defesa. Por exemplo, o pampo/sernambiguara costuma erguer a barbatana dorsal acima da água; comportamento associável ao do tubarão-branco n. 253 e da miraguaiá (sendo que essa última ergue a barbatana caudal, por sua vez se associando ao conhecido movimento das baleias). Já o prejereba prefere nadar de lado na superfície da água quan-

do alevino, e quando adulto, boia misturado a objetos ou vegetação flutuante, assim como o cangulo, aparte da questão etária. A contraparte bentônica destes peixes, é, naturalmente, o linguado, que possui os dois lados anatômica-mente idênticos, salvo o lado superior, que porta os olhos. O pampo ainda poderia ser associado a este comportamento natatório superficial quando morto pela ação da maré vermelha, fenômeno ao qual está associado (junto com outros diversos animais marinhos). Existe mesmo uma correlação taxonômica moderna que aproxima os pamos dos linguados a partir da mudança de posição dos olhos, como se vê abaixo (Imagem 3):

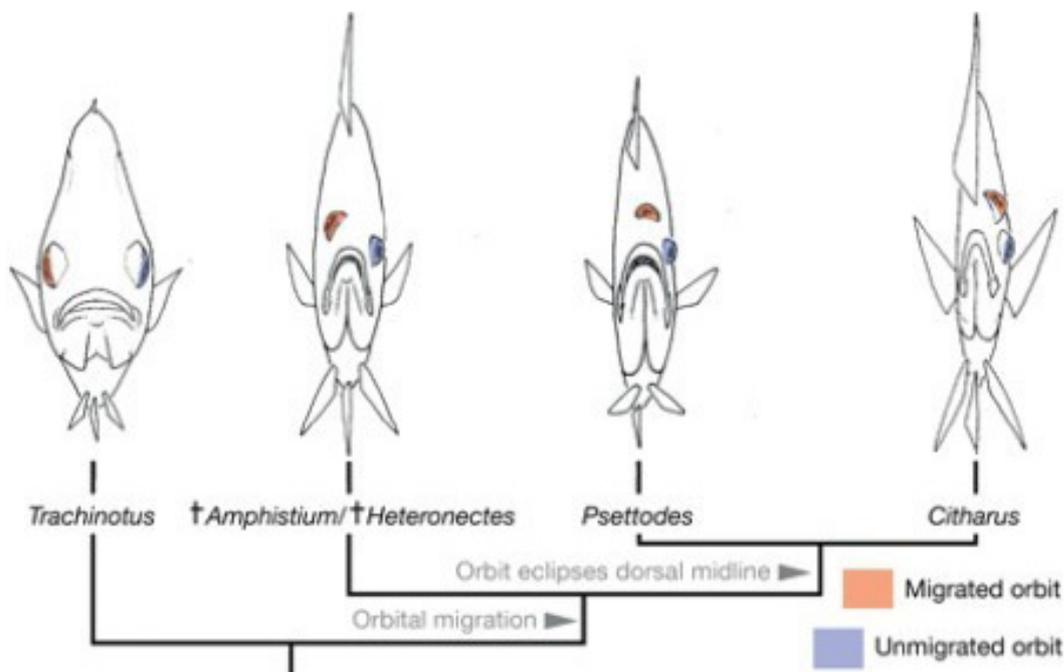


Imagem 3 – Correlação evolutiva entre *Trachinotus* e *Citharus* – um dos gêneros de linguados. Retirado de Friedman (2008).

²⁶ O pampo n. 48, o cangulo/peixe-porco n. 56, o prejereba n. 178 e o linguado n. 288 (ao qual se poderia adicionar o linguado n. 243, mas seu realismo é de grau 3).

A importância desse comportamento para a cosmologia sambaquiiana, ao menos no tocante aos platiformes, parece confirmada quando outras esculturas são pertinentes ao mesmo modo de deslocamento: o par n. 134 (*Pomacanthus* – Sul de Santa Catarina) nada de lado quando juvenil, mimetizando entre as folhas e utilizando a mesma estratégia do prejereba e, de certa forma, das arraias, linguados e miracéus²⁷ que se enterram na areia ou possuem cromatóforos de efeito camaleônico.

As outras duas esculturas são o cará bicéfalo n. 35 e o tubarão-branco n. 253, já citado acima. São esculturas atípicas já na questão do estilo, dado que o cará é bicéfalo entre macho e fêmea partindo da posição central da cavidade (que é a única dentre todos os zoomorfos a possuir cúpulas dentro dela – até o momento) e o tubarão-baleia, que incorpora elementos tecnotipológicos diversos das tipologias como cavidade grande de bordas sobrelevadas (a 2ª maior de todos conhecidos), contorno geral cruciforme, volume paquiforme e grau de realismo elevado – ausente em geral como a cavidade nos paquiformes. O grau de realismo elevado ainda é desafiado pela quantidade de guelras: um par a menos do que o peixe que conhecemos pela taxonomia ocidental (Ribeiro & Vooren 2002). O tubarão-branco, apesar de extremamente raro, é capaz de se aproximar da costa e atacar banhistas, que confunde com outras presas²⁸.

6. ETNOGRAFIA DOS PESCADORES/SENSORIALIDADE

O indicativo de que os zoólitos dos sambaquis de Torres representam espécies de pouca ocorrência no registro faunístico dos sítios é um caminho interessante para iniciar. Quando se observa as comunidades de pescadores artesanais de pequena produção (Diegues 2004) da costa do Rio Grande do Sul, especialmente aquelas voltadas para a pesca nas lagoas, as espécies mais pescadas estão alinhadas com os peixes encontrados no registro faunístico dos sítios (Silva 2012, Wagner, Silva & Hilbert 2020). De modo geral, essa diferença entre peixes pescados e peixes representados nas esculturas pode estar associada a fatores como tabus alimentares, pouca disponibilidade das espécies representadas (o “exótico”) ou uma questão que envolva a própria territorialidade e/ou identidade desses antigos pescadores.

Neste caso, a partir de dados etnoarqueológicos (Silva 2012, 2015, 2018) é possível observar como a territorialidade, isto é, o uso, a apropriação e a gestão de pesqueiros - lugares de pesca - influencia diretamente nas pescarias. Associado às condições atmosféricas e as artes pescas utilizadas, os pesqueiros são lugares para a seleção de espécies pescadas. Mesmo que se trate de uma seleção relativa, já que a imprevisibilidade é um fator que se manifesta no modo de vida pescador, o pesqueiro sempre é referido como um lo-

²⁷ Escultura n. 25 (Prous 1974).

²⁸ Informação dada pela bióloga marinha Tatiane Andaluzia da Silveira (2018).

cal com potencial associado a uma ou mais espécies de peixes (Silva 2012, 2015).

Nesse sentido, mais do que representar espécies exóticas – se comparadas ao registro faunístico dos sítios arqueológicos – as esculturas poderiam indicar a visitação de lugares especiais, isto é, os pesqueiros que só poderiam ser acessados em condições materiais e atmosféricas muito específicas. Por exemplo, a pesca de espécies como as arraias, tubarões; e mamíferos aquáticos como as baleias e lobos marinhos, poderia estar associada à visitação de pesqueiros acessíveis em condições de mar/vento mais calmos e a embarcações especializadas para cruzar a arrebentação. Por isso, as esculturas dessas espécies indicam a possibilidade de uma pesca ritualizada, voltada para práticas especializadas fora dos padrões de territorialidade do cotidiano. Portanto, não se trata aqui de reproduzir a ideia difundida de que essas espécies, especialmente as de maior porte como os tubarões e baleias, eram encontradas encalhadas nas praias. Pelo contrário, o que as esculturas sugerem, em conjunto com os dados etnoarqueológicos, é uma pesca específica, com a visitação de lugares pouco acessíveis no cotidiano, neste caso, o mar mais profundo. Os dados apresentados por Gilson e Lessa (2019), sobre a pesca em áreas de reprodução de tubarões – “berçários” – reforçam a essa hipótese do uso de pesqueiros especiais, visitados por condições e fenômenos que ocorrem em determinadas circunstâncias e épocas.

No caso contrário, quando o registro faunístico dos sítios e as espécies represen-

tadas nas esculturas são similares, é possível pensar por meio da compreensão existente na tradição dos grupos de pescadores, que divide o mundo entre terra e água e a partir disso, cria ordenamentos e classificações dos seres conforme os locais que os mesmos habitam. Segundo Da Silva (2000), os peixes são os seres mais classificados e ordenados nas sociedades pescadoras, pois a elaboração dessa complexa tipologia aproxima os pescadores aos próprios peixes, reforçando os vínculos entre seres da terra e da água. O reforço desse vínculo é visível nas comunidades de pescadores atuais pela utilização de analogias. Adomilli (2007) apresenta alguns exemplos dessa convergência, como entre o cação-martelo e uma “vaca boiada”, por conta da cabeça desse peixe ser semelhante a um par de chifres, ou em associações mais diretas, tais como o “peixe-galo” ou o “peixe sapo” e, por fim, o autor também menciona os lobos marinhos como “cachorros da água”. Nesse sentido, essas analogias ‘estéticas’ ou etológicas também podem indicar como as esculturas poderiam ser representações dessa conexão com a água e com um sistema de tipologias complexo das sociedades pescadoras dos sambaquis. Portanto, as representações, especialmente dos peixes de recorrência no registro arqueológico, poderiam ligar dois lugares – terra e água – estabelecendo essa conexão pelos peixes e seres do cotidiano.

Ainda que muito abrangente, a proposição de Castro-Faria (1959) sintetiza as duas hipóteses sobre as esculturas líticas:

Parece evidente que esta arte animalista (...), revela uma estreita familiaridade com a fauna litorânea regional (...). A identificação com o meio e a consequente exploração regular e sistemática dos seus recursos representaram de certo a motivação dessa escultura animalista. (Faria 1959: 14).

O uso, apropriação e gestão de pesqueiros 'especiais', isto é, acessíveis apenas em determinadas condições atmosféricas e com artepescas específicas, combinam-se com a constante associação dos pescadores aos seres da água. Portanto, de modo geral, as esculturas eram parte do conhecimento desses povos, sendo elas associadas ou não aos registros faunísticos dos sítios arqueológicos. Como sugere Da Silva (2000), esse conhecimento reúne o estender das capacidades humanas à natureza e, simultaneamente, a aceitação dos fenômenos indecifráveis da natureza. Com isso, pode-se concluir que os zoólitos são a materialização de uma complexa teia de acontecimentos que marcam o modo de vida pescador.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este esforço de pesquisa nasceu da compreensão de que os animais esculpidos não são os animais pescados, Wagner, Silva e Hilbert (2020) cruzaram os dados ictioarqueológicos de Hilbert (2010), com os dados etnoarqueológicos de Silva (2012, 2015, 2018) e a proposta interpretativa para o povoamento dos sambaquis de Wagner (2009a, 2009b) no intuito de compreender o lugar da pesca naquelas sociedades. Ficou claro que os peixes identificados, tais como cará, tai-

nha, miraguaia/burriquete, corvina, papa-terra e bagre são a base da alimentação nos sambaquis do Recreio, Dorva e Itapeva. Esses dados sugerem que a pesca se deu prioritariamente nas águas interiores, no Rosário de Lagoas do litoral Norte, acompanhada pela pesca de praia (indicada sobretudo pela presença significativa do papa-terra). A presença dos carás aponta também para pesqueiros em duas fozes significativas, rios Cardoso e Três Forquilhas, que descem aos saltos a encosta escarpada da Serra Geral e desaguam na Itapeva. As artepescas e as práticas cotidianas etnografadas sugerem a circulação embarcada para acesso aos pesqueiros situados nas áreas mais profundas da Lagoa da Itapeva, bem como nos canais que ligam as lagoas (que chegam a 12m). As linhas de espera à beira mar, para papa-terra, as redes para as tainhas e corvinas da lagoa e os espinhéis para os bagres dos banhados foram propostas como a tralha básica de pesca. Imagens dessa haliêutica podem ser encontradas em Silva e Wagner (2022).

De fato, a Ictioarqueologia e a Etnoarqueologia do litoral Norte não indicam a pesca embarcada no mar raso. Menos ainda sugerem o domínio do mar de fora (Wagner & Silva, 2022). Na realidade, do Cabo de Santa Marta ao Chuí, o litoral apresenta contornos diferentes do resto da costa brasileira e, aqui, a pesca indígena se deu dentro das barras (Wagner & Silva 2021a, 2021b). A interpretação é reforçada pelos trabalhos precedentes de Gaspar, Klokler e DeBlasis (2011) e Klokler (2014) para a paleolaguna de Santa Marta.

Contudo, o trabalho de Pompeu (2021) nos força a um outro olhar. As esculturas de animais marinhos reconhecidas para o Rio Grande do Sul sugerem a circulação embarcada no mar, ainda que acreditemos tratar-se do mar raso. É importante perceber que elas apontam para um território distinto das coisas do dia a dia. Demonstram que aquilo que está sendo ordinariamente representado, não é a pesca ordinária. Pelo contrário, os zoólitos representam o extraordinário da pesca. Ao mesmo tempo, os contextos de deposição funerária, em que os animais extraordinários (de pedra)

acompanham os mortos, são marcados por festins em que as camadas preparadas apontam para a presença massiva de corvinas e bagres, justamente os animais ordinários.

Talvez refletindo um pouco sobre a escatologia indígena seja possível ampliar ainda mais essa noção sobrenatural do extraordinário. O mundo dos mortos costuma, para algumas cosmologias, estar situado dentro das águas, como é o caso dos Bororo (Viertler 1991) – ou ainda ser um limbo dos mortos, como entre os Karajá (Nunes 2012). Por falta de espaço, esse será um tópico de um próximo estudo.

8. REFERÊNCIAS

Adomilli, Gianpaolo. 2007. Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte – RS. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre.

Bandeira, Dione da Rocha. 1992. Mudança na estratégia de subsistência: o Sambaqui Enseada II, um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis.

Barboza, Roberta, Pezzuti, Juarez Carlos. 2011. Etnoictiologia dos pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Pará: aspectos relacionados com etologia, usos de habitat e migração de peixes da família Sciaenidae. *Sitientibus* 11(2): 133-141.

Bernardes, Roberto Ávila, Dias, June Ferraz. 2000. Aspectos da reprodução do peixe-porco, *Balistes capriscus* (Gmelin) (*Actinopterygii*, *Tetraodontiformes*, *Balistidae*) coletado na costa Sul do estado de São Paulo, Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia* 17(3): 687-696.

Boas, Franz. 1916. Tsimshian mythology. *Annual Report of the Bureau of American Ethnology* 31: 27-1037.

Boas, Franz. 2014. *Arte Primitiva*. Petrópolis: Editora Vozes.

Cabral, Oswaldo Rodrigues. 1968. Da raridade dos zoólitos platiformes. *Anais do Instituto de Antropologia* 1(1): 3-20.

DeBlasis, Paulo, Gaspar, Madu, e Kneip, Andreas. 2021. Sambaquis from the Southern Brazilian Coast: Landscape Building and Enduring Heterarchical Societies throughout the Holocene. *Land* 10: 1-27.

Diegues Antonio. 2004. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAB-USP.

Esper, Maria de Lourdes Pereira, Menezes, Marcia Santos de, e Esper, Walmir. 2001. Época reprodutiva de *Mugil platanus* da Baía de Paranaguá. *Acta Biologica Paranaense* 30 (1, 2, 3, 4): 5-17.

Faria, Luis de Castro. 1959. *A arte animalista dos paleoameríndios do litoral do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

Figuti, Levy. 1993. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquieiros. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 3: 67-80.

Friedman, Matt. 2008. The evolutionary origin of flatfish asymmetry. *Nature* 454: 209-212.

Garcia, Jefferson Batista. 2018. Patrimônio arqueológico: os artefatos zoomorfos e antropomorfos sambaquieiros do estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Universidade de Joinville, Joinville.

Gaspar, Maria Dulce et al. 2008. Sambaqui (Shell Mound) Societies of Coastal Brazil, in *The Handbook of Southamerican Archaeology*. Organizado por Isbell, Helaine, Silverman William, pp. 319-338.

Gaspar, Madu, Klökler, Daniela, e DeBlasis, Paulo. 2014. Were Sambaqui People Buried in the Trash? Archaeology, Physical Anthropology, and the Evolution of the Interpretation of Brazilian Shell Mounds, in *The Cultural Dynamics of Shell-Matrix Sites*, organizado por Roksandic, Mirjana et al., pp. 91-100.

Gilson, Simon-Pierre, Lessa, Andrea. 2019. Pre-colonial groups from brazilian coast and sharks: first glimpse on a complex relationship by the case study of the shallow site Rio do Meio, Santa Catarina. *Cadernos do LEPAARQ* 16 (32):156-168.

Gomes, Ângela. 2012. Perspectivas interpretativas no estudo das esculturas zoomórficas pré-coloniais do litoral Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Gibson, Robin. 2015. Introduction, in *Flatfishes: biology and exploitation*. Editado por Gibson, Robin,

Nash, Richard, Geffen, Audrey, e Van der Veer, Henk, pp. 1-12.

Gibson, Robin, Stoner, Allan, e Ryer, Clifford. 2015. The behaviour of flatfishes, in *Flatfishes: biology and exploitation*. Editado por Gibson, Robin et al., pp. 314-345.

Gusinde, (Pe.) Martin. 1951. “Fueguinos”: *hombres primitivos de la Tierra del Fuego*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos.

Gusinde, (Pe.) Martin. 1990. *Los Indios de la Tierra del Fuego: Los Selk’nam (Tomo I)/Los Yámana (Tomo II)/Los Halakwulup (Tomo III)*. Buenos Aires: Centro Argentino de Etnologia Americana.

Hunn, Eugene. 1982. The utilitarian factor in folk biological classification. *American Anthropologist* 84(4): 830-847.

Isaac, Victoria. J. 1988. Synopsis of biological data on the Whitemouth Croaker *Micropogonias furnieri* (Desmarest, 1823). *FAO Fisheries Synopsis* 150: 1-35.

Klökler, Daniela. 2008. Food for body and soul: mortuary ritual in shellmounds (Laguna-Brazil). Tese de Doutorado, Universidade do Arizona, Departamento de Antropologia, Tucson.

Klökler, Daniela. 2012. Consumo ritual, consumo no ritual: festins funerários e sambaquis. *Habitus* 10: 83-104.

Klökler, Daniela. 2016. Animal para toda obra: fauna ritual em sambaquis. *Habitus* 14: 21-34.

Kneip, Andreas, Farias, Deisi Scunderlick, e DeBlasis, Paulo. 2018. Longa duração e territorialidade da ocupação sambaqueira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina. *Revista de Arqueologia* 31: 25-51.

Laranjeiras, Maria Eduarda Alves. 2020. Dieta da Raia-elétrica *Narcine brasiliensis* (Olfers, 1831) (*Elasmobranchii: Narcinidae*) na costa sul do Estado de São Paulo. Dissertação Mestrado em Biodiversidade de Ambientes Costeiros, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, São Vicente.

Lanes, Carlos Frederico Ceccon et al. 2010. Sperm quality of Brazilian flounder *Paralichthys orbignyanus* throughout the reproductive season. *Aquaculture Research* 41: e199-e207.

Lima, Tania Andrade. 1991. Dos mariscos aos peixes: um estudo zooarqueológico da mudança de subsistência na pré-história do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Miller, Eurico Theofilo. 1971. Pesquisas arqueológicas efetuadas no planalto meridional, Rio Grande do Sul (Rios Uruguai, Pelotas e das Antas), in *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, resultados preliminares do quarto ano (1968-1969)*, pp. 37-70.

Milheira, Rafael. 2005. Esculturas líticas sambaqueiras: algumas possibilidades interpretativas - reflexões a partir de uma coleção lítica do LEPAARQ/UFPEL. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Milheira, Rafael. 2014. Zoólitos: algumas reflexões sobre as esculturas sambaqueiras, in *Arqueofauna e Paisagem*. Editado por Zocche, Jairo et al., pp. 187-208.

Mota, Arlete, Campos, Elmar C., Rodrigues, Jair D. 1983. Seletividade em redes de emalhar utilizadas na pesca de acará *Geophagus brasiliensis* (Quoy & Gaimard, 1824) (*Osteichthyes, Cichlidae*) e época de reprodução na represa de Ponte Nova, Rio Tietê, Estado de São Paulo, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca* 10: 119-127.

Mulato, Iuri, Pacheco, Corrêa, Beatriz, e Vianna, Marcelo. 2015. Distribuição espaço-temporal de *Micropogonias furnieri* (*Perciformes, Scianidae*) em um estuário tropical no Sudeste do Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca* 41(1): 1-18.

Nelson, Joseph et al. 2016 [1976]. *Fishes of The World*. New Jersey: Wiley & Sons.

Nunes, Eduardo Soares. 2012. Lembrar dos vivos, esquecer dos mortos: parentesco e memória entre os Karajá de Buridina (Aruanã - GO), in *Etnologia Indígena e Indigenismo*, organizado por Pimenta, José, Smiljanic, Maria Inês, pp. 185-208.

Nunes, Moisés Ubiratan Schmidt. 2020. O conhecimento ecológico de pescadores sobre a reprodução e migração dos recursos pesqueiros em um ecossistema costeiro subtropical do Atlântico Sul. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Oricchio, Ivana. 2019. Zoólitos do Brasil Meridional: uma proposta de classificação paradigmática. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

Paldaof, J. M. 1899. Archeologia rio-grandense. *Revista do Museu Paulista* 4: 339-347.

Pompeu, Filipi Gomes de. 2020. O universo numa casca de marisco: arqueologia animista aplicada aos sambaquis e zoomorfos do Brasil meridional. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica

ca do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre.

Prous, André. 1974. Catalogue raisonné des sculptures préhistoriques zoomorphes du Brésil et de l'Uruguay. *Dédalo* 10 (20):11-127.

Prous, André. 1977. *Les sculptures zoomorphes du sud brésilien et de l'Uruguay*. Paris: École de Hautes Études.

Prous, André. 2015. Esculturas de pedra, arte e fronteiras culturais pre-históricas, in *34º Panorama da Arte Brasileira: da pedra, da terra, daqui*. Organizado por Amaral, Aracy, pp. 35-100.

Prous, André. 2018. As esculturas de pedra (zoólitos) e de osso dos sambaquis do Brasil meridional e do Uruguay. *Revista Memorare* 1: 197-217.

Prous, André, Rodet, Maria Jacqueline, e Lima, Ângelo Pessoa. 2011. Les vivants et leurs morts: évocation des rites funéraires dans la préhistoire brésilienne (12000-500 BP), in *Peuplements et Préhistoire en Amériques*, organizado por Vialou, Denis, pp. 393-406.

Ribeiro, Pedro Augusto Mentz, Vooren, Carolus Maria. 2002. Um tubarão na arqueologia do Brasil. *Elasmovisor*. <http://www.sbeel.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Elasmovisor-Junho%202002.pdf>

Ruschel, Ruy Ruben. 2003 [1966]. Sítios arqueológicos de Torres. *Revista do CEPA* 27(38): 69-112.

Santos, Adriana Portes. 1997. Estrutura populacional e aspectos alimentares e reprodutivos da Pescada-Branca *Cynoscion leiarchus* (Cuvier, 1830) (*Sciaenidae*, *Pisces*) na região estuarina da Baía de Guaratuba, Paraná. Monografia de Bacharelado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Seeger, Anthony, da Matta, Roberto, e Viveiros de Castro, Eduardo Batalha. 1979. A construção social da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional* 32: 2-19.

Serrano, Antonio. 1937. Subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. *Revista do Arquivo Municipal*. 36(3): 3-42.

Serrano, Antonio. 1940. Los sambaquis y otros ensayos de arqueologia brasileña. *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia* 2: 327-442.

Silva, Lucas Antônio da, Gaspar, Madu. 2019. Anzóis, redes e pescadores: reflexões sobre a arqueologia da pesca. *Revista de Arqueologia* 32(2): 4-15.

Souza, Helena Vieira Leitão de. 2012. A Coleção Balbino de Freitas e o Museu Nacional. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro.

Souza, Shirley P., Begossi, Alpina. 2007. Whales, dolphins or fishes? The ethnotaxonomy of cetaceans in São Sebastião, Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine* 3(9).

Tiburtius, Guilherme, Bigarella, Íris Koehler. Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná. *Pesquisas. Antropologia* 7: 1-51.

Tiburtius, Guilherme. 1966. O sambaqui Conquista (Nº 9). *Boletim Paranaense de Geografia* 18 (20): 71-126.

Viertler, Renate. 1991. *A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo*. São Paulo: HUCITEC/Editora da Universidade de São Paulo.

Viveiros de Castro, Eduardo Batalha. 2002. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena, in *A Inconstância da Alma Selvagem*. Editado por Viveiros de Castro, Eduardo Batalha, pp. 347-399.

Wagner, Gustavo. 2009a. Sambaquis da Barreira da Itapeva, uma Perspectiva Geoarqueológica. Tese de Doutorado, PPGH, PUCRS, Porto Alegre.

Wagner, Gustavo. 2009b. A evolução paleogeográfica e a ocupação dossambaquis no litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil, in *Quaternário do Rio Grande do Sul, integrando conhecimentos*. Editado por Bauermann, Soraia, Ribeiro, Ana Maria, e Scherer, Carolina, Canoas: Sociedade Brasileira de Paleontologia. pp. 243-254.

Wagner, Gustavo, Da Silva, Lucas, e Hilbert, Lautaro. 2020. O sambaqui do Recreio: Geoarqueologia, Ictioarqueologia e Etnoarqueologia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 15 (2): 1-12. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0084>

Wagner, Gustavo; Da Silva, Lucas. 2021a. “Outros Pesqueiros”: Apontamentos sobre a pesca, os pescadores e os ambientes do Sul do Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas* 16 (1): 1-10.

Wagner, Gustavo; Da Silva, Lucas. 2021b. Saberes e pesqueiros: reflexões sobre conhecimento e território na pesca tradicional do Sul do Brasil. *Revista de Arqueologia* 34(2): 63-86.

Wiener, Carlos. 1876. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil. *Boletim do Museu Nacional* 1.

REPLICANDO UMA URNA MARAJOARA: ICONOGRAFIA, SABERES E AFETO

Marcelle Rolim de Souza Lima

Museu Paraense Emílio Goeldi

submissão: 01.12.2022 aprovação: 02.03.2023

RESUMO

Este artigo segue um percurso etnográfico dado a partir da Arqueologia em torno da replicação artesanal de uma urna marajoara com bastante representatividade local e muito reproduzida por artesãos de Icoaraci (Distrito de Belém) e da Ilha do Marajó, no estado do Pará, Amazônia brasileira. Por meio de estudos da iconografia, da replicação artesanal e da persistência das ressignificações contemporâneas de imagem desse artefato arqueológico, proponho refletir para além do objeto, considerando as diferentes formas de fruição dessa cerâmica entre pessoas que são tocadas por ela.

Palavras-chave: Arqueologia amazônica, urna marajoara, iconografia, ressignificações, réplicas artesanais.

REPLICATING A MARAJOARA URN: ICONOGRAPHY, KNOWLEDGE AND AFFECTION

ABSTRACT

This article proposes an ethnographic route, based on archeology, around the artisanal replication of a Marajoara urn with great local representation and often reproduced by artisans from Icoaraci (District of Belém) and from Marajó Island. Through the studies of its iconography, its artisanal replication, and the persistence of contemporary resignifications of its image, I propose to reflect further beyond the object, considering the important relationship of this ceramic piece with the people who are affected by it.

Key words: Amazonian Archeology, marajoara urn, iconography, resignifications, handmade replicas.

REPLICACIÓN DE UNA URNA MARAJO- ARA: ICONOGRAFÍA, CONOCIMIENTO Y AFECTO

RESUMEN

Este artículo propone seguir un recorrido etnográfico, basado en la arqueología, en torno a la réplica artesanal de una urna marajoara con bastante representación local y muchas veces reproducida por artesanos de Icoaraci (Distrito de Belém) y de Ilha do Marajó. A través de los estudios de su iconografía, su réplica artesanal y la persistencia de resignificaciones contemporáneas de su imagen, propongo pensar un poco más allá del objeto, considerando la importante relación de esta cerámica con las personas que son tocadas por ella.

Palabras clave: Arqueología amazónica, urna marajoara, iconografía, resignificaciones, réplicas artesanales.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo realiza um percurso etnográfico a partir da Arqueologia, em torno da replicação artesanal de uma importante urna marajoara parte do acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em Belém (PA). Esse processo se deu a partir de duas experiências de campo, a primeira na Ilha do Marajó (entre os anos de 2020 e 2022), nos municípios de Soure, Salvaterra e na Vila de Joanes, com o objetivo de investigar as referências iconográficas da urna marajoara nas cidades, ruas, museus, artesanatos e no cotidiano das pessoas que lá vivem, além de mapear onde esse objeto arqueológico aparece e de que forma ela está presente no imaginário coletivo. Já a segunda experiência de campo ocorreu no interior da Reserva Técnica de Arqueologia Mário Ferreira Simões, do MPEG, entre janeiro e março de 2020, envolvendo a reprodução artesanal da urna marajoara estudada com ceramistas do projeto “Replicando o passado: a socialização da coleção arqueológica do Museu Goeldi através do artesanato cerâmico de Icoaraci”¹.

As visitas ao Marajó foram essenciais para a percepção da relação dos lugares e dos artesãos com as referências da urna marajoara e de sua iconografia. Esses diálogos com os coletivos de ceramistas podem ser percebidos como uma identificação com as culturas dos povos marajoaras do passado, em que as representações con-

temporâneas trazem ressignificações e releituras variadas.



Figura 1 – Urna marajoara na reserva técnica de Arqueologia do MPEG. Foto: Marcelle Rolim (2020).

Paralelamente, o estudo e a replicação artesanal da urna marajoara possibilitaram o encontro de saberes entre a ciência arqueológica e o conhecimento técnico dos ceramistas, sempre no entorno do milenar conhecimento indígena materializado na urna e experienciado na feitura da réplica artesanal. Esse foi um longo processo realizado pelos ceramistas do projeto “Replicando o passado...”, no qual me inseri primeiro como

¹ Como parte dessa etapa da pesquisa foi produzido um vídeo intitulado “Encontro de Saberes: a urna marajoara e suas temporalidades”, que narra essa experiência e mostra um pouco do trabalho desenvolvido no projeto. <https://www.facebook.com/forumacervosarqueologicos/videos/1059957804742412>.

ceramista, estudando as peças e moldando a argila na produção de réplicas; e posteriormente, a partir de uma pesquisa de mestrado. Portanto, essa experiência atravessa minha condição concomitante de ceramista-estudante-pesquisadora.

O projeto “Replicando o passado...” é desenvolvido desde 2016 pela equipe de curadoria da Reserva Técnica Mário Ferreira Simões, no MPEG, juntamente com um grupo de ceramistas residentes no Paracuri, um bairro oleiro do distrito de Icoaraci no município de Belém (Lima et al. 2018). No projeto, a equipe de ceramistas faz a seleção e estudo das peças arqueológicas juntamente com a equipe de Arqueologia do MPEG e replica as peças artesanalmente, considerando algumas variáveis como o estado de conservação da peça, marcas de queima, dentre outros detalhes.

Integro a equipe do projeto como ceramista e estudante do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS/MPEG), portanto, meus interesses estão direcionados aos significados da feitura da réplica artesanal da urna ao mesmo tempo que a construo, moldando a argila em busca das mesmas formas, cores e técnicas originais de construção dessa peça. A seleção das peças a serem replicadas com o intuito de formar coleções didático-científicas é fruto do diálogo entre a curadoria da reserva técnica e os ceramistas envolvidos no projeto. Por outro lado, a demanda de reproduzir a urna marajoara surgiu do desejo dos próprios ceramistas, mesmo com enormes desafios de replicar essa peça de grandes dimensões. O desejo dos artesãos em

reproduzi-la explica-se por ser esta uma urna funerária muito conhecida do público amazônico e muito reproduzida pelos próprios ceramistas de Icoaraci e do Marajó.

A comunidade oleira do Paracuri tem um histórico de reprodução de cerâmicas arqueológicas e peças inspiradas nas culturas marajoara e tapajônica. Ainda na década de 1970, Raimundo Saraiva Cardoso, o Mestre Cardoso, ao visitar uma exposição no MPEG, interessou-se em estudar e reproduzir peças arqueológicas utilizando as técnicas de produção indígenas. Mestre Cardoso, junto com sua esposa, Inês Cardoso, e Mestre Cabeludo, foi o principal responsável por levar o estilo de reprodução de cerâmica arqueológica para o Paracuri. Logo, outros ceramistas de Icoaraci também passaram a reproduzir essas peças, sendo hoje uma das principais características do artesanato cerâmico icoaraciense. Em 1990, o bairro recebeu o Liceu Escola de Artes e Ofícios do Paracuri “Mestre Raimundo Cardoso”, criado para transmitir e preservar as técnicas de produção dos artefatos cerâmicos da localidade.

O exercício de replicar, acertando e errando muitas vezes, criaram entre nós, ceramistas do projeto, uma grande expectativa nesse processo de movimentar, estudar e replicar a urna marajoara. Portanto, a descrição que trago aqui é a perspectiva de uma observação-participante, assim como fez Foote-Whyte (1980) ao se envolver e se integrar no cotidiano dos seus interlocutores, no meu caso, partilhando os conhecimentos sobre a urna marajoara com as pessoas que estão conectadas a ela.

O trabalho de observação apresentado aqui está dividido em etapas que se conectam. Embora não tenham sido realizados no mesmo lugar, os campos conversam porque buscam pensar na peça replicada e sua história de vida, entender como as pessoas da Ilha do Marajó se relacionam-se com a sua imagem/referência e são afetados por ela, e também na relação que ela estabelece com os ceramistas de Icoaraci, que estão mais próximos dela, no MPEG.

Nesse percurso etnográfico, muitas pessoas foram importantes interlocutoras, desde as pessoas com quem conversei em Soure, Salvaterra e Vila de Joanes, técnicos da reserva, arqueólogas e orientadoras da minha pesquisa e, em especial, os ceramistas que dividiram comigo todo o processo de estudos e modelagens da réplica da urna. Além do diálogo informal, que foi um longo processo de debates e trocas de conhecimentos entre o grupo, realizei algumas entrevistas semiestruturadas com ceramistas do projeto, abordando questões sobre quais as relações deles com a urna marajoara, se já haviam reproduzido ela antes, se já a conheciam pessoalmente, quanto tempo levam para a sua reprodução, se já haviam usado elementos iconográficos dela em outras peças, como ela age sobre eles e que sentimentos os envolve. Portanto, neste trabalho, a construção das ideias sobre a urna, em parte, foi desenvolvida coletivamente com os interlocutores, por meio não só de uma observação participante, mas como diz Rappaport (2018: 328), uma investigação colaborativa “es más que una ‘buena et-

nografía’, porque retira el control del proceso investigativo de las manos del antropólogo y lo coloca en una esfera colectiva, en la que éste trabaja de igual a igual con los investigadores de la comunidad”.

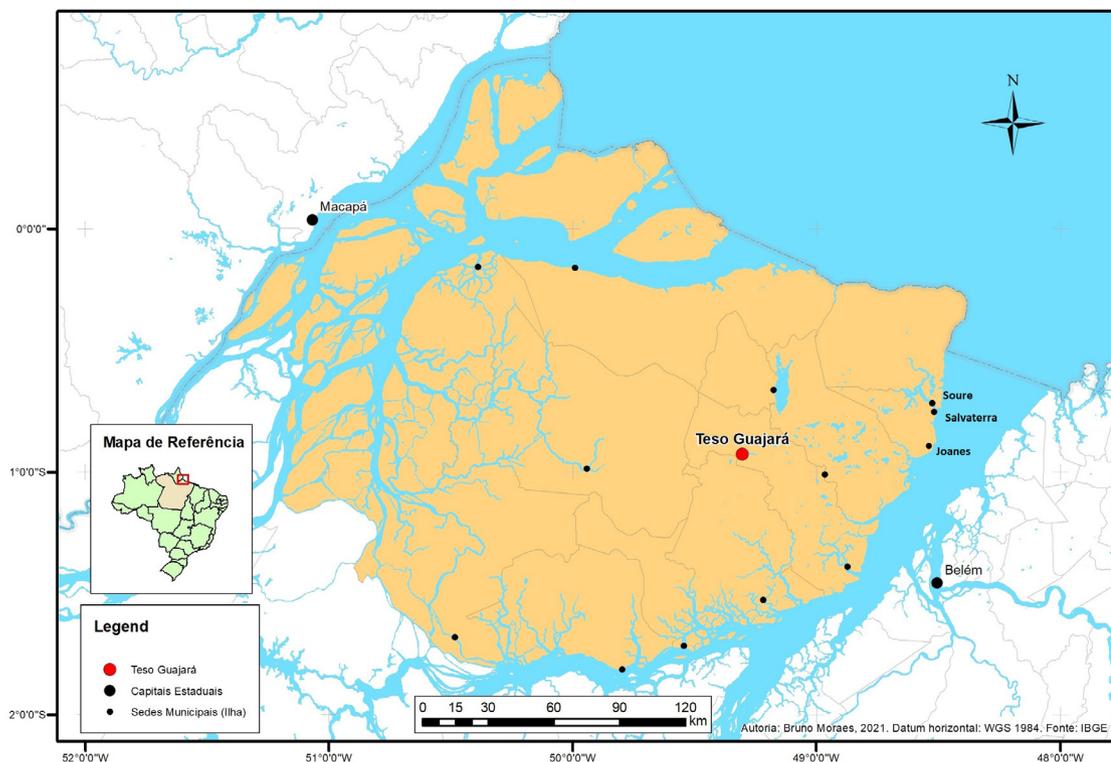
Ao utilizar métodos etnográficos e colaborativos nesta etapa compreendo que esse olhar sobre o objeto de pesquisa não seria tão diverso se fosse individual. Os diálogos com os interlocutores me fizeram enxergar outras dinâmicas e detalhes do trabalho artesanal com a cerâmica que vão além de uma descrição técnica de uma cadeia operatória, assim como faz a Arqueologia.

Durante o trabalho de campo no Marajó, observei a relação dos coletivos de artesãos com a cultura material marajoara. Assim como Linhares (2017), aqui os objetos indígenas foram sendo ressignificados em coleções particulares e cobiçados por interessados em artes, esse apego também é muito comum entre os artesãos no Marajó, seja expondo os objetos originais (peças inteiras e fragmentos) em seus espaços de trabalho (ateliers, associações etc.) ou apenas fazendo referência a alguns objetos timidamente colecionados ou guardados longe das vistas dos turistas. Esses objetos certamente exercem uma agência significativa sobre seus trabalhos artísticos, seja como inspiração ou afirmativa da sua longevidade que ultrapassa o tempo e o espaço, ou como elemento de afirmação de uma identidade com esses registros do passado, bem como afirma Barreto (2020) ao compreender que os objetos arqueológicos são ressignificados através do tempo justamente como demarcadores de identidades.

Portanto, neste artigo abordo a relação dos coletivos de artesãos de Icoaraci e do Marajó com a urna, sua iconografia e a persistência das ressignificações contemporâneas de sua imagem e replicação.

2. APRESENTANDO A “URNA DA CORUJA”²

A urna marajoara estudada é uma antiga conhecida do grande público por ser referência na representação da “cultura marajoara” tanto na região amazônica como em outros lugares do mundo. Essa peça foi escavada por Betty Meggers, Clifford Evans e Peter Hilbert em 1949, na Ilha do Marajó, por ocasião de suas pesquisas arqueológicas na região. Encontrada no sítio arqueológico Monte Carmelo, no tesó Guajará, que fica nas cabeceiras do rio Anajás (município de Ponta de Pedras), ela é uma urna funerária do estilo Joanes pintado, com pintura policroma em preto, vermelho e engobo branco. Foi resgatada quase inteira, com apenas a borda solta do corpo (sendo restaurada no mesmo ano) e uma tampa parcialmente fragmentada, além de outros objetos funerários que estavam no mesmo contexto.



Mapa 1 - Ilha do Marajó (PA) com a localização do sítio arqueológico onde a urna foi escavada e indicação dos locais desta pesquisa. Elaborado por Bruno Moraes (2021).

²“Urna da Coruja” foi o termo usado pelas artesãs da Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes (AERAJ) quando se referiram a esta urna marajoara em entrevista informal no trabalho de campo realizado pela autora na Ilha do Marajó em janeiro de 2020.

Logo após a sua escavação, a urna foi levada para o MPEG, onde foi restaurada, tratada, pesquisada e salvaguardada. Hoje, ela está na área visitável da reserva técnica e compõe o acervo arqueológico do museu. Com 86 cm de altura e 73 de diâmetro no bojo, a urna é uma peça bastante característica do auge da fase marajoara (AD 800 a 1200), com rico detalhamento de formas, cores e grafismos, misturando elementos humanos e não humanos no corpo do objeto.

Essa urna marajoara tem sua imagem muito reproduzida em publicações, artesanatos, objetos etc. e se apresenta sempre a partir do olhar de quem a reproduz, por isso ao chamá-la de “urna da coruja” faço referência às várias denominações e olhares sobre ela e que destacam os diferentes elementos de seu corpo a depender do olhar que lhe é lançado, a exemplo dos bordados feitos por artesãs no Marajó que destacam a forma de coruja da urna, uma personagem bastante recorrente nas representações da peça (Souza Lima et al. 2020, Bezerra 2020).

Alguns ceramistas do Paracuri (polo ceramista da região) a chamam de “urna-mãe” ou “urna Joanes”, já em algumas ocasiões, a imprensa a denominou de “Miss Marajó”; alguns ceramistas de Soure a chamam de “urna grande” e algumas artesãs de Joanes, que trabalham bordando motivos ornamentais da cerâmica marajoara, a chamam de “urna da coruja”. Todas essas expressões de uma forma ou de outra fazem referência ao seu aspecto imponente, aos elementos gráficos da sua iconografia ou até mesmo à relação de afetividade que se tem com ela e com diversas urnas do mesmo estilo.

Compondo o seu corpo, a urna apresenta vários elementos que se destacam a depender da perspectiva observada. O conjunto forma um corpo, a figura de uma ave (coruja) uma personagem híbrida que possui elementos de ave humanizada com adornos nas orelhas (alargadores e brincos) e no pescoço (um pingente cilíndrico semelhante a um inalador). Além disso, vários elementos geométricos aparecem entre os contornos das partes de seu corpo; entre seus membros/asas aparecem outras figuras de seres semelhantes a cobras, macacos e outros não identificados, misturando elementos antropomorfos e zoomorfos entre grafismos de preenchimento. Barreto (2009) interpreta essa figura de ave humanizada como uma referência à transformação corporal xamânica, típica das sociedades perspectivistas amazônicas.

Na cerâmica marajoara existem diferentes tipos de urnas funerárias. De acordo com Schaan (1997: 108): “as urnas funerárias da cultura marajoara trazem em geral a figura humana em destaque, mas sempre associada com animais como a cobra, o escorpião, o urubu-rei, o jacaré ou o lagarto, entre outros”. A urna que é o objeto desta pesquisa é um dos tipos que se destaca de outras por várias características, dentre elas o fato dela, em si, compor um corpo inteiro, em que as partes do corpo do objeto (borda, pescoço, bojo e base) coincidem com as partes do corpo da figura nela representada. De acordo com Barreto (2009: 162), “este modelo de urna se destaca por sua composição ser estruturada na figura predominante de um ser zoomorfo antropomorfizado (pássaro/humano), que ocorre em pares simetricamente opostos”.

No caso específico dessa urna, a figura animal principal é a coruja. O conjunto dos corpos da coruja e da urna torna-se um elemento muito representativo que comunica e age sobre o espectador, os olhos enormes que saltam em relevo (apliques) e nos acompanham em várias posições proporcionam esse engajamento com quem a observa. É o que Gell (2005) fala sobre as técnicas utilizadas na iconografia que afetam as pessoas. Barreto (2009) destaca que:

A importância dos olhos foi observada por Gell em diversos tipos de ídolos enquanto típicos elementos de animação de objetos inanimados por promoverem uma intensa interação entre o devoto e o ídolo, entre sujeito e objeto. Olhar e ser olhado cria uma ponte de reciprocidade e inter-subjetividade entre os dois. (Barreto 2009: 168).

Não é à toa que a figura da coruja seja tão conhecida por arqueólogos e artesãos, e quem sabe este seja um fator que atrai tantas atenções e uma certa predileção por reproduzir esse tipo de urna e não outras. É importante destacar que isso é um importante elemento de retenção de agência desta urna, que ultrapassou o tempo e seu contexto original, e faz um elo entre o passado e o presente.

3. UMA ICONOGRAFIA DO PASSADO AGINDO NO PRESENTE

As composições iconográficas da cerâmica marajoara, tão cheias de profusões visuais, me levam a identificar o que Gell (2005) denomina de “tecnologia de encantamento”, que provoca

capturas do olhar em seus efeitos visuais, movimentos e reações no espectador:

(...) além dos princípios de composição gráfica, a arte marajoara exhibe uma complexidade que age visualmente sobre o observador de diversas maneiras. As composições ‘abstratas’, mas que na verdade fazem referência a corpos de animais ou partes de corpos de animais, são feitas de modo a reter o olhar e levar o observador a querer melhor entender o que de fato está ali representado, a isolar alguns elementos, a acompanhar com os olhos o movimento das ‘gregas’ ao redor das vasilhas na medida em que eles sofrem uma série de alterações (reflexões, rotações, etc.) e a mapear os limites de determinados motivos. (Barreto 2020: 15).

Entendo que esse sistema tecnológico é também responsável pela interação dos objetos com as pessoas, é ele que nos faz enxergar o jogo de percepção visual complexo que a urna possui em sua composição iconográfica, ‘encantando’ quem a observa.

Os elementos gráficos dispostos na urna conferem um efeito de integração visual, conversando entre si e atraindo nossos olhares para ela, no sentido de explorar os significados a ela atribuídos pelos povos que a produziram dentro de seus próprios sistemas de materialidade e de historicidade. Esse estudo me permitiu visualizar a iconografia da urna marajoara de forma a perceber que os elementos isolados não estão dissociados de uma composição total do corpo da urna. Todos os elementos presentes no corpo da urna marajoara nos fazem refletir sobre a sua imagem, seus efeitos e os aspectos sociais dos povos que a produziram.

Essas questões sobre os elementos gráficos da urna marajoara sempre estiveram presentes nos diálogos com os ceramistas; a iconografia dela é um dos focos do encantamento que eles têm com a peça, ela é uma das peças que eles mais têm interesse em reproduzir ou que mais os inspira para a feitura de outras peças, usando as suas cores ou partes da sua iconografia.

Na minha análise, considero alguns princípios básicos inicialmente trabalhados por Schaan (2004) sobre a estrutura e estilização das representações marajoaras, e posteriormente elaborados por Barreto (2009) e Oliveira (2016),

pensando na agentividade e tecnologias de encantamento das cerâmicas arqueológicas da Amazônia. São estudos que analisam os campos iconográficos que compõem o corpo da urna, um corpo simbiótico que traz uma grande diversidade de elementos gráficos humanos e não humanos, geométricos e orgânicos, tornando-a um objeto agente. Para além do corpo/coruja, ao analisar os grafismos desta urna marajoara, nos deparamos com outras imagens observadas no meio de sua composição e que de certa forma são vetores que provocam múltiplas experiências sensoriais.

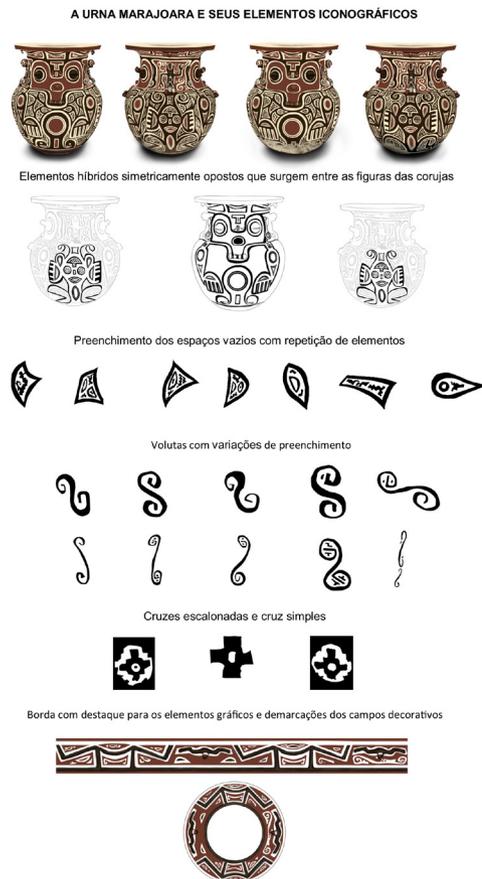


Figura 2 – A urna marajoara e seus elementos iconográficos. Elaboração: Elane Queiroz (2021).

A urna marajoara mostra uma repetição de elementos gráficos que preenchem espaços vazios entre as grandes figuras de destaque ou dentro de suas partes. Esses elementos não são necessariamente simétricos, embora as linhas gerais apontem uma simetria na forma, causando um efeito visual de harmonia simétrica. Essas unidades conferem ritmo e movimento ao olhar, e a profusão de elementos revela um emaranhado de símbolos que acompanhamos circundando o seu corpo, a princípio um pouco confuso, mas que requer um pouco de atenção para que consigamos enxergá-las não só individualmente, mas principalmente o efeito que elas juntas geram no espectador. Portanto, “em geral, é a maneira como as figuras são repetidas, encadeadas e justapostas que aumentam o grau de complexidade do padrão” (Barreto 2009: 142).

Essa complexidade gráfica da urna marajoara revela um pouco do universo amazônico e seus conhecimentos cosmológicos, das intencionalidades na produção de uma cerâmica baseada numa série de “técnicas de encantamentos” quase sempre muito decorados com representações de seres estilizados, usada como uma importante “mídia” para a circulação e reprodução de informação e conhecimento (Barreto & Oliveira 2016: 53).

Essas mesmas mídias, tomando a força dos elementos gráficos da urna como um todo ou isoladamente, levaram a urna marajoara a atravessar

as barreiras do tempo, tornando-a um corpo cheio de significados hoje em dia para os artistas do Marajó e de Belém, como mostro a seguir.

4. REVISITANDO SOURE, SALVATERRA E VILA DE JOANES A PARTIR DA PERSPECTIVA DA URNA

As visitas que realizei³ à Ilha do Marajó (com o olhar de pesquisadora, pois o lugar me é familiar há mais de 20 anos e nunca antes tive a suscetibilidade de observá-la nessa perspectiva) foi uma forma de visualizar as referências iconográficas da urna no cotidiano dos municípios de Soure, Salvaterra e Vila de Joanes, refletir se existe mesmo essa identificação das pessoas com esses símbolos – sejam eles da coruja ou de outros elementos da iconografia da urna – e se existem, em que medida isso é relevante.

Dessa forma, dou início aqui a um breve relato das primeiras experiências em campo, buscando narrar um pouco do que enxerguei e ouvi e seguindo as ideias de Cardoso de Oliveira (1996) que afirma a importância da interação na realização de uma etnografia, abrindo um diálogo entre o pesquisador e os informantes.

Para além dos espaços culturais aqui mencionados, a cidade de Soure está cheia de referências da urna marajoara, no comércio, nas praças, hotéis etc. A iconografia da urna é utilizada pela população muitas vezes sem alguma informação associada a sua imagem ou sua his-

³ Falo em primeira pessoa, mas gostaria de deixar claro que a primeira visita foi feita em conjunto com a orientadora e a co-orientadora da pesquisa de mestrado.

tória, e talvez seja vista como um símbolo ou referência tão comum no cotidiano da cidade que dispensa explicações.

Algumas curiosidades me chamaram a atenção, por exemplo, a funerária da cidade, que utiliza a imagem original da urna na sua fachada, uma outra imagem estilizada na vidraça da porta do estabelecimento e uma terceira imagem numa serigrafia impressa na camisa dos funcionários da funerária. São representações da urna marajoara estudada, e todas elas fazendo referência a esse objeto como um objeto cerimonial e sensível que é uma urna funerária. Não sei se o uso dessas imagens tem alguma relação intencional com a história dessa peça, ou se o uso foi apenas pela representação marajoara habitualmente associada a ela, entretanto, vale ressaltar que, independente das intencionalidades, o que se percebe é uma criativa ressignificação dos usos da imagem da urna marajoara. E, de certa forma, um entendimento do uso funerário da peça original, sem se importar de usar a sua referência em diversos contextos para além desse estabelecimento, como bares, hotéis, lojas, museus etc., ora como elementos decorativos, ora como marca identitária local.

5. ATELIÊ ARTE MANGUE MARAJÓ – SOURE (PA)

O Ateliê Arte Mangue Marajó desenvolve atividades de cerâmica na comunidade do Pacoval, um bairro afastado do centro da cidade de Soure, utilizando a matéria-prima das proximidades do bairro (argilas e rochas para produzir engobo vermelho e branco). O ateliê é o espaço de um coletivo de artistas que desenvolvem trabalhos com o barro há mais de 15 anos em Soure, trabalhando com a perspectiva de manter uma identidade cultural e a sustentabilidade, por meio da geração de renda para os comunitários com a produção e comercialização da cerâmica local.

O ateliê foi fundado e é coordenado pelo ceramista Ronaldo Guedes e por sua esposa Cilene Andrade, nos últimos anos teve um bom crescimento na produção, sendo necessárias a ampliação do espaço e a construção de um forno maior que atenda às necessidades do coletivo. Em conversa com Cilene e Ronaldo, eles falaram da arte marajoara enquanto “identidade”⁴, mas observei que a cerâmica feita por eles é bastante diferenciada de outras que reproduzem as características da cerâmica arqueológica encontrada no Marajó. Eles utilizam várias referências das cerâmicas arqueológicas, mas de forma bastante isolada, os desenhos (grafismos) são inspirados em alguns elementos iconográficos das cerâmicas marajoaras, mas possuem estilo próprio. O uso do engobo vermelho predomina nas peças,

⁴O termo “identidade” usado aqui refere-se a como esses ceramistas identificam a sua produção artesanal no sentido de proximidade e semelhança ao que foi produzido por povos do passado, observados por eles nos diversos fragmentos arqueológicos colecionados, além da inspiração que buscam em livros, artigos, revistas e catálogos de peças arqueológicas marajoaras musealizadas.

bastante “encaliçadas” e/ou “brunidas”⁵ obtendo uma superfície bastante lisa e diferente da arqueológica⁶.

Os ceramistas utilizam como referências para suas pesquisas e estudos o livro “Motivos Ornamentais da Cerâmica Marajoara”, do Pe. Giovanni Gallo (2005), o livro “Cultura Marajoara”, de Denise Schaan (1997), entre outros relacionados à arqueologia no Marajó. Ronaldo relatou que eles utilizam algumas referências iconográficas isoladas como inspiração para suas peças, ainda que não tivessem nenhuma peça que se aproxime ou faça referência específica à urna marajoara que estou pesquisando. Ainda assim, é possível identificar elementos gráficos, cores e formas muito semelhantes às cerâmicas arqueológicas da fase marajoara como ainda da técnica denominada de inciso exciso (que alguns ceramistas chamam de niquelado).

No ateliê, os ceramistas exibem algumas cerâmicas arqueológicas encontradas nas fazendas de Soure, uma pequena coleção de peças em dois

mostruários feitos por eles mesmos com caixas de madeira e tampos de vidro. A coleção particular possui cerca de 30 peças, entre elas um pote pequeno com bordas quebradas, um banco pequeno inteiro, uma pequena tigela inteira, várias partes de caretas e estatuetas, entre outros fragmentos de vasos. As peças fazem parte da exposição permanente do ateliê, mas não estão à venda, muito pelo contrário, eles têm uma relação de afeto e apego com as cerâmicas e as exibem para os visitantes e turistas que circulam por lá.

O trabalho desenvolvido no Ateliê Arte Mangue Marajó é autoral, trabalhando com uma perspectiva educacional através da realização de oficinas de cerâmica para as pessoas da comunidade, fazendo rodas de conversa com os moradores do bairro do Pacoval com diversas temáticas culturais locais, além da estruturação de uma biblioteca no espaço do ateliê para uso como fonte de pesquisa para os moradores do bairro, o que contribui para um trabalho inspirado nas cerâmicas arqueológicas, mas com uma leitura contemporânea.

⁵ “Encaliçar” ou “brunir” são termos usados pelos ceramistas para o ato de alisar a peça cerâmica, ainda em estado de couro (etapa do processo de secagem), com ferramentas próprias ou adaptadas para possibilitar o polimento à superfície das peças, com intuito de dar brilho e também de ajudar a fechar os poros da argila.

⁶ Há uma clara predileção pela decoração incisa/excisa da cerâmica arqueológica marajoara em detrimento dos motivos pintados em vermelho e preto sobre engobo branco, e essa técnica, que os ceramistas chamam de “niquelado”, juntamente com os motivos gráficos geométricos, são as principais referências da cerâmica marajoara arqueológica trazidas para as peças artesanais.



Figura 3 – Peças produzidas no Ateliê Arte Mangue Marajó, Soure (PA), ceramista brunindo/polindo uma peça em cerâmica e uma coleção de fragmentos cerâmicos arqueológicos expostos no ateliê. Fotos: Marcelle Rolim (2020).

Ainda que eu não tenha percebido relação direta da urna marajoara com os objetos que são produzidos no ateliê, o trabalho do coletivo busca suas referências nas cerâmicas arqueológicas. Para essas pessoas, a inspiração nas cerâmicas arqueológicas marajoaras pode ser um caminho para ressignificar e/ou reinterpretar a história dos seus antepassados. E aqui, a palavra antepassado não se refere a antecedentes biológicos ou relações de parentesco, mas sim a uma identidade assumida por essas pessoas, enquanto nativos marajoaras, conscientes de que os vestígios arqueológicos tão abundantes na ilha são testemunhos de antigas ocupações no mesmo lugar em que hoje vivem. Trata-se de uma ancestralidade que se relaciona com o lugar, com os povos e com as coisas/objetos desse passado que é muito presente no seu cotidiano.

Em certa medida, o que ocorre é uma identi-

ficação das pessoas com o patrimônio cultural, uma identificação e construção de uma narrativa e de uma imagem, em que os valores e significações são sociais e de certa forma legitimados por eles mesmos. Segundo Bezerra de Menezes (1993: 208) “a identidade pressupõe, antes de mais nada, semelhanças consigo mesmo, como condição de vida biológica, psíquica e social. Ela tem a ver mais com os processos de reconhecimento do que de conhecimento”. Sendo que o “suporte fundamental da identidade é a memória, (...) é eixo de atribuições, que articula, categoriza os aspectos multiformes da realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade” (Bezerra de Menezes 1984: 33).

Então me veio o questionamento: sobre em qual memória essas pessoas buscam identificação? Visto que esses povos do passado deixaram de existir antes mesmo dos colonizadores

chegarem na região e não há nenhuma relação de parentesco entre eles. Bezerra de Meneses (1984) ainda esclarece que existem duas características fundamentais da memória, uma seletiva, que não registra tudo; e outra induzida ou forjada, que pode ser provocada pelo culto ao passado (Bezerra de Meneses 1984). E no meu entendimento, essa memória pode ser transmitida pelas coisas, pelos objetos e vestígios arqueológicos tão presentes na paisagem marajoara. A repetição de técnicas de modelagem, de gestuais, formas e cores das cerâmicas produzidas pelos ceramistas contemporâneos no Marajó materializam essa memória e identificação ancestral.

Mais do que induzida ou forjada, a relação/ interação com os objetos do passado e também do presente, constitui as memórias e identidades dos ceramistas marajoaras contemporâneos. Portanto, essa ancestralidade marajoara tomada por essas pessoas evidencia uma agencividade desses objetos, que ao longo de tanto tempo continua a afetar e agir sobre as pessoas. Para Bezerra (2020):

“a relação delas com o passado, com os objetos arqueológicos no Marajó, faz parte do imaginário e da vida cotidiana. O contato artístico com os grafismos, por meio do trabalho, pode significar apenas a formalização de uma fruição que é vivida cotidianamente. As peças cuja criação é inspirada na iconografia Marajoara e que incluem paisagens da vida cotidiana no Marajó não são despossuídas de agência”. (Bezerra 2020:11).

Os objetos produzidos no ateliê Arte Man-gue carregam essa inspiração e característica de

ser um objeto contemporâneo com referências de um passado arqueológico. Pensar sobre todo o sistema que envolve as pessoas que fazem as peças, os objetos produzidos, seus significados, as ferramentas utilizadas, os gestuais etc., é entender que os objetos não são individuais, sem valor cultural, ao contrário, são materialidades que transcendem as coisas e as pessoas, além de expandir o discurso da arqueologia trazendo o passado para o presente.

6. ESPAÇO “MÃOS CARUANAS” (INSTITUIÇÃO CARUANAS DO MARAJÓ, CULTURA E ECOLOGIA) – SOURE (PA)

A instituição Caruanas do Marajó, Cultura e Ecologia fica localizada numa fazenda no município de Soure (Ilha do Marajó), onde funciona a Escola “Zeneida Lima de Araújo”, que integra vários projetos de resgate social de famílias das comunidades adjacentes. Na escola, o projeto “Mãos Caruanas” integra várias atividades manuais relacionadas com a cultura local, todas com perspectivas de sustentabilidade e proteção ambiental, dentre as principais atividades estão a musicalização (com a confecção de instrumentos musicais) e a cerâmica.

Além de algumas peças arqueológicas originais expostas na oficina e loja, a produção feita para expor e vender no espaço é voltada principalmente para a reprodução de réplicas artesanais de cerâmicas arqueológicas marajoaras, bem como a confecção de peças contemporâneas com inspiração nos grafismos e ornamentos ma-

rajoaras. O instituto recebe grande visitação turística, e a circulação das réplicas faz um movimento de comunicar essa referência marajoara para o grande público.

As peças originais, encontradas em fazendas nos municípios da região, e as réplicas estão em exposição no mesmo espaço, sem nenhuma indicação ao visitante do que é arqueológico ou artesanal. Coexistem no mesmo lugar objetos vivos do passado e objetos vivos do presente, ressignificados e cheios de referências ancestrais.



Figura 4 – Urna marajoara estilo Joanes pintado e réplica artesanal expostas na loja do Instituto Caruanas do Marajó, Soure (PA). Fotos: Marcelle Rolim (2020).

A produção de cerâmica da instituição parece ter grande destaque e conta com uma boa infraestrutura de forno e pessoal capacitado para ensinar a prática da modelagem aos estudantes. Em conversa com os ceramistas Délio Saraiva e Ademar (Mestre Zaranza), ambos oriundos do distrito de Icoaraci em Belém, eles afirmaram estar há anos trabalhando no Marajó com a reprodução de peças cerâmicas, entre as quais, réplicas da própria urna marajoara.

Na entrada do barracão de cerâmica está exposta em destaque uma grande réplica da urna marajoara estudada, o tamanho da peça é rela-

tivamente semelhante ao tamanho da peça original, nas cores vermelho, preto e branco, ainda que a réplica possua uma iconografia bastante distante da original, são visíveis as representações que se referem a ela, já que a peça mantém basicamente os mesmos elementos. Ao perguntar ao sr. Ademar “que urna aquela réplica representava?” Ele logo nos disse: “é a Urna Joanes! Aquela que saiu do Marajó e foi para o Museu Goeldi”. Segundo afirma, a peça foi feita por ele apenas observando imagens da urna nos catálogos, nos livros e na internet.

O espaço é cheio de referências das cerâmicas arqueológicas marajoaras, o que me faz pensar que o imaginário das pessoas que vivem no Marajó está de certa forma conectado às culturas dos antigos povos que lá viveram, e isso é um esforço que fica bastante nítido na área cultural, educacional e estética das cidades, mesmo com ideias tão diversas sobre esses povos, existe aí uma conexão com o passado. Bezerra (2020) reforça esse entendimento quando diz que:

As inconsistências criativas no artesanato não deslegitimam a relação com o passado e com a materialidade arqueológica. Ainda que o criador dos objetos (réplicas, híbridos, derivados) tenha um conhecimento parco sobre os criadores do acervo material no qual se inspira, o seu envolvimento artístico cria uma forma de conexão com o passado. (Bezerra 2020:13).

No barracão do instituto há muitas referências sobre as fases cerâmicas na Amazônia, painéis informativos sobre os tesos marajoaras, sobre a “Terra Preta de Índio”, sítios arqueológicos e vestígios deixados pelos antepassados no território marajoara. E todas essas informações são utilizadas pelos ceramistas para orientar os estudantes e turistas que visitam o espaço, ampliando a perspectiva de entendimento e de certa forma valorizando a cerâmica produzida na instituição.

7. SALVATERRA, MARAJÓ (PA)

Assim como em Soure, na cidade de Salvaterra as referências marajoaras estão expressas em várias partes da área urbana. O Museu de Salvaterra, que estava fechado e não pude visitar, tem a

fachada toda decorada com gravuras destacando os ornamentos marajoaras, o búfalo e uma grande imagem da urna marajoara, com as cores vermelho, preto e branco de fundo, todas referências culturais típicas nessa área do Marajó dos campos e praias. Salvaterra apresenta uma configuração distinta de cidade de Soure, concentrando diversos equipamentos públicos e em certa medida as referências à urna marajoara estão diluídas nos estabelecimentos e pontos turísticos, como o museu, as pousadas, a praça, a fachada de um banco, uma funerária, a prefeitura etc.

As observações e diálogos com os coletivos de artesãos no Marajó demonstram que existe uma relação cotidiana e prosaica com a iconografia marajoara, em especial da urna estudada, muito figurada e representada com reiteração nas ruas das cidades, estabelecimentos comerciais e públicos, souvenirs etc., o que mostra um pouco dessa profusão dos elementos marajoaras não só em Belém, mas também em várias cidades na Ilha do Marajó.

8. VILA DE JOANES, SALVATERRA, MARAJÓ (PA)

Vila de Joanes faz parte do município de Salvaterra e guarda as ruínas de uma igreja, um campanário e dois poços, resquícios da presença jesuíta e franciscana na Ilha do Marajó, datadas do século XVII. Ao lado das ruínas está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (década de 1940) em homenagem à padroeira da ilha, lá se encontra uma das maiores imagens da santa na Ilha

do Marajó. É um grande fluxo turístico, especialmente por sua paisagem bucólica e vistas para a Praia Grande de Joanes⁷.

A Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes (AERAJ) desenvolve várias atividades artesanais com as pessoas da comunidade, incluindo bordado, grafismo em cuia, pintura, costura etc. A associação trabalha com a confecção e venda de artigos artesanais produzidos em Joanes. Ali, a urna marajoara aparece como referência nos bordados feitos pelas artesãs (Bezerra 2020), juntamente com os beirais e motivos ornamentais da cerâmica marajoara em várias versões e cores, algumas utilizam as cores que elas identificam como sendo as “cores do Marajó” (vermelho, preto e branco)⁸ e outras em tons terrosos, como bege e marrom. Aqui percebo fortemente a relação de afeto das artesãs com as cores que elas mesmo tomaram como próprias do lugar, dos seus antepassados. Para fazer os bordados, elas pesquisam os ornamentos marajoaras em catálogos, imagens da internet e principalmente no livro do Pe. Giovanni Gallo (2005) que é uma importante fonte de motivos ornamentais da cerâmica marajoara, com riqueza de detalhes para a execução do bordado em ponto cruz.

Ao perguntar para as artesãs onde elas viram a imagem da urna ou se a conheciam pessoalmente, afirmaram que já tinham visto a urna em livros e também no Museu do Marajó em Cachoeira do

Arari, o que me permite ficar em dúvida se a urna bordada por elas é realmente a mesma do Museu Goeldi ou se é alguma outra urna marajoara semelhante. Entretanto, as bordadeiras falaram bastante sobre a urna, referindo-se a ela como “parte da nossa identidade marajoara, é a nossa cultura, ela nos pertence” (fala de D. Neide, 2020). Mais uma vez percebo a mesma narrativa de ancestralidade e identidade, aqui relacionadas à iconografia da urna marajoara ou de outros objetos arqueológicos da mesma fase. D. Neide me disse que tanto os moradores da vila, quanto os visitantes gostam bastante dos desenhos da urna e que por esse motivo a utilizam como inspiração em seu artesanato.

Várias interpretações surgiram na conversa com a D. Neide e D. Beth, inclusive as artesãs se referem a ela como sendo uma “urna feminina”, a “urna da coruja”, dizendo que provavelmente havia corpos femininos dentro dela, apresentando com isso uma interpretação mais abrangente sobre os artefatos arqueológicos que ora estão nos livros, catálogos, mídias e museus,

Algumas artesãs descreveram que durante muito tempo vários visitantes e turistas levaram muitas peças arqueológicas da Vila de Joanes, objetos que, às vezes, eram dados pelos próprios moradores como um presente, um ‘souvenir’ da vila, e que antigamente era muito comum os moradores encontrarem es-

⁷ “as ruínas de Joanes, no modelo urbano português, tratam-se na verdade de um largo, onde o sítio arqueológico (PA-JO-46) é multicomponencial e tem extensão bem maior que o largo, onde engloba outras estruturas além das ruínas da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário do século XVII”. (Godoy 2015: 94).

⁸ As cerâmicas da fase marajoara do estilo Joanes pintado possuem a pintura vermelha e preta sobre o engobo branco.

sas peças e colecionarem ou doarem aos visitantes. Na ocasião, elas mostraram uma peça arqueológica encontrada em um igarapé nas proximidades da vila, uma peça em cerâmica bastante desgastada, com várias incisões circulares e pontuais. Para Bezerra (2011):

... o colecionamento em contextos como o de Joanes não pode ser visto como destruição ou ameaça ao patrimônio arqueológico da Amazônia, mas como forma de lidar com um passado que é, muitas vezes, negado pelas narrativas locais, além de apropriado por esse processo de fruição da cultura material. (Bezerra 2011: 62).

Novamente compreendo a forte relação das pessoas com a imagem e referência não só da urna marajoara estudada, mas principalmente com uma identidade marajoara, que segundo Linhares (2017) foi sendo construída desde o século XIX, e desde então, passando por vários períodos, inclusive o Modernismo no século XX, e vem figurando “a arte do presente decorada com vestígios do passado” (Linhares 2017: 46).

Para Bezerra (2014: 422), “... as imagens criadas pelos artesãos são uma ressonância do passado e concluo que, mais do que informar sobre as percepções locais acerca do passado, essas elaborações revelam aspectos de relações sociais estabelecidas no presente”.

A relação das artesãs com quem conversei na Vila de Joanes é envolvida de afeto e de um certo “encantamento” que a iconografia marajoara desperta/age sobre as pessoas, e não apenas nos turistas, mas também nelas próprias. O passado arqueológico está presente no cotidiano delas,

assim como se perpetra nas produções de artesanatos inspirados nas coisas/objetos do passado.

Recentemente, em 2021, a Vila de Joanes recebeu da Prefeitura de Salvaterra uma réplica da urna marajoara em grandes proporções, que está posicionada numa praça na entrada da vila. É uma réplica com medidas extragrandes, imponente e muito vistosa aos olhos dos visitantes, inclusive ela tem sido um novo atrativo turístico na vila, atraindo o registro de curiosos, apreciadores e turistas.

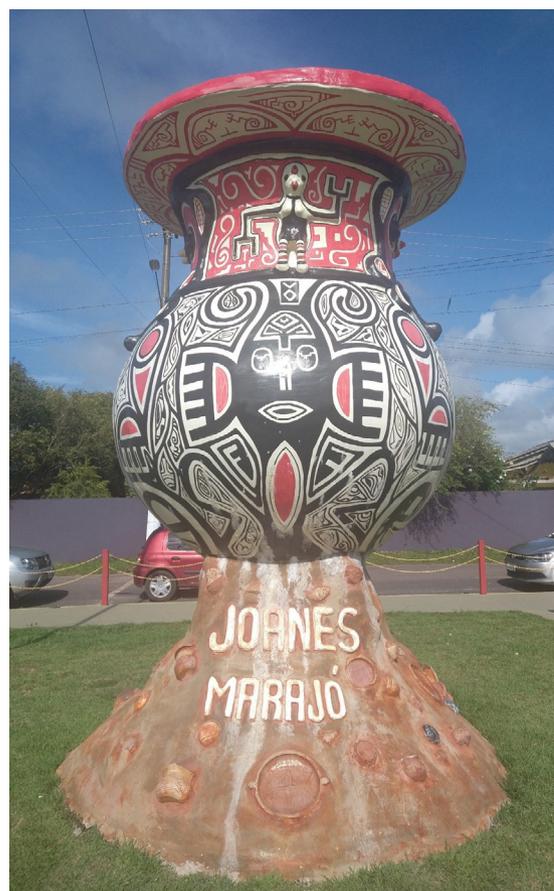


Figura 5 – Réplica em grandes proporções da urna marajoara na Vila de Joanes, Salvaterra (PA). Foto: Marcelle Rolim (2021).

9. REPLICANDO A URNA MARAJOARA

Agora, volto-me ao trabalho de campo realizado dentro da reserva técnica do Museu Goeldi, junto com os ceramistas de Icoaraci, quando empreendemos o processo de estudo e replicação da urna, no contexto do projeto “Replicando o passado...”. O projeto promove a extroversão da Arqueologia a partir do acesso direto dos ceramistas aos acervos, dentro do museu, realizando estudos sobre réplicas artesanais e critérios técnicos de reprodução das cerâmicas arqueológicas.

Na história do artesanato do Paracuri, as referências arqueológicas aparecem ressignificadas numa nova tradição, que chamo de tradição cerâmica do Paracuri. Vários trabalhos sobre Icoaraci fazem referências sobre as mudanças e os estilos cerâmicos do Paracuri, por exemplo, a dissertação de Xavier (2006), cujo título é “Aqui... a gente não vende cerâmica, a gente vende é cultura”: um estudo da tradição ceramista e as mudanças na produção em Icoaraci – Belém – PA”, que traz um diálogo sobre as influências e os processos de modificação da produção do artesanato cerâmico de Icoaraci. Outro exemplo é a pesquisa de mestrado de Souza (2010), que faz uma análise sobre o trabalho artesanal dos ceramistas de Icoaraci considerando a cerâmica marajoara como a principal referência. Nesse contexto, os artesãos passaram a perceber a necessidade de agregar mais conhecimentos e referências às suas produções. Existe uma significativa diferença entre produzir as peças com

base em fotos/imagens e produzir com base no estudo e manuseio das peças originais. Conhecer mais sobre as peças cerâmicas arqueológicas tem feito muita diferença na forma como os artesãos do projeto vem produzindo suas peças.

A reprodução de peças cerâmicas arqueológicas, uma prática muito comum entre os artesãos de Icoaraci, é um exemplo de comodificação e ressignificação das cerâmicas produzidas por esses artesãos, potencializando a comercialização do artesanato local. Para Barreto (2013):

“Nestes processos de reapropriações e usos deste patrimônio, não temos apenas uma comodificação da arqueologia, como já havia notado Schaan para o material marajoara (Schaan, 2006). O objeto arqueológico passa também por uma perda de sua qualidade de testemunho de um passado, ainda pouco conhecido do grande público e, talvez, por isso mesmo, lhe seja desinteressante, mas ainda é mantida, ou ressignificada sua qualidade de herança cultural, isto é o caráter exótico e regional”. (Barreto 2013:115).

De certa forma, o que acontece em Icoaraci é uma apropriação pública da herança cultural arqueológica da cultura marajoara (e outras culturas arqueológicas), pois, segundo Schaan (2006:19) a sua “reavivação em um contexto capitalista, assume novos significados”.

O projeto “Replicando o passado...”, como uma perspectiva de extroversão, consegue dialogar com vários públicos em diferentes contextos (Lima et al. 2018), especialmente pelas réplicas permitirem, de um lado, a conservação e preservação do acervo, e por outro lado, dada as limitações que as peças originais possuem pela sua

própria fragilidade, atenderem a uma necessidade do alcance público da Arqueologia, passando a fazer parte da vida da comunidade.

Entre janeiro e março de 2020 iniciei, junto com os ceramistas, os estudos que precederam a replicação artesanal da urna marajoara, começando com uma aula⁹ sobre cerâmicas marajoaras, especialmente sobre a urna estudada, quando ouvimos um pouco da história da sua escavação e localização geográfica, além dos diferentes estilos e análises das cerâmicas na Ilha do Marajó. A partir de então foram realizados vários encontros entre os agentes envolvidos no processo, a fim de pensar junto com eles as ações para a replicação artesanal da urna. Uma primeira ação foi a movimentação da peça, dentro da reserva, para iniciar os estudos de medidas e formas, cálculos de retração da argila etc. Esse foi um momento de tensão, pois a movimentação da peça é um procedimento delicado, por se tratar de uma urna funerária, um objeto sensível e que demanda certos cuidados em termos de conservação.

Após a movimentação da urna, foi feito o laudo técnico de movimentação da peça para registrar a situação física de conservação da urna (perdas de pintura, presença de fungos, fissuras e ou rachaduras etc.). Esse momento foi muito esperado por todos, conhecê-la pessoalmente, inclusive porque a maioria dos ceramistas já havia replicado a urna, mas sem ter uma noção mais precisa das suas medidas reais, pois reproduzir a urna consiste em um grande desafio tecnológico.

Entrevistando o ceramista Déo Almeida, ele

me fez um relato emocionado sobre a importância da urna na sua vida, pois a urna lhe trouxe sorte, e foi responsável por ele ter conseguido comprar a sua casa:

“... Eu vou contar uma história rápida sobre a urna, a primeira réplica que eu fiz dela era desproporcional a essa aí, a original, sabe... Na verdade eu fiz porque era uma encomenda, demorei muito tempo pra terminar ela, ela deveria ter quase um metro e oitenta de altura... (risos) ... mas mesmo fora das medidas reais ela foi ficando muito bonita, imponente... Só que eu deixei ela secando muito tempo e o local que ela tava tinha o piso muito irregular, então ela trincou... Mas mesmo assim eu terminei de fazer ela, ela ficou linda, até pensei que ela não ia servir pra vender porque tava com essa falha, sabe... Mas pra minha surpresa apareceu um comprador e eu vendi ela por um bom dinheiro, e foi com esse dinheiro da venda dessa réplica da urna que eu consegui comprar a minha casa, a casa que eu vivo com a minha família até hoje, isso aconteceu há muitos anos...” (Entrevista realizada com o ceramista Déo Almeida em 10/02/2020).

Várias reflexões sobre a peça e seu contexto foram levantadas nos encontros de estudos e replicação, entre elas uma questão muito importante sobre os processos de queima, engobo, pintura etc., pensando na cadeia operatória e ordem dos gestos técnicos. As discussões sobre a tecnologia cerâmica foram intensas, e se deram em torno da composição da argila, dos engobos utilizados na sua pintura, da sequência de ações e gestos técnicos originalmente envolvidos na sua manufatura, além da sua iconografia e significados. Todo esse processo se

⁹ Ministrada pela Dra. Cristiana Barreto.

estendeu por vários dias e etapas (modelagem, repouso, secagem etc.). Em alguns momentos, a peça que estava sendo modelada a muitas mãos precisava descansar para desidratar e adquirir mais resistência e aguentar o peso do restante da argila em rolinhos que iam subindo dia após dia, formando a parede da peça.

As paredes da réplica artesanal da urna foram sendo levantadas utilizando a técnica do acordelado (rolinhos ou roletes), de 10 em 10 cm, respeitando o processo natural de desidratação e retração da argila. Ao longo dos dias, fizemos muitos debates e observações sobre a urna, criamos muitas expectativas, acertamos e também erramos.

O processo de replicar a urna artesanalmente também nos fez pensar numa conjunção de saberes: de um lado, o “saber fazer” ceramista contemporâneo se encontra com o entendimento arqueológico, ainda em construção, da cadeia operatória de produção dessa peça. É importante evidenciar que em todo o processo de replicação da urna, muitas discussões aconteceram entre todos os envolvidos, algumas discordâncias e outras concordâncias de saberes e conhecimentos em torno desse evento, o que foi decisivo nas tomadas de decisões de como fazer a réplica, quais técnicas

e materiais utilizar e o tempo necessário para a sua modelagem, secagem, queima e pintura. Todo o processo de replicação artesanal não só da urna marajoara, mas de todas as peças que compõem a coleção de réplicas do projeto, trouxe e continua trazendo muitas trocas e aprendizados tanto para os ceramistas quanto para as arqueólogas do Museu Goeldi, os experimentos e questionamentos sobre a modelagem das peças, sobre a queima, a composição das pastas cerâmicas, sobre as pinturas e iconografias são temas recorrentes entre o grupo e contribuem para uma elaboração mais qualificada das peças e um maior entendimento sobre as cerâmicas arqueológicas.

Do grupo de cinco ceramistas de Icoaraci que participou da replicação da urna marajoara no museu, apenas dois deles nunca haviam reproduzido ela antes, embora produzam outros objetos inspirados na sua iconografia. Dentre eles, entrevistei o ceramista João Sarmiento, que relatou:

“...conhecer a urna de perto foi muito importante pra mim, porque eu já fiz peças com alguns desenhos dela, inclusive eu dei a ideia de criar um encarte com uma parte das figuras da urna que eu sempre via nos catálogos de cerâmica arqueológica...” (Entrevista realizada com o ceramista João Sarmiento em 10/02/2020).



Figura 6 – Processo de replicação artesanal da urna marajoara no Museu Goeldi. Foto: Petronio Medeiros (2020).

A réplica artesanal tem um potencial educacional importante quando penso em extroversão dos conhecimentos produzidos no museu, e permite uma aproximação qualificada com a sociedade sobre o patrimônio cultural, que é um bem comum. A replicação da urna seguiu as etapas de estudos, medições, modelagem, secagem, engobação e movimentação até Icoaraci para a queima, entretanto, a pandemia interrompeu o último processo, que permanece inacabado até agora.

O tempo do barro é algo que envolve muitos processos químicos que movimentam as moléculas da argila, num artifício de retração que, se não observado e contido há tempo da

queima, pode sofrer fissuras, e foi o que de fato aconteceu com a peça, que ficou um ano e meio aguardando a queima.

10. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: ENCONTRO DE SABERES

O que chamo de encontro de saberes foi um longo processo de estudos e replicação artesanal da urna marajoara, no qual estou inserida como ceramista e pesquisadora.

Os estudos sobre iconografia e a replicação artesanal da urna marajoara estudada revelam muitas informações e conhecimentos referen-

tes aos povos do passado, mas também sobre novos significados atribuídos no presente. A complexidade de sua iconografia e tecnologia leva para além do objeto em si. Não são apenas os aspectos técnicos e estéticos das cerâmicas que importam, mas principalmente as relações que estabelecem com as pessoas.

A pesquisa etnográfica foi um momento de observação e também uma mudança na perspectiva do olhar para o Marajó, esse Marajó dos campos e praias, que me é tão familiar porque conheço há mais de 20 anos, mas nunca tinha visitado com essa perspectiva de fazer as conexões entre o presente e as culturas dos povos que ocuparam esse território no passado, e cujas marcas, reapropriadas pelas pessoas, tornaram-se imagens e referências significativas, visíveis no presente e no cotidiano das populações do Marajó.

Esse exercício do “olhar, ouvir e escrever” (Cardoso de Oliveira 1996) me fez entender o quanto é forte a identificação das pessoas (sejam elas artesãos ou não) desses lugares marajoaras com os registros arqueológicos, sejam

eles os objetos originais ou as imagens e réplicas tão difundidas pelo Marajó e fora dele também. Percebo uma relação de afeto e identidade, uma fala de pertencimento, e não apenas relacionada à imagem da urna, mas a todo um sistema de formas, cores e desenhos que compõem esse universo marajoara. A urna tem vida fora da reserva técnica, está presente no imaginário coletivo das pessoas que vivem no Marajó e fora dele, sua agência é significativa e “faz com que os eventos aconteçam em torno de si” (Gell 2018: 45). Ela não representa apenas os símbolos e significados do passado, mas também age no presente, como vetor de mudança na relação entre pessoas e objetos (Van Velthem et al. 2019).

A materialidade da urna marajoara, de certa forma, acaba se equivalendo à sua imagem, tão reproduzida e também ressignificada por meio das pinturas, bordados, réplicas etc. Essa ressignificação no presente acaba fazendo mais sentido para as pessoas do Marajó e até mesmo para os ceramistas de Icoaraci quando a reproduzem ou quando criam peças inspiradas na urna.

11. REFERÊNCIAS

Barreto, Cristiana. 2013. Corpo, comunicação e conhecimento: reflexões para a socialização da herança arqueológica na Amazônia. *Revista de Arqueologia* 28 (1): 112-128. <https://doi.org/10.24885/sab.v26i1.372>

Barreto, Cristiana. 2020. Do teso marajoara ao sambódromo: agência e resistência de objetos arqueológicos da Amazônia. *Boletim do Museu Goeldi - Ciências Humanas* 15 (3). <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0106>

Barreto, Cristiana. 2009. Meios místicos de reprodução social. Arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga. Tese de doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo.

Barreto, Cristiana, Oliveira, Erêndira. 2016. Para além de potes e panelas: cerâmica e ritual na Amazônia Antiga. *Habitus* 14 (1): 51-72. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v14.1.2016.51-72>

Bezerra, Marcia. 2020. A urna bordada: artesanato e arqueologia na Amazônia contemporânea. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas* 15 (3). <https://doi.org/10.1590/2178-2547-B-GOELDI-2019-0124>

Bezerra, Marcia. 2014. As cores do passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. *Amazônica – Revista de Antropologia* 6 (2): 418-441. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v6i2.1875>

Bezerra, Marcia. 2011. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas* 6 (1): 57-70. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100005>

Bezerra de Meneses, Ulpiano T. 1993. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista* 1 (1).

Bezerra de Meneses, Ulpiano T. 1984. Identidade cultural e Arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 20: 33-36.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 1996. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia* 39 (1): 13-37.

Foote-Whyte, William. 1980. *Desvendando as máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A. pp. 77-86.

Gallo, Pe. Giovanni. 2005. *Motivos ornamentais da cerâmica marajoara: modelos para o artesanato de hoje*. Cachoeira do Arari: Museu do Marajó.

Gell, Alfred. 2005. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. *Concinnitas* 6 (1): 42-63.

Gell, Alfred. 2018. *Arte e agência*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: UBU Editora.

Godoy, Renata de. 2015. Arqueoturismo no Cerrado e na Amazônia: dois pedaços de um mesmo pote. *Revista Arqueologia Pública* 9 (2): 87-107. <https://doi.org/10.20396/rap.v9i2.8642870>

Lima, Helena Pinto, Barreto, Cristiana, e Fernandes, Camila. 2018. Museus no século 21: Ações pela salvaguarda e socialização do acervo arqueológico do Museu Goeldi. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 38: 145-161.

Lima, Tania Andrade. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas* 6 (1): 11-23. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100002>

Linhares, Anna Maria Alves. 2017. *Um grego agora nu: índios marajoaras e identidade nacional brasileira*. Curitiba: CRV.

Miller, Daniel. 2013. *Trecos, troços e coisas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Oliveira, Erêndira. 2016. Potes que encantam: estilo e agência na cerâmica policroma da Amazônia central. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rappaport, Joanne et al. 2018. Más allá de la observación participante: la etnografía colaborativa como innovación teórica, in *Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras - Tomo I*. Buenos Aires: CLACSO. pp. 323-52. <https://doi.org/10.2307/j.ctvn5tzv7.16>

Schaan, Denise Pahl. 2007. A arte da cerâmica marajoara: encontros entre o passado e o presente. *Habitus* 5 (1): 99-117. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v5.1.2007>

Schaan, Denise Pahl. 1997. A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara: um estudo da arte pré-histórica da Ilha de Marajó, Brasil (400-1300 AD). Porto Alegre: EDIPUC/RS. (Col. Arqueologia, v. 3).

Schaan, Denise Pahl. 2006. Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. *Revista Arqueologia Pública* 1 (1): 31-48. <https://doi.org/10.20396/rap.v1i1.8635819>

Schaan, Denise Pahl. 2004. The Camutins chiefdom: Rise and development of social complexity on Marajó Island, Brazilian Amazon. Tese de doutorado, Universidade de Pittsburgh, Pittsburgh.

Souza Lima, Marcelle R. de, Barreto, Cristiana, e Lima, Helena P. 2020. História de vida de uma urna marajoara: reconectando contextos e significados. *Revista de Arqueologia* 33 (3): 396-418. <https://doi.org/10.24885/sab.v33i3.837>

Souza, Doracy Moraes de. 2010. O trabalho dos artesãos ceramistas em Icoaraci, Belém/Pa: contribuições aos estudos sobre a dinâmica da Amazônia brasileira. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém.

Van Velthem, Lúcia H., Pereira, Edithe, e Galúcio, Ana Vilacy. 2019. *Acervos Culturais do Museu Paraense Emílio Goeldi: 150 anos de história e perspectivas futuras*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Xavier, Leandro Pinto. 2006. “Aqui... a gente não vende cerâmica, a gente vende é cultura”: um estudo da tradição ceramista e as mudanças na produção em Icoaraci – Belém – PA. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

QUESTÕES DO CAMPO RELIGIOSO DE SOURE, ILHA DE MARAJÓ, DURANTE AS ELEIÇÕES DE 2000¹

Marcos Silva da Silveira

Departamento de Antropologia - Universidade Federal do Paraná

submissão: 20.04.2022 aprovação: 10.02.2023

¹Originalmente apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS/ GT50 - Religião e Sociedade: reunir temáticas e revisitar limites. Coordenadoras(es): Rodrigo Toniol (UNICAMP) e João Rickli (UFPR), em 2020.

RESUMO

As eleições municipais de 2000, em Soure, Pará, foram precedidas de uma séria crise política vivenciada com um largo uso de recursos simbólicos, fazendo com que a eleição de outubro tivesse um caráter de “salvação”. O prefeito eleito articulou o apoio de diversas lideranças religiosas e culturais presentes na cidade, imprimindo um tom “purificador” à sua candidatura e à sua vitória. No ano seguinte, verificou-se uma acirrada competição entre líderes das principais religiosidades da cidade: católicos, pentecostais e pajés, que procuravam otimizar sua participação na “salvação” do município. Este caso de competição permite uma reflexão a respeito de dinâmicas próprias da religiosidade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Religião popular, Amazônia, política municipal, turismo.

ISSUES OF THE RELIGIOUS FIELD OF SOURE, ILHA DO MARAJÓ, DURING THE ELECTIONS IN 2000

ABSTRACT

The 2000 municipal elections in Soure, Pará, were preceded by a serious political crisis, experienced with a wide use of symbolic resources, making the October election a “salvation”. The elected mayor articulated the support of various religious and cultural leaders present in the city, giving a “purifying” tone to his candidacy and his victory. The following year, there was fierce competition between leaders of the city’s main religiosities, Catholics, Pentecostals and shamans, who sought to optimize their participation in the “salvation” of the municipality. This competition allows a reflection, from this case, on the dynamics of contemporary Brazilian religiosity.

Keywords: Popular religion, Amazonia, municipal policy, tourism.

PROBLEMAS EN EL ÁMBITO RELIGIOSO DE SOURE, ILHA DO MARAJÓ, DURANTE LAS ELECCIONES DE 2000

RESUMEN

Las elecciones municipales de 2000, en Soure, Pará, fueron precedidas por una grave crisis política, vivida con un amplio uso de recursos simbólicos, haciendo que la elección de octubre tuviera un carácter de “salvación”. El alcalde electo articuló el apoyo de varios líderes religiosos y culturales presentes en la ciudad, dando un tono “purificador” a su candidatura y su victoria. Al año siguiente, hubo una feroz competencia entre líderes de las principales religiosidades de la ciudad, católicos, pentecostales y chamanes, que buscaban optimizar su participación en la “salvación” del municipio. Este caso de concurso permite una reflexión sobre la dinámica de la religiosidad brasileña contemporánea.

Palabras clave: Religión popular, Amazonas, política municipal, Turismo.

1. INTRODUÇÃO

O campo religioso brasileiro politizou-se bastante nas duas últimas décadas. Não creio que isso se traduza numa “espiritualização” da política ou coisa do gênero, como talvez algumas correntes religiosas gostariam de acreditar. Ao contrário, creio que assistimos ao estabelecimento de uma vigorosa tendência intramundana no nosso cenário religioso, nos termos consagrados de Max Weber e Louis Dumont. Os líderes religiosos e suas instituições passando a agir cada vez mais sobre o “Mundo”, um mundo cada vez mais entendido como o “Nosso Mundo”, com espaços políticos a serem ocupados por essas lideranças, que cada vez mais competem entre si em diversas situações. Neste artigo, irei apresentar resultados de pesquisa que contribuem com essa questão, em que, diante de uma crise política municipal, diversas lideranças religiosas participaram ativamente em processos de uma reconstrução da governabilidade local, para em seguida procurarem redefinir sua posição neste novo cenário político que ajudaram a criar.

No ano de 2000, após concluir o Doutorado em Antropologia na Universidade de Brasília, assumi um contrato de professor visitante na Universidade Federal do Pará (UFPA), junto ao departamento de Antropologia. Meu objetivo era, além de dar aulas, poder pesquisar a religiosidade amazônica, sob a orientação do professor Raymundo Heraldo

Maués². O objetivo da pesquisa era acompanhar os festejos e cerimoniais da cidade de Soure (PA), famosa pelo seu calendário cultural: Carnaval, festivais de quadrilha, festas juninas, círios, festas de santos padroeiros, obrigações aos “encantados caboclos” e aos orixás africanos e batizados evangélicos compunham um calendário anual bastante elaborado, que atendia a públicos variados e era responsável por um fluxo turístico permanente, tanto da Ilha de Marajó quanto um todo como de Belém e de Macapá.

Fui surpreendido por uma crise política que se abateu no município em 2000, com a destituição do prefeito e a nomeação de um interventor, às vésperas da nova eleição. As diversas lideranças religiosas locais promoveram intervenções na cena política, juntamente com as suas procissões e festas. O objeto da pesquisa deslocou-se para as relações entre o plano político e o plano religioso, por meio da manipulação de símbolos religiosos, por essas lideranças em função da crise política.

Eu já havia trabalhado com esse objeto, quando do meu mestrado na UnB, sobre a história dos pioneiros da Umbanda e do culto aos orixás no Distrito Federal. A pesquisa foi realizada durante o final do governo Collor, que mobilizaria o campo religioso nacional e local de várias maneiras. Uma série de questões, que depois ganhariam muita evidência, se esboçavam naquele momento. Os conflitos entre cultos evangélicos pentecostais, que buscavam ascender politicamente,

² Agradeço a acolhida de Wilma Marques Leitão, Angélica Motta-Maués, Jane Felipe Beltrão, Samuel de Sá e Carmen Isabel Rodrigues. Agradeço também à Wilma Marques Leitão pelos seus comentários. E aos alunos e alunas que tive nos campi da UFPA, em Soure e em Belém. Dedico este artigo a Heraldo Maués, já aposentado e afastado, pela importância de seu trabalho sobre cultura e religião da Amazônia.

e os cultos de matriz africana, que tinham uma presença discreta junto à classe política, ainda não eram explícitos, mas, ao final da crise do governo Collor, os cultos evangélicos, que o apoiavam inicialmente, com suas orações do lado de fora da “Casa da Dinda”, apareciam como tendo sido iludidos pelo Presidente, que realizava rituais de Quimbanda, dentro da sua casa, o que se tornou um símbolo das razões de sua queda, bastante explorados pelos pentecostais. O campo religioso da capital federal tinha sido muito afetado pelas atribuições daquele governo e reven-endo aquele momento a partir de hoje, é possível afirmar que certos redirecionamentos nas relações entre o campo religioso e político do país começavam a ser redefinidos naquela época.

Da mesma maneira, no estudo realizado em Soure, cerca de dez anos após minha pesquisa de mestrado, me deparei com um outro momento dessa redefinição do campo religioso diante da vida política democrática, pós-Constituição de 1988, na medida em que líderes católicos, evangélicos e espíritas uniram-se em 2000 respondendo à crise política e elegendo para prefeito um candidato, que até então, não havia participado da vida política partidária e que soube transitar entre eles. A partir de 2001 passaram rapidamente a negociar, a partir desse novo momento, suas diferenças e divergências, dentro da vida social do município. Mais uma vez, creio que, situações que hoje são corriqueiras no campo religioso brasileiro, começavam a se delinear naquele tempo e naquele espaço, dentro das dimensões próprias de um contexto político municipal.

Discutindo a partir de uma pesquisa realizada no Sul da Bahia, Goldman (2017) fez uma série de considerações úteis para repensar esse material de pesquisa. Trabalhando as relações políticas dos grupos afro com a classe política de Ilhéus, ele pôde perceber que a vida política da região, ao invés de ser “periférica” aos grandes centros de decisão, como Salvador, revelavam, à sua maneira, dimensões importantes dos processos políticos vigentes no país. Melhor do que insistir na tese de que falta alguma coisa na democracia brasileira é procurar desenvolver abordagens simultaneamente macrosociológicas e micropolíticas que permitam explicitar bem alguma coisa sobre o sistema político em questão a partir de situações vivenciadas e devidamente etnografadas, além de destacar a experiência dos interlocutores com os seus diversos pontos de vista, sempre divergentes em se tratando de política. Goldman (2006) tem uma discussão metodológica muito significativa, que pretendo seguir aqui. No caso que ele analisou, tratava-se da inauguração de um centro de cultura afro e dos desafios que os grupos afro encontravam diante da classe política. O caso de Soure é diferente, mas a proposta se encaixa. Pretendo falar de todas as religiosidades envolvidas, a partir das suas performances, sem me deter em nenhuma em particular.

2. A CRISE POLÍTICA

Chove muito em Soure no primeiro semestre do ano. Por isso, resolvi dar início ao meu trabalho de campo somente no período compreendido

pela última semana do mês de julho e a primeira de agosto. Fim das férias de verão, quando a cidade recebe shows de bandas semanalmente, entre outras atrações menores. Veraneio nas praias, grande atração para os estudantes universitários de Belém que esperavam o reinício das aulas.

Quando cheguei na cidade, não encontrei os moradores se preparando para os cívicos de outubro e novembro, que eu pretendia acompanhar, mas com um impasse político. O prefeito, eleito em 1996, havia deixado de pagar o funcionalismo público, nos meses de maio, junho e julho, que são importantes para o calendário cultural da cidade³. Ele havia sido destituído pela Câmara Municipal em abril, por diversas irregularidades, além do atraso sistemático dos pagamentos. Retornou por meio de um mandado de segurança. Com a chegada do mês de agosto, a insatisfação de todos os que dependiam dos pagamentos da Prefeitura aumentava dia a dia. Não só os salários não eram pagos como as dívidas junto ao comércio local não eram salgadas, tendo deixado a economia de Soure, em larga medida, paralisada.

Os professores da rede pública suspenderam as aulas e ocuparam a Prefeitura, impedindo o prefeito de continuar à frente do governo. Ao final do mês de agosto, correu um boato de que o prefeito e a esposa se preparavam para deixar a cidade, fugindo para Belém. A população, revoltada, cercou sua casa e começou a apedrejá-la,

além de ameaçar incendiá-la. O prefeito e sua família tiveram que sair escoltados pela polícia para, de fato, pegarem um barco para a capital. O próprio prefeito terminou por pedir uma intervenção estadual no município, como forma de garantir a realização das eleições municipais. O governo estadual nomeou um interventor que governaria Soure entre os meses de setembro e dezembro, garantindo a realização das eleições e voltando a pagar o funcionalismo e a saldar as dívidas com o comércio local.

Teixeira (1988: 17) formulou uma discussão sobre a “natureza demoníaca da política”, na qual trata dessas situações em que políticos trabalham em função de seus interesses particulares em detrimento dos interesses públicos e coletivos. A política, quando vista assim, tenderia a ser dominada e controlada por indivíduos que têm esse tipo de atitude. O resultado é uma descrença generalizada não só nesses políticos, mas na prática política como um todo, que termina sendo percebida como uma atividade “impura”, marcada por essa “natureza demoníaca”.

Dentro desta discussão, Kuschnir (2000: 15) acrescenta a noção do “mito do político ideal”, aquele que, ao contrário, realmente se preocupa com a população e se esforça para garantir o seu bem-estar, ao contrário dos políticos “típicos”, do modelo de Teixeira (1988). Observando suas discussões, pode-se ter um vislumbre da cons-

³Em junho começa o verão na região amazônica, com dias ensolarados dando lugar às chuvas diárias e torrenciais dos cinco primeiros meses do ano. É uma época festiva, celebrada com as comemorações da quadra junina. Julho é o mês do veraneio paraense, com praias cheias e uma série de atividades de lazer por todas as praias do estado. A Ilha de Marajó, em particular as praias de Salvaterra e Soure são muito visitadas, principalmente na segunda quinzena do mês. A maior parte dos turistas é do próprio estado, sendo que muitos são naturais da região. Soure é reconhecida por seus agentes de turismo como um típico balneário de jovens de Belém (Figueiredo 2000).

trução da candidatura vitoriosa. O candidato que se elegeu prefeito, em 2000, era médico, com o seu próprio hospital particular na cidade, onde prestava atendimentos diferenciados à população local⁴. Sua candidatura foi muito negociada, visto que ele não tinha ambições políticas e apresentou-se como um nome alternativo ao cenário político local, com os demais candidatos sendo considerados de pouca confiança pelo eleitorado naquele momento. Não era, todavia, estranho aos quadros políticos e sociais locais, movendo-se com desenvoltura no cenário político em crise. O apoio das lideranças religiosas e culturais e do funcionalismo público foram decisivos para a sua vitória⁵. Depois de seu governo, voltou ao seu hospital, não se candidatando à reeleição nem a outro cargo eletivo nas eleições de 2004.

O que chamou a atenção, por isso mesmo, foi como a população passou a dramatizar, ritualizar e celebrar suas possibilidades de reivindicação e intervenção diante desta crise, utilizando como recursos simbólicos para essa mobilização práticas religiosas, como cultos ecumênicos, reuniões de oração e bênção, além das passeatas e protestos. Toda essa enorme mobilização popular foi apoiada pelas lideranças católicas, evangélicas e pelos pajés e mães de santo locais. Na sequência, uma série de eventos de caráter religioso marcaria todo o processo eleitoral.

Todo o processo de mobilização social ocorrido em torno da sucessão do prefeito de Soure foi tão cerimonialmente marcado, que é possível tratá-lo como parte de um “Drama social” específico, conforme discutido por Turner (2008). Para esse autor, diante de uma crise social, processos rituais poderão viabilizar ações corretivas até que a situação possa retornar a alguma normalidade. Processos rituais que neste caso giravam em torno da realização do pleito municipal, o principal “rito restaurador da Ordem”. Diante da ruptura instaurada pela má-administração do primeiro prefeito, que culminou na sua destituição, e da crise política que se seguiu, toda a mobilização popular pelo reestabelecimento da ordem política, com o surgimento da candidatura do novo prefeito, eleito em 2000, podem ser vistas como ações corretivas, nos termos de Turner (2008), bem-sucedidas, dentro de certos limites, para reestabelecer a ordem social. Muitas negociações aconteceram ao longo do processo, dentro das práticas políticas vigentes, mas outras ações, provenientes das práticas religiosas locais, também foram incorporadas ao processo, como será destacado mais adiante.

Heredia (2002) discutiu como o processo eleitoral democrático é parte de um sistema permanente de relações entre eleitos e eleitores, que compõem, de fato, a vida política municipal. Num momento anterior, Palmeira e Heredia

⁴Também era conveniado com o Sistema Único de Saúde (SUS).

⁵Essa vitória não foi de “lavada”, como se diz. O prefeito eleito, pelo PL, partido inexpressivo na região, ficou com 27% dos votos. Os candidatos derrotados em 2º e 3º lugar, do PTB e do PMDB, praticamente empatados com 22% dos votos. Em números, ele se elegeu com 400 votos acima do segundo colocado, num total de 8.000 votos.

(1995) discutiram como os pleitos municipais integram-se no complexo de cerimônias religiosas e culturais onde são realizadas. Suas reflexões contribuem para uma análise de como reivindicações políticas são negociadas dentro de uma lógica de contraprestações sociais, que os agentes envolvidos procuram considerar, nos seus respectivos termos simbólicos. O caso de Soure demonstra limites neste tipo de negociação, da dialética entre uma lógica de reciprocidade e uma lógica da ação política, propriamente dita, por meio de situações distintas, que considere a seguir, em separado.

Processos rituais, como definiu bem Tambiah (1985), combinam uma dimensão altamente formal com significados contextuais. Por mais padronizados e repetitivos que desejem que sejam, por parte de seus realizadores, sempre há espaço para acontecimentos circunstanciais se manifestarem, revelando e expressando questões importantes do contexto social que o promove naquele momento. No caso de Soure, as questões do contexto social exigiram um rearranjo dos processos rituais convencionais, em ações rituais bastante dramáticas para os seus participantes. Sem deixar de manter as suas dimensões festivas, cerimoniais e mesmo religiosas, como os processos rituais que Tambiah (1985), dentre outros antropólogos estudaram e estudam, a crise política de Soure foi vivenciada dentro e a partir dos seus principais ritos anuais. Como a escalada da crise política, nos termos de Turner (2008), a política

terminaria englobando a vida cerimonial e sendo expressa em seus termos.

3. A AÇÃO CATÓLICA⁶

Assim que retornei a Soure, ainda em agosto de 2000, deparei-me com uma pequena faixa, estendida no jardim do complexo da Igreja Matriz: “Maria clama por Justiça”. Três semanas depois, na frente do salão paroquial, era possível ler, disposto em várias faixas: “Queremos punição urgente para as pessoas que não souberam administrar a verba do FUNDEF”; “Os funcionários clamam por seus salários em dia”; “Queremos nossos salários pelo Amor de Deus. Socorro!”.

Esses espaços da Igreja Matriz, normalmente vagos, eram ocupados apenas por avisos de atividades desenvolvidas no salão paroquial, como reunião de jovens e senhoras. Agora, estavam sendo mobilizados pelo movimento dos servidores municipais, com os professores à frente. Tanto o bispo católico quanto a madre superiora, diretora de um colégio, foram intermediários importantes entre os representantes políticos e o movimento popular. Como lembrou a madre superiora em depoimento:

“Foi aquele momento de tumulto, mas a gente foi conversar com os policiais, pediu muito e a gente formou uma comissão de frente de greve, onde eu estava participando com mais outros professores e funcionários de outras categorias; então nós ficamos lá apossados na prefeitura e imediatamente a gente começou a fazer campanha de pedido de alimen-

⁶ Basicamente tratarei da dimensão pública dos diversos rituais que pude assistir e participar, na condição de professor pesquisador. Nesse sentido, não tive acesso a dimensões mais privadas da vida política local, como relações familiares e de vizinhança entre políticos e apoiadores.

tação, de tudo que precisava e o povo teve uma solidariedade muito bonita, que todo mundo levava, bastava a gente anunciar no som que estava faltando um feijão, um arroz, um açúcar que todo mundo ia levando, gás, tudo. Então começou a fazer um alimento comunitário para dar para todo mundo que estava lá; e o povo dormia lá na prefeitura; a porta, as coisas tudo caindo da prefeitura e o povo por sinal consertou. Agora a gente entrou num acordo pra não chegar depredando nada, não destruir nada, não ter violência, nem com a polícia. Então, os policiais, pra onde a gente ia eles iam seguindo a gente, a comissão; eu lembro que nós tivemos que ir na casa do presidente da Câmara conversar, o prefeito não foi possível porque ele fugiu da gente; fomos pra juíza em pleno dia de domingo, ter audiência com a juíza, uma manhã inteira de audiência com a juíza; depois, o prefeito quando se viu cercado mandou me chamar lá na casa dele que queria falar comigo, sabia que era eu; só que não dava pra eu ir, não tinha como, e depois ele me mandou chamar na casa dele, mas quando eu estava indo o bispo chegou, convidei o bispo e nós fomos conversar; estava ele e todo o secretariado dele. Ele estava muito agressivo, por sinal, a mulher dele veio de lá e me agrediu muito, falando que eu estava encabeçando a greve, ameaçando as crianças de perder pontos por participar da greve; eu disse para ela que não estava fazendo aquilo, primeiro porque não tinha aula, então não tinha nada de tirar ponto; segundo era a própria situação que estava fazendo todo mundo ir, que eu não estava obrigando ninguém; era o povo mesmo que estava revoltado.”

Nesse clima eu encontrei a cidade, enquanto dava aulas de Introdução à Antropologia no campus Soure da UFPA. Durou o semestre todo. O Círio de Nazaré de Soure acontece entre a segunda e a terceira semana de novembro, um mês depois do Círio de Belém. As eleições já haviam acontecido e a vitória do candidato apoiado pe-

las lideranças religiosas fora muito comemorada pelos seus apoiadores e pelo movimento dos professores e funcionários públicos. A cidade esvazia quando do Círio de Belém e fica cheia durante os dois finais de semana de seu próprio Círio, com a vinda de sourenses que trabalham e vivem em Belém ou Macapá e têm laços familiares na cidade. Naqueles momentos, havia um sentimento de agradecimento, na procissão, estimulado pelos organizadores da festa, já que o interventor conseguira realizar as eleições e o candidato eleito procurava dialogar com as organizações comunitárias locais. Não havia tomado posse ainda, e os salários atrasados não haviam sido pagos. O clima reinante, todavia, era de decepção, como sintetiza uma das líderes do movimento popular, professora de Soure:

“O Círio olhando pelo lado religioso foi ótimo, mas olhando pela nossa situação, pelos funcionários continua ainda aquela angústia tanto pelo município como a nível de estado. O Almir Gabriel⁷ cortando os direitos, tem funcionário que perdeu salário-família, outros saíram do IPASEC e passaram para o INSS porque a questão da saúde ficou mais precária ainda e os reajustes que há sete anos que ninguém, os salários não são reajustados. Quer dizer, a pessoa não tem aquele ânimo, todo mundo trabalhando, mas todo mundo entalado com a situação que vem sofrendo o professor. Aqui, pelo menos, no município, o prefeito fez a festinha do professor, a maioria não foi, não foi porque acha assim, que não tem nada que ficar comemorando, que as coisas estão ruins.”

A procissão foi organizada pela Igreja, na matriz do Menino Deus, como sempre, mas, neste ano a madre superiora foi a voz do Círio.

⁷ Governador eleito do estado do Pará, à época pertencente ao PSDB.

Era ela que, num carro de som, conduzia a procissão, exortando os fiéis em sua devoção à Maria de Nazaré. À mediação de Maria, enquanto mãe de Jesus, sobrepunha-se a sua mediação de madre superiora, líder religiosa e comunitária, nesta cerimônia que celebra, entre outras coisas, a importância feminina na religiosidade da região amazônica. O mundo das religiões em primeiro lugar é um assunto feminino e suas práticas costumam ser conduzidas por mulheres que rezam, curam, aconselham e intermediam as relações com o Sagrado, sem que deixe de haver espaço para especialistas homens, como pajés, pais de santo, benzedores, santeiros e “leigos” do Catolicismo oficial.

O Círio consiste, basicamente, na saída da Virgem de Nazaré da Igreja Matriz, na sexta-feira, em peregrinação por uma série de capelas da cidade, até que no domingo de manhã ela retorna para a Matriz. Ao longo desse percurso, ela é adorada pelas famílias que moram por onde ela passa, com fogos de artifício e faixas de agradecimento, mas também com um rito mais singelo. As famílias colocam suas próprias imagens da Virgem de Nazaré em altares improvisados na rua, de forma que a Virgem, da matriz, circula pelas virgens dos lares. As mulheres das residências permanecem junto às suas imagens, para assistir a Virgem passar, e recebem homenagens juntamente com ela.

No imaginário popular, a santa sai para visitar seus adoradores e o Círio consiste exatamente nisso. A reunião de famílias sourenses é impressionante. Casas que permanecem fechadas

a maior parte do ano são reabertas, recebendo muitos hóspedes. Não é uma festa turística, pois a rede hoteleira não lotou durante este fim de semana, mas a cidade fica cheia, graças aos “filhos de Soure” que retornavam durante o período.

Aspectos importantes da vida social de Soure desfilavam junto à Virgem de Nazaré: vaqueiros vindo das fazendas, alguns exibindo camisetas de suas fazendas, outros, trajes típicos do vaqueiro marajoara; a guarda municipal montada em búfalos; carros de búfalo enfeitados acompanham o cortejo; o deputado estadual que se elegeu por Soure e Salvaterra, cidade próxima, cedeu seu carro de som para a organização do Círio, que sempre ostenta seu nome; ao longo do percurso, políticos e instituições civis saúdam a passagem da Virgem com faixas; famílias colocam faixas de louvor nos muros. Em algumas residências, sonororas queimas de fogos eram realizadas.

A procissão foi se espraiando pelas grandes avenidas de Soure, onde pequenos comerciantes colocaram algumas mesas para servir bebidas e tira-gostos. Algumas famílias fazem o mesmo, assistindo ao Círio sentadas na frente de suas casas. De fato, existem duas maneiras de se participar do Círio: acompanhando a procissão ou esperando ele passar pela porta de casa ou em algum ponto privilegiado na rua. Algumas pessoas ficam bebericando e conversando, esperando o Círio passar. Ao final da procissão as ruas se esvaziam e os participantes dirigem-se às suas casas, para o almoço do Círio - em geral uma maniçoba - que pode durar a tarde inteira, esvaziando as ruas.

Um grande momento do Círio foi quando ele passou em frente ao colégio das freiras, o Stela Maris, dirigido pela madre superiora. Foi realizada uma homenagem à Virgem, com crianças vestidas de anjo atirando papel picado. O tom da homenagem continuou ao longo de toda a procissão. Num certo sentido, quando a procissão vai caminhando, é como se o povo fosse, progressivamente, tomando a santa novamente para si, até que esse mesmo “povo” a entrega de volta à igreja matriz e a seus guardiões eclesiásticos. Lembra, mais uma vez, a madre superiora:

“No ano passado, o tema foi a festa da partilha. A homenagem que nós fizemos foi diferente, ressaltando os trezentos nomes que a Nossa Senhora tem, devido às diversas circunstâncias em que ela se manifestou na vida do povo; então de acordo com cada situação que ela se manifestou, por exemplo, ela é considerada Nossa Senhora Aparecida porque ela apareceu na rede dos pescadores, por isto ela é Nossa Senhora Aparecida; então, de acordo com os títulos que ela teve nós colocamos uma música que fala de Maria com os trezentos nomes que ela tem, foi esta homenagem e pedimos nós priorizamos a realidade da educação, visto que ano passado passamos por um momento muito difícil na vida da educação, entramos até em greve, paralisamos e foi até intitulada a escola como cabeça da greve pelo fato de ter começado aqui no quintal da escola a reunião que levou a tomada da prefeitura.”

4. OS EVANGÉLICOS

Os evangélicos têm um estilo de vida bem distinto dos católicos paraenses, com atividades sociais que eles mesmo organizam e promovem, mas sua participação na vida política local era

muito bem-definida. Os pastores, diáconos e presbíteros apoiavam candidatos, recebiam políticos e influenciavam o voto de seus congregados.

Maior culto pentecostal do Brasil, a Assembleia de Deus de Belém do Pará foi fundada em 1911. O missionário sueco Gunnar Vingren, fundador da igreja, visitou o Marajó em 1912, estando na região de Soure, onde também abriu um templo. Essa viagem tem contornos míticos, com seus próprios milagres, fazendo parte da história oficial da Assembleia de Deus e da memória dos evangélicos locais. Além da Assembleia, encontravam-se presentes a Igreja Cristã Evangélica do Brasil, a Igreja Quadrangular, a Batista, a “Jesus te ama”, a Universal do Reino de Deus e a Adventista do 7º dia, mas somente a Assembleia de Deus estava presente em todas as vilas da região. Vale lembrar que a Assembleia de Deus tem, em Soure, um status de religião tradicional comparável à católica, devido à sua antiguidade e à sua influência.

No segundo semestre de 2000 chamou a atenção, em primeiro lugar, a participação dos evangélicos em uma série de cultos ecumênicos realizados tanto pela Assembleia de Deus, quanto por outras denominações evangélicas, aproveitando a oportunidade para marcar presença diante da crise política. O primeiro desses cultos ecumênicos aconteceu no 7 de setembro. Não houve desfile de escolas nem de outras instituições do Estado. Ao contrário, foi realizado um evento cívico-religioso. O hino nacional foi executado pelas bandas evangélicas. A Igreja Católica fez a abertura com uma

liturgia, enquanto o pastor da Assembleia de Deus iniciou um louvor, seguido da leitura da Bíblia. Novamente o padre católico assumiu o ofício realizando uma adoração e uma oração em favor da cidade. O evento aconteceu cedo, entre as 7 e 9 da manhã, evitando o calor daquela época do ano.

À noite, o pastor da Assembleia promoveu uma corrente de oração em frente à Prefeitura. A mocidade da Igreja, liderada pela banda *Jetsema* animava o evento, que tinha um tom bastante festivo, em contraste com o tom sério e preocupado do sermão do pastor. O grande momento da noite foi a oração coletiva e a bênção, quando todos os presentes procuraram envolver a Prefeitura com sua corrente de fé. Ao final da cerimônia, a banda continuou tocando, enquanto um tacacá, comida típica da Amazônia, era oferecido aos presentes. A Assembleia de Deus nunca tinha feito um evento desse tipo na cidade.

Era uma maneira evangélica de estar presente na cena política, ocupando, à sua maneira, um espaço que se fez disponível a partir da invasão da Prefeitura, e continuava com a chegada do interventor. Ele, empossado, cederá o palanque para a Assembleia de Deus promover a cerimônia do dia da Independência. O outro evento foi um culto ecumênico realizado no ginásio da cidade, o espaço mais importante da vida cultural de Soure, antes da posse do prefeito eleito, no dia 1º de janeiro de 2001, com

o objetivo explícito de ser um culto de bênção em favor deste novo prefeito. Os membros da Câmara Municipal acompanharam o culto, promovido pela Igreja Católica e pela Assembleia de Deus, mas executado pelo pastor batista de Soure. Mais de 300 pessoas estavam presentes, lotando o ginásio.

5. PAJELANÇA E UMBANDA⁸

A Ilha de Marajó é considerada uma “Ilha Encantada”. Seus encantos não são apenas suas paisagens naturais, mas também os espíritos dos “Encantados”, que povoam diversos locais e o imaginário local com aventuras envolvendo tanto essas entidades quanto os pajés que os controlam e com eles trabalham. Existe muita pajelança na Ilha e em Soure. Como 3/4 da população do município é urbana, muitos terreiros e casas de santo são encontrados nos diversos bairros da cidade. A participação desses líderes religiosos na política também é notável, sendo que a vereadora mais votada no pleito de 2000, uma líder comunitária muito popular, era pajé, dona Roxita. Diversos candidatos a vereadores fizeram campanha em terreiros, com o apoio de pajés e mães de santo.

Na noite de 24 de agosto de 2000, a noite de Exu, foi realizado um grande comício pelo candidato que seria eleito, numa encruzilhada, formada pelo característico traçado modernis-

⁸ A pajelança amazônica é um tema muito estudado, desde, pelo menos, Eduardo Galvão, na sua obra “Santos e Visagens”, de 1976. Sem se confundir com a Umbanda, a Quimbanda e os tambores da Mina paraense, é muito popular na região de Soure. É um rito de evidente origem indígena, provavelmente nascido nos aldeamentos jesuítas da região.

ta de Soure⁹. O comício aconteceu no bairro do São José, onde está a colônia dos pescadores e muitos dos terreiros da cidade. Alguns líderes desse culto chegaram a alterar a data de suas festas para Exu, em função do comício. O apoio dos líderes e frequentadores dessas casas de santo ao candidato vencedor era bem evidente, embora nem todos os pajés o tenham, de fato, apoiado. Outros candidatos a prefeito, todavia, nem marcaram comício para este dia, nem tiveram um apoio tão explícito dos pajés. Uma mãe de santo importante da cidade realizou sua festa de Exu no dia 23 de agosto, enquanto noutra casa, a incorporação dos médiuns pelos Exus só teve início ao final do comício, quando os frequentadores habituais da festa apareceram, e as entidades finalmente se manifestaram.

Há alguns anos, o representante da Federação Umbandista Paraense em Soure conseguiu com um prefeito que uma pequena praça, localizada numa importante encruzilhada num dos limites da cidade, fosse transformada na Praça do Exu. O local serve, desde então, de palco para as oferendas que uma série de tendas e terreiros de Umbanda de Soure realizam em homenagem a essa entidade do panteão afro-brasileiro. Devido à crise, a festa não foi realizada em 2000, cada casa de santo realizou suas “obrigações” para Exu em seus próprios limites, o que também viabilizou esses arranjos em relação aos eventos políticos da eleição municipal.

6. AS NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS A PARTIR DO CÍRIO DE 2001

Montero, Arruti e Pompa (2011:145) chamam a atenção, a partir da noção de “tempo da Política” de Moacir Palmeira, como, durante as eleições, os diversos grupos políticos passam a existir publicamente para afirmar a sua existência plena e garantir o seu lugar no jogo político. Num momento de crise política como o vivido em Soure, as dimensões simbólicas do jogo político local vieram à tona, com histórias significativas sendo contadas continuamente. Esses processos sociais e simbólicos articulam diferenças que se legitimavam, mais uma vez, enquanto as diferenças que compõem aquele campo político.

Num outro texto, crítico ao anterior, Macagnó (2014) questiona a ênfase dada nas “políticas de reconhecimento” em torno dos mecanismos de produção de consensos por novos agentes sociais, no atual cenário político. O autor afirmou que o problema não é o reconhecimento, mas que tipo de relações políticas são reconhecidas e articuladas entre si. O campo religioso de Soure conseguiu produzir um consenso em torno do seu candidato em 2000, mas soube também dramatizar suas diferenças em disputas por espaços sociais, simbólicos e políticos em 2001. Essas disputas continuariam até as eleições de 2004, quando novamente candidatos bastante reconhecidos no cenário político municipal concorreram entre si e um deles venceu as eleições.

⁹ O traçado da cidade de Soure, com largas ruas, arborizadas por canteiros centrais, cortadas por dezenas de travessas foi realizado pelo mesmo engenheiro que projetou Belo Horizonte, no início do século XX.

Montero, Arruti e Pompa (2011: 150) partem da constatação de que a “Antropologia é inevitavelmente política” e sugerem que o político deve ocupar “o lugar teórico-metodológico” antes ocupado pelo conceito de cultura, já que cada vez mais os estudos centrados na noção de cultura têm se transformado em estudos sobre a vida política de algum lugar. Sem querer entrar no mérito da reconceitualização do “político” e da “cultura” que esses autores fazem, posso afirmar que o estudo aqui apresentado se encaixa no que eles estão propondo, desde que não esqueçamos que tanto “Cultura” quanto “Política” tornaram-se termos “nativos” com diversos significados distintos e divergentes nos contextos sociais onde realizam-se pesquisas. (Montero et al. 2011).

Durante o Círio de 2001, esse campo religioso, antes em crise, reorganizou-se em novas direções. O ambiente de diálogo inter-religioso, presente no final de 2000, não desapareceu, mas foi substituído por um clima de confrontos entre membros das suas instituições religiosas. Confrontos que se tornaram possíveis a partir desse diálogo inicial.

O primeiro evento a ser considerado, todavia, veio a ser a realização do reality show “No Limite” numa fazenda nas imediações da cidade, na região do bairro do Tucumanduba. O prefeito eleito negociara sua realização no local, junto à Secretaria de Turismo do Pará. A instalação da infraestrutura do evento, que permaneceu na região durante alguns meses, injetou muito dinheiro na economia local. Funcionários

da emissora hospedaram-se nos principais hotéis da região, casas foram alugadas, uma série de serviços e produtos requisitados, e, mais do que isso, Soure, ou pelo menos suas praias “selvagens” estavam sendo vistas em todo o Brasil. Para uma cidade que vivera uma crise política e econômica tão aguda, o novo prefeito parecia trazer uma época de ansiada prosperidade.

O Círio de Nazaré de Soure, em 2001, fora, ao contrário do de 2000, uma grande festa de agradecimento. Festa rica, com várias famílias promovendo queimas de fogos extremamente suntuosas e esmerando-se nas decorações de suas casas e ruas. A festa continuou a desdobrar-se numa série de pequenos círios. Começou com o Círio dos estudantes, realizado na sexta-feira pela manhã, que passou pelas principais escolas da rede oficial e terminou na capela da Santa Maria dos Pobres, localizada na “Invasão”, um bairro popular. À tarde, após um culto realizado pelos leigos, ela saiu em procissão para a capela de Santa Rita, localizada na parte Leste da cidade, no “Bairro Novo”. No sábado saiu dessa capela em direção à capela de São José, na cerimônia denominada “Pré-transladação”, atravessando a cidade, no sentido Norte-Sul, da parte mais nova para a mais antiga, pois a Igreja de São José está localizada na parte mais antiga da cidade, junto à foz do rio Paracauari.

No domingo, finalmente, a imagem saiu da capela de São José para a igreja matriz, atravessando as principais vias do centro da cidade. No sábado à noite, todavia, a população católica, ao voltar da transladação, foi surpreendida com

uma manifestação de jovens da Assembleia de Deus, que realizava um protesto em frente ao templo, denunciando a “idolatria” da festa de Nazaré, e, principalmente, protestando com relação à passagem da procissão pela 5ª rua, onde está localizado o templo principal da Assembleia de Deus, o primeiro templo de 1912, e a “praça da Bíblia”, um espaço evangélico reconhecido pela Prefeitura, localizado no seu canteiro central.

Houve algum mal-estar, mas o protesto teve resultados. Segundo os organizadores católicos da festa, eles evitaram fazer alusões a Maria, quando passavam pelo trecho, baixando o som dos autofalantes e optando por: “Viva Jesus”!!! O carro de som, na verdade um caminhão de trio elétrico, passou, com a imagem da Virgem, pelo lado oposto ao templo principal, apressando o andamento da procissão, que faz uma curva na esquina da praça da Bíblia.

Questões mais antigas vieram à tona. O pastor da época, nascido e criado em Soure, lembrava que originalmente o Círio de Nazaré não passava por ali, e que os católicos podiam ter boa vontade em reconduzir o percurso da procissão ao seu traçado original. Os católicos, por sua vez, argumentavam que aquele percurso era “tradicional” e que nunca tiveram problemas com os evangélicos.

Esse clima de “acerto de contas” teve também uma contrapartida por parte da Federação Umbandista. Seu representante esforçava-se por lembrar o caso do embate entre os umbandistas e a Igreja Católica, com relação à realização da festa de Iemanjá. A Igreja Católica mantém numa praia

de Soure um sítio para retiros espirituais. O local, conhecido como Betânia, fica situado junto à antiga da praia do Mata-Fome, muito popular entre os moradores e veranistas. Nesta praia começaram os festivais de Iemanjá, a orixá padroeira das águas salgadas, em dezembro de 1980.

Em 1985, o frei responsável pelo local tentou impedir a realização do festival, cercando o acesso à praia, situada logo após o muro da Floresta de Betânia. A Federação de Umbanda entrou com um mandado de segurança. A juíza, à época, deu parecer favorável à Federação, ordenando a retirada da cerca. Como o representante da federação era um funcionário da Polícia Civil, levou uma equipe de presidiários para derrubar a cerca, e a festa foi realizada.

A praia do Mata-Fome, porém, tinha problemas. A retirada excessiva de areia de suas dunas, para a construção civil, causou alguma desordem ambiental de sérias consequências. Com a força das grandes marés equinociais que se abatem sobre suas praias, a areia terminou por desaparecer. A praia deu lugar a um lamaçal, hoje um manguezal em formação. Os pajés interpretaram o fenômeno como um castigo de Iemanjá, desgostosa com a perseguição do frei. Esse, por sua vez, teve um derrame num globo ocular, terminando por perder a visão. Acabou transferido para a vizinha cidade de Salvaterra.

Devido ao fim da praia, o festival de Iemanjá mudou para a praia de Santa Marta, em frente ao Hotel Ilha do Marajó, o maior hotel de Soure. Os proprietários do hotel apoiaram a festa, que faz parte do calendário de eventos culturais

da cidade. O fluxo turístico deslocou-se da praia do Mata-Fome para a Praia do Pesqueiro, a 8km do centro da cidade, onde os festejos de Iemanjá eram realizados anteriormente, e para a Praia da Barra Velha, situada do lado da Praia do Mata Fome. É a atual praia da cidade, por excelência.

Comparável ao incidente com os evangélicos, a federação umbandista aproveitava o momento para enfatizar seus espaços conquistados ao Catolicismo e lembrar o seu lugar na sociedade local. O *reality show*, ao apresentar a natureza de Soure para todo o Brasil, tivera como efeito um incremento no culto aos Encantados, visto como protetores da natureza da região. A fazenda São Jerônimo, transformada em atração turística, é considerada lugar de encantarias, que são devidamente cultuadas pelos seus proprietários. Histórias envolvendo os Encantados e os participantes do programa circulavam pela cidade.

Para discutir essas situações, o modelo desenvolvido por Bourdieu, a partir de Weber, é muito útil. Bourdieu (1987) considera as relações recíprocas estabelecidas entre os leigos, por um lado e os sacerdotes, profetas e feiticeiros, por outro, enquanto negociações em torno do “trabalho religioso” promovido por esses especialistas. Grosso modo, poderia situar a influência dos padres, pastores e pajés, a partir desse conceito, com o objetivo de perceber como de fato atuam frente à população de Soure, no que diferem entre si e como tem sido a evolução histórica de suas práticas.

Os padres e freiras católicos desenvolvem um padrão de relacionamento com o público católico

bastante contraditório. Se os sacerdotes exercem um controle eclesiástico em relação à religiosidade popular, até certo ponto, as vantagens da aliança entre ambos estavam evidentes no exercício da autoridade eclesiástica frente ao prefeito e ao interventor. Antes disso, todavia, o ano de 2000 servira para a população de Soure não só expulsar um prefeito corrupto, mas também dois padres, vistos como “de fora”.

A participação de eclesiásticos nos acontecimentos de 2000 não ficou limitada ao bispo e à madre superiora. Na época, havia um padre responsável pelo serviço religioso regular, vindo de Minas Gerais. Era jovem e sua participação no movimento dos servidores era muito pequena. No auge da crise, algumas professoras começaram a coletar alimentos para os mais necessitados. Esse padre se negou a doar alimentos da dispensa da Igreja e teria feito um comentário que causou um sério mal-estar. A professora que lhe pediu donativos para dar uma ideia da gravidade da situação, afirmara que “o povo está tendo que comer castanha de caju torrada no quintal!”. Era época de caju, fruta abundante nos quintais e praias de Soure e uma das únicas a frutificar em agosto e setembro. O padre teria dito: “Então estão passando bem, pois na minha terra castanha de caju é uma comida fina e cara”.

Tal diálogo estava sendo comentado nas ruas, durante o mês de setembro, como evidência da insensibilidade do padre, que não só assumia sua alteridade, como nem se identificava com o povo local, nem se solidarizava com ele. O padre mineiro terminou sendo transferido da cidade,

substituído por outro, vindo do Ceará. Este, tendo chegado a Soure em dezembro de 2000, desligou-se três meses depois, devido a uma crise de estafa. Comentava-se na cidade, inclusive na Igreja, que ele também tivera sérios problemas de relacionamento com os fiéis católicos de Soure, uma comunidade bastante organizada, o que resultou em seu afastamento.

Em 8 de dezembro de 2001, por outro lado, Soure finalmente assistiu à ordenação de um padre nascido, criado e ordenado lá mesmo, irmão carnal do “leigo” responsável pela organização do Círio de 2001. Tal ordenação aconteceu no ginásio da cidade e foi motivo de grande festa. No mesmo dia, realizava-se o Círio da Vila do Pesqueiro, o balneário mais importante da cidade e a festa de Iemanjá, na praia do Hotel Ilha do Marajó e mais outra festa de pajelança, no sítio de um morador, que festejava seus “encantados” na mesma data, reforçando a importância deste dia no calendário religioso local.

O Círio de 2001 permitiu considerar, de várias maneiras, como os líderes eclesiásticos dividem seu trabalho religioso em torno da promoção da festa com os especialistas leigos do Catolicismo popular. Em 2001, a Igreja Católica optou por uma participação bem mais discreta na festa. O puxador do Círio não foi mais a madre superiora, e sim o “leigo”, de fato um rapaz dos mais atuantes na vida religiosa de Soure, irmão do padre recém-ordenado. Legítimo representante da comunidade, aos olhos

dos agentes eclesiásticos, conduziu a festa, ao longo dos dias de sua realização. Tal mudança, confirmada pelas freiras, como uma opção de deixar as “festas populares sob responsabilidade do povo”, ajudava a perceber como funciona, em Soure, o que Maués (1999:171) chamou de tensão constitutiva do Catolicismo eclesiástico frente ao Catolicismo popular na Amazônia¹⁰.

O Círio de Soure, nos seus primeiros dias, demonstra ser, dentre outras coisas, uma dramatização desta luta. Na sexta-feira, o Círio dos estudantes foi uma cerimônia pequena, realizada pelos colégios, com alunos uniformizados, os padres e as freiras, e os “leigos” diretamente ligados ao Catolicismo. A imagem da Virgem é levada de um colégio, bem no centro da cidade, até uma capela num bairro da periferia. É um cortejo em que a voz da procissão está muito ligada às pessoas da Igreja.

Ao longo do extenso percurso da transladação da Virgem, que caminha por diversas ruas e bairros de Soure, o número de fiéis vai aumentando. Ao mesmo tempo, o “discurso” eclesiástico, seja dos sacerdotes, seja dos “leigos”, vai diminuindo, sendo substituído cada vez mais por cânticos e exclamações de louvor. Ou seja, a ideia que a Igreja, enquanto instituição, a representante da grande tradição católica apostólica romana, faz do culto mariano, dos ideais de salvação, agora não mais somente individual, mas também social, vai cedendo espaço, progressivamente, ao estilo de culto característico do Catolicismo

¹⁰ Maués (1995, 1999) demonstra que neste embate, o Catolicismo popular saiu vitorioso, frente aos embates históricos da romanização. Com o Concílio Vaticano II e a Teologia da Libertação, a valorização das versões populares do Catolicismo ganhou muito espaço.

popular, em que a santa é celebrada com festa, fogos, cânticos, e depois muita comida e bebida.

No dia de domingo, quando acontece o Círio propriamente dito, a festa popular predomina. É de manhã, o clima ainda não está muito quente, e a imagem da Virgem deixa a Igreja de São José em direção ao cruzeiro da cidade, situado em sua praça, atrás do ginásio da cidade no bairro central. Nessa primeira parada, a procissão faz uma pequena concentração, recebendo a presença dos retardatários. Daí em diante, o cortejo segue por diversas ruas da área central, até voltar à Igreja Matriz, quando é “devolvida” aos sacerdotes, que a mantém sob sua guarda até o próximo Círio.

No caso do protesto dos evangélicos, na frente da Igreja Matriz, durante o Círio de 2001, deve ser levado em consideração que ele foi promovido pela juventude da Assembleia de Deus, fato confirmado pelo pastor da época. Tanto em Soure como em Salvaterra, a Assembleia de Deus demonstrava perder seu caráter de culto de conversão, tornando-se uma tradição religiosa, devidamente celebrada por e para toda uma geração de adeptos que já nasceram evangélicos. Em 2000, a Assembleia celebrou seus 40 anos em Salvaterra e em 2002, seus 90 anos em Soure. Realizando grandes festivais, inclusive com procissões pela cidade, com grupos de senhoras, jovens e crianças devidamente caracterizados, essa igreja celebrava seu sucesso e sua consolidação. Chamava a atenção, nos dois casos, o grande número de jovens casais com filhos assistindo aos depoimentos e louvores realizados pelos pastores pioneiros e suas esposas, além das lembran-

ças dos primeiros conversos, já muito idosos.

Nesse sentido, o caráter profético dessa denominação evangélica parece ser, neste contexto, coisa do passado. Os adeptos mais antigos contaram histórias heroicas, da “chegada do evangelho” no Marajó, algumas recheadas de misticismo, outras de piedade, outras de perseguições por parte dos católicos. Do ponto de vista deles, os primeiros pastores foram verdadeiros profetas, missionários de uma nova e extraordinária modalidade de Cristianismo. Diversas memórias foram lembradas dentro desse espírito em suas cerimônias. Por outro lado, olhando a partir daquele momento, os pastores atuais já fazem parte de uma estrutura altamente burocratizada, sendo substituídos periodicamente, atendendo aos seus próprios interesses e à política da direção da Igreja, sediada na cidade de Belém, a dois quarteirões do Largo de Nazaré. Nesse novo momento, a burocratização do culto não dá mais espaço para lideranças carismáticas nem discursos proféticos. No lugar dos milagres do passado, ações presentes no cenário político local.

Os pajés, particularmente os homens, gozam de grande prestígio nessa região do Marajó, na condição de “curadores”. Realizam curas por meio do rito “da pena e do maracá”, com evidentes raízes indígenas. Mesmo que em seus terreiros sejam cultuadas entidades de Umbanda e da Mina paraense e maranhense, é a cura mágica que os identifica. As mulheres, pelo contrário, tendem a serem vistas como “mulheres que fazem trabalhos”, feiticeiras, no sentido vulgar, mesmo que desenvolvam os mesmos ri-

tos que os homens. Mesmo assim, sua liderança mais famosa em Soure é uma pajé, Zeneida Lima. Autora de diversos livros sobre suas práticas religiosas, viaja pelo país e exterior, já gravou vários documentários e à época, deu início a um projeto de uma escola, inaugurada em 2002, o “Instituto Caruanas do Marajó: Cultura e Ecologia”, voltado para o resgate das tradições culturais locais junto a comunidades carentes, com o apoio da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC)¹¹.

A Federação Umbandista do Pará, com sede em Belém, se fez representar em Soure. Não há uma federação umbandista da Ilha de Marajó. A federação cobra uma anuidade, que funciona como uma espécie de alvará. Metade dos pajés e mães de santo de Soure estão filiados e são os que têm maior prestígio e visibilidade. Outra metade funciona de maneira ilegal e informal, do ponto de vista dos primeiros.

A relação dos pajés com o crescente mercado turístico de Soure é o que mais chamava a atenção, todavia. Pude presenciar Encantados sendo cultuados tanto na fazenda São Jerônimo, quanto em mais dois hotéis da cidade, todos situados junto à praias e outros locais associados às encantarias. Outra pousada, famosa na década de 1980, e hoje completamente abandonada, tem sua ruína associada à negligência de um gerente, que parou de cultuar as encantarias de seu terreno. Conscientes de que a natureza circun-

dante de Soure é um de seus maiores atrativos para o turismo ecológico que promove e consome a Amazônia, os pajés enfatizam que são eles os guardiões e intérpretes desta natureza, profundamente simbolizada. Em seu discurso, os Encantados, quando devidamente cultuados, garantem prosperidade, e quando negligenciados, tal negligência conduz à ruína.

Em meio à crise política, estudantes e professores da rede escolar, comerciantes e profissionais da área do turismo contavam e recontavam histórias a respeito de políticos fazendo e traindo pactos com os pajés e suas entidades simbólicas, os Encantados. Tais políticos buscavam poder e principalmente sucesso econômico em seus empreendimentos, mas desrespeitavam os Encantados, não retribuindo com as obrigações e oferendas exigidas ou simplesmente não protegendo a natureza onde eles vivem, as praias, bosques, nascentes. O resultado da traição era o fracasso dos seus empreendimentos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DEMOCRACIA “BREGA” (DO PARÁ)

Se retomar a noção de Turner (2008: 49) de “drama social” para situar os acontecimentos políticos do município de Soure nos anos de 2000 e 2001, após os fatos aqui expostos, é possível afirmar que aquela crise política revelou alguma coisa da estrutura política e cultural da região, ao

¹¹ Eu nunca consegui conhecer e entrevistar Zeneida Lima, em função de sua agenda, devido a implementação da sua escola. Ela era muito bem-relacionada com os políticos de Belém e estava sempre na capital do estado, quando não estava viajando para outras terras. Em 2021, Zeneida Lima recebeu da UFPA o título de *Doutora Honoris Causa* por causa de seu trabalho na área da Educação.

mobilizar não apenas as agências políticas, mas também as religiosas. É fato bem discutido que a política partidária, com suas eleições regulares, tem uma dimensão ritual evidente em seus processos eleitorais. Turner (2008) concebeu a ideia de Drama Social a partir dos casos africanos que estudou e de outros exemplos asiáticos. Nada tão próximo das eleições municipais de Soure. Creio que o mais importante é deter-se em umas de suas perguntas finais: “como os símbolos funcionam? Que usos os agentes sociais fazem dele quando precisam?”. A eleição do Dr. Ary conseguiu restaurar a ordem política local, num processo no qual ele nunca mais foi candidato, agindo como um restaurador de uma ordem social que se revelou em todo o processo eleitoral e ao longo do seu governo.

Ao longo dos últimos 23 anos, várias pesquisas foram realizadas em Soure e na Ilha de Marajó como um todo, discutindo sua vida cultural, religiosa e política, vale a pena considerar aqui algumas dessas obras e as questões que levantam sobre a vida social da região. Sônia Maria do Amaral e Elivaldo Custódio¹², numa pesquisa sobre a comunidade de Santa Luzia, município de Breves (PA), publicada em 2019, encontraram uma comunidade “tradicional”, nem indígena e nem quilombola, marcada pelo Catolicismo rústico, característico da Amazônia rural, com benzeções, rezas, remédios ‘do mato’ para problemas de saúde mais corriqueiros e festas de santo, organizadas pelos líderes comunitários e familiares do local. Também existem

Assembleias de Deus, num quadro social semelhante ao dos “retiros” de Soure, as pequenas comunidades de pescadores, fazedores de farinha e coletores de açaí da região. As lideranças comunitárias também são as lideranças religiosas, o que vai implicar uma expressão de mediação no cenário político. A estrutura social básica da região continua a da zona rural amazônica, com sua natureza, suas florestas, rios, bichos, encantados e visagens que povoam a vida de seus habitantes (Custódio & Amaral 2019).

Pantoja (2012), professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pesquisando as relações entre católicos e evangélicos em todos os municípios da Ilha de Marajó, descreve um campo religioso “tenso”, marcado por uma série de mudanças. É possível inferir que os acontecimentos que presenciei e pude relatar faziam parte de uma história mais ampla que já existia, evidentemente e que continua se desenvolvendo, dentro das suas características fundamentais. A pesquisa parte da evidência do crescimento evangélico na região, principalmente a partir do ano 2000, principalmente das denominações que já existiam na época: Assembleia de Deus, Quadrangular e “Deus é amor”. A Igreja Universal do Reino de Deus continua tendo uma presença discreta, senão inexpressiva em muitos municípios. Embora os pastores continuem dizendo que “fazem religião e não política”, o número crescente de políticos evangélicos aproxima os pastores da política. Os pastores são muito personalistas e o sucesso de uma denominação

¹² Professora pesquisadora da UFPA, campus de Breves, e professor pesquisador do Amapá, respectivamente.

em uma localidade é resultado do bom relacionamento dos seus pastores com a comunidade. Definitivamente, o tempo profético das denominações evangélicas e pentecostais realmente já passou. É possível afirmar que os acontecimentos de 2000 e 2001 em Soure e Salvaterra foram, de fato, um marco entre dois tempos. Os tempos atuais são outros. (Pantoja 2012).

As lideranças católicas, por sua vez, preocupam-se com o aumento da presença evangélica e reforçam suas festas de santo, que sempre foram sua marca registrada como o “Glorioso” São Sebastião de Cachoeira do Arari. As comissões leigas que organizam as festas têm sua presença reforçada e reconhecida pelas autoridades eclesásticas e a presença de padres nascidos na região continua bem-vinda. A importância dos leigos para o Catolicismo local, evidenciada nos Círios de Soure, permanece, quero crer, como o personalismo possível dos católicos. Se o pastor evangélico, que muitas vezes não é de lá, precisa fazer boas relações com os seus associados, o ideal é que os sacerdotes e especialistas leigos católicos sejam os mais locais possíveis, para garantir a presença da Igreja Católica na região, graças, principalmente aos seus santos e à realização de suas festas.

Sanchis (1997) discutiu a perda da hegemonia católica no cenário religioso brasileiro, resultando em novos processos de definição e gerenciamento de identidades sociais. Certas tendências presentes em Soure faziam bastante sentido a partir da sua discussão (Sanchis 1997). O Catolicismo tendo que se acomodar às suas versões

locais, sincréticas e nativas, que cada vez mais ganham espaço de identidade católica, com suas procissões e festas de terreiro para os santos católicos, com um peso crescente da influência das freiras, das matriarcas e das festeiras. No jogo do controle eclesástico, em que os principais símbolos sagrados circulam entre as lideranças leigas e as lideranças eclesásticas, vale a pena acompanhar as direções e definições que surgiram e que irão prevalecer. Não é simplesmente uma questão de perguntar: A quem pertencem os santos? Mas nas mãos de quem estão e em que momento. Essa questão era evidente na época e continua presente, desde o Círio de Belém até os círios menores das vilas e ranchos da Ilha de Marajó e do interior do Pará.

O que mais chamava a atenção, visto hoje, foi a ocupação dos espaços públicos, com uma maior visibilidade de novos agentes com novos discursos. Os pentecostais já participavam da vida política local, mas não de uma vida política pública ocupando espaços públicos como passaram a fazer, após a crise política de 2000 e a eleição do prefeito em questão. Um pentecostalismo que sempre se destacou no cenário evangélico, frente aos protestantes históricos.

Outra questão que surge aqui tem a ver com o caráter mais festivo que a vida política e social da região apresenta. Os assembleianos começaram a preparar tacacás nos seus eventos, um prato típico, fácil de fazer e muito social no seu consumo, além das suas bandas animarem, à sua maneira, os seus eventos. Havia, na época, uma polêmica em Soure, sobre

a celebração do centenário da fundação da Assembleia de Deus, em 2012. Se estaria de acordo ou não com o estilo austero do culto pentecostal. Pude retornar à região em 2013, no ano novo, e a efeméride havia sido comemorada com a inauguração de um “centro histórico” da Assembleia de Deus, junto ao primeiro templo, do outro lado da rua do templo principal, atendendo às demandas de um turismo religioso que se estabelecera entre eles, segundo os atuais dirigentes, naquele novo momento.

A pajelança sobrepõe-se como identidade, seja ao Kardecismo, muito discreto, seja a Umbanda e aos cultos da Mina. Embora todas essas modalidades de culto convivam sem cruzar as suas linhas, uma questão realmente importante¹³. A pajelança começava a desenvolver um discurso de preservação ambiental, a partir de seus próprios termos, mais místicos do que ecológicos e se articulando com um discurso de preservação da cultura amazônica, que representa à sua maneira, junto com outras manifestações e agências caboclas, negras e quilombolas. Não havia uma perseguição evangélica às religiões de matriz africana, que compõem a identidade marajoara, paraense e amazônica. Esse discurso apontava para várias direções. Muitos Encantados são entidades ligadas a determinados locais, cujo acesso precisa ser negociado junto aos proprietários das terras, sejam fazendeiros ou empresários,

sejam as igrejas ou os órgãos governamentais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no caso das áreas de preservação ambiental. Essas lideranças religiosas negociam o seu acesso a essas áreas, para os seus trabalhos junto à sua crescente clientela. Essa natureza e sua magia tornaram-se atrações turísticas cada dia mais valorizadas na região, processo que também os valoriza como especialistas culturais e ecológicos. Diante do avanço do progresso agrícola para a região, esses discursos crescem em meio às suas diversas contradições locais.

Um belíssimo trabalho atualizou, entre outros, os estudos da Pajelança de Soure, na Ilha de Marajó. Trata-se da dissertação em Antropologia de Kauã Vasconcelos, defendida no Museu Nacional/UFRJ, em 2020. O autor conseguiu trabalhar com importantes pajés de Soure, que eu havia conhecido: dona Roxita, dona Fátima e seu Hilário, todos negros e muito reconhecidos pela força espiritual dos seus trabalhos. Já estão com alguma idade, mas continuam atuando. Dona Fátima transferiu a festa que realiza para Iemanjá para a Praia do Pesqueiro, onde já havia sido realizada, com bastante sucesso. Fretou ônibus para levar os membros e frequentadores da sua casa até a praia, a cerca de 5 km do centro da cidade de Soure. Suas filhas, já crescidas, também estão trabalhando com suas entidades

¹³ Goldman (2017) dedicou uma discussão a este tema, em sua crítica ao sincretismo afro-brasileiro. Procurando falar de “relações afro-indígenas”, como encontrou no Sul da Bahia e se encontra na Ilha de Marajó, para descrever contextos culturais muito particulares onde essas populações e seus elementos culturais dialogam historicamente. Em ambos os casos nunca se deve “cruzar as linhas”, ou seja, misturar os específicos universos simbólicos de cada casa de culto que se reconhecem, assim mesmo, como fazendo parte de um conjunto maior, seja religiões de matriz africana ou simplesmente “o povo do santo”, ou o culto dos encantados ou a pajelança. (Goldman 2017).

e dando continuidade ao culto que desenvolve, com Encantados e entidades de Umbanda (Vasconcelos 2020).¹⁴

A Ilha de Marajó continua uma Ilha Encantada e dos Encantados. De fato, é praticamente impossível imaginar o Marajó sem as suas praias, matas, suas feiras, seus açaiçais e bacabais, seus guarás vermelhos, suas garças brancas, suas araras e papagaios, seus búfalos e vacas, suas igrejas, suas festas, seus santos e seus encantados, suas visagens e as suas histórias, contadas pelos seus pajés, suas mães de santo, seus pescadores, suas beatas e seus moradores. O que esses estudos mais recentes indicam é que a crescente presença evangélica realmente limitou o controle eclesástico dos sacerdotes católicos, não muito simpáticos com a religiosidade afro-indígena predominante na região. Essa religiosidade das igrejas, de fato, não consegue se sobrepor ao universo da pajelança e dos demais cultos associados, da Mina paraense, maranhense e da Umbanda, que continuam traduzindo e expressando o vigor da cultura amazônica e das relações com a sua natureza. Além disso, posso dizer que os problemas principais são outros e comum a todas essas religiosidades.

Soure é um centro urbano de um mundo rural dominado por uma elite poderosa¹⁵. Originalmente um aldeamento jesuíta, teve suas terras redistribuídas para senhores por-

tugueses quando da expulsão dos religiosos pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII. Com o período econômico da borracha, seus rebanhos de gado abasteciam Belém de carne, queijo, manteiga, além de pescados e frutos, produtos característicos da região até hoje. Muitas terras mudaram de mãos, entre os séculos XIX e XX, com o surgimento de uma nova elite fundiária e comercial.

Todas essas suas tradições religiosas contam histórias do início do século XX, na qual um padre católico, o próprio Gunnar Vingren, fundador da Assembleia de Deus, ou o “pretinho da Baca-beira”, um encantado cultuado na cidade, amaldiçoaram e venceram fazendeiros arrogantes que os haviam perseguido. No início do século XX, o padre católico local se indispôs com uma das famílias dominantes da região, que o espancaram e o expulsaram de lá. Esse padre teria amaldiçoado a família Bezerra, que sempre foi marcada desde então por tragédias familiares e econômicas. Há 20 anos ainda vivia uma descendente na cidade, com uma pequena pousada, onde, contavam, havia acontecido dois crimes. Ela era famosa por não pagar os seus funcionários.

Quando Gunnar Vingren esteve em Soure dando início às suas atividades missionárias, outro fazendeiro teria dito: “Maldito! Que uma onça te coma”. Dias depois, quando voltava para a fazenda a cavalo, esse fazendeiro foi atacado

¹⁴ Um pesquisador importante da pajelança marajoara é Agenor Sarraf Pacheco. Ele trabalha com uma perspectiva mais histórica, um tanto distante do olhar etnográfico deste texto.

¹⁵ A UDR paraense nascera em Soure. Seus criadores de gado passaram a ter fazendas na Belém-Brasília, em Paragominas (PA) e têm até hoje uma presença marcante na política estadual e nacional.

e morto por uma onça, que saltou de uma árvore. Outro fazendeiro, também um homem muito violento, foi encontrado espancado e morto no local associado ao “Pretinho da Bacabeira”, um encantado importante que habita uma antiga enseada às margens do rio Paracauari. O fazendeiro também teria desrespeitado o Pretinho e o seu local, sendo punido por ele. Muito tempo depois, tentaram construir um aterro neste local, entre as suas duas margens, sem que o Pretinho tivesse sido consultado. O aterro terminou desabando, devido às fortes correntezas do rio, e o local foi deixado em paz. O Pretinho era cultuado em dois lugares nas duas margens, num hotel e num centro cultural. Essas histórias fazem parte do imaginário cultural, político e religioso local e ajudam a situar tensões políticas a partir de seu campo religioso. Afinal, pajés, pastores e padres já foram perseguidos pela elite fundiária, tendo uma atuação enquanto mediadores culturais e políticos reconhecida desde o início da República. De alguma maneira, os acontecimentos do ano 2000 estavam atualizando essa mediação.

Quero crer que todos esses episódios aqui narrados e seus desdobramentos atuais podem ser contextualizados a partir da noção de “sociedade política” de Chatterje (2004: 129), cientista social indiano. Escrevendo a partir da sua Bengala Ocidental natal, governada por partidos de esquerda há um bom tempo, estabeleceu uma distinção entre a sociedade civil, como nós entendemos, e da qual fazemos parte, com a sua pretensa cidadania universal e o que chamou de “sociedade política”, onde vivem a maioria dos

habitantes da Índia e também aqui do Brasil. Nela não existem exatamente reivindicações pela mesma cidadania da sociedade civil, mas reivindicações sobre a forma de ser governado, por esses “sub-cidadãos” da maior parte do mundo, que se expressam nos seus próprios termos. Essa sociedade política dialoga com as autoridades governamentais e encontra um lugar numa nova cultura política geral, que, em certa medida, ela mesmo elabora nos seus idiomas religiosos e culturais. Essa distinção entre sociedade civil e sociedade política me parece muito mais adequada do que as nossas velhas distinções do tipo “Brasil Profundo”, ou “atraso brasileiro” e outros estereótipos viciados para falar de diferenças evidentes na sociedade brasileira. Permite também problematizar mais e melhor o tema da representação política desses novos grupos políticos que constroem uma visibilidade e expandem suas liberdades por meio dos mecanismos que a estrutura política do país oferece. Permite assim reconhecer esses jogos políticos como tal, em seus próprios termos e nas suas dimensões, o que noutra momento, denominei, no caso de Soure, de “Democracia Brega” (do Pará) onde a vida política e a vida cultural se entrecruzam de uma maneira bem específica (Silveira 2014). Cabe à classe política e a nós, intelectuais, reconhecer e dialogar da melhor maneira possível, não apenas com esses novos atores políticos, mas com as suas maneiras de estar na política. Creio que as Ciências Sociais brasileiras vêm fazendo esse esforço nas duas últimas décadas, sendo inclusive perseguidas politicamente por essa intenção.

8. REFERÊNCIAS

Bourdieu, Pierre. 1987. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

Chaterjee, Partha. 2004. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA/CEAO.

Custódio, Elivaldo Serrão, Amaral, Sônia Maria Pereira. 2019. A comunidade de Santa Luzia no arquipélago do Marajó: vivências e práticas religiosas. *Revista Brasileira de História das Religiões*. 11(33): 23-50. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v11i33.42096>

Figueiredo, Sílvio L. 2000. *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA.

Goldman, Márcio. 2006. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7letras.

Goldman, Márcio. 2017. Contradiscursos afroindígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem. *Estudos Etnográficos* 9 (2):11-28. <https://doi.org/10.52426/rau.v9i2.195>

Heredia, Beatriz M. A. 2002. Entre duas eleições. Relação político-eleitor, in *Como se fazem eleições no Brasil*. Editado por Heredia, Beatriz M. A., Teixeira, Carla, e Barreira Irllys. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Kuschnir, Karina. 2000. *Eleições e representações no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP.

Macagno, Lorenzo. 2014. Uma antropologia do Político? *Análise Social* 210 (56): 163-189

Maués, Raymundo Heraldo. 1995. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesial*. Belém: CEJUP.

Maués, Raymundo Heraldo. 1999. *Uma “outra” invenção da Amazônia*. Belém: CEJUP.

Montero, Paula; Arruti, José M., e Pompa, Cristina. 2011. Para uma antropologia do político, in *O Horizonte da política - Agendas de pesquisa e questões emergentes*. São Paulo: Ed. Unesp. pp. 145-184.

Palmeira, Moacir G., Heredia, Beatriz M. A. 1995. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico* 0(94): 31-94.

Pantoja, Vanda. 2012. Pentecostais e católicos na Amazonia marajoara – notas de campo. *Espaço e cultura* 0(31): 115-124.

Sanchis, Pierre. 1997. O campo religioso contemporâneo no Brasil, in *Globalização e religião*. Editado por Oro, Ari Pedro, Steil, Carlos Alberto, pp.103-115. Petrópolis: Vozes,

Silveira, Marcos Silva da. 2014. Democracia brega: considerações a respeito do campo político de Soure, Ilha de Marajó, visto a partir de suas performances culturais. *Revista Observatório da Religião* 1(1): 160-172.

Tambiah, Stanley Jeyaraja. 2018. *Cultura, pensamento e ação social*. Petrópolis: Editora Vozes,

Teixeira, Carla C. 1998. *A honra da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Turner, Victor. 2008. *Dramas, campos e metáforas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

Vasconcelos, Kauã. 2020. Nas margens de lá: entre caboclos e karuanas na encantaria marajoara. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

IMAGENS, IMAGINÁRIOS E ESPÍRITO DE ÉPOCA EM CANÇÕES SOBRE O CÍRIO DE NAZARÉ NA AMAZÔNIA

Enderson Oliveira

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA- UFPA

Relivaldo Pinho

Centro Universitário Fibra

submissão: 05.10.2022 aprovação: 21.01.2023

RESUMO

Neste texto observamos as canções “Círio no exílio”, de Nilson Chaves e Jamil Damous; e “Vela”, da banda Madame Saatan. Em comum, ambas têm como sua temática central o Círio de Nazaré, de Belém do Pará, maior evento religioso da Amazônia e do Brasil. Compreendendo tais composições como discursos que comunicam modos diferentes de compreensão e de experiência possibilitados pela festividade nazarena, a principal metodologia utilizada para a construção deste trabalho é a Antropologia interpretativa de Clifford Geertz. Observando, portanto, não somente ‘a partir’ dessas obras, mas principalmente ‘com’ elas é que interpretamos as experiências, imagens, imaginários e espíritos de épocas que tais canções comunicam.

Palavras-chave: Círio de Nossa Senhora de Nazaré, experiência, espírito de época.

IMAGES, IMAGINARY AND SPIRIT OF TIME IN SONGS ABOUT THE CÍRIO DE NAZARÉ IN THE AMAZON

ABSTRACT

In this text we analyze the songs “Círio no exílio”, by Nilson Chaves and Jamil Damous and “Vela”, by the band Madame Saatan. They share a common theme, that is, Círio de Nazaré, the biggest religious event of the Amazon and Brazil, which happens in Belém-PA. Understanding such compositions as discourses that communicate different modes of understanding and experience made possible by the Nazarene festivity, the main methodology used for the construction of this work is the interpretive anthropology of Clifford Geertz. Analyzing, therefore, not only “from” these works, but, mainly, “with” them, we interpret the experiences, images, imaginaries and zeitgeists that such songs communicate.

Keywords: Círio de Nazaré, experiences, zeitgeist.

IMÁGENES, IMAGINARIOS Y ESPÍRITU DE ÉPOCA EN CANCIONES SOBRE EL CÍRIO DE NAZARÉ EN LA AMAZONÍA

RESUMEN

En este texto observamos las canciones de “Círio en el exilio”, de Nilson Chaves y Jamil Damous; y “Vela”, de la banda Madame Saatan. Lo común entre ambas es la temática central de sus composiciones: El Círio de Nazaré de Belém de Pará, mayor evento religioso de la Amazonía y del Brasil. Comprendemos estas composiciones como discursos que comunican modos diferentes de comprensión y de experiencia posibilitada por la festividad nazarena. La principal metodología utilizada para la construcción de este trabajo es la antropología interpretativa de Clifford Geertz. Por eso, nuestra observación no se reduce a las obras en sí mismas, con ellas interpretamos las experiencias, imágenes, imaginarios y el espíritu de la época que estas canciones comunican.

Palabras clave: Círio de Nazaré, experiencia, espíritu de la época.

“Quando este poder de povo tiver unido-unido, carne-e-unha, ombro com ombro, cabeça com cabeça, esprimido nas paredes, que zolho não for mais zolho, cara não for mais cara, e cor não for mais cor... então é porque vem vindo o Carro dos Milagres.”

Benedicto Monteiro

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Expressões artísticas como canções, em geral, não estão alheias ao local e contexto de que fazem parte. Por vezes, podem colaborar para a compreensão do espírito de época (*Zeitgeist*) de determinado local em determinada temporalidade. É possível, desse modo, afirmar que a forma (estética) se liga a espíritos, “as formas representam os espíritos, não como escravas, e sim como suas manifestações. A estética se liga à experiência, ela a representa” (Pinho 2012: 209)¹. No caso específico deste ensaio, ao analisar composições musicais, podemos observar certa relação de modos de compreensões e partilha de experiências por parte de uma comunidade de espírito ou de estilo de vida, como afirma Pierre Bourdieu (1996).

Essas relações não caracterizam certa espécie de determinismo, mas apontam para a proximidade que uma partilha comum de influências, referências, hábitos de sujeitos em determinados períodos. A observação dessas nuances, desses

espíritos de época que envolvem práticas e objetos estéticos possibilita uma compreensão socio-cultural e histórica. Isso se torna possível, pois levamos em conta neste ensaio, a Antropologia interpretativa de Clifford Geertz, na qual a cultura é considerada:

Como sistemas de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolos, ignorando as utilizações provinciais), e não um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (Geertz 1989: 10).

Neste texto concebe-se que a “análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do Continente dos Significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea” (Geertz 1989: 14). Partindo da ideia de diálogos com a Antropologia, este trabalho se espraia pela comunicação, pela música e pela estética.

Estabelecendo diálogos interdisciplinares, analisamos duas canções, escolhidas devido aos modos díspares pelas quais tratam o Círio de Nazaré: “Círio no exílio”, de Nilson Chaves e Jamil

¹ Citando Geertz (2008) diz Pinho (2012: 214): “o que chamo, com Geertz, de experiência é essa variedade de aspectos que o ser humano em sua vida disponibiliza para se relacionar com sua realidade. Nessa variedade se situa o estético, que não flutua como um halo sem centro, e nem tampouco como reflexo de uma infraestrutura, mas sim como uma representação, não necessariamente imediata e referencial, da realidade. ‘As ideias são audíveis, visíveis e [...] tácteis, que podem ser contidas em formas que permitam aos sentidos, e através destes, às emoções, comunicar-se com elas de uma maneira reflexiva’. Essas ideias [produtos, artefatos estéticos] representadas só podem ser compreendidas (observadas, interpretadas) considerando que elas se ligam à experiência humana, exatamente porque ‘a variedade da expressão artística é resultado da variedade de concepções que os seres humanos têm sobre como são e funcionam as coisas. Na realidade, são uma única variedade.’ (Geertz 2008:181).

Damous; e “Vela”, da banda paraense de rock Madame Saatan. Mais do que fazer uma simples comparação entre ambas, observamos suas singularidades e de que modo apontam para modos diferentes de se perceber o período nazareno, seus diferentes espíritos. ‘Através delas’, como sugeriu o próprio Geertz (2008: 70), é possível observar imagens e imaginários que estão presentes no Círio de Nossa Senhora de Nazaré, maior procissão católica do Brasil, tema central das composições.

Tais reflexões sobre ‘espírito de época’ já haviam sido referidas por Pierre Bourdieu em “As regras da arte” (1996). Neste livro, ainda que o autor privilegie a análise de obras literárias e poéticas para análises acerca de temas como método, inter-relações entre literatura, poética e economia, peculiaridades de cada gênero, campo literário, poder, autoria, produção e vanguarda, dentre outras observações, cremos que possibilita uma importante definição e mesmo *corpus* na referência aos espíritos de época.

A importância de Bourdieu se estabelece em como ele observa o *zeitgeist*, sem cair em relações maniqueístas e generalistas/generalizantes ao se fazer qualquer tipo de análise que leve em conta esses ‘espíritos’, ou seja, basicamente, as relações entre práticas sociais, espaço e temporalidades. Em linhas gerais, Bourdieu (1996) alerta para o risco de se voltar a uma definição da unidade em termos de espírito de época, a partir da(s) qual(is) se suporia que

os membros de uma mesma “comunidade intelectual” têm em comum pro-

blemas ligados a uma situação comum – por exemplo, uma interrogação sobre as relações entre a aparência e a realidade – e também que se “influenciam” mutuamente. Se se sabe que cada campo – música, pintura, poesia ou, em outra ordem, economia, linguística, biologia etc. – tem sua história autônoma, que determina suas regras e suas apostas específicas, vê-se que a interpretação por referência a história própria do campo (ou da disciplina) e a condição prévia da interpretação com relação ao contexto contemporâneo, quer se trate dos outros campos de produção cultural, quer do campo político e econômico (Bourdieu 1996: 221).

A categoria ‘espírito de época’, portanto, deve ser encarada primeiramente como um pressuposto e ponto de partida para interpretação, e não uma certeza a partir da qual deve-se buscar coletar exemplos que fundamentem e sustentem sua possível ocorrência. Bourdieu (1996) ainda esclarece essa necessidade, de uma só modo metodológica quanto conceitual, ao afirmar que quando se observam espíritos de época,

A questão fundamental torna-se, então, saber se os *efeitos sociais da contemporaneidade cronológica, ou mesmo a unidade espacial*, como o fato de partilhar os mesmos lugares de encontro específicos, cafés literários, revistas, associações culturais, salões etc., ou de estar expostos às mesmas mensagens culturais, obras de referência comuns, questões obrigatórias, acontecimentos marcantes etc., são suficientemente poderosos para determinar, para além da autonomia dos diferentes campos, uma problemática comum, entendida não como um *Zeitgeist*, uma comunidade de espírito ou de estilo de vida, mas como um espaço dos possíveis, sistema de tomadas de posição diferentes com relação ao qual cada um deve definir-se (Bourdieu 1996: 227 [grifo do autor]).

O que interessa para o francês, portanto, é se uma rede de relações e (com)partilhamento de hábitos, vivências e mesmo experiências são suficientemente ‘fortes’ ou mesmo determinantes para influenciar práticas como as linguagens artísticas.

No caso deste ensaio, essas nuances não se relacionam unicamente na dicotomia (ou complemento?) sagrado/profano, tantas vezes tematizada ao se abordar a festividade nazarena, mas se pensa essas concepções em conjunto com a ideia de que se pode demonstrar que a representação da festa religiosa por vezes se diferencia também de acordo com a ‘localização’ do sujeito, ‘próximo’ ou ‘distante’ da festa. É justamente este sujeito que “vive, ora, come e bebe com santos”² o personagem das canções aqui analisadas; são delas que partem o relato das experiências de um eu lírico, de um sujeito, nas composições.

2. FÉ E FESTA, OU OS CÍRIOS ALÉM DO CÍRIO DE NAZARÉ

Realizado em Belém do Pará desde 1793, o Círio de Nazaré é a maior procissão religiosa do

Brasil. Segundo Dossiê do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil 2006), a devoção a Nossa Senhora de Nazaré começou, no Brasil e no Pará, no município de Vigia de Nazaré, distante cerca de 80 quilômetros de Belém. Citando Costa (2009) observamos que a origem do Círio, em especial na capital paraense³, está ligada aos círios que eram feitos em Portugal desde o século XVII. O Círio em Belém ocorre anualmente, nas manhãs de todo segundo domingo de outubro, reunindo cerca de dois milhões de romeiros em uma caminhada pelas ruas da capital paraense em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré⁴. A procissão, que envolve vários ícones⁵, parte da Catedral de Belém, no bairro da Cidade Velha, e segue até a Basílica Santuário de Nazaré, no bairro de Nazaré, onde a imagem da santa fica exposta para visitação dos fiéis durante 15 dias.

Além dessa procissão principal, no período do Círio ocorrem várias outras atividades de devoção, como a Trasladação (procissão realizada no sábado à noite, véspera do Círio) e diversas peregrinações e romarias, como a romaria fluvial, realizadas durante a chamada quadra nazarena. Ocorrem ainda neste período,

² Trecho da canção “Vela”, da banda Madame Saatan.

³ Além disso, a maioria dos municípios do Pará possui seu próprio Círio, em devoção a diversos santos católicos. Há também vários Círios tidos como menores, realizados em bairros de Belém e mesmo procissões com a denominação Círio em cidades fora do estado, evidenciando que tal tradição, em geral, é levada por paraenses a esses locais.

⁴ Pela Lei estadual n. 4.371, de 15 de dezembro de 1971, Nossa Senhora de Nazaré passou a ser considerada oficialmente Padroeira do Pará e Rainha da Amazônia (Costa 2009).

⁵ Dentre os vários elementos que poderiam ser citados, os principais são a berlinda em que é levada a imagem da santa, em que é atrelada uma corda que serve para o “pagamento de promessas”, além de “carros alegóricos” como os “carros de anjos”, que transportam crianças vestidas como anjos e peças em gesso que servem como agradecimento a alguma graça alcançada. Ver mais sobre esses elementos materiais da procissão em Brasil (2006) e em Costa (2009).

outras atividades que podem ser consideradas profanas, como a festa das Filhas da Chiquita⁶ e o Auto do Círio⁷. Agregando uma mixórdia de atividades aparentemente díspares, de acordo com o Dossiê do Iphan:

O Círio de Nazaré é um acontecimento que envolve, direta ou indiretamente, toda a população paraense, estendendo sua influência para além dos limites do estado do Pará. Apesar da existência de Círios de Nazaré em outros municípios do Pará e mesmo em outros estados do Brasil, nenhum deles possui a amplitude que o Círio de Nazaré alcança em Belém, configurando-o como um dos fenômenos religiosos mais importantes do Brasil (Brasil 2006: 14).

Como se vê, o Círio de Belém está fortemente relacionado à cultura e às experiências dos indivíduos, em especial os de Belém do Pará. Se para Geertz (2008:149), “estudar arte é explorar uma sensibilidade; de que esta sensibilidade é essencialmente uma formação coletiva; e de que as bases de tal formação são tão amplas e tão profundas como a própria vida social”, observamos que

a experiência referida aqui é a da experiência coletiva de vida (*Erfarhung*) que, segundo Benjamin (2006), corresponde à ação humana que expande o significado de uma simples vivência (*Erlebnis*), associando a vida particular à vida coletiva e estabelecendo uma cadeia de referências e correspondências relacionadas também à memória (*Erinnerung*), de alguns hábitos, situações e mesmo ritmos que em geral são comuns a outras regiões.

3. O DISTANTE E FRIO CÍRIO NO EXÍLIO

“Círio no exílio”, composição conjunta do músico paraense Nilson Chaves e do maranhense Jamil Damous está presente no álbum “Maniva” (2006), de Chaves. Na canção, observamos o distanciamento de um habitante natural de Belém, evidenciado nos verbos em primeira pessoa do eu lírico: “Preso em um país distante e frio”, diferente, portanto, do clima abafado e da temperatura quente tão característico de Belém,

⁶ “Esse evento tem início na noite do sábado que precede a procissão principal do Círio e acontece, desde 1978, num dos lugares por onde passam as procissões da trasladação e do Círio, em frente ao chamado Bar do Parque, na Praça da República. O bar, que funciona 24 horas, fecha apenas no dia do Círio” [...] A festa “começa logo após a passagem da trasladação pelo local. Dela participam grupos homossexuais e simpatizantes da sociedade de Belém” (Brasil 2006: 58-59). Um panorama sobre esta festa é feito no documentário “As Filhas da Chiquita”, de Priscilla Brasil (2006). O documentário está disponível em http://www.youtube.com/watch?v=7Cu_mt2SXBc.

⁷ Realizado na sexta-feira, anterior ao sábado da Trasladação, “trata-se de um cortejo de cultura popular, atualmente organizado pela Escola de Teatro da Universidade Federal do Pará, com participação da classe artística. O cortejo percorre as ruas do bairro da Cidade Velha, com os artistas fantasiados (monstros, palhaços, anjos, diabos, bruxas, magos, ciganos, ladrões etc.), desenvolvendo performances teatrais” (Brasil 2006: 56). É importante observar essa aproximação ou mesmo abordagem carnalizada do Círio (realizada na “Festa da Chiquita” e no “Auto do Círio”, por exemplo), pois “a estética do carnaval exalta até produtos ‘degradados’ do corpo humano, tudo que foi banido da representação respeitável porque o decoro oficial permanece preso a uma noção maniqueísta da corrupção fundamental do corpo” (Shohat & Stam 2006: 421-422), o que muitas vezes se afasta do que é considerado sagrado. Complementando isto, Shohat e Stam (Ibid.) ainda afirmam que “a arte carnavalesca é, portanto, ‘anticanônica’: desconstrói não apenas o cânone, mas também a matriz geracional que cria cânones e gramáticas”. Ambas as manifestações ajudam, portanto, a “desconstruir”, ao menos por algumas horas, todo o “cânone”, isto é, a relação ao sagrado que envolve o Círio de Nazaré.

esse sujeito durante toda a canção apresenta não somente um quadro de ‘saudade’ da cidade, mas especialmente do Círio de Nazaré. Representando a ideia do ser ‘distante’ da cidade, essa subjetividade parece compor e/ou mesmo interpretar a canção – como é possível notar nos versos abaixo – justamente no horário em que a procissão do Círio está sendo realizada, talvez já próximo ao seu término, em geral, no início da tarde:

Outubro, domingo
As folhas do outono caindo
No exílio de um país distante e frio
Me lembro que a essa hora
Vem vindo
Numa cidade longínqua do Brasil
Vem vindo, vem vindo
A essa hora sob o sol do Equador
O andar, o andor, o ardor
De tanta gente
Na manhã quente
Tão diferente desta aqui
E sinto o frio
Como se estivesse ao sol daí

Lembrando de sua longínqua cidade e buscando sensações próximas as que viveria caso estivesse na capital paraense, o sujeito da canção “sente o frio” comum ao local onde se encontra como “se estivesse ao sol de Belém”. Há

também neste trecho inicial da canção, um verso que não se pode deixar de destacar: trata-se da assonância com as palavras andar, andor e ardor. Esses três termos sintetizam, de certo modo, as imagens e imaginários da procissão nazarena, agregam, em uma única exibição, a referência ao caminhar da procissão (andar), o local em que fica a imagem da santa (andor) e o sentimento/sensação que pode ser compreendido como o sacrifício pela fé em um forte calor (ardor). São signos, sinais (Geertz 2008) que expressam algumas das formas conhecidas de contemplar o evento, de senti-lo, de representá-lo.

Seguindo nesta busca por sensações similares de experiências conhecidas, o sujeito da canção ainda afirma:

E como um hambúrguer
Com gosto de tucupi

Esses versos lembram uma música-ícone no cancioneiro paraense da década de 1980, “Belém-Pará-Brasil”, da banda Mosaico de Ravena⁸. Nessa canção, é apresentado, de modo irônico/crítico, um cenário apocalíptico da cidade com o (pre)domínio de estrangeiros, em que os indígenas da região, ‘cooptados’ pela globalização, pela cultura universal, teriam sua alimentação alterada, trocando o canibalismo por uma alimentação baseada em hambúrgueres (“agora é só

⁸ Banda paraense de pop rock cujo auge do sucesso foi de 1987 até 1992, tendo em sua formação Edmar (vocal), Leg (teclados), Marcelo Pyrull (guitarra), PP (baixo) e Erick (bateria). Para uma análise mais aprofundada sobre esta canção, ver o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Belém e suas representações: uma compreensão do ‘espírito de época’ da cidade a partir da estética musical das décadas de 1980 e 2000”, desenvolvido em 2010 por Enderson Oliveira no curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama), sob orientação de Relivaldo Pinho.

hambúrguer⁹). Na canção de Chaves e Damous, encontramos novamente esse elemento exógeno tomado como estranho à cultura paraense. Em contraposição a ele está um produto da culinária regional, o tucupi, como ratificação de uma sensação que lamenta a ausência de um dos arquétipos do lugar natal que se liga às festividades da quadra nazarena. Leandro Tocantins alude a esse espírito e compara a importância do almoço do Círio, no qual o tucupi é um dos ingredientes principais, com uma celebração de outro lugar:

Os lares mais modestos não deixam de melhorar o seu almoço com um pato-no-tucupi, uma maniçoba, um vatapá, um caruru. Em consideração à santa, em reconhecimento de graças recebidas em favor da paz e felicidade no futuro. Assim como norte-americanos, que nunca deixam de fazer a sua mesa comemorativa no Thanks Giving Day, com o tradicional peru assado (Tocantins 1976: 233).

Para essa ideia, o alimento é celebração e partilha de experiências, é parte da devoção, e agradecimento. Essa concepção ladeia o sentido que o tucupi e a celebração do qual ele faz parte assume na canção. Ele marca a sensação de pertencimento que é evocado para estabelecer sentidos antitéticos em relação ao que se sente como não fazendo parte do lugar de origem. Origem preenchida pela ideia de experiências repletas de significado que só em comum convívio pode ser plenamente sentida. A artificialidade do alimento estrangeiro (industrializado), tal qual se pode ver também na canção “Belém-Pará-Brasil”, é enfatizada pelo ato de comê-lo com sabor de outro

alimento que, mesmo estando às mãos, dele nada se sente a não ser a evocação do natural (artesanal) sabor do lugar que se deixou.

Calor, andar, andor, ardor, sanduíche com gosto de tucupi...Como é possível perceber em “Círio no Exílio”, a busca por se fazer uma referência à cidade, à região, tentando manter-se próxima ao ambiente por meio de sensações que se acredita comuns a ela, é necessária, assim como a demonstração de hábitos e experiências que são comuns aos habitantes da região. Tal busca certamente é possibilitada e influenciada pela saudade que o eu lírico demonstra na canção e que também faz com que estabeleça referências obscuras a outra cidade, que não seja Belém, referências evidentes em trechos como:

No asfalto negro da saudade

Nas avenidas de outra cidade

Mais que essa saudade, o que se observa é certa recusa de estar em determinado local (Shohat & Stam 2006) e que faz com que o sentimento de falta do eu lírico se relacione com a busca de sensações de sua cidade natal, evidenciando assim a valorização da cultura regional. A canção de 2006 parece representar a necessidade de elevação do local, de apresentá-lo independente do contexto em que o sujeito exilado esteja inserido, mesmo sendo, justamente pelo exílio, impulsionado a essa apresentação. Ela parece estar envolta por um espírito (Experiência) mais relacionado a épocas anteriores (autênticas), não

⁹ Trecho da canção “Belém-Pará-Brasil”, que está presente no álbum Cave Canem (1992), da banda Mosaico de Ravena.

necessariamente delimitadas no tempo, mas sim em um ‘tempo perdido’. Essa tentativa de volta, ou rememoração, a um tempo anterior, o descontentamento com o presente, se aproxima de uma atitude melancólica. Uma melancolia que quer se afastar de elementos que caracterizam a distância que a separa de seu lugar ideal. Esses elementos (asfalto, avenida) são caracterizados pela imagem da grande cidade, de sua modernização.

É a metrópole, para Benjamin (2006), o fundamento para a compreensão da melancolia na poesia de Baudelaire (Lages 2002). É exibindo o novo espírito da paisagem de Paris no século XIX que o poeta consegue percebê-la em seu aspecto ‘matérico’ e transfigurá-lo em imagens alegóricas, imagens que expressam o decadismo do presente e a rememoração do passado. É possível pensar – evidentemente não em uma ilação imediata – as imagens do objeto deste texto a partir desse espírito moderno e de sua representação. O tom melancólico que inicia a canção é atravessado pela reminiscência. O verso “Me lembro que a essa hora” é apenas a forma mais perceptível de um sentimento que, predominantemente, é o de lamento e descontentamento com o presente, com o frio lugar, e lembrança do momento anterior, do evento, memorável, que desencadeia a subjetividade melancólica. Esse sentimento se potencializa com imagens da grande cidade, da qual o sujeito declama sua lamentação.

Na atual cidade, “as folhas de outono caindo”, o “asfalto negro”, as outras “avenidas”, que conotam

lugubridade, indiferença e solidão, contrastam com a imagem de uma cidade quente, iluminada pelo sol, repleta de gente que caminha, que parece ativa e, para o exilado, redentora. Experiências diferentes. A rima dos vocábulos que se sobrepõem sintetiza esse sentimento: “saudade/cidade”.

Essa revalorização do lugar, como detentor de uma cultura enobrecedora que deve ser sempre enfatizada, ocorrerá em períodos mais recentes, como o decênio de 1980, década que formou, segundo Edyr Proença, “a base da cultura paraense contemporânea. Os principais nomes do cenário cultural de hoje, o *ethos* de valorização da cultura local, a absorção de diversas influências no campo da arte, a [sic] vanguarda” (Fernandes 2010: 1). Esse modo de apresentar a temática Círio não é ao acaso. Ele faz parte de ideias que diversos aspectos da cultura regional tomaram nesses momentos¹⁰.

A capital paraense seria a cidade-ícone da chamada “moderna tradição amazônica” uma “obscura temporalidade entre artistas, obras e público” (Castro 2011: 28). Nas últimas três décadas do século XX seria possível perceber certa coerência e articulação entre diversas manifestações artísticas. Tais práticas (em diversas áreas, como poesia, teatro, música, literatura, fotografia e artes plásticas), em última instância, comunicam um tecido cultural de Belém em que algumas características são comuns, como as discussões sobre as fronteiras da região serem bem mais que geográficas; o sujeito símbolo re-

¹⁰ Sobre essas representações da Belém no âmbito cultural, ver Pinho (2015), especialmente o capítulo 5, “A Amazônia e a cidade como temas, estética e experiência em Ver-o-Peso”.

presentante da região amazônica ser o tipo caboclo; a referência à fisionomia natural da região estar sempre presente e o imponderável surgir não só como mito, mas também como alternativas às situações vivenciadas na região.

Apresentar a fé em Nossa Senhora de Nazaré é mais uma forma de ligação à cidade e às experiências que ela possibilita, mesmo que não se esteja, ou exatamente por isso, fisicamente próximo a ela:

Hoje bem sei

Que não passas só em Belém

Passas aqui também

Passas por onde houver

Um filho teu

Todos os teus filhos

Os crentes e os ateus

Como se vê nesse trecho, o que os versos apresentam/representam, além de um certo aspecto plural do evento religioso, capaz de envolver os “crentes e os ateus” e uma visão “saudosa” do Círio, são imagens/imaginários que mesmo partindo de um relato aparentemente pessoal podem comunicar (expressar) o pensamento coletivo (o espírito) que outras pessoas devam possuir. O sujeito que canta seus versos em homenagem à celebração se irmana, em seu isolamento, em sua solidão, com outros sujeitos. A festividade, a procissão, para ele, está, como um cerne irremovível, imanentemente ligada à existência daqueles que partilharam ou partilharam dela, daqueles que experienciaram o ritual. Não ape-

nas, evidentemente, porque, agora ele pode ser visto pelos meios comunicacionais, mas, principalmente, por ser “carregado” subjetivamente (como uma certa melancolia) em qualquer lugar que o ser belenense esteja. A homenagem lírica não é apenas sentida individualmente, é agora metaforizada pela figura materna – a mãe como origem, mas também como imagem de algo que sempre está (como expiação?) presente – como um sentimento fundante, como a reação de um dos filhos (Um filho teu/Todos os teus filhos) desgarrado da casa que sente a presença da cidade-mãe, da divindade-materna, ao caminhar pelas terras longínquas.

4. PARA ALÉM DO SAGRADO: A FESTA DA SANTA SEGUNDO A “VELA”, DO MADAME SAATAN

“Vela”, de 2008, da banda Madame Saatan, pode ser considerada um “hino rocker” à procissão nazarena. A canção apresenta o que por vezes parece ficar latente em outras composições e obras artísticas acerca da celebração religiosa de outubro: a presença de atividades profanas durante a festividade do Círio que estabelecem um diálogo tão próximo com a celebração que talvez nem houvesse necessidade dessas referências às conhecidas ideias de sagrado/profano. Exatamente porque o Círio

caracteriza-se, em todo o seu trajeto, de um lado, pelas situações que expressam um profundo respeito, com os atos correspondentes e, de outro, por uma alegria festiva demarcada pelo ritmo das músicas e das bandas que se distribuem ao longo

da procissão. O drama social, no caso do Círio, é uma combinação de situações que vão do sacrifício mais doloroso de um devoto que, de joelhos ou se arrastando, paga a sua promessa, até um desregrado comportamento de quem apela para a gargalhada, a conversa amena, os votos de uma feliz festa, o estardalhaço dos jovens ou o despojamento no vestir (a camisa de um clube de futebol, por exemplo) e no andar descalço, além da expressão de uma alegre convivência com a Santa que se torna, ao descer dos altares, uma personagem familiar (Alves 2005: 16).

Essa (re)união do ritual religioso e a profanidade, tão presente e característica da época nazarena e que é evidenciada pelos aspectos acima descritos e em costumes mais prosaicos, como o de milhares de pessoas que vão para a Basílica e proximidades somente pela diversão no arraial nazareno e das famílias celebrando com o já citado tradicional almoço do Círio e bebidas alcoólicas e a passagem da imagem da santa; fazem parte de grande parte de sua secular história (Alves 2005). Hoje, como já assinalado, desse lado profano, fariam parte também eventos como a Festa da Chiquita e o Auto do Círio. Essa unidade de opostos, esse aspecto multifa-

cetado do evento, daria a ele características de uma celebração carnavalizada. Para Shohat e Stam (2006: 426), “o carnaval não constitui apenas uma prática social viva, mas também um depósito perene de formas populares e rituais festivos que promove um espetáculo participativo onde as fronteiras entre espectador e espetáculo são apagadas”. Nesse aspecto, o Carnaval se aproxima de grandes procissões religiosas, como o Círio. A performance, a participação do público é objeto e causa da procissão; o próprio público, por vezes, é o espetáculo. Daí, talvez, o “carnaval devoto”, expressão presente em “Belém do Grão Pará” (1960)¹¹, de Dalcídio Jurandir, e que nomeia o livro de Alves (1980).

Não se trata de afirmar que a manifestação religiosa tenha sido transformada em uma festa ou celebração “carnavalesca”; o que observamos aqui é como essa concepção do evento pode ser vista na canção da Madame Saatan. “Vela” apresentaria esse “carnaval devoto” por meio de certo sincretismo¹² (hibridismo, na acepção de Canciani 2003), ou seja, “processos socioculturais nos

¹¹ “Belém do Grão-Pará”, romance que narra a trajetória do menino Alfredo, nascido na Ilha de Marajó e migrante recém-chegado na capital paraense no período da crise do Ciclo da Borracha, pertence à chamada Saga do Extremo Norte, composta ainda por outros nove romances de Dalcídio Jurandir: “Chove nos Campos de Cachoeira” (1941), “Marajó” (1947), “Três casas e um rio” (1958), “Passagem dos inocentes” (1963), “Primeira manhã” (1967), “Ponte do Galo” (1971), “Os habitantes” (1976), “Chão dos lobos” (1976) e “Ribanceira” (1978). São variadas as representações do Círio na Literatura paraense. Para a percepção conjunta da festividade paraense em dois de seus mais importantes literatos, Dalcídio Jurandir e Lindanor Celina, ver Pinho (2018).

¹² Como afirma Sanchis (1995), o processo de sincretismo não é próprio do campo da religião, mas estende-se ao campo, genérico, da cultura. No campo específico da cultura, importante observar que o processo se dá, em geral, no interior de uma relação duplamente desigual entre duas culturas, duas religiões, uma religião e uma cultura. Para Sanchis (1995), ainda que parta de uma mesma “catolicidade” (isto é, segundo o autor, uma mesma fé, um mesmo Deus, um mesmo Senhor, um mesmo Espírito, um mesmo Evangelho, um mesmo batismo, uma mesma eucaristia), o Cristianismo já foi amplamente – e matizadamente – analisado como uma religião sincrética, talvez até mesmo mais que as outras, afinal, nasceu da confluência dos “leitões históricos de três grandes correntes religiosas e/ou filosóficas: o judaísmo, ele mesmo fruto sincrético do caldeamento cultural de Médio Oriente, Grécia clássica e helenismo tardio” (Sanchis 1995: 4).

quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini 2003: 311). Mais do que isso, nesse amplo e complexo processo rediscutem-se articulações entre o que é nacional e o que é estrangeiro, e notam-se interconexões entre práticas sociais e econômicas e não somente de movimentos, ideais ou códigos culturais que podem ser observados em tal festividade desde o início da canção:

*Tambor e sinos dobram
Ebós, matintas, cruzes
Calor fervendo almas
Suor em mãos e cordas*

Da percussão africana de ebós, passando pelas míticas matintas caboclas, tão marcantes na cultura paraense, até as cruzes, ícones da religião cristã portuguesa, todos são unidos e referidos em sequência, como se fossem, mais do que compatíveis entre si e com a festividade, mas complementares. É possível considerá-los elementos que ajudam a difundir, mais que uma única fé, a cultura local. Com a inserção de elementos aparentemente díspares, a canção parece confirmar que o Círio, em especial o de Belém, há tempos já é não mais a festa apenas dos católicos, é de quase todos os paraenses, independente da crença e/ou religião. Há que se observar que

mesmo os que não professam a fé católica terminam por ser envolvidos pela época nazarena, seja de modo favorável ou não, todos fazem suas referências ao Círio, o que não significa de modo algum seguir o mesmo credo que é difundido. É assim que, em determinado trecho de “Vela”, é apresentado o seguinte cenário:

*Lançar na rua os fogos
Dormir noite de mantos
Chorar, fluidos, gente
Que passa, reza e chove
Enfim soltar cordões de pássaros
Deixar que ateu até seja
Ninguém está condenado
Ninguém está aprovado*

“Vela” trata do Círio (mesmo sem, uma vez sequer, usar a palavra “Círio”, é importante notar¹³), mas não somente de sua procissão ou de seusromeiros, vai além: apresenta elementos que ainda não tinham sido exibidos em outra canção que aborde a mesma temática, e talvez mostre muito do que alguns, ou muitos, que participam da romaria já conhecem, sabem, experienciam. Essa miscelânea de elementos talvez fique mais clara quando observamos o videoclipe¹⁴ da canção, que apresenta basicamente *flashes* de imagens de diversos momentos do Círio, desde a Trasladação e o Auto do Círio até a procissão principal no

¹³ A palavra “Círio” vem do latim “Cereus” (de cera) e significa “vela grande de cera”, daí a utilização de “Vela” no título da canção.

¹⁴ O videoclipe ganhou destaque nacional pela MTV e está disponível no Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=a6nGga3WS68>. A ampla recepção do videoclipe não é aleatória e pode apontar para uma maior universalidade no reconhecimento e na identificação por parte de um grande e diverso público não somente da região amazônica.

domingo. Nesse percurso estão presentes todas as características comuns à festividade religiosa, como demonstrações de fé por parte de promesseiros, os símbolos que compõem a procissão e dificuldades enfrentadas, por exemplo, o forte calor. No videoclipe notamos certa linearidade dos *flashes* exibidos das imagens. Gravado em 2007, o vídeo tem início com Sammliz, vocalista da banda, carregando uma vela em meio à multidão durante a trasladação, à noite, no sábado, e termina com o foco, ainda na vocalista, em meio aos fogos das homenagens durante a procissão central do Círio, no domingo.

Mais do que apresentar a procissão “noite e dia”, o que indica a dimensão das atividades do Círio, essa característica estética demonstra também outras significações que o Círio apresenta: possui manifestações diversas em diversos horários e dias e, principalmente, com diversos objetivos e motivações. Para isso, é interessante observarmos o contraste de imagens e de luz que possui certa similaridade ao festejo nazareno em si. É assim que se pode pensar a relação das chamas das velas (círios) acesas durante a Trasladação com as chamas de apresentações teatrais presentes no Auto do Círio. O fogo é ponto de intersecção de dois eventos aparentemente díspares durante a época nazarena; um símbolo da união entre o sagrado e o profano.

Se a canção do sujeito exilado é predominantemente lyricizante, o hino *rocker* e suas imagens imprimem um ritmo vertiginoso e não raro, angustiante. A primeira, cantada ao longe, lembra com saudade e ternura; a segunda, vivida no

interior da festa, exhibe intensidade e realismo. “Vela” está esteticamente muito mais próxima de uma das imagens da célebre narrativa de Benedicto Monteiro, “O carro dos milagres”, narrada por meio de um dos mais característicos personagens do Círio, o caboclo que vem para capital e, no conto, se encontra imerso na procissão:

Mar de gente, gente que anda, que reza, que fala, que chora, que canta, que impurra, que grita, que pisa, que olha mas não olha, onda de povo andando, sempre andando, tropeçando, caminhando, ruas, casas, edifícios, foguetes, foguetes, fanfarras, pés sobre pés, chão passando... pára-não-pára, anda-não- anda, pára, pedras, paralelepípedos... Meu Deus! Minha Nossa Senhora! (Rocque 1970: 63).

É possível pensar ainda que a presença da vocalista confere um caráter de proximidade (e, assim, talvez de conhecimento e/ou reconhecimento) não somente com o público espectador, como também dele com os momentos da festa que são apresentados. Esse mesmo espectador pode fazer ou não parte da multidão que acompanha as atividades do Círio, mas de algum modo pode, com elas, se identificar. Isso é decisivo, afinal observar o papel do público no Círio ao longo da história aponta para

uma espécie de “apropriação popular” de uma festa que foi inicialmente oficializada para sacralizar o poder na Província, transformando-a no grande evento por meio do qual as diferentes camadas sociais vivem, a partir de um símbolo comum, a Virgem de Nazaré, uma experiência comunitária sem igual (Alves 2005: 3).

Aqui nota-se a importância da celebração coletiva do Círio, responsável, como se afirmou

anteriormente, pela grandiosidade da festividade. Em uma época em que a experiência coletiva é cada vez mais multifária, “Vela” parece evidenciar o espírito de um uma existência em que não são somente as experiências dos sujeitos são mais híbridas, compartilhadas de diversos e fragmentados modos, mas também que isto é representado em produtos estéticos.

5. APÊNDICE COMPARATIVO – A CORDIALIDADE DO SAGRADO

Essas experiências com a temática religiosa ganham, historicamente, uma relação, não raro, de intimidade. O evento paraense e suas celebrações não estão separados desse modo próximo, familiar, demasiadamente humanizado. É a essa forma de tratamento, de relação e experiência, a qual se refere Sérgio Buarque de Holanda no seu clássico capítulo sobre o homem cordial (Holanda 1981).

Independentemente da leitura fervorosamente contrária (especialmente sobre o evento em questão) que se possa ter sobre essa relação que explicita nosso distanciamento dos processos ritualísticos religiosos – que nos afastaria de “um sentimento religioso verdadeiramente profundo e consciente” (Holanda 1981: 150) –, pensar nessa relação, especialmente em manifestações estético/experienciais, como este tema, pode exibir novos contornos.

O exemplo usado por Holanda (1981) sobre Santa Teresa (Santa Teresinha) e o menino Jesus (Jesus das crianças) com os quais os devotos mantêm uma relação intimista, fraterna, imantentemente próxima, ratifica esse modo – uma

herança ibérica – que se imiscui ao sagrado e – lembremos do exemplo citado pelo autor da festa do Senhor Bom Jesus de Pirapora na qual o Cristo desce do altar e samba com o povo – tomando-o como seu e, de certo modo, inserindo-o intrinsecamente em um íntimo e profano convívio.

A popularidade, entre nós, de uma Santa Teresa – Santa Teresinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. É o que também ocorreu com o nosso menino Jesus, companheiro de brinquedo das crianças e que faz pensar menos no Jesus dos evangelhos canônicos do que no de certos apócrifos, principalmente as diversas redações do Evangelho da Infância. Os que assistiram às festas do Senhor Bom Jesus de Pirapora, em São Paulo, conhecem a história do Cristo que desce do altar para sambar com o povo (Holanda 1981: 149).

Não são poucos os exemplos dessa experiência com o Círio e com Nossa Senhora de Nazaré. Um dos mais significativos é a canção “Nazaré (Zouk da Naza)”, composta e interpretada por Almirzinho Gabriel:

*Nazaré chegou por aqui já era santa
E aqui já era aqui no mesmo lugar
Se acorrou pra beber água a chuva caiu
Resolveu ficar Tirou palha, envi-
ra, cipó, galinho de pau Fez uma ca-
sinha arrumou cozinha e quintal
Assou peixe, fez ovoado, tirou açai Sem
nada magoar Naza, Nazarézinha, Nazaré
rainha Nazaré, mãe da terra, mãezinha
me ajuda a cuidar*

A música não trata do Círio com a complexidade representativa como os exemplos musicais anteriores o fazem, mas dá um enfoque maior na figura da Santa, de sua tradição e história. Se-

melhante ao modo como, na interpretação de Buarque (1981), nos relacionamos com determinados ritos, como os religiosos, “Nazaré (Zouk da Naza)” já traz no título esse aspecto incontornavelmente próximo à santidade. A música não é nem uma elegia melancólica e saudosista do exilado, nem um rock que reitera suas múltiplas vozes culturais, ela se transveste de um ritmo (um zouk), popular na região amazônica, reduzindo o nome da santa (outra característica dessa busca pela intimidade), tentando colocá-la ainda mais próxima dos demais.

É uma proximidade que mantém sua elevação, mas fundamentalmente a destrona para transformá-la quase em uma pessoa, uma dona de casa, uma cabocla. Tornando-a demasiadamente normal, a música, de certo modo, a humaniza. A santa rainha bebe água da chuva (a chuva de Belém, sempre um elemento recorrente) e realiza tarefas aparentemente corriqueiras de um amazônida. A figura da mãe, “mãe da terra”, agora como “nazarezinha”, “mãezinha”, representada sem distanciamentos, sem a liturgia do culto, sem o manto exclusivo do sagrado.

Esse destronamento, evidentemente, não significa necessariamente a perda de sua importância canônica, do seu culto, de sua representação religiosa, mas lhe dá uma outra configuração, em alguns pontos, semelhante ao que ocorre com as duas canções anteriores. Mas aqui esse elemento que a incorpora, definitivamente, no ambiente “familiar” (na “família paraense”), na dimensão do comum e do íntimo, assume uma condição decisiva. Na música de Nilson Chaves canta-se

o exílio que a lembrança da festividade evoca; no rock, aspectos incomuns da representação religiosa e profana. Na “amabilidade” e “fraternidade” do “Zouk da Naza” está a plasmação que, sendo singela, parece tornar quase infantil sua fruição e percepção. Propositalmente próxima, é como se se fruisse sua presença no altar, dentro da casa, mas corriqueira, necessariamente e, se podemos dizer, majestosamente cotidiana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões artísticas trazem em si muitas vezes referências a respeito da temporalidade de que fazem parte, experiências que as permitem existir, espíritos que se relacionam a elas. Utilizamos como ponto de partida duas canções que trazem como tema central o Círio de Nazaré, principal festividade da Amazônia. Como afirma Costa (2009: 180), mesmo se tratando “de um evento eminentemente religioso, as referências locais ao Círio tendem a destacá-lo como uma festividade, num sentido amplo, que envolve vários setores da sociedade local”.

Essa compreensão possibilita interpretações e compreensões diversas, em geral elaboradas e apresentadas justamente a partir da experiência dos sujeitos, suas atividades, hábitos, suas relações e correlações com o outro, seja esse outro pertencente à sua realidade regional ou não. É o sujeito, no caso específico deste trabalho, de Belém, que desenvolverá seus hábitos, crenças, concepções, vivências e, principalmente, experiências, comunicadas em produtos estéticos, como canções.

“Círio no exílio”, fundamentalmente arquetípica, é uma representação que, longe de ser apenas superficial (ela se relaciona a uma existência), se liga ao objeto perdido como elemento a se visitar, a se ter de volta, a acompanhar o ser exilado. “Vela”, “fragmentada”, soaria como um reconhecimento, uma apresentação de que se está diante de existências de diferentes sujeitos e de diferentes representações.

Como formas de representação, plasmam, de modo predominantemente diferente, uma das experiências socioculturais mais significativas que permanecem na contemporaneidade do país, da região. Considerar esses elementos como modo de leitura e compreensão dessa sonora paisagem é buscar escutar as imagens, imaginários e espírito de época que eles emitem.

7. REFERÊNCIAS

Alves, Isidoro. 2005. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. *Estudos Avançados* 54: 315-332. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/16.pdf>

Alves, Isidoro. 1980. *O carnaval devoto: um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis: Vozes.

Benjamin, Walter. 2006. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Bourdieu, Pierre. 1996. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.

Canclini, Nestór. 2003. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.

Castro, Fábio Fonseca de. 2011. *Entre o mito e a fronteira*. Belém: Labor Editorial.

Costa, Antonio Maurício Dias da. 2009. *Festa na cidade: o circuito bregueiro em Belém do Pará*. Belém: EDUEPA.

Brasil. *Dossiê Círio de Nazaré 2006*. Rio de Janeiro: IPHAN. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_Cirio_m.pdf

Fernandes, Leonardo. 22 de agosto de 2010. Belém viveu intensamente a arte dos anos 80. *Diário do Pará*.

Geertz, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Geertz, Clifford. 2008. *O saber local*. Petrópolis: Vozes.

Holanda, Sérgio Buarque. 1981. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

Lages, Susana Kampff. 2002. *Walter Benjamin: tradução e melancolia*. São Paulo: Edusp.

Monteiro, Benedicto. O carro dos milagres, in Rocque, Carlos. *Antologia da cultura amazônica: contos e trechos de romances*. 1970, v. 3. Belém: Amazônia Edições Culturais (Amada).

Pinho, Relivaldo. 2012. Antropologia e filosofia: estética e experiência em Clifford Geertz e Walter Benjamin. *Horizontes Antropológicos* 37: 209-234. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832012000100009>

Pinho, Relivaldo. 2015. *Antropologia e filosofia: experiência e estética na literatura e no cinema da Amazônia*. Belém: Ed. UFPA.

Pinho, Relivaldo. 2017. Lindanor Celina em memória e trilogia: Fotograma do círio e o tríptico de Lindanor Celina. *Sentidos da Cultura* 17: 1-5. <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/sentidos/article/view/1452/847>

Sanchis, Pierre. 1995. *As tramas sincréticas da história: sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro*. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_10.htm

Shohat, Ella, Stam, Robert. 2006. A estética da resistência, in *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. Organizado por Shohat, Ella. São Paulo: Cosac Naify.

Tocantins, Leandro. 1976. *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TRANSFORMACIÓN DE LAS ESTRATEGIAS ECONÓMICAS DE LOS GUARANÍES EN MISIONES (ARGENTINA)

Yamila Irupé Nuñez

Conicet

submissão: 27.05.2022 | aprovação: 24.02.2023

RESUMEN

El objetivo de este artículo es mostrar cómo la educación formal se ha ido convirtiendo en una opción de sostenimiento económico cada vez más habitual para la población guaraní de la Provincia de Misiones, a través de una breve descripción de las transformaciones que han sufrido sus estrategias económicas en diferentes períodos históricos hasta el presente. Para el desarrollo de ese escrito se partió de la lectura y análisis de registros históricos, así como de materiales bibliográficos y datos censales. Ello se complementó con datos contruidos en proyectos de investigación en los que he participado y de investigaciones que he realizado junto al pueblo guaraní en diferentes períodos. Se realiza una presentación descriptiva de tres momentos, que consideramos clave para comprender la actual estructura interétnica de la provincia de Misiones, hasta llegar al momento donde la educación formal ingresa como una nueva herramienta de la sociedad mayor, con el potencial de convertirse en una nueva estrategia de resistencia étnica.

Palabras clave: Estrategias económicas, resistencia étnica, educación.

TRANSFORMATION OF THE ECONOMIC STRATEGIES OF GUARANI PEOPLE IN MISIONES (ARGENTINA)

ABSTRACT

This paper presents the transformations that the economic strategies of the Guaraní people of the province of Misiones have undergone in different historical periods. For this we start from the application of the anthropological perspective anchored in the ethnographic method. We will first make a descriptive presentation of three moments that we consider key to understanding the current inter-ethnic structure of the province of Misiones. Until such time as formal education appears as a new tool of society in general, with the potential to become a new strategy of ethnic resistance.

Keywords: Economic strategies, ethnic resistance, education.

TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DOS GUARANIS EM MISIONES (ARGENTINA)

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar como a educação formal tornou-se uma opção de apoio econômico cada vez mais comum para a população guarani da província de Misiones, por meio de uma breve descrição das transformações pelas quais passaram suas estratégias econômicas em diferentes períodos históricos até o século presente. Para o desenvolvimento desta escrita, parti da leitura e análise de registros históricos, bem como de materiais bibliográficos e dados censitários. Isso foi complementado com dados de projetos de pesquisa dos quais participei e de pesquisas que realizei com o povo guarani em diferentes períodos. É feita uma apresentação descritiva de três momentos, que considero fundamentais para entender a atual estrutura interétnica da província de Misiones, até chegar ao momento em que a educação formal entra como uma nova ferramenta da sociedade mais ampla, com potencial para se tornar uma nova ferramenta estratégia de resistência étnica.

Palavras-chave: Estratégias econômicas, resistência étnica, educação.

1. INTRODUCCIÓN

La provincia de Misiones se sitúa en el noreste argentino y en la denominada Región de Triple Frontera (Argentina-Brasil-Paraguay), debido a ello gran parte de la población de la provincia interactúa de manera directa diariamente con la población de los otros dos países (Paraguay y Brasil), ya sea por cuestiones laborales, comerciales, educativas o porque tienen familiares que viven al otro lado de las fronteras. O indirecta a través de los medios de comunicación, que contribuyen en esta diversidad generando un gran impacto en términos culturales y lingüísticos con contenidos que se caracterizan por combinar los idiomas: español, portugués y guaraní, entre otros. Misiones se caracteriza por una importante diversidad cultural y lingüística debido a su ubicación geográfica y a la política de colonización y de desarrollo agrícola que desarrolló el estado nacional a partir de 1890. También esta diversidad se debe a la presencia de población originaria guaraní en el territorio y de grupos afrodescendientes previamente radicados allí. Según Salas (2017), las comunidades afro-descendientes tuvieron pleno desarrollo en el territorio de la actual provincia de Misiones durante el siglo XIX y primeras décadas del siglo XX. Entre 1823 y 1870, grupos de esclavos negros ingresaron a lo que hasta 1954 era territorio nacional (Bartolomé 2007), huyendo de las comitivas de comerciantes brasileños que llegaban a Itapúa (actual Ciudad de Posadas, capital de la Provincia de Misiones) para comercializar con

Paraguay (Salas 2017). Además, durante la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870) las deserciones de las divisiones de negros reclutados para la guerra por las fuerzas del Brasil fueron masivas. Y la sierra central de Misiones, el lugar elegido para refugiarse. Así se fueron conformando las primeras comunidades de negros en Misiones, como la Sierrita de San José, San Juan de la Sierra y San Isidro (Salas 2017).

Es notable la gran diversidad poblacional y de relaciones que se tejen en zona de frontera, sin embargo, en este escrito nos centraremos en el pueblo originario guaraní que reside en Misiones y en las transformaciones que han sufrido sus estrategias económicas en diversos períodos históricos. Transformaciones que realizan a fin de garantizar ingresos que les permitieran suplir prácticas y recursos cuyo acceso le ha sido negado sistemáticamente.

La posición desventajada que ocupan en el espacio social los obliga a incorporarse en los puestos peor remunerados del mercado de trabajo rural, en distintos tipos de actividad. Estas transformaciones repercutieron (y lo continúan haciendo) en el tipo de estrategias que el Estado Argentino diseña para relacionarse con dicha población (especialmente desde el punto de vista de las políticas públicas que toman a los pueblos indígenas como objeto), así como en las estrategias de resistencia étnica que el pueblo guaraní genera.

Para la redacción de este artículo se combinó un análisis de registros históricos de viajeros, materiales bibliográficos y datos censales, así como también datos de las investigaciones etno-

gráficas que he realizado junto al pueblo mbya-guaraní (2019, 2018, 2012) y de los proyectos de investigación en los cuales colaboré.

Este artículo se organiza en cuatro apartados. En el primero de ellos, a partir de la lectura y análisis de relatos de viajeros e intelectuales de las últimas décadas del siglo XIX, se ejemplifica como se generó una concepción errada acerca del trabajo y economía de los pueblos de la familia lingüística tupí-guaraní desde la esfera “intelectual” blanca. Luego, en el siguiente apartado, se aborda la incorporación de la mano de obra indígena al mercado rural de Misiones desde 1875 en adelante, periodo que se caracteriza por el avance de los frentes extractivos (yerbatero y maderero). El tercer subtítulo se dedica a presentar las transformaciones en las estrategias económicas guaraníes como resultado de la etapa del frente neo-forestal. Este período coincide con el desarrollo de políticas específicas dirigidas a la población indígena por parte del Estado, así como una intervención activa de la Iglesia Católica entre la población guaraní de Misiones. Y finalmente, en el cuarto subtítulo se aborda el período comprendido del 2000 al presente, una etapa de gran intensidad en la producción de las políticas estatales de Educación Intercultural Bilingüe (EIB).

2. LA CONCEPCIÓN DE TRABAJO Y ECONOMÍA GUARANÍ EN LOS RELATOS DE VIAJEROS

En las dos últimas décadas del siglo XIX el Estado nacional argentino desarrolló un interés

por las características geográficas y sociales del territorio de la Provincia de Misiones, fomentando estudios descriptivos sobre la región (Alcaráz 2007). Para ello se contrataron agentes que, desde diversas esferas intelectuales contribuyeron a generar registros sobre la forma de vida de los pueblos de la familia lingüística guaraní. En esos registros los guaraníes de Misiones son descritos frecuentemente como pueblos sin economía, pues las nociones de acumulación, trabajo asalariado y propiedad privada típicas del pensamiento liberal les eran extrañas (Gorosito 2010). En pocos años se consolidó una imagen de la población indígena que guardaba poca relación con la realidad de las poblaciones locales (la técnica de referencia bibliográfica, tan cara a los proto-antropólogos, contribuyó decisivamente a este fin). Para mostrar esto nos valdremos del mismo recurso, tomando tres citas de entre cientos disponibles. En primer lugar, una breve nota de “El territorio de Las Misiones” de Ramón Lista que ejemplifica la tan reiterada tesis de ausencia del concepto de economía entre los guaraníes: ‘son los guaraníes que hoy día habitan las tupidas selvas del Paraguay y Misiones. Miserables criaturas, apáticas por naturaleza y *sin la menor idea de los más elementales principios de economía*’ (Lista 1883: 23. Nuestras cursivas). La segunda cita es tomada de la obra de Gustavo Niederlein: Mis exploraciones en el Territorio de Misiones. Allí nos habla de la pobreza de la arquitectura de los guaraníes y lo insignificante de sus conocimientos agrícolas: ‘viven en *ranchos mal hechos. Sus cultivos son insignificantes (...)* Vagabundos

como casi todos sus hermanos en los bosques’ (Niederlein 1890: 234. Nuestras cursivas). Por último, una referencia extraída de Alejo Peyret de Cartas sobre Misiones (1881), donde remarca la ausencia de una clara noción de propiedad privada, vinculada nuevamente al escaso desarrollo de la agricultura, así como las evidentes ventajas de la sedentarización para el surgimiento de una “verdadera” sociedad: ‘son como tribus que andan vagando por en medio de los bosques, *no son un verdadero plantel de sociedad, como los agricultores propiamente dichos*’ (Peyret 1881: 82. Nuestras cursivas).

Las estrategias descriptivas de estos observadores dicen más acerca de la imposibilidad de distanciarse de sus concepciones nativas de trabajo y economía, que acerca de las formas que éstas presentaban en la sociedad descrita. En términos generales, en la lógica guaraní la forma dominante de acceso a los recursos y al producto del trabajo social, así como la propia organización de éste, reposa en los grupos domésticos. En el período mencionado, la familia extensa –con su modo característicamente doméstico de producción, división del trabajo, etc.– aparecía como la institución productiva dominante en la economía guaraní. Es comprensible, entonces, que el objetivo económico perseguido y las relaciones sociales de las que se valían, así como la forma de intercambio y propiedad que predominaban resultasen tan extrañas a los viajeros de la época. Como se observamos en las siguientes citas: *llevan una vida precaria y azarosa, devorando en un día el*

maíz o la miel que podía sustentarlos una semana’ (Lista 1883: 23. Nuestras cursivas).

No se puede contar con el trabajo de los indios, porque son naturalmente indolentes y faltos de previsión, es decir que trabajan para el momento y no para el porvenir (...) son, pues, sobremanera exigentes, poco trabajadores, porque cuando han ganado el valor de un poncho ó de cualquier otro objeto que les hace falta, dejan de trabajar y se van a cazar en el monte. (Peyret 1881: 179. Nuestras cursivas)

Lo que nuestros comentaristas percibieron como un derroche irracional en un medio caracterizado por la escasez, puede comprenderse desde otra lógica como el resultado de la disposición de recursos abundantes. Los guaraníes destinaban para el consumo los recursos obtenidos, de modo que el trabajo concluía en el momento que éste se veía asegurado. El límite del esfuerzo era la satisfacción de las necesidades reconocidas por el grupo (Sahlins 1977). Además, escapa a la percepción de nuestros observadores que la venta de fuerza de trabajo estacionaria para las cosechas era apenas una de las estrategias económicas de los guaraníes, complementada con la caza, pesca, cultivo de sus propios terrenos, por mencionar sólo las más importantes. Al tener como límite productivo las necesidades de autoconsumo grupal, el tiempo de trabajo necesario era significativamente menor al que los europeos estaban acostumbrados. A esto se agrega el hecho de que las selvas vírgenes eran una fuente de recursos abundantes y la organización grupal del trabajo facilitaba la realización de las tareas (Gorosito 2010).

Otro factor disonante con la percepción de los observadores era que la organización del trabajo y de otras actividades cotidianas dependía de ritmos diarios y estacionales bien definidos. La concepción del tiempo entre los guaraníes está vinculada a las principales deidades; éstas se ordenan en relación con la jerarquía que impone la presencia temporal así como en forma espacial – con relación a los puntos cardinales – (Gorosito 1982). Así, el contraste día-noche; luz-oscuridad es representado por las deidades: *Ñamandu* (Sur) y *Jakaira* (Norte y Nordeste) quienes a su vez son las entidades de pasaje en el ciclo anual de las estaciones: invierno – *ára yma* – y primavera – *ára pyau* – respectivamente (Gorosito 1982). En el ciclo anual también operan: *Karai* (Este) dios del fuego y quien preside el período de tareas agrícolas a fines de agosto y marzo, y *Tupã* (Oeste) dios de las aguas que representa el orden invernal y quien prepara el suelo entre marzo y agosto, meses de abundantes lluvias, para las actividades agrícolas del período *Karai* (Cadogan 1997). En este sentido, las primeras observaciones realizadas por viajeros en la actual Provincia de Misiones dieron lugar a una concepción etnocéntrica y negativa sobre las poblaciones indígenas. Estos trabajos fomentaron la idea, ya existente entre los sectores dominantes de la sociedad, de que los guaraníes tenían una forma de vida primitiva que debía sucumbir al avance de la civilización.

3. INCORPORACIÓN DE MANO DE OBRA INDÍGENA AL MERCADO RURAL EN MISIONES

Desde 1875 en adelante, el avance de los frentes extractivos yerbatero y maderero dio lugar a nuevas formas de relación entre la población nativa y el conjunto heterogéneo de agentes que emigran a la región producto de una política colonizadora impulsada desde el Estado nacional. En una primera etapa, la subsistencia de los guaraníes se basaba en una combinación de las actividades económicas tradicionales – agricultura, artesanía, caza y pesca – y la contratación como mano de obra estacional para colonos. El crecimiento económico y poblacional de la Provincia contribuyó a la modificación de las relaciones entre guaraníes y el resto de la sociedad, afectando la organización de los primeros, a menudo en función de las necesidades productivas de los últimos. El aumento de la capacidad económica de los pequeños y medianos productores locales coincidió con la presión espacial sobre los terrenos tradicionales de cultivo y caza de los guaraníes. Como señalara Niederlein, “muchos indios se ajustan también para hacer yerba o rozados en los bosques, pues ya hace bastantes años que fueron amansados por misioneros” (Niederlein 1890: 234). Así, la estrategia de venta sistemática de mano de obra surgió como una alternativa necesaria, y a veces obligatoria, entre los guaraníes (Gorosito 2010), siendo la forma más recurrente de inserción laboral en el mercado regional la de trabajador o productor simple de mercancías – fundamentalmente artesanías –, o bien una combinación de ambas. Este tipo de relación prevaleció de manera dominante durante un extenso período de tiempo. Así, según

el Censo Provincial Aborigen realizado en 1979, sobre un total de 116 comunidades, 99 dependían del ingreso salarial de alguno de sus miembros – en forma permanente o transitoria – en algún momento del año (Gorosito 1982).

La contratación de mano de obra indígena se dio de manera continua aproximadamente hasta 1990, momento en que la decadencia de los precios de los productos agrícolas en Misiones comenzó a impactar sobre el mediano productor, afectando directamente su capacidad de contratación de mano de obra para la cosecha o para tareas rurales no calificadas (Gorosito 2010). Hasta ese momento existía en la configuración cultural de los habitantes locales una clara distinción acerca del espacio geográfico que le correspondía a cada sujeto, siendo el “monte” el lugar del “indio”, y el “campo” el del “colono” (Gorosito 1982), y la relación entre la población indígena y los blancos se daba a través de “nichos claramente distintos en el marco natural” (Barth 1976: 23).

Por otra parte, el desarrollo del frente forestal supuso una profunda alteración de la estructura agraria regional, transformando la estructura de relaciones interétnicas en Misiones. Gorosito (1982) distingue dos etapas: en la primera, caracterizada por una modalidad extractiva, la sociedad indígena encuentra condiciones que le permiten reproducirse en un medio escasamente modificado y con poca presencia poblacional no indígena. Durante esta etapa los guaraníes tenían un acceso regular a los recursos considerados básicos, sin que esto supusiera un aumento sus-

tancial en los tiempos de trabajo o en la tecnología utilizada. La contratación de mano de obra indígena era practicada por los colonos cuando la actividad requería escasa o nula cualificación. Las contrataciones podían ser de dos tipos: estacionales, en cosechas, o transitorias con una frecuencia irregular a lo largo del año, en carpidas, macheteadas, hormigueadas, desyerbado, en las chacras, o bien desmonte, replantes y raleos en forestación y obrajes madereros. La zona de mayor concentración de asalariados rurales aborígenes era el Alto Paraná, principalmente en las actividades de tarea (de abril a octubre), cosecha de tung - de abril a julio -, limpieza y carpida de yerbal - durante los meses de enero, febrero, noviembre y diciembre -, limpieza y carpida de chacras y forestación - durante todo el año -.

La segunda etapa, “frente neo-forestal”, empieza a desarrollarse en la década de 1940, pero se intensifica en 1960 cuando la actividad forestal comienza a ser fuertemente promocionada por el Estado como incentivo para el desarrollo de la industria celulósica, acentuando el proceso de desbosque. La aparición de grandes empresas modificó la organización del espacio rural misionero, introduciendo un ritmo productivo industrial en la actividad forestal, dando lugar a una forma ampliada de reproducción del capital en esta esfera. Esta modificación externa impuso un ritmo altamente competitivo *vis a vis* la población local no incorporada a la actividad. El espacio deja de estar potencialmente abierto a la libre ocupación, y la apropiación jurídica del suelo se actualiza por el avance de las empresas. En

este sentido, “El frente neo-forestal constituye una contradicción en relación con la organización total del frente agrícola, porque cercena sus formas tradicionales de acumulación” (Gorosito 1982: 87). Desde las configuraciones indígenas, este proceso supuso una profunda alteración del *mbya reko* – forma de vida guaraní –, ya que la transformación del espacio significó la aniquilación de gran parte del ecosistema preexistente.

Con la creciente explotación del pino a gran escala – bajo modalidades de progresiva tecnificación y tercerización de servicios – desaparecen rápidamente las posibilidades de desarrollar estrategias mixtas por parte de las comunidades indígenas. Así, se da inicio a una alteración drástica del medio ambiente, profundamente contradictoria con el mantenimiento de las formas de vida indígenas tradicionales. La selva pierde su carácter de “amortiguador” de la experiencia de contacto con los no indígenas, y comienza a mostrar signos de caducidad de su capacidad de recuperación (Gorosito 2010). Con menos especies naturales disponibles para los fines tradicionales, mayor cantidad de enfermedades, la contaminación ambiental del agua y del suelo y la reducción de territorios aborígenes, las unidades de residencia se vieron forzadas a reducir su tamaño, y muchas familias comenzaron a desplazarse hacia las rutas o las periferias de los centros urbanos. Un estudiante guaraní comenta este proceso desde su historia familiar:

“Vinimos a Posadas porque mi papá quería seguir estudiando. Mi abuelo era correntino, pero trabajaba, según lo que

cuenta mi papá, como peón acá en Misiones. El jefe de mi abuelo le hacía estudiar a mi papá, le mandaba a la escuela, y mi abuelo trabajaba. Pero después pasaron muchos problemas y mi papá tuvo que dejar de estudiar; y tuvo que trabajar en la tarea. Después trabajó en otras plantaciones”. (Varón, 23 años, estudiante universitario)

4. REESTRUCTURACIÓN ESPACIAL Y EDUCATIVA EN LA ETAPA DEL FRENTE NEO-FORESTAL

Este período coincide con el desarrollo de políticas específicas dirigidas a la población indígena por parte del Estado, así como una intervención activa de la Iglesia Católica entre los guaraníes de Misiones. Así, en 1969 el Estado provincial crea la Reserva Indígena *Tamandua* – posteriormente donada a la Asociación de Comunidades guaraníes en 1989 – de aproximadamente 3.200 hectáreas, en el Departamento 25 de Mayo. También se inaugura la figura del “*mburuvicha guasu*” (cacique general), marcando un hito a partir del cual “los intentos de manipulación del sistema indígena de selección de jefaturas se han multiplicado y profundizado, con frecuencia de manera simultánea desde diversos sectores de la sociedad envolvente” (Gorosito 2006: 23).

Una década después, la Iglesia Católica comenzó a intervenir en las comunidades desde la esfera educativa. En 1979 financia la construcción de las escuelas “bilingües”: Instituto n° 0805 “Paula Mendoza” e Instituto n° 1206 “Hogar *Peruti*”, en las comunidades de *Fracrán* (San Vicen-

te, Dpto. Guaraní) y *Perutí* (El Alcázar, Dpto. San Martín), respectivamente. El personal docente era de origen paraguayo, católicos y no pertenecían a la etnia *mbya*, de manera que su manejo de la lengua era como mínimo diferente, por no mencionar sus concepciones sobre la cultura y la organización social. El efecto de esta visión homogeneizante sobre la lengua nativa, supuso alteraciones en la socialización lingüística de los jóvenes de estas comunidades, cuyos efectos se perciben hasta el día de hoy (aunque el tema escapa al objetivo propuesto en este trabajo). Por otro lado, a raíz de la dinámica laboral y social caracterizada por la subordinación y la explotación los guaraníes comienzan a incorporar como segunda lengua el español, entrando en la categoría de bilingües. En síntesis, esta etapa es crítica para entender la actual estructura interétnica de Misiones. Su principal característica fue el efecto disciplinador que ejerció sobre la población indígena, en términos económicos, políticos y espaciales, y que puede considerarse como una continuación de la política de incorporación forzada de la población indígena a la sociedad nacional.

5. LA EDUCACIÓN FORMAL UN INSTRUMENTO DE PODER

Según los datos del censo realizado en la Provincia de Misiones durante el período 2007-2008, en el cual participó a través del proyecto “Pueblos guaraníes. Cultura y sociedad” (Dirección: Gorosito Kramer, Secretaría de investigación FHyCS-

-UNaM), la principal fuente de ingresos monetarios entre los guaraníes proviene de la venta de artesanías, oficio en el que se desempeñan 1.016 individuos (17,3%). En general, la producción de artesanías no es adecuadamente retribuida y su medición como actividad principal está relacionada con la situación en el mercado regional de trabajo. Por ejemplo, durante los años 1978-79, así como en la segunda mitad de 1981, las comunidades que privilegiaban la actividad artesanal frente al trabajo rural eran aquellas que presentaban los mayores índices de desempleo y salarios más bajos, en un contexto de depresión generalizada del sector rural. Este fenómeno fue resultado de la retirada de los productores medios del mercado de trabajo, debido a la caída de precios de los productos agrícolas en la región (Gorosito 1982). En este sentido, es interesante señalar que el rubro “empleado rural” agrupa un 6,6% de la totalidad de guaraníes en Misiones (cifra que equivale a casi la tercera parte de los artesanos), distribuidos de la siguiente manera: 285 individuos (4,8%) se emplean en la tarea, mientras que 108 sujetos (1,8%) trabajan como peón en diversas actividades rurales. A esta actividad se le puede agregar un 2,3% (134) perteneciente a aquéllos guaraníes que trabajan como changarines en empleos temporarios, realizando tareas en chacras – carpidas, macheteadas, raleo entre otras – y en plantaciones forestales – desmonte, entre otras -. Hay que tener en cuenta que estos números son relativos, ya que el censo consigna la principal actividad económica declarada, lo que no excluye la realización simultánea de va-

rias actividades por parte de los censados.

Resulta interesante señalar la aparición de una categoría de ingreso económico definida por una nueva forma de relación entre los guaraníes y el Estado nacional. La inclusión de los primeros dentro de las categorías socio-económicas más bajas con que el Estado ordena la población – por ejemplo, “individuos por debajo del índice de pobreza”, “población vulnerable”, etc. –, en conjunto con las políticas sociales implementadas sobre estas poblaciones, como parte del modelo redistributivo puesto en marcha por el gobierno nacional a partir del 2003, ha dado lugar al surgimiento de una nueva fuente de ingresos. En cuanto a la percepción de algún beneficio económico de este tipo, el censo revela que el 4,9% de los guaraníes poseen algún tipo de asistencia social, siendo el “Plan Jefes/as de Hogar” el que presenta mayor concentración – 111 individuos o 1,9% –.

En cuanto a la asistencia social, la escasa frecuencia de casos señala tanto su breve existencia temporal como la dificultad que se le presenta a la enorme mayoría de la población guaraní a la hora de lidiar con la compleja gestión de un trámite burocrático. Por último, existe también un pequeño grupo de indígenas que tienen un empleo en relación de dependencia con el Estado: 37 individuos se desempeñan como agentes sanitarios (0,6%) en diversas localidades de la Provincia, 45 son Auxiliares Docentes Indígenas (0,8%) y, finalmente, 9 individuos trabajan como empleados administrativos (0,2%). La ínfima presencia de guaraníes empleados en el sector público exhibe un tema de mayor complejidad: la

resistencia que encuentran los jóvenes guaraníes bilingües para incorporarse en esferas laborales anteriormente no disponibles para sus padres y abuelos. Este dato es directamente proporcional a la posibilidad, y más a menudo dificultad, que los guaraníes tienen para completar los estudios básicos dentro del sistema educativo formal de la sociedad dominante.

Hemos argumentado que los cambios producto de la deforestación y el avance de la frontera productiva durante el siglo anterior, y lo que va del actual, han contribuido a generar en la sociedad guaraní de la Provincia de Misiones (Argentina) una concepción en cierta medida positiva acerca de contar con escuelas dentro de las comunidades. Los guaraníes, notando las transformaciones que la estructura socio económica de la sociedad dominante ha producido en su *mbya reko* – modo de vida *mbya* –, han llegado a ver en la educación “del blanco” un instrumento de poder por medio del cual reivindicar sus derechos y obtener reconocimiento social y cultural. Pues, de este modo, los jóvenes indígenas pueden desenvolverse en la sociedad mayor compensando la disparidad social, sin la necesidad de renunciar a su identidad ni a las formas en que deciden expresarla (Gorosito 2005). A este respecto, un cacique reflexiona:

“Era una demanda de la comunidad que vayamos a la escuela, primero por la lengua. La idea siempre fue defender la forma de pensar como un pueblo distinto, para que haya una igualdad de diálogo de autoridades competentes en la hora de reclamos, para poder defender la cultura, la lengua y tradiciones *mbya*”. (Varón, 35 años, cacique y empleado público)

En los últimos años la centralidad de la escuela se ha hecho extensiva a la educación superior – terciaria/universitaria –, que es la que asegura el acceso a ocupaciones más o menos bien remuneradas, como antaño lo hacia la educación secundaria. Por otra parte, la opción por la educación superior tiene el potencial de convertirse en una oportunidad no sólo para insertarse en un mundo laboral y profesional más amplio, sino también para disponer de autonomía de pensamiento, y manejar herramientas conceptuales y técnicas para contribuir con el desarrollo y la creación del sistema educativo de calidad que las poblaciones indígenas de Misiones demandan (Arce 2010). En efecto, la extensión de la educación entre los hombres y mujeres indígenas, como un elemento más del proceso de modernización de la sociedad dominante, es percibida como una herramienta de resistencia, para mantener y/o reivindicar su cultura. Desde la perspectiva de un docente guaraní recientemente egresado:

“Me iba al yerbal a trabajar, a tarefear y viví la mano dura, ahí me acordaba siempre lo que decía mi viejo: - viste que en la tarea se sufre mucho.
Él me decía que yo tenía la posibilidad de seguir estudiando, de ser un profesional y me acordaba siempre de eso siempre me quedó en la cabeza, son por esa razón que uno empieza a pensar de nuevo y retoma aunque cueste y sigue”. (Varón, 32 años, Profesor en enseñanza primaria).

Sin embargo, la apuesta por la educación como estrategia económica no es un camino fácil de seguir. Los procesos descritos han colo-

cado a las poblaciones guaraníes en una posición social desventajada, constituyéndolos como miembros de un grupo minoritario y marginado, lo cual restringe notablemente las posibilidades de acceso y permanencia en el sistema educativo superior (Nuñez 2012). Las posibilidades de aprendizaje e incorporación de un conocimiento específico altamente valorado por los profesores universitarios – como el manejo de un lenguaje académico específico, formas de escritura y prácticas de estudio – tienen que ver no sólo con el paso por el sistema educativo formal – objetivado como título educativo primario o secundario –, sino también con esquemas de percepción y apreciación incorporados en ámbitos familiares donde se maneja determinado volumen de capital cultural (Bourdieu 2008).

En las estadísticas nacionales, los guaraníes de Misiones aparecen como uno de los grupos étnicos más rezagados en materia educativa, con un abrumador 29,34% de población analfabeta (ECPI-INDEC 2004/2005). La Encuesta Permanente de Pueblos Indígenas (EPCI), informaba que para una población de 2.498 personas de ambos sexos de 10 años y más, 1.763 personas poseían conocimientos de lecto-escritura en castellano, mientras que 733 eran analfabetos (aproximadamente el 25% de la población considerada). En cuanto a las personas de 15 o más años que declaraban esos conocimientos, el máximo nivel alcanzado era secundario incompleto – 209 personas, aproximadamente el 10 % del grupo alfabetizado –, en proporciones similares para ambos sexos. Hacia finales del 2008, en Misio-

nes había una marcada brecha entre educación primaria, secundaria y superior entre las poblaciones guaraníes. Según Arce (2009), aproximadamente 2100 guaraníes en el nivel primario, menos de 70 en el secundario y una docena en el nivel superior universitario y/o terciario. En la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones (FHycS-UNaM), durante los años 2008/09, hubo ocho Estudiantes guaraníes inscriptos. Desde entonces persistió una tasa de un estudiante por año hasta el 2013, momento a partir del cual ya no se registraron nuevos inscriptos en la institución.

Durante ese año, dos estudiantes guaraníes de trabajo social (FHycS-UNaM) plantearon la posibilidad de presentar un proyecto a fin de obtener financiamiento para un Programa de apoyo económico y pedagógico a estudiantes guaraníes. El resultado de esa motivación fue el Programa *Jaguata pavẽ Nẽmbo'epy* (Caminemos todos por la Educación), aprobado en el 2015 por la Secretaría de Políticas Universitarias, que apuntaba a satisfacer la demanda actual y potencial de las comunidades guaraníes de acceso a la educación de nivel superior (universitaria y terciaria), y que tenía como principal propósito contribuir al aumento de la matrícula de estudiantes guaraníes, al mejoramiento del rendimiento académico, al aumento del índice de permanencia y egreso en los distintos institutos de educación superior de Misiones (privados y estatales).

Este Programa, en conjunto con los otros programas y planes de apoyo de los cuales son beneficiarios los estudiantes guaraníes de nivel

superior, significaron un cambio considerable en la situación de los estudiantes (y potenciales estudiantes) guaraníes en la Provincia. Como resultado, en el período 2015 la tasa de guaraníes en el nivel superior se elevó, con la ayuda de becas y programas de apoyo a estudiantes guaraníes tanto provinciales como nacionales. Esto da cuenta de la considerable atención que está recibiendo entre distintos sectores de la sociedad la problemática de la educación intercultural y prueba que el trabajo colaborativo entre instituciones universitarias y pueblos originarios no sólo es favorable, sino indispensable para lograr una educación democrática para todos los sectores de la sociedad.

Sin embargo, para cubrir los gastos requeridos de vida y manutención familiar, tienen que multiplicar ad infinitum sus estrategias para captar recursos. Esto supone en la práctica una inversión temporal y afectiva considerable que bien podría ser canalizada a los estudios, además de una dosis importante de capital social para conocer las fuentes de financiamiento.

Durante el período 2015 en términos generales, este grupo de estudiantes guaraníes obtuvo sus recursos complementarios a partir de ocho programas distintos, cuyas fuentes de financiamiento provienen de diversas instituciones, no siempre vinculadas de manera directa al ámbito educativo: a) Universidad Nacional de Misiones (UNaM), con dos programas; b) gobierno provincial con dos programas; c) gobierno nacional con dos programas, e d) Iglesia Católica con dos programas. De estas cuatro fuentes de financia-

miento, el gobierno provincial aportó 65 becas (40,3%), la UNaM contribuyó con 63 (39,1%), la Iglesia Católica participó con 22 (13,6%) y el gobierno nacional con 11 (6,8%). Hay que aclarar que estas cifras no son indicativas de los presupuestos asignados, ya que no se indican los montos correspondientes a cada beca. No obstante, dan una idea general de que las principales fuentes de financiamiento son producidas en el territorio provincial, y que la participación del gobierno nacional es ínfima en este aspecto.

Otro aspecto interesante tiene que ver con los trabajos remunerados declarados por los/as estudiantes guaraníes. Del total de estudiantes guaraníes en la Provincia de Misiones en 2015, poco más de un tercio manifestaron estar empleados (13, equivalente a 31,7%). Este dato evidencia que las estrategias desplegadas por los/as estudiantes guaraníes para procurarse recursos en forma de becas, tiene un grado de eficacia relativamente alto. Entre los/as estudiantes trabajadores, dos lo hacían como agentes sanitarios del Ministerio de Salud de la Provincia, ocho se desempeñaban como Auxiliar Docente Indígena, dependiendo del Área Educación Intercultural Bilingüe del Ministerio de Educación de la Provincia, dos como docentes en instituciones educativas provinciales y uno estaba empleado en el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI), dependiente de Nación. Esta información indica tres aspectos interesantes relativos a las posibilidades de inserción laboral de esta población. En primer lugar, todos los casos corresponden a empleos con relación de dependencia en instituciones estatales, consti-

tuyendo así un circuito de trabajo indígena.

En segundo lugar, la gran mayoría de los/as estudiantes guaraníes que trabajan, lo hacen en empleos vinculados directamente con la educación. Este aspecto es central para entender la dinámica del nuevo circuito laboral indígena, así como de las orientaciones que los/as estudiantes muestran en relación a la elección de carreras, sus posibilidades de inserción laboral, y la vinculación con sus comunidades como profesionales. También asociado a este circuito laboral, por último, es importante mencionar que, exceptuando un solo caso, todos los estudiantes guaraníes trabajadores lo hacen en relación de dependencia con el Estado provincial.

6. CONSIDERACIONES FINALES

A lo largo de este escrito se abordaron de manera fugaz las transformaciones que han sufrido las estrategias económicas de la población guaraní de Misiones en diferentes períodos históricos. Comprendemos estas transformaciones como estrategias adaptativas que no producen una abdicación identitaria, sino que se manifiestan precisamente como los medios para lograr perpetuarla. Y como el resultado de las relaciones político-sociales y económicas entre el pueblo guaraní y los estados que se han formado sobre los antiguos territorios originarios (aunque aquí nos centramos únicamente en Misiones, Argentina). Estas relaciones han ido variando de la misma manera que se han ido transformado las sociedades estatales (desde la organización

colonial hasta la formación de los estados republicanos) y también las propias naciones indígenas (Gorosito 2006). Es decir, las transformaciones que registramos son una prueba más de que las relaciones interétnicas se dan, y se han dado aquí, siempre en términos de dominación y sujeción. En este sentido, las políticas destinadas a la población guaraní se vieron y se siguen viendo finamente entrelazadas con esta amalgama de variables estructurales y culturales que condicionan el acceso a los bienes y servicios de la sociedad mayor.

A pesar que las políticas de acción afirmativa están lejos de alcanzar los objetivos que se proponen, al menos en materia educativa, no se puede negar que constituyen un paliativo indispensable para la población indígena. El desafío está en generar las condiciones estructurales para su institucionalización, continuidad y seguimiento riguroso, atendiendo a las especificidades econó-

micas, culturales, sociales, lingüísticas y políticas de las poblaciones a las que se dirigen. Sin descuidar en este diseño e implementación los estudios en profundidad sobre las dinámicas de las instituciones educativas a las que apuntan.

A través del paso por la educación formal estos estudiantes guaraníes a los que hicimos mención se han ido convirtiendo en agentes activos en la defensa de los derechos de su pueblo, y no sólo en el ámbito educativo. Han desarrollado actividades en diferentes entornos para hacer visible las problemáticas sociales por la que atraviesa el pueblo guaraní, en especial aquellos/as que se encuentran más avanzados en sus carreras universitarias. Se puede observar que las relaciones interculturales en este caso generaron agentes activos de las transformaciones políticas y culturales que vive la población originaria guaraní y que la incorporación a la educación superior tiende a fortalecer la identidad étnica.

7. REFERENCIAS

Alcaráz, Jorge. 2007. *La construcción del escenario misionero en los relatos de viaje entre 1880-1900*. Tesis de Maestría, Programa de Postgrado en Antropología Social, FHyCS-UNaM, Posadas.

Ambrosetti, Juan B. 1983. Dos estudios sobre Misiones. Viaje a las misiones argentinas y brasileras por el alto Uruguay. *Rápida ojeada sobre el territorio de Misiones. Documentos de Geohistoria Regional* 2 (ISSN 0325-9404).

Arce, Hugo. 2010. Educación superior indígena en Misiones. Mecanismos de inclusión-exclusión del sistema educativo formal, en *La Educación Intercultural Bilingüe en Argentina. Identidades, lenguas y protagonistas*. Compositos por Silvia Hirsch y Adriana Serrudo.

- Barth, Fredrik. 1976. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Bourdieu, Pierre. 2008. *Pierre Bourdieu. Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. Compilación y traducción por Jiménez, Isabel. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Cadogan, León. 1997. *Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbya-Guaraní del Guairá*. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología. (Tercera Edición, Colección: “Obras de León Cadogan”, Volúmen II, Serie Etnología 1).
- Cardoso Oliveira, Roberto. 2007. *Etnicidad y estructura social*. México: CIESAS.
- Cardoso Oliveira, Roberto. 1972. *O índio e o mundo dos brancos*. San Pablo: Difusión Europea del Libro.
- Ferrero, Brian. 2005. *Estudio de la gestión territorial y de los recursos naturales, de la población rural del Área de Influencia de la Reserva de Biosfera Yabotí-Argentina. Buscando alternativas para un desarrollo local sustentable en torno a una Reserva de Biosfera*. www.unesco.org/MAB/doc/mys/2004/ferrero.pdf
- Gorosito, Ana María. 2010. “Los guaraníes de Misiones en la mirada de cronistas y antropólogos: frágiles senderos interculturales en los espesos bosques del prejuicio”, en *Movilizaciones indígenas e identidades en disputa en la Argentina*. Compilado por Gastón Gordillo, Silvia Hirsch. Buenos Aires: La Crujía Ediciones.
- Gorosito, Ana María. 2006. Liderazgos guaraníes. Breve revisión histórica y nuevas notas sobre la cuestión. *Avá - Revista de Antropología* 9: 11 - 27.
- Gorosito, Ana María. 1982. Encuentros y desencuentros. Relaciones interétnicas y representaciones en Misiones, Argentina. Tesis de Maestría, Universidad de Brasilia, Brasilia.
- Niederlein, Gustavo. 1890. *Mis exploraciones en el Territorio de Misiones: I. Resultados estadísticos y económicos segun el censo levantado en 1888, etc*. Buenos Aires: British Library, Historical Print Editions. pp. 211-237.
- Nuñez, Yamila Irupé. 2019. Interculturalidad, educación superior y mercado laboral. Un recorrido por las trayectorias de los estudiantes universitarios y egresados guaraníes de la Provincia de Misiones (Argentina) y del Estado de Paraná (Brasil). Tesis Doctoral, Programa de Posgrado en Antropolo-

gía Social (PPAS), Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones, Misiones.

Nuñez, Yamila Irupé. 2018. Abriendo camino. Estudiantes mbya-guaraní en Instituciones de Educación Superior de la Provincia de Misiones (Argentina). Tesis de Maestría en Antropología Social, Programa de Posgrado en Antropología Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones, Misiones.

Nuñez, Yamila Irupé. 2012. Educación superior en contextos de interculturalidad: el caso de los estudiantes guaraníes en la FHYCS-UNAM. Tesis de Licenciatura en Antropología Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Misiones, Misiones.

Lista, Ramón. 1883. *El territorio de Las Misiones*. Buenos Aires: Imprenta La Universidad.

Peyret, Alejo. 1881. *Cartas sobre Misiones*. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional.

Sahlins, Marshall. 1977. *Economía de la Edad de Piedra*. Madrid: Akal.

Salas, Patricia Soledad. 2017. Asentamientos afrodescendientes en el territorio de la Provincia de Misiones (1865-1930), em *Estudios Afrolatinoamericanos 3 – Actas de las Quintas Jornadas del GEALA*.

Compilado por Lamborghini, Eva, Martino, María Cecilia, Martínez Peria, Juan Francisco. Buenos Aires: Ediciones del CCC Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini. pp.127-137.



RESENHA DE LIVRO

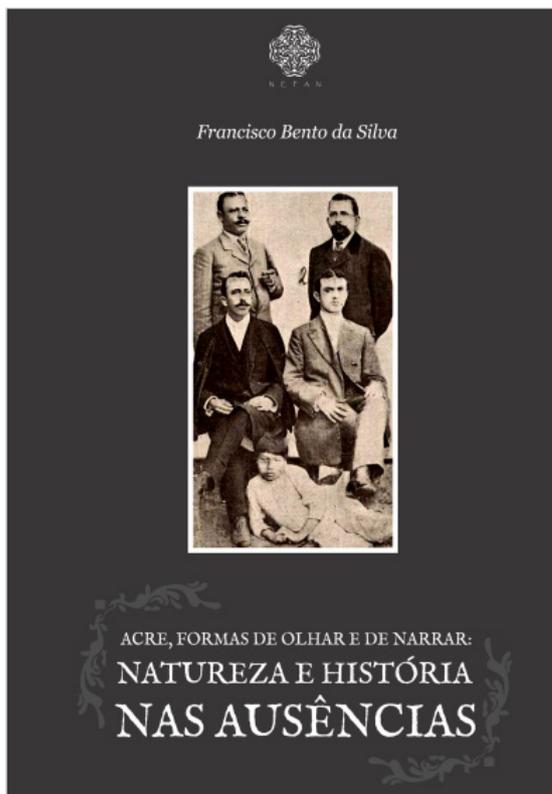


ACRE, UM OLHAR PARA AS NARRATIVAS DAS AUSÊNCIAS

Edinaldo Gonçalves Coêlho

Doutorando em Letras: Linguagem e Identidade - Universidade Federal do Acre

submissão: 13.09.2021 | aprovação: 09.02.2023



Silva, Francisco Bento da. 2020. *Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências*. Rio Branco: Nepan.

Francisco Bento da Silva, em sua obra *Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências*, publicada em 2020 pela editora Nepan, aborda com sensibilidade histórias e visões sobre a “Amazônia”, com ênfase na história do Acre, levando o leitor para as ausências de vozes apagadas nas narrativas. O autor da obra é professor da Universidade Federal do Acre (UFAC) e tem se dedicado às pesquisas voltadas para as áreas de História e Ciências Sociais, com enfoque em perspectivas sobre o Acre,

nos seguintes temas: golpe militar, ditadura, eleições, partidos políticos, autoritarismo, personalismo político, período territorial, desterros, alimentação, relações campo e cidades e imaginários e representações sobre a Amazônia acriana, conforme informações disponibilizadas em seu Currículo Lattes¹.

A obra “Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências” é dividida em prólogo, intitulado “o Acre como caricatura”, quatro capítulos e um epílogo. No capítulo 1, “O Acre como deserto conquistado: amansar e civilizar como missão”, o autor discute as representações narrativas do Acre estado como um “espaço vazio”, sendo visto como um incômodo para a nacionalidade brasileira a partir de 1904. No capítulo 2, intitulado “Bichos, florestas e doenças: o outro mundo selvagem”, Silva (2020) discute os “incômodos”, partindo de diversas fontes de pesquisas, dialogando sobre aspectos humanos e naturais do Acre, com os projetos civilizadores e colonizadores. No capítulo 3, denominado “Indígenas e caboclos no caminho da conquista e da colonização”, o autor centraliza as discussões nas narrativas da “natureza selvagem”, enfocando as populações indígenas e mestiças, refletindo sobre a incapacidade dos povos indígenas de se adequarem à lógica capitalista, apontando um apagamento desses povos nas narrativas analisadas. Por fim, no capítulo 4 intitulado “As disputas pelo Acre: narrativas do risível e do heróico”, Silva (2020) o docente enfatiza a reverberação na imprensa e em outros meios discursivos/comunicativos da época, além das

¹ Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0436209499628660>.

disputas entre Brasil e Bolívia pelo território do Acreacriano. Analisando também como acontece a vinculação entre os fatos e as representações do Acre e dos acrianos. Ainda discutindo as narrativas sobre os “heróis acrianos” e os mitos da origem do Acre estado.

A estrutura da obra, a meu ver, é interessante porque aborda aspectos históricos, sociais e culturais de forma que facilita a leitura e a compreensão dos aspectos da origem da denominação do que se conhece hoje como Acre. O autor demonstra conhecimentos interdisciplinares, ao mesmo tempo que discute, com muita sensibilidade e criticidade, problemas pertinentes encontrados nas narrativas e representações sobre o Acre e seus povos.

No epílogo, Silva (2020) explica ou “desexplica” suas inquietações. Ao citar um poema de Manoel de Barros, reflete sobre a palavra *explicar*. Afirmo que ao explicar algo, também se desexplica, pois se criam novas narrativas. Em suas palavras, “O que quero dizer é que todos nós desexplicamos o mundo continuamente, sejamos poetas ou não” (Silva 2020: 11). Nesse sentido, fica claro para o leitor, no epílogo, que o autor não pretende sobrepor uma verdade dos fatos, embora pretenda, por meio de sua narrativa, “Desdizer e desexplicar, remar contra as narrativas hegemônicas que foram sendo tecidas e cristalizadas como as únicas e verdadeiras no mundo gestado pela vaga iluminista ortodoxa torna-se tarefa hercúlea, conforme em parte destes estudos já citados apontam” (Silva 2020: 13). Também no epílogo, Silva (2020) situa o lei-

tor que seu ensaio busca sintetizar, já no título, o problema central, um mergulho sobre uma fluída fluída estética do vazio que permeia o Acre na primeira metade do século XX.

Silva (2020) inicia o capítulo 1 com a citação do poema “Acalanto do seringueiro”, do escritor paulista Mário de Andrade. Situa o leitor quanto ao contexto do poema e pontua que o seringueiro foi tomado pelo eu-lírico do escritor Mário de Andrade como um sujeito primitivo. Esse termo entendido como original e não maculado pelo estrangeiro. Esse sujeito primitivo foi uma busca incessante dos artistas modernistas. O contexto abordado no poema é justificado pelo recorte de análise de Silva (2020), quando afirma em “centrar cronologicamente no Acre do período que se estende desde a sua organização administrativa pela União em 1904 até próximo ao fim do Território Federal em 1962” (Silva 2020: 26). Nessa perspectiva, utilizando-se de diversas narrativas como escritos memorialísticos, fotografias, obras literárias e matérias jornalísticas sobre o Acre, a análise enfoca as múltiplas vozes dos sujeitos, naqueles contextos, buscando as ausências e explicando o não dito ou desexplicando o dito.

No decorrer do capítulo 1, percebi uma busca por narrativas que representam o Acre como um lugar vazio, distante, incivilizado e isolado. Silva (2020) busca, em uma diversidade de narrativas, como nas “Cartas do Acre”(1910, memórias), de Antônio José de Araújo; “Deserdados” (1922, romance), de Carlos de Vasconcellos; “A Represa: romance da Amazônia” (1942, romance), dentre outras obras, vozes de sujeitos ficcionais ou não,

compreendendo essas fontes como crônicas. O autor explica que analisa “essas narrativas textuais genericamente como crônicas, entendendo os textos (as crônicas) como representações discursivas de suas épocas, datadas no tempo (*cronos*) e construídas pelos seus autores a partir de experiências e visões de mundo que tinham em relação ao Acre” (Silva 2020: 26).

O autor esclarece que os textos são materialidades históricas e culturais, portanto, são fatos, que auxiliam na compreensão do passado. Silva (2020) não faz uma análise linguística aprofundada dos textos, opta por privilegiar as narrativas e seus diálogos com outros campos. É interessante perceber quando ele analisa as narrativas, a questão da distância nelas encontradas em relação ao Acre e a “Amazônia”. Ele enfatiza que nos textos “Há uma distância que é estética, de (des)gosto, de (des)semelhança e de afeição ou rejeição” (Silva 2020: 27). Esse distanciamento, segundo o autor, é encontrado até mesmo em alguns escritores da Região Norte. A partir das análises de várias narrativas, ele conclui o capítulo 1 enfatizando que a “Amazônia” e, especificamente, o Acre, foram representados como um lugar distante, vazio, como se fosse “um amontoado de coisas agrupadas numa completa desordem” (Silva 2020: 56).

No capítulo 2, “Bichos, florestas e doenças: o outro mundo selvagem”, o autor cita, para começo de discussão, o poema “Só”, escrito por alguém chamado Benedicto Bellem. No poema, é refletida a imagem de uma “Amazônia” exube-

rante. Segundo Silva (2020: 58), “Sua descrição inicial é da perspectiva de quem olha a partir de uma clareira o espaço circundante tomado em todas as direções horizontais pela imponência da floresta” (Silva 2020:58). O autor pontua que a “Amazônia” foi representada, desde antes de se chamar “amazônia” assim, como um lugar capaz de provocar medo, espanto, admiração etc. Desse modo, a natureza sempre chamou atenção e em “seu sentido estrito foi desde o primeiro momento a fonte de todas as representações, algo peregrino ainda nos dias de hoje” (Silva 2020: 58).

Partindo da discussão sobre as narrativas e representações da “Amazônia”, Silva (2020) considera que no século XX, o Acre é uma expressão tardia desse distanciamento, pois “O Acre é a metonímia que ocupa o lugar da Amazônia dos séculos anteriores: localidade não abrasileirada, vazia e à parte da história nacional” (Silva 2020: 59). Desse modo, o autor no decorrer do capítulo 2 enfoca as representações da natureza do Acre, abordando a fauna e a flora, ora vistas como riqueza e exuberância, ora selvageria.

Segundo o autor, animais pequenos e de médio porte da fauna local são apontados nas narrativas como perigosos e selvagens, enquanto micro-organismos e insetos como incômodos ou pragas. Algumas plantas também são descritas como venenosas. Nesse capítulo, o autor analisa matérias jornalísticas para compreensão da relação natureza e urbanização naquele contexto, perpassando por narrativas e as desexplicando. Silva (2020) finaliza o capítulo 2 comentando a citação de uma matéria da revista “A Semana”,

de 1943, que descreve o Acre como um lugar distante e como um “mundo à parte”.

O capítulo 3, intitulado “Índigenas e caboclos no caminho da conquista e da colonização”, é iniciado com uma discussão sobre a questão de uma ausência em relação aos povos nativos e ao território nas narrativas dos colonizadores no processo de colonização do Brasil e da “Amazônia”. Segundo ele, “As ausências humanas começavam pela própria dúvida em relação à humanidade daquelas gentes nativas, que quando muito eram rotuladas no mínimo como infantis e atrasadas” (Silva 2020: 86). Opostas a essas ausências também havia os relatos sobre a exuberância e a grandiosidade da natureza, principalmente, em relação ao ambiente florestal, faunístico e aquático.

No decorrer do capítulo 3, o autor aborda a visão do colonizador sobre os povos nativos e mestiços, citando como exemplo um texto de Aurélio Pinheiro, escrito em meados de 1930, em que “expressa em seu texto um olhar que rebaixa o caboclo como sujeito racializado com sangue e modos de vida de herança indígena e do branco. Mas claramente preponderando para o atraso e a inatividade que seriam atavicamente de procedência indígena” (Silva 2020: 86). Para o autor, essa visão está presente em muitas narrativas, representando sujeitos definidos como inferiores, que habitam esses espaços vistos como exóticos. Silva (2020) busca, no decorrer do capítulo 3, construir sua argumentação a partir da problematização das narrativas analisadas sobre a condição humana dos povos originários e caboclos.

Analisando algumas narrativas, ele discute como os indígenas são representados nas obras que têm localização espacial na região acreana. E, explicando que “Em *Deserdados* os indígenas que habitam a região das bacias dos rios Iaco e Purus não tem nenhum protagonismo histórico, fazem parte mais da natureza em sentido estrito, de uma condição pré-civilizada e sem nenhum atributo de beleza, de faculdades criativas e de engenhosidade” (Silva 2020: 92).

Nas fontes analisadas pelo autor, ele aponta os problemas de representar os indígenas e caboclos como sujeitos inferiores, muitas vezes relegados ao apagamento. É interessante perceber como as narrativas discursivas e imagéticas funcionam como um mecanismo de estereotipar e apagar sujeitos.

No capítulo 4, intitulado “As disputas pelo acre: narrativas do risível e do heróico”, o autor enfoca as questões históricas da origem do Acre, mencionando as disputas territoriais, que culminaram no Acre que conhecemos hoje. O autor, afirmando que “O Acre não deixa de ser um espólio colonial tardio que refletia uma herança bruxuleante das disputas lusas e hispânicas na região” (Silva 2020: 112). Nesse contexto de disputas territoriais, as narrativas também disputam quem representar. O autor escolhe para sua narrativa, com relação à abordagem da questão acreana, charges da época, pois, segundo ele, “A charge é, portanto, caracterizada por ser uma representação satírica de uma pessoa, de um acontecimento, de uma situação em evidência numa determinada época e que é traduzida pelo traço

e subjetividade do seu autor” (Silva 2020: 114). Para o autor, as charges são crônicas que só podem ser compreendidas se contextualizadas. Por isso, são relevantes para a compreensão de representações coletivas. A partir das análises de diversas charges sobre a questão acriana, o autor discute e aponta os “heróis” acrianos. Em suas palavras, o primeiro grupo de heróis:

são os proprietários seringalistas, os comerciantes e as autoridades locais que contribuíram com apoio logístico e humano no enfrentamento contra os bolivianos nos anos finais do XIX e iniciais do século XX e daí emerge em grandeza tornada sublime a figura de Plácido de Castro como foi dito há pouco, secundada por alguns antecessores e epígonos menores (Silva 2020: 132).

Além de Plácido de Castro, há um processo de construção de heroísmo do diplomata Barão de Rio Branco, quase sempre fora do Acre. Outro grupo de “heróis” acrianos é o “coletivo de heróis anônimos, chamados genericamente de seringueiros, cearenses e posteriormente nomeados de veteranos da Revolução Acreana” (Silva 2020: 132), esses quase sempre referidos de forma genérica, diferentemente do ocorreu com algumas personalidades da história acriana.

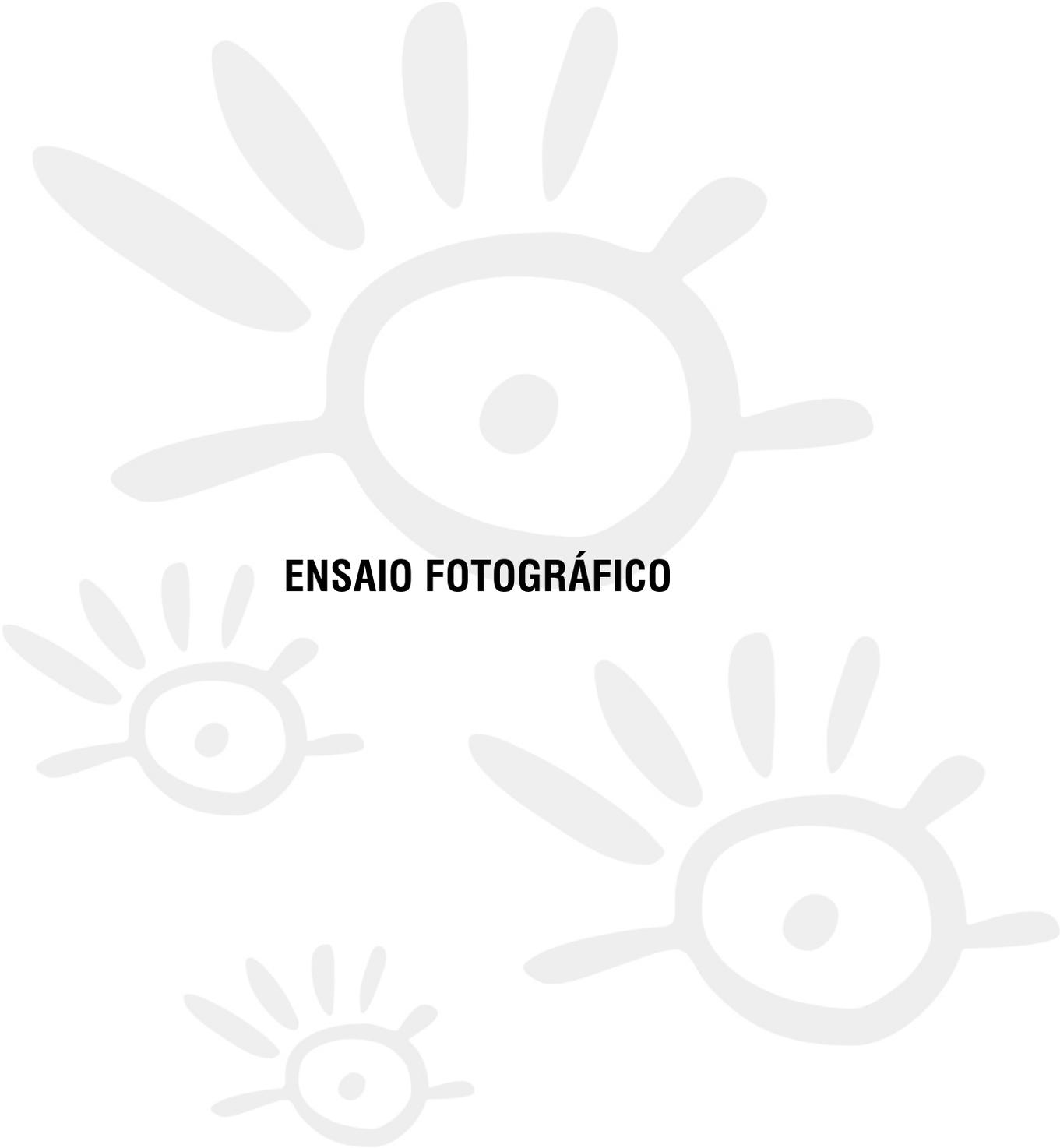
No epílogo, Silva (2020) faz algumas reflexões sobre o seu ensaio, colocando-se como parte do texto e do contexto e não como alguém que tem a pretensão de revelar uma verdade, de forma distante e neutra. Isso se justifica na afirmação do autor, pois ele nasceu em um seringal no Acre, mora no Acre, é um pesquisador das Ciências Humanas e atua na única universidade pública

da Amazônia acriana. Em suas palavras:

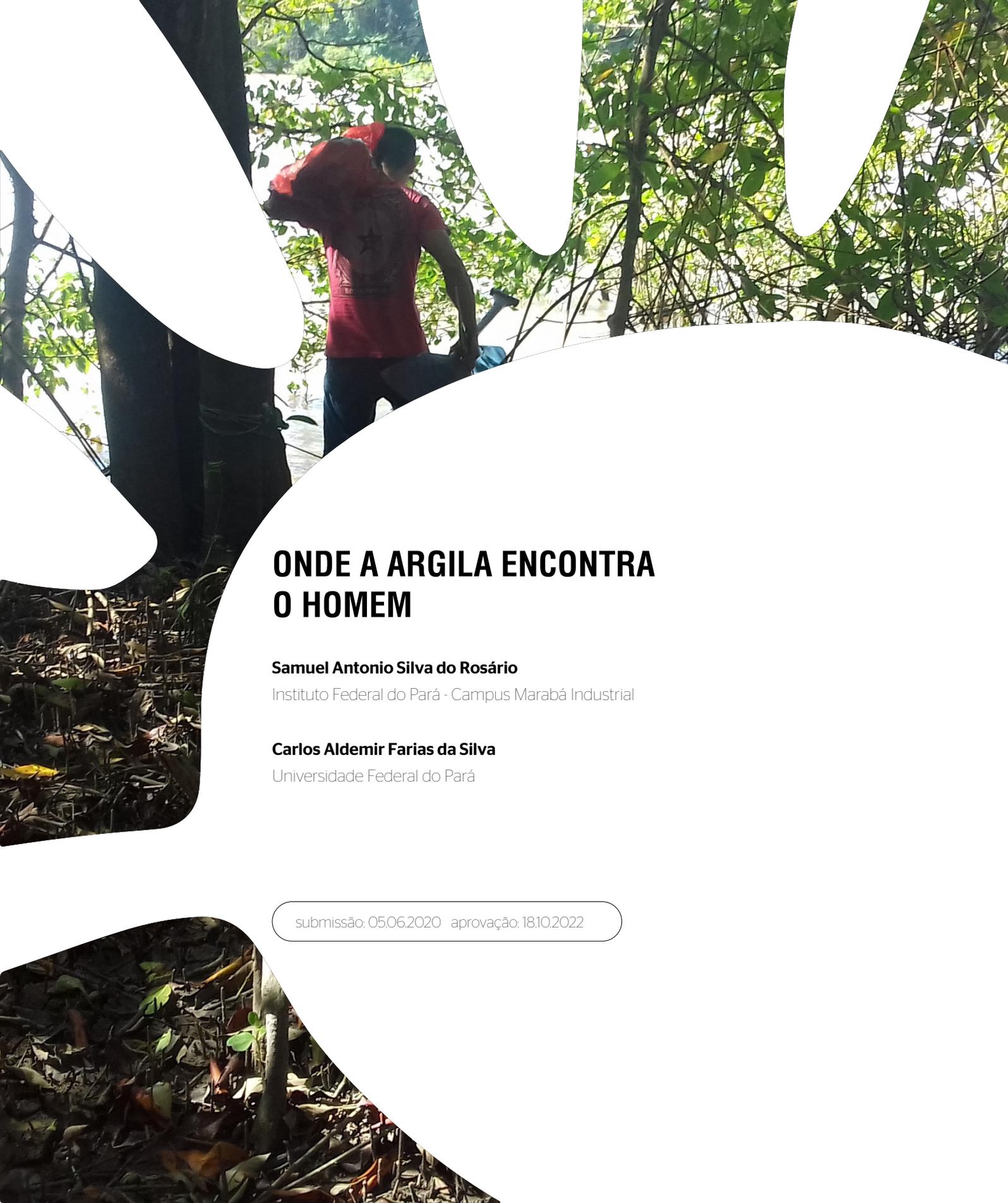
Essas narrativas aqui destacadas e apresentadas expressam em muito aquilo que poderíamos hoje classificar como preconceito geográfico, elas foram gestadas no passado, mas grande parte delas continuam entre nós e não são tão anacrônicas assim — não são, pois, um passado que passou (Silva 2020: 146).

Nas diversas questões abordadas pelo autor, a contribuição mais importante para o leitor, em minha visão, talvez seja o pensar sobre o Acre de hoje, em suas raízes com um passado não tão distante e não tão incomum. Pensar, sobretudo, nas vozes silenciadas e nas narrativas de outros sujeitos, ignorados na construção de uma história oficial. Essas narrativas analisadas por Silva (2020) são carregadas de visões dos colonizados, provocando apagamentos de sujeitos, construindo um “heroísmo” forjado de algumas personalidades de um pequeno grupo dominante.

Em minha percepção, Silva (2020), desexplica as narrativas analisadas, mas explica seus problemas e aponta como essas narrativas são fundamentais para a compreensão não só do pretérito, mas do presente. O autor, ao colocar de forma bem fundamentada, sua visão dos fatos, ao falar do óbvio para além do óbvio, provoca um debate interessante, sobretudo, em relação às subjetividades que podem ser contrapostas à história oficial. O autor apresenta uma versão do não dito, possibilitando que o leitor reflita sobre as representações e apagamentos de sujeitos na construção de narrativas históricas.

The page features four stylized sun icons in a light gray color. One large sun is at the top center, and three smaller ones are arranged below it: one to the left, one to the right, and one at the bottom left. Each sun has a circular center with a smaller dot inside, and several elongated, teardrop-shaped rays radiating outwards.

ENSAIO FOTOGRÁFICO



ONDE A ARGILA ENCONTRA O HOMEM

Samuel Antonio Silva do Rosário

Instituto Federal do Pará - Campus Marabá Industrial

Carlos Aldemir Farias da Silva

Universidade Federal do Pará

submissão: 05.06.2020 aprovação: 18.10.2022

Este ensaio visual faz parte de uma pesquisa de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará. O tema central circunda o ensino de Ciências, em especial, a Física, por meio do processo de fabricação de peças artesanais em argila na comunidade Vila-Que-Era localizada no espaço rural do município de Bragança, estado do Pará, às margens do rio Caeté, distante aproximadamente 8 km do centro da cidade, à esquerda da rodovia BR-308. A referida comunidade faz parte da história de fundação do município e segundo a história oficial, e também a narrativa contada pelos moradores, foi naquele espaço que teve origem a cidade de Bragança. Por esse motivo, a comunidade ficou conhecida como Vila-Que-Era-Bragança (Loureiro 1987).

A prática de manusear a argila enquanto matéria-prima para confeccionar artefatos utilitários é encontrada em diversas sociedades humanas ao longo dos séculos. Tal prática faz parte da história de distintos povos e guarda saberes sobre o contexto no qual o conhecimento foi gerado e repassado de forma prática por meio dos

gestos aprendidos. Suas variadas formas e cores mostram as diversas aplicações e significados para cada grupo sociocultural que faz uso desse conhecimento. Nesse sentido, o processo de preparação de peças de cerâmica envolve saberes da tradição¹, transmitidos por meio da oralidade e da observação pelas comunidades.

A produção da cerâmica da comunidade Vila-Que-Era é realizada pela família Furtado e que para o desenvolvimento desse ofício utiliza diversos saberes. Alguns foram transmitidos pelas antigas gerações a partir de suas práticas diárias e outros saberes foram sendo incorporados a partir das experimentações dos ceramistas mais jovens que dão continuidade ao ofício.

Este ensaio visual² apresenta uma pesquisa de campo realizada junto ao ceramista Josias Furtado, colaborador da pesquisa. Ele ressalta a importância de conhecer o rio e suas margens para poder extrair a matéria-prima, pois para ele “a melhor argila se encontra do outro lado do rio, nas margens aonde ninguém vai”³. Dessa forma, a viagem começa no pequeno porto da comunidade Vila-Que-Era com destino à margem não habitada

¹Almeida (2010) afirma que diferentemente do senso comum, os “saberes da tradição” arquitetam compreensões com base em métodos sistemáticos, experiências controladas e sistematizações reorganizadas de forma contínua. Para Bastos (2013), esses saberes representam a manifestação de um conhecimento que não está escrito nos livros.

²Os registros fotográficos foram realizados pelo primeiro autor deste ensaio. A ação de fotografar nesta pesquisa apoia-se em Collier Jr. e Collier (1990), quando tratam do conceito de fotografia como método de pesquisa. Para os autores, a câmera deve ser empregada na pesquisa como um auxílio à observação, uma vez que a cultura contemporânea fez com que nos tornássemos observadores pobres e “a fragmentação da vida moderna torna difícil responder à visão por inteiro” (Collier Jr. & Collier 1990: 5, tradução nossa).

³Josias Furtado (Entrevista em julho de 2019).

do rio Caeté, passando pela escolha do local de retirada da argila: a que apresenta melhor qualidade e contemplando um momento de agradecimento a um ser encantado, denominado por Josias de “Mãe do barro”⁴, entidade que “ajuda no sucesso de cada peça e faz a argila renascer”.

REFERÊNCIAS

Almeida, Maria da Conceição de. 2010. *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*. São Paulo: Ed. Livraria da Física. (Col. Contextos da Ciência).

Bastos, Sandra Nazaré Dias. 2013. Etnociências na sala de aula: uma possibilidade para aprendizagem significativa, in *Anais do XI Congresso Nacional de Educação*. Curitiba, pp. 6192-6202.

Collier, John Jr., Collier, Malcom. 1990. *Visual anthropology: photography as a research method*. 3. ed. Albuquerque: University of New México Press.

Loureiro, João de Jesus Paes et al. 1987. *Turismo - Inventário Cultural e Turístico da Bragantina*. 2. ed. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará.

¹Segundo Josias, para que a argila nunca falte e se renove na natureza é necessário deixar um agradecimento ao ser chamado de “Mãe do barro” pelos ceramistas da comunidade, esse ser encantado ajuda não apenas na renovação da argila na região onde é realizada sua retirada, mas também garante a qualidade das peças dos ceramistas e os ajuda a encontrar as melhores argilas para seu ofício (Diário de campo, julho de 2019).



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



Foto: Samuel Rosario (2018)



NOS CAMINHOS DA PESQUISA EM TRILHAS DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, AMAZÔNIA, BRASIL

Sebastião Rodrigues da Silva Jr.

Faced/PPLSA - Universidade Federal do Pará

Thiago Almeida Vieira

Instituto de Biodiversidade e Florestas - Universidade Federal do Oeste do Pará

submissão: 14.03.2022 aprovação: 18.10.2022

Na literatura acadêmica, diversos autores destacam os procedimentos da pesquisa qualitativa, como o enfoque apropriado para estudar questões relacionadas ao universo das relações sociais, entendendo-as como relações entre seres humanos numa dada realidade social. Segundo Richardson (1989: 38), a “abordagem qualitativa de um problema, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Minayo (2010), por exemplo, observa que esse tipo de estudo trabalha com o “universo dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo 2010: 21).

Dito dessa forma, então cabe ao pesquisador fazer a imersão no seu *locus* de estudo e utilizando-se das técnicas elencadas pelos renomados cientistas, procurando analisar seu fenômeno, tendo por base um referencial teórico que fundamente sua pesquisa (de forma que ela, ao ser avaliada por seus pares, contenha os elementos necessários e previstos no ritual do fazer pesquisa que configuram a produção do conhecimento acadêmico), por exemplo, utilizar uma abordagem etnográfica que tem em Geertz (2008), um dos seus maiores expoentes, ou em Malinovsky (1984), um dos pioneiros da análise dos povos autóctones.

Esse foi o caminho que construímos ao estabelecer como foco um estudo sobre o Turismo de Base Comunitária em uma Unidade de Conservação do bioma amazônico, neste caso, a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapa-

jós), região Oeste do Pará.

Para tanto, diversos caminhos e metas foram traçados no afã de se alcançar os objetivos almejados. Inicialmente, um levantamento bibliográfico em base de dados para conhecer a produção sobre a temática, a catalogação desse material para posterior leitura dos textos, o debate com parceiros de pesquisa, bem como demais procedimentos que pudessem contribuir com a análise do fenômeno em tela.

No entanto, como bem observou Malinovsky (1984), a respeito dos imponderáveis da vida real, o campo não só pode mudar seus objetivos como sua percepção sobre o objeto. Ou como expôs Pozzobon (2013), no seu estudo sobre os índios Maku:

chegando na aldeia, terminou o divertimento. Tive que me entregar à tarefa enfadonha¹ de coletar genealogias, bater fotos, gravar entrevistas e anotar informações no caderno de campo – essas coisas murrinhas que aborrecem antropólogos e índios [...]. (Pozzobon 2013: 59)

Para ele, o que vale, afinal de contas, não é necessariamente o que você anota, o que você escuta, o que você registra, mas o que você sente.

É esse sentimento, que gostaríamos de compartilhar com você, leitor ou leitora, nas páginas seguintes. São registros de uma imersão em uma das 24 comunidades não indígenas da Floresta Nacional do Tapajós, que nos mostra que mais que objetivos de pesquisa, mais que hipóteses, análises, resultados e discussões, o que importa é o que você sente, o que você vê e principalmente o que você aprende.

1 Enjoada, no original.

REFERÊNCIAS

Geertz, Clifford. 2008. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

Malinosvski, Bronislaw. 1984. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.

Minayo, Maria Cecília S. 2010. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Pozzobon, Jorge. 2013. *‘Vocês brancos não têm alma’: histórias de fronteiras*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue; São Paulo: Instituto Socioambiental.

Richardson, Roberto Jarry. 1989. *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.



Foto 1 – Rio Tapajós (Amazônia brasileira): parece mar, mas é um rio que tem suas águas encostando no céu, um horizonte bonito de ser contemplado. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 2 – Pôr do sol no rio Tapajós. Depois de um dia intenso de trabalho, uma dádiva. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 3 – Ipê-amarelo: a vida se transformando na verde floresta. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 4 – Seringueiras na margem do rio Tapajós: símbolo de luta e de resistência, inclusive às intempéries da natureza. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 5 - Não é uma estrada, é um caminho com histórias da relação da floresta com as pessoas. Hoje é também caminho de socialização de conhecimentos desses povos com os visitantes e turistas da Floresta Nacional do Tapajós.
Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 6 - Árvores que não se sobrepõem: o respeito pela outra. Floresta conservada é garantia de vida. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 7 – Samaúma (*Ceiba pentandra*), a rainha da floresta. Costumeiramente é abraçada pelos visitantes e turistas que a conhecem, isso se estiverem em grupo de várias pessoas. Afinal, grandeza e imponência é com ela. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 8 - Arte da floresta, arte da natureza. Tá vendo um elefante aí? Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 9 – A dimensão da floresta: a mata, o rio e o céu. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 10 – No meio da mata, vai uma água gelada, aí? Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 11 – Igapó: árvores que vivem em dois mundos. A resistência aos extremos manifestada na vida de plantas que vivem ora quase totalmente submersas, ora com solo seco. Foto: Silva Jr. (2021).



Foto 12 – Encontros, igarapé e o rio Tapajós. Foto: Silva Jr. (2021).